

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS

**SABERES CIENTÍFICOS DA BIBLIOTECONOMIA EM
DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

BELO HORIZONTE

2016

GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS

SABERES CIENTÍFICOS DA BIBLIOTECONOMIA EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção de título, nível doutorado.

Área de concentração: Informação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.

BELO HORIZONTE

2016

T169s Tanus, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho.

Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas [manuscrito] / Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus. – 2016.

233 f. : enc.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 221-233.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Biblioteconomia – Teses. 3. Ciências Sociais – Teses. 4. Arqueologia – Filosofia – Teses. I. Título. II. Araújo, Carlos Alberto Ávila. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02:316



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"SABERES CIENTÍFICOS DA BIBLIOTECONOMIA EM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS"


Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**doutora em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

Tese aprovada em: 06 de dezembro de 2016.

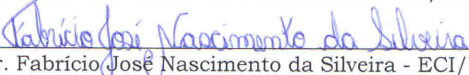
Por:

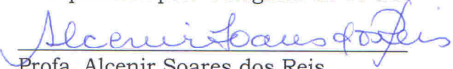

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG (Orientador)

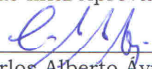

Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso - PUC/MG


Prof. Dr. José Almatéia de Aquino Ramos - UFES


Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG


Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS**,
matrícula: 2013709085

Às 14:00 horas do dia 06 de dezembro de 2016, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 16/11/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Saberes científicos da biblioteconomia em diálogo com as ciências sociais e humanas**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTORA em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADA
Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso	APROVADA
Prof. Dr. José Alimatéia de Aquino Ramos	APROVADA
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota	APROVADA
Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.


O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

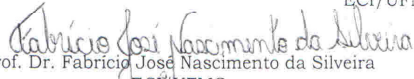
Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2016.

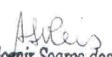

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
ECI/UFMG


Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso
PUC/MG


Prof. Dr. José Alimatéia de Aquino Ramos
UFES


Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota
ECI/UFMG


Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira
ECI/UFMG


Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

**Dedico este trabalho às novas gerações de pesquisadores:
Helena, Mariana e Thiago Tanus.**

AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer a todos sem esquecer alguns nomes, mas consciente de que a construção do conhecimento é uma atividade socialmente construída e coletiva, sei que muitas pessoas contribuíram de modo direto ou indireto para o desenvolvimento desta pesquisa e de muitos outros pensamentos.

Agradeço, então, a todos!

Em especial, agradeço ao Carlos Alberto (Casal), que sempre com muito respeito e atenção orientou os caminhos desta pesquisa. Foram longos cansativos e também prazerosos dois anos (mestrado) e quatro anos (doutorado) de trocas e diálogos... Obrigada por possibilitar a realização deste sonho!

Agradeço à banca de qualificação pelos comentários valiosos: professores Fabrício Nascimento, Alcenir Soares e Cristina Ortega. E a todos os professores que compuseram a banca de defesa de tese, professores Fabrício Nascimento, Maria Guiomar Frota, José Alimatéia e Ana Cardoso.

Obrigada a todos os professores e alunos da graduação e da pós-graduação em Ciência da Informação, foram muitas disciplinas, seminários, eventos... Em especial, agradeço às amigas Janicy Pereira, Tatiane Gandra, Chris Lanson e Maria Clarice, que sempre me acolheram nos momentos difíceis, de indecisão e incertezas.

Agradeço aos colegas de trabalho da Faculdade de Direito da UFMG, que por lá estive durante dois anos, em especial, Andrea Brandão, Juliana Moreira, Maria Elisa, Meire Queiroz, Luiz e Sandra.

A todos os servidores da Escola de Ciência da Informação (do primeiro ao quarto andar). Em especial, a servidora Carolina Palhares do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e a todos da Biblioteca Professora Etelvina Lima: Maianna, Elaine, Vivian, Fernando, Ricardo, Rúbia, Beth, Micael e os estagiários e cruz vermelhas, que por lá passaram... E, claro, a todos os usuários da biblioteca, que a enchem de vida.

Aos colegas da Biblioteca da FAFICH, em especial, a Vilma Carvalho, que por meio do desenvolvimento do acervo, me possibilitou o acesso ao vasto mundo das publicações das Ciências Sociais e Humanas.

Agradeço também a minha irmã Katlen, que sempre esteve ao meu lado, e a minha mãe Maria José, por me mostrar que é urgente “bater asas e voar”. Agradeço ao Amaury, da Óptica Paris, por ter sido sempre generoso e permitir acesso a esses tão importantes objetos de leitura. Também agradeço aos cunhados Raquel, André Tanus e Ida Bustos, pela convivência sempre agradável nos finais de semana.

Para Gustavo Tanus meu agradecimento será eterno pela paciência e compreensão, junto com o meu pedido de desculpas pelas ausências, afastamentos, pelas férias não curtidas... Sem você não teria seguido esse caminho acadêmico. Obrigada por me falar da Biblioteconomia, que é meu caminho! Obrigada pelos incentivos todos e por me apontar a direção da pós-graduação e da vida cotidianamente.

Todos os homens, por natureza, aspiram ao saber (Aristoteles).

Se eu faço isso, é com o objetivo de saber o que nós somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados a acontecimentos discursivos. Em certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, há meses, há semanas (Michel Foucault).

RESUMO

O campo da Biblioteconomia possui uma longa trajetória histórica. A origem das primeiras bibliotecas ainda na Antiguidade conduziu ao início de uma constituição pré-científica da Biblioteconomia, marcada pelos conhecimentos empíricos; passando, na Modernidade, a ser intitulada de Biblioteconomia protocientífica, em decorrência de uma maior produção de livros e manuais voltados às bibliotecas e aos “bibliotecários”. No século XIX, a Biblioteconomia se instituiu como científica dentro de um contexto de consolidação das Ciências Sociais e fruto também de sua maior sistematização, sendo nomeada desde então de Biblioteconomia científica. As pesquisas panorâmicas sobre a produção do campo apontam uma concentração em torno de questões práticas, empíricas, direcionadas ao âmbito profissional. Assim, visando contribuir para uma diminuição da lacuna ou para suprir certa escassez de pesquisas teóricas, objetivou-se empreender uma compreensão acerca dos saberes da Biblioteconomia a partir de sua produção discursiva. Convocando-se para compor a análise dos discursos um total de nove livros que versassem sobre a própria Biblioteconomia. Foram selecionados, intencionalmente, três livros de cada país: Estados Unidos da América, Brasil e México, a saber: Butler, 1971; Shera, 1990; Lankes, 2015 (EUA); Milanesi, 1986; Almeida Júnior, 1997; Fonseca, 2007 (BRA); Brown César, 2000; Rendón Rojas, 2005; Alfaro López, 2010 (MEX). Dessa forma, a análise do discurso de Michel Foucault e, em particular, o momento da Arqueologia, conjuntamente a Pierre Bourdieu, subsídios teóricos foram fornecidos para se pensar, tanto os saberes, os discursos quanto o conceito de campo científico. Os livros dos autores supracitados foram analisados e, a partir da leitura sistemática, foram extraídas as seguintes categorias: Biblioteca, Bibliotecário, Biblioteconomia, Usuário, Informação, Conhecimento e Documento. Tais produções não estão descoladas ou desvinculadas das discussões realizadas pelas Ciências Sociais e Humanas, campo este em que a Biblioteconomia se insere como modalidade específica do pensamento. Dessa maneira, foi possível realizar um enlace dos discursos da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas, com base em três correntes de pensamento: Ordenamento do social; Contradição do social; Construção do social, que marcam um modo distinto de olhar a realidade, os fenômenos sociais e biblioteconômicos. Portanto, a Biblioteconomia, partindo de um olhar do “ordenamento social” volta-se à integração e à lógica do sistema social. A “contradição do social” está concentrada no social desde as contradições e conflitos que o perpassam e estruturam a sociedade. A “construção do social” se concentra nas teorias que enfeixam análises que têm em comum o fato de tomarem os indivíduos como ponto de partida de suas investigações e de uma visão de construção social da realidade. Os discursos revelam marcas teóricas de filiação, de maneira implícita ou explícita, buscando lançar luz à compreensão dos fenômenos sociais. Ademais, através das relações estabelecidas com as Ciências Sociais e Humanas, espera-se ter contribuído para o entendimento verticalizado desse campo do saber e ao fortalecimento da Biblioteconomia como uma Ciência Social e Humana.

Palavras-chave: Biblioteconomia; Teoria da Biblioteconomia; Ciências Sociais e Humanas; Análise do discurso.

ABSTRACT

The field of Library Science has a long historical trajectory. The origin of the first libraries, in Antiquity led to the beginning of a pre-scientific establishment of Library Science, marked by empirical knowledge; passing, in Modernity, to be titled Library Science proto-scientific, due to the increase of greater production of books and manuals targeted for libraries and "librarians". In the nineteenth century, the Library Science was established as a scientific, within a context of consolidation of Social Sciences, and also result in a more systematic about themselves, being named since scientific Library Science. Panoramic research on the production of the field point to a concentration around practical issues, empirical, aimed at the professional level. Thus, in order to contribute to a reduction in the gap or to supply a certain lack of theoretical research aimed to undertake an understanding of the Library Science knowledge from its discursive production. To compose the discourse analysis was used a total of nine books that focused on the own Library Science. We selected deliberately three books in each country: United States, Brazil and Mexico: Butler, 1971; Shera, 1990; Lankes, 2015 (USA); Milanesi, 1986; Almeida Júnior, 1997; Fonseca, 2007 (BRAZIL); Brown Caesar, 2000; Rendón Rojas, 2005; Alfaro López, 2010 (MEXICO). Thus, the discourse analysis of Michel Foucault, and in particular the time of his Archaeology, together with Pierre Bourdieu's theory, provided theoretical basis for thinking both the knowledge, the speeches and the concept of scientific field. The books of the authors mentioned above were analyzed, and from the systematic reading the following categories were extracted: library, librarian, library science, user, information, knowledge and document. Such productions are not detached or disconnected from the discussions held by the Social Sciences and Humanities, the field on which the Library Science is included as a specific mode of thought. It was possible to make a link of discourse of Library Science with the Social Sciences and Humanities, from three schools of thought: Social Planning; Contradiction social; Construction of social, marking a distinct way of looking at reality, to the social and Library Science phenomena. So Library Science from a look of "social order" back to the integration and the logic of the social system. The "contradiction of social" focuses on the social from the contradictions and conflicts that pervade and structure society. The "social construction" focuses on theories that enfeixam analyzes that have in common the fact that individuals take as a starting point of their investigations and a social construction view of reality. The discourses reveal theoretical marks of affiliation, in an implied or explicate way, seeking to shed light on the understanding of social phenomena. In addition, through the relations established with the Social and Human Sciences, it is hoped to have contributed to the vertical understanding of this field of knowledge and to the strengthening of Library Science as a Social and Human Science.

Keywords: Library Science; Theory of Library Science; Social Sciences and Humanities; Discourse Analysis.

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 – Categorias e subcategorias definidas.....	125
--	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de pesquisa.....	21
1.2 Objetivo geral	21
1.3 Objetivos específicos	21
1.4 Justificativa.....	21
1.5 Estruturação da tese	34
2. DA PRÁTICA À TEORIA: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	37
2.1 Biblioteconomia pré-científica	37
2.2 Biblioteconomia protocientífica.....	40
2.3 Biblioteconomia científica.....	49
3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA BIBLIOTECONOMIA	69
3.1 A relação da Biblioteconomia com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas.....	76
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	93
4.1 Caminho teórico do conhecimento	99
4.1.1 <i>Seleção dos livros</i>	109
4.1.2 <i>Caminho da análise</i>	121
5. ANÁLISE DOS DISCURSOS.....	132
5.1 Biblioteca.....	132
5.2 Bibliotecário.....	137
5.3 Biblioteconomia.....	142
5.3.1 <i>Interdisciplinaridade</i>	148
5.3.2 <i>Técnica, teoria e prática</i>	150

5.4 Usuário	153
5.4.1 <i>Leitura</i>	155
5.5 Informação	158
5.5.1 <i>Necessidade de informação</i>	162
5.6 Conhecimento	163
5.7 Documento.....	166
6. DIÁLOGO DA BIBLIOTECONOMIA COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	170
6.1 Ordenamento do social	170
6.1.1 <i>Relações biblioteconômicas com as CSH</i>	178
6.2 Contradições do social	184
6.2.1 <i>Relações biblioteconômicas com as CSH</i>	192
6.3 Construção do social.....	197
6.3.1 <i>Relações biblioteconômicas com as CSH</i>	206
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
8. REFERÊNCIAS	221

1. INTRODUÇÃO

“Librarianship can still be compared to a vast uncharted country that demands exploitation to be full” (THORNTON, 1966).

A trajetória e a compreensão do que é a Biblioteconomia podem ser vistas por meio de diferentes caminhos, mas a direção mais comum costuma iniciar pela explicação etimológica de sua palavra, passando, em seguida, pela história das bibliotecas, de seu ensino, de suas pesquisas, entre outros aspectos. O desenvolvimento da Biblioteconomia não se deu de modo igualitário em todos os países, em decorrência das diferenças das necessidades e dos próprios contextos históricos. A historicidade desses saberes biblioteconômicos possibilita a compreensão de diferentes maneiras da visão da biblioteca, do bibliotecário e da Biblioteconomia, entre outros elementos que fazem parte da produção discursiva desse campo. Contudo, independentemente de seu desenvolvimento secular, a origem empírica da Biblioteconomia tem uma *arkhê* comum, que se vincula à sedentarização das coletividades e a passagem de uma cultura essencialmente oral para uma cultura escrita, da “palavra escrita”, o que impulsionou o surgimento dos suportes/registros materiais e, por conseguinte, dos primeiros acervos das bibliotecas primitivas da Antiguidade (ARAÚJO, 2013).

Apesar da longa jornada das bibliotecas, Linares-Columbié (2004) ressalta que existe uma lacuna histórica da Biblioteconomia como espaço autônomo de conhecimento. Alfaro López (2011) declara também a falta de interesse dos bibliotecários em aportar suas pesquisas na história desse campo, em retornar e construir uma senda do conhecimento histórico da Biblioteconomia. Esse apagamento se contrasta com o aumento quantitativo das pesquisas em torno de questões técnicas e tecnológicas, o que compromete um amplo espectro de horizontes, sobretudo dos saberes humanísticos e a relação da Biblioteconomia com as Ciências Sociais (ALFARO LÓPEZ, 2011). Nessa mesma direção, as pesquisas sobre a produção da Biblioteconomia demonstram que prevalecem as preocupações com o universo empírico, pesquisas de cunho profissional, geralmente,

quantitativas, as quais se voltam para o labor dentro do espaço da biblioteca, afastando-se de categorias abstratas e de pesquisas teóricas sobre o seu próprio campo (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2002).

Acrescenta-se, ainda, a carência de pesquisas que utilizam como aporte teórico-metodológico a arqueologia do saber de Michel Foucault, bem como as ideias da Filosofia da Ciência, sobretudo aquelas voltadas às questões epistemológicas de um determinado campo científico, no sentido de um “conhecimento sobre um campo do conhecimento”. Nessa direção, Bachelard (2006) salienta que, na Filosofia, as Filosofias das Ciências ocupam um espaço reduzido e, quando se trata de Filosofia do Conhecimento, este espaço se torna menor ainda. Constata-se também que “o esforço do saber parece maculado pelo utilitarismo, os conceitos científicos, todavia tão bem harmonizados, são considerados apenas com o valor de utensílios” (BACHELARD, 2006, p. 21), o que não deveria acontecer, pois um campo científico deve fundamentar as suas ações com base em saberes críticos e teóricos, aliando, assim, em um mesmo espaço tanto a teoria quanto a prática.

O conceito de campo científico, proposto por Pierre Bourdieu, um autor que se voltou à Sociologia e suas questões, acrescenta ainda a visão de um campo do saber como um campo social, uma produção cultural, que é marcada por forças, lutas, embates entre os agentes. Nessa direção, a Biblioteconomia é vista como um campo científico, um espaço de luta concorrencial, de estratégias e demarcações de poder, no qual é marcado tanto por pressões externas, do macrocosmo quanto do microcosmo. As influências externas demonstram que o campo da Biblioteconomia não está isolado de um tempo e espaço social, acompanha em certa medida as transformações e as necessidades do contexto em que se insere, e reage de modo, particularmente, autônomo a essas mudanças. Os discursos produzidos são assim influenciados por determinadas condições e posições dos agentes, definidos pelo acúmulo de capital simbólico dentro do campo científico (BOURDIEU, 2002).

E, para compreender o discurso da Biblioteconomia, nesta pesquisa se focaliza em debruçar-se sobre as práticas discursivas da Biblioteconomia, produzidas por vários autores (não mais vistos como sujeitos individuais), e sim como sujeitos da enunciação, que se configuram para além do recorrentemente

citado, de sujeitos tradicionais apontados nos estudos bibliométricos. Essa espécie de autor como figura absoluta e com nome próprio, para Foucault (1992), não mais é apropriada para se pensar o discurso, devendo ser apagado em proveito dos discursos, “o nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na função da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular” (FOUCAULT, 1992, p. 46). A centralidade constitui a análise do que foi dito, o discurso, que se insere em um contexto específico e não quem disse; o foco, portanto, não se trata de analisar toda a obra de determinado autor ou colocar o pensamento do autor em contraste com outro, a fim de dizer qual seria o verdadeiro ou o falso.

A intenção consiste em analisar os discursos da Biblioteconomia sob o olhar da arqueologia do saber, a fim de identificar, sistematizar e analisar as práticas discursivas deste campo. Em especial, a arqueologia se volta ao estudo dos enunciados como acontecimentos às práticas discursivas, as quais são inseridas em espaços e tempos determinados que, por sua vez, produzem seus critérios de verdade. Os discursos que se configuram como um conjunto de enunciados, localizados em determinadas condições de existência e regras de formação dão, origem às formações discursivas. Em relação às formações discursivas, Foucault (2005, p. 110) defende que elas “não são, portanto, nem ciências atuais em gestação nem ciências outrora reconhecidas como tais, depois caídas em desuso e abandonadas em função de exigências novas de nossos critérios”; assim, a distinção entre o científico e o não científico não é pertinente dentro das formações discursivas: elas são epistemologicamente neutras.

Cumprido, ainda, salientar que a arqueologia do saber se volta às práticas discursivas em domínios diversos, não se restringindo ao campo da ciência como a Epistemologia ou a História das Ciências, cujo foco consiste na ciência e em seus discursos científicos considerados como racional e verdadeiro. Ademais, a cientificidade e seus progressos constituíram objetos de análise dos historiadores da ciência como: Bachelard, Canguilhem, Koyré, Cavallès (MACHADO, 2006). Desse modo, a arqueologia desloca a análise da ciência para o saber, instaurando uma nova metodologia no campo das ciências, inclusive pela diferença dos objetos estudados, como a psiquiatria, a medicina e as ciências humanas, e não mais as “ciências da natureza”, como a

matemática, a física e a química ou as “ciências da vida”, como a biologia, anatomia, fisiologia e patologia, estudados, respectivamente, por Bachelard e Canguilhem.

Essa abertura a novos campos discursivos, objetos de investigação, métodos de análise histórica, a partir das escansões dos discursos abre outro caminho para se pensar o campo da Biblioteconomia; esse campo do saber, o qual é composto por vários discursos, mas que parece ser pouco explorado dentro de uma estrutura verticalizada do conhecimento. Desse modo, o empreendimento nesta pesquisa deriva das seguintes motivações: necessidade de diminuir a lacuna ou espaço aberto deixado pela falta de estudos teóricos da Biblioteconomia, sobretudo da Biblioteconomia como um espaço discursivo; minimizar o silenciamento da Biblioteconomia, o que parece ter levado a um apagamento da produção desse saber propriamente dito, tanto no que se refere à produção teórica específica quanto à leitura dos textos; demonstrar a importância em aliar os conhecimentos teóricos do campo com a prática profissional dos bibliotecários, bem como trazer à luz as relações da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas.

Sobre o silenciamento da Biblioteconomia, Murguia (2014) declara que, o movimento de desenvolvimento e a consolidação da Ciência da Informação permite afirmar que ambas podem ser vistas como campos diferentes, entretanto a formação daquela área mais recente levou a uma sujeição dos saberes da Biblioteconomia. Murguia (2014, p. 175) apresenta que “no caso da Ciência da Informação, desde sua introdução no Brasil na década de 1970, ela se instaurou como ciência, desqualificando outros saberes”, como os saberes da Biblioteconomia. Acrescenta ainda que “quando um saber se instaura a hierarquização de outros saberes é inevitável. A hierarquização implica a sujeição de outros saberes, se apela ao fato que esses saberes não alcançaram o nível necessário de cientificidade” (MURGUIA, 2014, p. 175), por isso se torna comum dizer que a Ciência da Informação, que já traz em seu nome o termo “ciência”, seria a ciência, enquanto a Biblioteconomia seria um ramo seu ou uma disciplina, a qual voltaria à aplicação prática dos conhecimentos teóricos desenvolvidos por aquela área, visão não compartilhada, pois, novamente, salienta-se que a Biblioteconomia constitui um campo específico do saber.

A questão da verdade dos discursos da Biblioteconomia não será posta em questionamento, no sentido de dizer se são verdadeiros ou falsos, porque como se sabe, cada momento da história produz seu regime de verdade, onde os discursos são inseridos e postos como verdadeiros; não sendo, também, a intenção da arqueologia do saber debater nessa direção. A compreensão dos saberes que conformam o discurso da Biblioteconomia possibilita maior entendimento desse campo e de sua formação discursiva que parece pouco explorado, teoricamente, dentro de um contexto em que vários discursos diferentes são tensionados. Constitui, então, o *corpus* desta pesquisa um conjunto disperso de discursos, os quais são formados por sua vez, por um conjunto de enunciados localizados historicamente a partir do século XX e publicados em três diferentes países: Estados Unidos da América; México e Brasil, refletindo em autorias de nacionalidades diversas. Tais autores foram selecionados a partir da temática de suas obras que circundam os aspectos teóricos e epistemológicos da Biblioteconomia.

O foco consiste em analisar discursivamente a Biblioteconomia como um campo científico, sendo excluídas as obras que, mesmo teóricas, abordassem outro determinado assunto ou temática específica que compõem a Biblioteconomia, excluindo também as seguintes tipologias documentais: artigos, teses e dissertações. Os manuais, embora estejam dentro da definição de livros, sabe-se que se direcionam aos procedimentos operacionais, servindo, geralmente, de guia ampliado dos fazeres relacionados à biblioteca. Sendo, portanto, selecionados intencionalmente para compor o quadro de análise, um total de nove livros produzidos por autores dos países supracitados. Tais livros selecionados são: “*An introduction to library science*” (1971, 1ª edição de 1933), de Pierce Butler; “*The foundations of education for librarianship*” (1990, 1ª edição de 1972), de Jesse Shera; “*Expect more: demanding better libraries for today’s complex world*” (2015, 1ª edição de 2012), de David Lankes (Estados Unidos da América). “*Sociedade e Biblioteconomia*” (1997), de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior; “*Introdução à biblioteconomia*” (2007, 1ª edição de 1992), de Edson Nery da Fonseca; “*Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*” (1986), de Luiz Milanesi (Brasil). “*Estudios epistemológicos de bibliotecología*” (2010), de Héctor Guillermo Alfaro López; “*Elementos para una teoría bibliotecaria*”

(2000), de Javier Brown César; “*Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*” (2005, 1ª edição de 1997), de Miguel Ángel Rendón Rojas (México).

A leitura desses discursos está imbricada às leituras das correntes das Ciências Sociais e Humanas, pois a Biblioteconomia se insere dentro dessa área de conhecimento direcionada à compreensão dos processos sociais e humanos, objetivando relacionar sua produção com as abordagens do pensamento ou “correntes do pensamento”. A partir da leitura dos discursos presentes nos livros, foi possível definir, por intermédio do pensamento dos clássicos das Ciências Sociais e Humanas, três caminhos ou três correntes norteadores à discussão: Ordenamento social; Contradição social; e, Construção social (LALLEMENT, 2008). Assim, de modo geral, expõe-se que o ordenamento do social se concentra na apreensão da ordem social e no funcionamento da sociedade; a contradição do social no conflito e na contradição inerente à sociedade; e a construção do social, parte da ação do indivíduo como construtor de significados e da realidade social.

Os clássicos Durkheim, Marx e Weber, se tornam figuras centrais para se pensar a Ciência Social e o social, partindo de suas teorias dentro e fora do tempo da escrita, isto é, atravessam gerações sem perder seu valor. Os modelos teóricos que delinearam conformam modos distintos de compreensão da realidade e que permitem olhar para outros discursivos produzidos em outros contextos diferentes daquele de produção inicial. Modos de olhar diferenciados que se enlaçam com a produção discursiva da Biblioteconomia, tendo em vista a consideração de que a produção de um campo científico, no caso a Biblioteconomia, não é deslocada ou desvinculada da construção de um pensamento maior advindo, das Ciências Sociais e Humanas, onde se insere como modalidade específica do pensamento. E, segundo Minayo (2010), são esses três autores referências clássicas das várias correntes de pensamento, que demonstram nenhuma teoria da sociedade ser neutra e qualquer estudo tem, implícitas ou explícitas, marcas teóricas de filiação.

Exposto isto, parte-se ainda na introdução à demonstração dos elementos essenciais que norteiam esta pesquisa: problema de pesquisa; objetivo geral; objetivos específicos e justificativa, a saber:

1.1 Problema de pesquisa

Quais as compreensões sobre a Biblioteconomia que podem ser extraídas da produção teórica desse campo, produzida a partir do século XX? E quais as relações desses discursos com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas?

1.2 Objetivo geral

Analisar os discursos da Biblioteconomia produzidos por autores norte-americanos, brasileiros e mexicanos, a fim de compreender as práticas discursivas deste campo científico, bem como estabelecer uma relação com o pensamento das Ciências Sociais e Humanas.

1.3 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento das produções discursivas escritas ao longo dos séculos, a fim de constituir um panorama histórico da Biblioteconomia;
- Identificar e selecionar os discursos teóricos de autores norte-americanos, brasileiros e mexicanos focados no campo da Biblioteconomia, produzidos a partir do século XX;
- Sistematizar os discursos a fim de criar as categorias de análise a partir das produções teóricas;
- Analisar os discursos selecionados da Biblioteconomia a fim de apreender as práticas discursivas deste campo;
- Depreender das produções teóricas as possíveis conexões com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas;

1.4 Justificativa

O desenvolvimento da produção teórica específica da Biblioteconomia de modo sistematizado é recente no cenário científico. As produções em maiores quantidades remontam às primeiras décadas do século XX, fruto das pesquisas norte-americanas da Escola de Biblioteconomia, da Escola de

Chicago, o que sinaliza um marco na mudança de um paradigma profissional a um paradigma científico (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2002). Dentro desse contexto, Waples (1932) ao se referir à pesquisa social no campo da Biblioteconomia deixa, claramente, que poucos são os bibliotecários com conhecimento teórico e prático de pesquisa na área social. A ideia de considerar a Biblioteconomia como uma ciência social parecia estranho à maioria dos bibliotecários (WAPLES, 1932). Contudo, desde então, apesar dos muitos avanços no campo da Biblioteconomia, considera-se ainda a produção teórica da/sobre a Biblioteconomia bastante tímida, sendo comum encontrar os constantes reclames em prol da maior produção teórica e epistemológica do campo enquanto objeto de discussão do conhecimento.

De maneira contundente, Souza (1986, p. 189) declara que “em geral os bibliotecários não gostam de pensar, mas de agir; não são amantes da reflexão, mas da ação. Entretanto, tão importante quanto o agir é o pensar”, pois não se faz ciência ou profissão apenas com a ação, teorias e princípios precedem às práticas, completa o autor. Nessa mesma direção, corrobora-se com Pereira (1986) que declara que a ação sem uma fundamentação teórica é esvaziada de sentido, seria a ação pela ação. Contudo, o que se entende por teoria é também diferente do senso comum, que busca contrapor o seu conceito com os termos, prática e abstração. Como revela Pereira (1986), a abstração é uma parte da teoria e não ela toda, pois a teoria congrega também tanto este momento quanto o da prática, de modo que teoria não se opõe a esta ação, como também é vista como se fossem antagônicas, teoria de um lado e prática de outro.

Pereira (1986) mostra justamente a proximidade e a conexão que devem ser estabelecidas entre essas categorias, abstração e prática. Acrescenta ainda o lado antropológico que a teoria deve conter, assim ao falar em teoria é necessário focalizar o horizonte da prática e o significado cultural (antropológico) básico da ação humana. Tendo em vista, que a ação do homem é ação teórica, ação refletida, ação de sentido, e não ação como ato instintivo ou mecânico tal a do animal. Portanto, o homem realiza a práxis, que consiste na congregação da ação e teoria, sendo uma ação transformadora sobre a natureza e sobre si mesmo. Em síntese, não se pode colocar prioridade no lado prático em detrimento do lado teórico, ambos caminham

juntos, a teoria depende da prática, assim como a prática depende da teoria para constituir uma ação consciente e não cair no vício idealista ou no praticismo, na visão pragmática e utilitária da ação humana.

Sobre essa questão da teoria nas Ciências Humanas, Pereira (1986) aponta ser mais delicada que nas ciências formais ou nas ciências empírico-formais, pois o homem constitui o próprio objeto da ciência, estabelecendo a relação sujeito-sujeito e não sujeito que olha para o objeto, algo exterior a ele. Por isso, as formulações das teorias nas ciências humanas têm de ser mais abertas, visto que seu objeto de investigação não é o mero dado bruto da natureza ou do raciocínio e tampouco passível de certa “manipulação”. Pereira (1986) diz que a presença da relatividade dos dados faz dela uma ciência da interpretação por excelência. Assim, falar em teoria e modelos teóricos nas Ciências Humanas envolve certa suspensão, as teorias não se configuram através de uma linguagem matematizada, unitária, universal, por isso nas Ciências Humanas são abordados vários modelos de pensamento ou escola de pensamento. “E é a partir desses modelos que a elaboração da teoria das ciências humanas se prende com certa flexibilidade para mostrar seus resultados e criar suas interpretações” (PEREIRA, 1986).

No campo específico da Biblioteconomia, em que o profissional comumente se volta mais à ação, para o labor profissional é comum, também, o olhar para o lado empírico da área no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas. Em mais uma declaração sobre a carência de produção teórica, Morales Lopez (2005) diz que, desafortunadamente, muitos dos bibliotecários com alta formação acadêmica estão limitados a processos exclusivamente técnicos, não questionando o que fazem e os que pretendem questionar esbarram na barreira de excesso de trabalho, impedindo-os de se dedicarem à reflexão e, a maioria dos casos ainda esbarra na prática profissional, esquecendo tradicionalmente da investigação. Nessa mesma direção, Mostafa (1980), após analisar a produção científica brasileira e latinoamericana referente à Biblioteconomia e a Ciência da Informação, do ponto de vista temático e metodológico, declarou que, justamente, predominaram os estudos voltados a uma racionalidade interna aos serviços, procurando aumentar a eficiência funcional das bibliotecas e dos serviços de informação.

Ainda segundo Mostafa (1980), essa tendência mecanicista de analisar os fenômenos sociais não deve ser vista como opção individual do pesquisador, e sim como um reflexo de uma incorporação ideológica quase inevitável num processo de iniciação científica, o que é caracterizado como “vício metodológico”. Por isso, chama a atenção para outros arcabouços teóricos, que se afastam desse pensamento operacional, como a dialética ou o materialismo histórico, levando ao pesquisador a pensar em outras categorias como os conceitos de infraestrutura e superestrutura, bem como as condições sociais, econômicas e políticas que interferem e são interferidas pelos sujeitos históricos. Convocam-se ainda os pesquisadores a pensarem na Biblioteconomia de modo inclusivo, histórico e antimecanicista, com o intento de realizarem discussões de ordem filosófica, teórica e metodológica, que parecem inexistentes na área dentro desse contexto de análise da autora.

Tal afirmativa se torna ainda mais aguda quando se aborda a produção teórica específica da Biblioteconomia em relação à Filosofia, campo em que as discussões sobre o conhecimento “é conversa de bar para o filósofo, mas para o bibliotecário é conversa de salão, tão isolada está a pesquisa bibliotecária da reflexão epistemológica” (MOSTAFA, 1983, p. 222). Desse modo, também se acredita que “desvinculada da Filosofia a Biblioteconomia corre o risco de não produzir conhecimentos, partindo para generalizações, normalmente repetições de metodologias que pouco ou nada trazem de original” (MOSTAFA, 1983, p. 222). Afirmações sobre o pouco interesse do bibliotecário nas questões teóricas e/ou filosóficas e a concentração em torno dos aspectos técnicos são apontadas frequentemente na literatura, cujo foco é justamente a busca por uma construção analítica do campo. Nessa direção, Amorim (1979, p. 920) realiza a seguinte pergunta: “E, no Brasil? Qual a preocupação com a teoria que possam ter revelado os bibliotecários brasileiros?” e responde: “acredito não errar dizendo que não temos tido essa preocupação. De fato, quando está ocupadíssima no trabalho de biblioteca, parecem sonhos e quimeras considerações de teoria, que se precisa e se pode fazer numa biblioteca”.

Fonseca (1969), ao examinar a Bibliografia Brasileira de Documentação (1811-1960), a qual também contempla a produção do campo da Biblioteconomia, declara que há uma predominância de livros e artigos sobre os chamados processos técnicos: edições de códigos e sistemas, discussões

sobre problemas de catalogação e classificação, traduções e adaptações de normas estrangeiras. Ademais, sobre essa produção excessivamente técnica, Fonseca (1969, p. 7) esclarece “uma fase técnica produz, necessariamente, livros técnicos”. Briquet de Lemos (2016), em palestra, declarou o mesmo sentimento rememorando a baixa produção da Biblioteconomia quando comparada a outras áreas, bem como quando se referia à produção teórica da Biblioteconomia expressa naquela bibliografia. E, parafraseando a frase de Monteiro Lobato “de que um país se faz com homens e livros”, relata que a Biblioteconomia não tem conseguido avançar junto nesse caminho, pois:

parece não existir uma correlação estatisticamente positiva entre o quadro atual de profissionais bibliotecários e instituições ligadas ao trabalho informacional e à produção de livros voltados para as comunidades de ensino e prática. Intriga-me o fato de estarmos perto de completar 40 anos de ensino de pós-graduação em ciência da informação e de, nesse mesmo período, ter havido um incremento vertiginoso do número de cursos de graduação, e nossa produção bibliográfica ser ainda modesta (BRIQUET DE LEMOS, 2008).

No âmbito do ensino, a leitura da produção teórica da Biblioteconomia aparenta ser trabalhada com pouca profundidade nos cursos de graduação, em particular, nas disciplinas propedêuticas, uma disciplina em que o aluno poderia ter seus primeiros contatos com os discursos dos autores do campo e do campo maior onde se localiza – as Ciências Sociais e Humanas. Sobre isso, Tanus (2013) revelou que os textos de autores das Ciências Sociais e Humanas passam ao largo da formação do aluno em Biblioteconomia, pois no ensino das disciplinas “teóricas específicas”, a pesquisa demonstrou que ocorre uma sugestão de leitura dispersa de vários artigos de periódicos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Acredita-se que, essas disciplinas, de cunho teórico, além de se debruçarem sobre a história e o processo de constituição do campo, deveriam, igualmente, aprofundar-se na leitura de autores/teóricos do campo da Biblioteconomia e das Ciências Sociais em conjunto.

Acredita-se que as aproximações das correntes de pensamento com o campo da Biblioteconomia, a partir de autores de ambas as áreas poderiam clarear e consolidar melhor as ações e práticas realizadas no exercício da profissão. O contato com a teoria e a abstração reforçaria inclusive o próprio

campo enquanto saber científico autônomo, dotado de especificidades e relações diferenciadas com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas. Nessa direção, Minayo (2010, p. 80-81) ao investigar as pesquisas da área da Saúde e as correntes de pensamento, esclarece que elas “fazem parte da própria pluralidade ideológica da sociedade atual, onde as visões de mundo estão comprometidas com posturas concretas na prática teórica e política”. Não sendo possível desvincular o atrelamento da medicina com a estrutura social, ocasionando uma pluralidade de visões de mundo presentes nas interpretações da realidade com o objetivo de apreender e compreender o complexo objeto social (MINAYO, 2010). No campo da Biblioteconomia, esse enlace entre a investigação científica e a prática profissional tem sido discutido a partir da *evidence-based librarianship* (EBL), ou *evidence based information practice* (EBIP), mas que ainda tem se mostrado de modo incipiente no campo (KOUFOGIANNAKIS; CRUMLEY, 2006).

É de suma importância compreender a Biblioteconomia como Ciência Social para além das classificações institucionais e das agências de pesquisa, que as classificam como “Ciência Social Aplicada”, pois como bem afirmou Souza (1993, p. 20) “estamos inseridos no agrupamento dos cientistas sociais, mas a nossa perspectiva do social tem sido das mais pobres”. É necessária a compreensão da realidade para a efetivação do bibliotecário na sociedade como agente de transformação, assim como da biblioteca como agente de mudanças institucionais e sociais onde se insere (SOUZA, 1993). Esclarece-se que, a Biblioteconomia como Ciência Social tem no seu escopo o conhecimento da realidade e participação no processo de interpretação, construção e intervenção dessa realidade, objetivando explicar os fenômenos humanos e sociais. As ações humanas e sociais, individuais e sociais, estabelecem uma dupla fundação, entre fundante e fundação, pois a instituição da ação é também condição social, possibilitada pela sociedade – “a sociedade é condição e efeito da ação que a institui”. (CHAUI, 2013, p. 98). Silva e Pinto (1990, p.14) salientam que “o social é irreduzível ao indivíduo, sem a consolidação desta tese não haveria ciência social”, a busca em responder aos problemas postos pelo indivíduo e pela sociedade por meio de perspectivas diferentes – conjunto articulado de questões, problemáticas, objeto, teorias,

princípios, estratégias metodológicas etc. – compõem a diversidade e pluralidade das ciências sociais.

Desejando, então, diminuir um pouco dessa lacuna sobre as discussões teóricas e epistemológicas da Biblioteconomia apontadas pelos autores, tem-se aqui a intenção de trazer à luz os conhecimentos pertinentes à Biblioteconomia. Além disso, esta pesquisa deriva também da necessidade de conhecer mais profundamente os autores e obras teóricas do campo da Biblioteconomia que, ao longo da trajetória do curso de graduação foram poucos explorados, ficando a escolha da leitura de alguns autores e textos a critério dos professores e pesquisadores que a indicavam. Reflexão que vai ao encontro do pensamento de Hissa (2013, p. 17) “a pesquisa é o movimento que deveremos fazer na direção da construção da consciência de ignorâncias nossas”. Contudo, sabe-se que, esse cenário é diferente dentro do escopo das Ciências Sociais e Humanas, que possui seus autores clássicos já consagrados e lidos por sua comunidade científica desde os primeiros cursos de formação¹.

Assim, acredita-se que a Biblioteconomia carece de uma visão mais sedimentada e compartilhada de seus autores referenciais e elementares à compreensão do campo. Esse mesmo sentimento de fragilidade diante da fundamentação teórica da Biblioteconomia foi apresentado também por Amorim (1979):

Falta-lhe conteúdo substantivo, ausência essa que provocou a queixa de colega inteligente e instruída, enfrentando seu sétimo ano de estudos em biblioteconomia, a nível de pós-graduação, apesar de tanto estudo, sente que nada sabe. Sabendo catalogar, classificar, atender aos leitores, obtemos apenas o domínio de técnicas para lidar com os registros dos outros campos de conhecimento (AMORIM, 1979, p. 915).

Essa displicência em relação à leitura mais cuidadosa da produção teórica da Biblioteconomia para além das quantificações realizadas em estudos bibliométricos e cientométricos, que se classificam como “epistemológicos da Biblioteconomia”, abre um espaço fértil às pesquisas em que é almejada a

¹ Sobre essa discussão mais aprofundada relacionada ao campo das Ciências Sociais sugere-se o texto “A importância dos clássicos”, de Jeffrey C. Alexandre. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria Social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. Em relação ao campo dos estudos literários indica-se o livro de Italo Calvino. **Por que ler os clássicos?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

diminuição dessa lacuna no campo, relatada por autores desde a Escola de Chicago até os nossos dias. Dentre os expoentes da Escola de Chicago, Butler (1971), em sua obra publicada em 1933, a qual é considerada como uma das primeiras exposições em profundidade de uma introdução à Biblioteconomia, declara que muitos bibliotecários se caracterizam pela "simplicidade de seu pragmatismo" e, ao contrário de seus colegas de outros campos da ciência social, "o bibliotecário desinteressa-se pelos aspectos teóricos de sua profissão" (BUTLER, 1971, p. IX). O autor acrescenta, ainda, que "parecem possuir uma imunidade peculiar a esse tipo de curiosidade que, em outros ramos, leva o homem a tentar, de algum modo, obter certa orientação para seus esforços particulares junto ao curso principal da vida humana" (BUTLER, 1971, p. X).

Tendo em vista a importância da relação estabelecida entre a prática e a teoria que juntas conformam uma práxis, acredita-se que o desvelamento das posturas teóricas da Biblioteconomia possibilitaria aos profissionais se armarem teoricamente, embasando-se, assim, em ações com base nas correntes de pensamento. Pensando ainda no conceito de saber trabalhado por Foucault (1999), salienta-se que, comporta elementos discursivos do plano das coisas ditas, como elementos não discursivos, mais próximo do plano da prática, do não dito. As práticas por si só poderiam, então, constituir elementos de análise à discussão dos saberes de um campo científico, tal como fez Foucault em seu momento genealógico. Contudo, não se objetiva incluir a análise das práticas desempenhadas nas bibliotecas, dos fazeres inseridos nestas instituições a fim de que seja compreendida uma possível teoria da Biblioteconomia; ficando-se restrito aos textos, aos saberes ditos e produzidos a partir do século XX sobre este campo científico.

Ademais, a respeito da importância de se trabalhar com as questões teóricas já explicitadas, cabe demonstrar a relevância do pensamento de Michel Foucault no desenvolvimento desta pesquisa. Em especial no momento arqueológico, em que o filósofo francês desloca as pesquisas epistemológicas, realizadas com recortes de unidades dos ramos tradicionais das ciências (ciências exatas e naturais) e das vastas unidades da história, para abranger outra ordem dos conhecimentos, sejam científicos ou não, bem como uma história das discontinuidades e rupturas. Para Foucault, essa discussão do

conhecimento verdadeiro, totalizante, com pretensões de neutralidade científica é suspensa para que sejam abrangidos os saberes manifestados de modo plural, independentemente do rigor da cientificidade das ciências. Assim, a partir desse aporte crítico de Foucault, que também propõe novas categorias como: enunciado, discurso, formação e prática discursiva, positividade e regularidade dos saberes, é possível pensar o campo da Biblioteconomia a partir de seus discursos/saberes elaborados em momentos e espaços definidos.

Discursos que são compreendidos para além do autor como um sujeito único, detentor de um estado civil e de um texto, mas sim de um sujeito imerso nos acontecimentos, em um campo discursivo, que revelam uma rede complexa de conhecimentos. Tal como a figura do livro que não mais se encerra quando suas páginas são fechadas; o livro extrapola a imagem do paralelepípedo em mãos, sendo apreendido como uma unidade relativa e variável nas palavras do autor:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de reminiscências a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede (FOUCAULT, 2000, p. 26).

Em relação à apropriação do pensamento de Michel Foucault no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, Buschman (2010) analisou as ideias foucaultianas, as quais se vinculam à constituição de uma teoria crítica. Segundo o autor, as teorias críticas se referem aos esforços para explorar várias posições teóricas e filosóficas e seus significados no espírito de colocar criticamente em discussão, em grande parte, as pesquisas e trabalhos realizados tendo como base o positivismo. Buschman (2010) demonstra, assim, os usos de conceitos como: discurso; saber/poder; fantasia; arqueologia/genealogia, em especial, nos trabalhos de Budd; Raber; Dick; Day; Frohmann; Radford; Pettigrew e Mckechnie, entre outros; nomes que também configuram no levantamento realizado por Dewey (2016), no qual buscou analisar o uso de duas obras de Foucault (Arqueologia do saber e Ordem do discurso) na produção científica do campo *Library, and Information Science/Studies* (LIS), no período de 1990-2015.

Dewey (2016) analisou as citações dessas obras nos artigos encontrados durante aquele período, as quais foram definidas de duas maneiras: muito substancial e significativa. Os resultados demonstraram, contraditoriamente, ao que se esperava – aquelas duas obras são pouco utilizadas no campo e, quando são, a maioria o faz de modo breve, vago, uma passagem apenas, sem aprofundamento maior. Constata ainda que, “A arqueologia parece ser muito ofuscada por obras posteriores de Foucault; a obra - Ordem do discurso é quase invisível” (DEWEY, 2016), a preferência por Foucault se desloca às fontes secundárias, os comentaristas, os quais se configuram como mais acessíveis ao pensamento de Foucault. Assim, os pesquisadores mostram um distanciamento progressivo do discurso das obras originais e sua substituição por camadas intervenientes de comentários secundários, sendo que o próprio Foucault, frequentemente e em grande parte, desaparece ou perdura em cima como um antepassado mítico (DEWEY, 2016).

Em particular no Brasil, Freitas (2010), a fim também de suprir a ausência de conhecimentos sobre as sistematizações do uso da análise do discurso foucaultiano no campo informacional (Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia) realizou um levantamento dos trabalhos publicados na área, cuja busca ocorreu no Google Acadêmico (2006 a 2010); nas bases de dados: LISA (1968 a 2009); BRAPCI – Base referencial de artigos de periódicos em Ciência da Informação (1972 a 2009); e nos anais do ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2000 a 2009) resultou na constatação de um baixo uso da análise do discurso, embora desde a década de 1990 tenha sido cada vez mais utilizada, juntamente, com outras metodologias de cunho qualitativo, como também outros aspectos da obra de Foucault, que não apenas o da análise do discurso.

Cumprido salientar que, vinculado à constituição propriamente do campo da Biblioteconomia e da história das bibliotecas, a produção dos autores brasileiros Murguía (2012, 2014) e Santos (2015), os quais estabelecem um enlace com o pensamento foucaultiano merece destaque; ambos os autores citam a estreita relação entre escrita e poder, o que conecta a biblioteca a um lugar de poder, de modo que as bibliotecas são sustentadas e sustentáculos do poder, assujeitando-se a um poder institucionalizado (SANTOS, 2015). Murguía (2014, p. 6) salienta as relações de poder, a partir do campo de saber da

Biblioteconomia, de modo que o “saber não deve ser pensado de forma isolada, mas, sim, dentro de suas relações de poder”. Nesse sentido, a Biblioteconomia é vista como “saber-poder”, um dispositivo de poder que se agencia através do discurso, das organizações e das práticas. As relações de poder são desveladas através de associações ou aproximações com outros campos ao longo de seu processo de constituição, buscando a compreensão dos enfrentamentos com a Ciência da Informação.

Santos (2015) traz o enlace das bibliotecas com as *epistemes* ou os três momentos trabalhados por Foucault². Assim, na Renascença, as bibliotecas foram marcadas pela quantidade enorme de acervos, uma acumulação, que marca a supremacia da imaginação sobre a razão. Na época clássica, a ordem científica, a razão e o pensamento objetivo, cartesiano, capaz de medir e ordenar, reflete-se em catálogos mais sistematizados. Na Modernidade, a biblioteca se torna outro espaço destinado a formar cidadãos úteis por meio da docilização de seus corpos e almas (SANTOS, 2015). Sem adentrar profundamente na história das bibliotecas, o autor deixa, claramente, o nascimento da Biblioteconomia Moderna dentro do contexto da modernidade.

Ainda, segundo Santos (2015) o século XIX marca o nascimento da Biblioteconomia, num contexto de esquadramento dos saberes, dos saberes especializados que emergem, constituindo-se em práticas de poder, bem como da formação de uma sociedade disciplinar, que busca a formação de corpos dóceis e úteis. Segundo o autor, a biblioteca reflete este pensamento – da ordem de um saber e de poder – através dos serviços, produtos, acervos, e, sobretudo, pelas técnicas de classificação e catalogação, os quais homogeneizam e totalizam os sujeitos, promovendo um apagamento, silenciamento das identidades e do outro, que não corresponde ao “tipo ideal”, ou melhor, a um “bom cidadão” (SANTOS, 2015). De modo geral, o exemplo

² Outro nome que se desponta ao trabalhar com a “ordem dos saberes” ou as três *epistemes* é Rosa San Segundo Manuel (1993), em especial, em sua tese “Teoría e Historia de la Clasificación Bibliotecaria en España: siglos XIX y XX”. Contudo a autora se concentra na linha de “Organização do conhecimento”, o que requer outro momento de discussão, que por ora se concentra nos aspectos “epistemológico” do campo, no sentido do conhecimento que se tem ou fala do conhecimento da Biblioteconomia. O pensamento de Michel Foucault em relação à produção de pesquisas brasileiras, em particular, cujo foco consiste no campo da Ciência da Informação, em diversos aspectos e temáticas, que não foram arroladas e analisadas por não constituir no escopo deste trabalho.

emblemático se refere à biblioteca pública originada nesse contexto, a qual tinha justamente o papel de instruir as massas incultas e afastá-las de uma literatura nociva, que subvertesse a ordem, cabendo ao bibliotecário o papel de selecionar bem as fontes, promovendo as virtudes dos homens (SANTOS, 2015).

Além do embasamento de Michel Foucault, outro contemporâneo desse autor também francês, Pierre Bourdieu complementa o aporte teórico-metodológico desta pesquisa ao trazer à discussão o entendimento de campo científico. Assim, um campo se constitui de forças e lutas entre os agentes para a manutenção ou transformação da comunidade, na qual se insere, que não mais é vista sem embates e interesses ou deslocado de um campo social mais amplo³. O campo modifica e é modificado pelas estruturas, pelas lutas e pelo poder simbólico (BOURDIEU, 2002). Em ambos os autores está presente a questão do poder como força produtiva, relacional e capaz de marcar os efeitos e posições dos sujeitos, assim como, a questão da verdade, que não é mais absoluta, e sim relativizada, sendo construída e inserida historicamente.

Diferentemente das pesquisas que demonstram o uso e o impacto das citações relacionadas às produções de Michel Foucault, com Bourdieu estas pesquisas são em números ainda mais reduzidos. Em uma pesquisa realizada na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) por Silva e Hayashi (2012, p. 22), com relação Bourdieu e à Bibliometria, declararam que “os achados demonstraram que a apropriação das teorias bourdinianas ainda é minoritária nos estudos bibliométricos e de análise da produção científica no Brasil”. Urbizagástegui Alvarado (2009) estabeleceu uma relação entre os autores e sua produtividade com os conceitos de Bourdieu, de capital (cultural, social e político) e a posição no campo ocupada pelos autores. O autor declara ainda que, “infelizmente, os aspectos sociais da produtividade científica não têm sido suficientemente explorados na Biblioteconomia e Ciência da

³ O conceito de campo bourdiniano traz a ruptura com o conceito de comunidade científica, de Robert Merton, no qual afasta uma dimensão política, interessada e construtivista da ciência. Com Bourdieu há um desvelamento das relações de poder e luta do campo, por autoridade e competência científica, espaços que demarcam os efeitos das ações dos pesquisadores inserido em um “mundo social”. O conceito de campo científico também afasta da ideia de comunidade científica trazida por Tomas Kunh, que reforça a ideia de um compartilhamento de um modelo, teorias, práticas entre os cientistas por meio da adoção de um paradigma comum.

Informação, embora Bourdieu tenha produzido uma valiosa e vasta literatura a esse respeito” (URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2009, p. 76-77).

É na relação da Biblioteconomia com a Ciência da Informação que se demonstra a presença de Bourdieu, conforme o estudo de Lucas e Vargas-Quesada (2015). O *corpus* da pesquisa foi levantado a partir da presença de Bourdieu nos artigos indexados na base de dados *Web of Science*, na área *Library and Information Science* (LIS). Foram recuperados 57 documentos, entre 1995-2014, um período de 20 anos, o que dá uma média de 2,8 artigos por ano, levando a uma importante consideração “a utilização do sociólogo ainda é incipiente na área de Ciência da Informação” (p. 5). Desses trabalhos apenas dois estavam em português, a maioria na língua inglesa, o que revela também uma baixa produção brasileira sobre os conceitos de Bourdieu. Hussey (2010) demonstram ainda algumas pesquisas da área *Library and Information Science*, em que são utilizados os conceitos bourdinianos como, por exemplo, os de campo, capital, poder, violência simbólica, *habitus*. O autor chama a atenção à existência de muitos outros temas e questões do campo da LIS, que poderiam se beneficiar com os conceitos e teorias de Bourdieu.

É de suma importância compreender que as teorias são construções históricas formadas por um conjunto sistemático de discursos. Essas sistematizações de um pensamento que conformam as teorias objetivam o afastamento do que é tido como natural e naturalizado por força histórica, conhecido como senso comum ou de uma força de causalidade, causa e efeito entre o observável e o expresso textualmente. Esse movimento de produção de teorias é constante, formado por:

Um corpus ilimitado de textos escritos que está sempre sendo aumentado à medida que os jovens e inquietos, em críticas das concepções condutoras de seus antepassados, promovem as contribuições à teoria de novos pensadores e redescobrem a obra de pensadores mais velhos e negligenciados (CULLER, 1999, p. 24).

Essa característica faz com que as teorias sejam infinitas, pois "não é algo que você poderia algum dia dominar, nem um grupo específico de textos que poderia aprender de modo a “saber teoria”, e essa condição de impossibilidade de dominar a teoria seria importante causa de resistência a ela (CULLER, 1999, p. 24). Ou mesmo, acrescenta o autor "grande parte da

hostilidade à teoria, sem dúvida, vem do fato de que admitir a importância da teoria é assumir um compromisso aberto, deixar a si mesmo numa posição em que há sempre coisas importantes que você não sabe. Mas essa é uma condição própria da vida" (CULLER, 1999, p. 24). Talvez seja essa constante angústia entre o saber e o fazer que leva o plano empírico a prevalecer sobre o teórico no campo da Biblioteconomia, mas que conforme já destacado, ambas não se opõem ou não deveriam, elas se completam, levando ao mútuo enriquecimento entre o saber e o fazer. Por isso, é necessário pensar, refletir, discutir, tensionar os discursos da Biblioteconomia a partir de seus próprios teóricos, visando possibilitar um caminho de conscientização dos vários posicionamentos teóricos, ou melhor, dos diferentes saberes da Biblioteconomia e dos diferentes olhares lançados sobre os fenômenos biblioteconômicos a respeito de uma realidade.

1.5 Estruturação da tese

No capítulo 2 "**Da prática à teoria: produção do conhecimento**" visa-se à compreensão da trajetória da Biblioteconomia, a qual é empreendida a partir de um percurso das produções discursivas do campo: **Biblioteconomia pré-científica**, que remonta à Antiguidade e à Idade Média (2.1); **Biblioteconomia protocientífica**, que se inicia com a Modernidade (2.2); chegando à denominação de **Biblioteconomia científica**, que se consolida no século XIX até os dias atuais (2.3). Esse rememorar das sendas da Biblioteconomia permite a assimilação dos acontecimentos discursivos que marcaram o desenvolvimento da formação discursiva desse campo, que se instaura inicialmente sobre as bases empíricas, chegando, posteriormente, a um plano teórico como norteador das práticas.

No capítulo 3 "**Produção científica da Biblioteconomia**" objetiva-se a demonstração de alguns estudos sistemáticos realizados, que buscam mapear as características da produção da Biblioteconomia, aclarando a carência de estudos teóricos no campo, tendo em vista que a produção se concentra em estudos voltados a uma prática profissional, de natureza aplicada e empírica. Em seguida, buscou-se apresentar, especificamente, os estudos que abordam "**A relação da Biblioteconomia com as correntes de pensamento das**

Ciências Sociais e Humanas” (3.1), visando mostrar essa produção e os diferentes enlaces possíveis entre os campos e os desdobramentos que acarretam na visão sobre a própria Biblioteconomia.

No capítulo 4 “**Fundamentação teórico-metodológica**” perpassa-se pela caracterização da pesquisa científica, bem como esclarece o pensamento de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, que conformam o “**Caminho teórico do conhecimento**” (4.1). Em seu momento arqueológico, Foucault discute os saberes e as formações discursivas a partir da análise do discurso, no qual inspira o percurso de compreensão da formação discursiva e dos próprios discursos da Biblioteconomia. Bourdieu contribui para se pensar o campo científico da Biblioteconomia, um campo formado por sujeitos em disputa por espaço, autoridade e competência, uma luta concorrencial. O motivo da seleção dos livros é exposto no tópico “**Seleção dos livros**” (4.1.1). O método da análise de conteúdo é discutido com diversos autores, o que permite a operacionalização da leitura dos discursos, marcando o “**Caminho da análise**” (4.1.2).

O capítulo 5 “**Análise dos discursos**” foi elaborado através das categorias temáticas extraídas após a leitura dos livros, as quais são: Biblioteca; Bibliotecário; Biblioteconomia (Interdisciplinaridade; Técnica, teoria e prática); Usuário (Leitura); Informação (Necessidade de informação); Conhecimento e Documento. Deste modo, delas apresenta-se o pensamento de cada um dos autores referentes a estas categorias e subcategorias, buscando apresentar proximidades e afastamentos.

No capítulo 6 “**Diálogo da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas**”, perfaz-se a análise e a relação dos discursos extraídos dos livros com as correntes de pensamento. Foram definidas três amplas correntes do pensamento nomeadas por Lallement de: “**Ordenamento do social**” (6.1); “**Contradições do social**” (6.2); e “**Construção do social**” (6.3). Cada uma dessas categorias faz sobressair características distintas umas das outras, permitindo uma relação com os discursos da Biblioteconomia, sem que haja uma redução destoante das teorias sociais. Os discursos dos autores da Biblioteconomia podem ser encontrados em uma ou mais dessas categorias, dependendo do enfoque dado aos enunciados.

Com o capítulo 7, chega-se às “**Considerações finais**”, em que se retoma o pensamento de Foucault e Bourdieu para a finalização, bem como é sugerido o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da Biblioteconomia.

2. DA PRÁTICA À TEORIA: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

"Una ciencia, para seguir ampliando sus horizontes cognoscitivos, deve recuperar los pasos dejados atrás para que le sirvan de guía de los pasos que dará hacia adelante" (ALFARO LÓPEZ, 2011).

2.1 Biblioteconomia pré-científica

A palavra Biblioteconomia etimologicamente pode ser decomposta em três elementos: *Biblion* = livro, *Theke* = armazém e *nomos* = administração ou descrição, resultando assim na concepção de Biblioteconomia como organização e administração de bibliotecas (biblioteca + economia)⁴. Outro termo similar a este é Bibliotecología, que consiste na união de *Biblio* = livro, *Theke* = armazém e *Logos* = estudo, sendo, portanto, mais amplo que o anterior devido ao sufixo logos, que significa ciência, ou seja, a ciência das bibliotecas. Esses termos, de origem latina e grega, serão trabalhados como conceitos científicos séculos depois da Antiguidade, momento em que prevaleceram os primeiros saberes empíricos da área. Assim, a prática da Biblioteconomia ou Bibliotecología⁵ já era exercida nos espaços das primeiras bibliotecas, daí o enlace em retornar às mais tenras bibliotecas quando se aborda a “Epistemologia da Biblioteconomia”, mas, por outro lado, volta-se aqui ao enfoque das produções precursoras que marcaram o desenvolvimento do campo biblioteconômico, não sendo, portanto, uma história das bibliotecas.

Na Antiguidade, o primeiro catálogo produzido por Calímaco de Cirene inaugurou as bases para a organização dos registros do conhecimento, utilizando os títulos das obras e os nomes dos autores em ordem alfabética,

⁴ Embora seja comum encontrar a designação de *biblion* como livro, destaca-se que no primeiro momento a palavra era associada ao “suporte da escrita” (ou a parte interna do papiro, papel, tal como *liber* que seria a parte “viva da casa” antes de significar “livro”). Assim segundo Derrida (2004) *biblion*, portanto, queria dizer somente “papel de escrever” e não livro, nem obra ou *opus*, somente a substância de um suporte particular.

⁵ Biblioteconomia e Bibliotecología, embora sejam termos com grafias diferentes e com etimologias que conduzem a visões distintas entre uma “Biblio” voltada para a prática (nomos) e outra para a ciência (logos), cumpre salientar que ambos os termos são usados em distintos países, mas com concepções muito próximas. Nesse sentido, os termos estão relacionados mais a uma questão de localização geográfica em que são utilizados, do que propriamente uma postura epistemológica de divisão entre regras e pensamento. No Brasil, por exemplo, emprega-se Biblioteconomia, enquanto nos países latinoamericanos é usado Bibliotecología. Ambos denotam o campo científico da Biblioteconomia, sem que haja uma redução do primeiro em relação ao segundo termo como operado por Buonocore (1976).

contando inclusive com uma breve biografia e a divisão por assunto: retórica, direito, literatura, épica, tragédia, comédia, poesia, medicina, matemática, ciências naturais e miscelânea (CAMPELLO, 2006). Galeno de Pérgamo escreveu *De libris propilis liber* e *Ordine librorum liber*, os quais podem ser considerados antecessores dos repertórios bibliográficos. No livro VI da obra *De Architectura*, no capítulo IV, abordavam-se orientações sobre a construção dos espaços, entre eles a biblioteca e a pinacoteca romana. A Biblioteca de Celso, construída em homenagem a Tibério Júlio Celso Polemeno, em 135 d.C, seguiu esse manual romano sobre a arquitetura do espaço, em que a única sala do edifício estava a leste, devido à incidência dos raios de sol da manhã, porque seus usos requeriam a luz do dia.

Ainda na Antiguidade foi escrito por Marco Terencio Varrón o livro - *De bibliothecis* III -, cuja temática era a organização de bibliotecas. Segundo Valcárcel (2004), coube a Varrón a compra dos livros e a classificação em duas salas, uma grega, outra latina, com base no critério linguístico-geográfico da Biblioteca Pública de Roma. O imperador romano Tiberio criou o cargo administrativo, denominado *procurator bibliothecarum*, vinculando a biblioteca a este profissional (PULIDO; MORRILAS, 2006). Além dessa iniciativa de “profissionalização”, ou melhor, ocupação do bibliotecário⁶, Valcárcel (2004) aponta que havia também o cargo *bibliothecarius* ou *magister a bibliotheca*, destinado a atividades como conservar a coleção, efetuar cópias, ordenar os

⁶ O radical da palavra “bibliotecário”, o mesmo da palavra biblioteca (*biblion*), conduziu, por muitos séculos, na associação direta entre aquele que trabalhava no espaço denominado biblioteca. O exercício de uma atividade no espaço da biblioteca ou de determinada função com os registros do conhecimento ao longo da história recebeu inúmeras denominações, sendo as mais usuais: *armarius*, *custos*, *antiquarius*, *bibliothecarius*, *librarius* e *scripturarius* (SILVEIRA, 2016). A compreensão do bibliotecário como um profissional habilitado a partir de conhecimentos específicos advém apenas no século XIX, momento em ocorre de fato a profissionalização, contexto em que são criados os primeiros cursos de formação acadêmica nas universidades modernas, como também as primeiras associações profissionais. No Brasil, a designação de bibliotecário é privativa dos bacharéis nos termos da lei n.4084 de 30/06/1962, tendo o primeiro curso de formação em funcionamento na Biblioteca Nacional, em 1915. Considera-se, contudo, que não é possível apagar uma trajetória de práticas e de saberes empíricos exercidos por esses “bibliotecários” ou “polímata” ao longo da história. A ruptura dessa associação provém com o marco do ensino a partir de uma formação definida em cursos superiores, o que correspondia também a uma necessidade de um contexto de delimitação das disciplinas devido a crescente acumulação do conhecimento (BURKE, 2016). Assim não é mais viável essa correlação direta entre biblioteca e bibliotecário ou entre ele e qualquer registro de modo direto, tornando-se tal postura reducionista ou mesmo um erro a partir da definição do ensino de Biblioteconomia, que desenvolve um conjunto de conhecimentos acerca dessa disciplina, não podendo mais operar com a ação nela mesma, sem reflexão ou sem o plano teórico como norteador.

rolos em seus armários ou estantes, confeccionar o *titulus* e, talvez, relatar um catálogo ou lista de obras publicadas.

Durante a Idade Média, houve, ainda que “tímido”, um esforço de sistematização do funcionamento das bibliotecas, consideradas um espaço de conservação das obras, centrada na organização, tendo a figura dos catálogos como forma de inventário. Pereira e Santos (2014) citam o catálogo do mosteiro beneditino de *Saint Requier*, na França, o qual era composto de 246 volumes, bem como o do mosteiro de Bobbio, na Itália, no qual estavam registrados 700 volumes e o catálogo do mosteiro de Lorsch, na Alemanha, com 600 volumes. Magno Aurelio Cassiodoro, fundador do mosteiro de Vivarium, em 550 d.C, escreveu *Institutiones divinarum et secularum litterarum*, que se constituiu em um tratado das regras de funcionamento de uma biblioteca e de um *scriptorium*, bem como aborda a seleção de obras que uma biblioteca monástica dedicada ao estudo deveria possuir em sua coleção. Isidoro de Sevilla, autor da obra *Etimologías* (publicada em torno de 630), composta pelos capítulos *De libris et officiis ecclesiasticis*, *De medicina et bibliothecis* e *De librariis et eorum instrumentis* traz nos dois primeiros capítulos o desenvolvimento de coleções para eclesiásticos e médicos e, no terceiro capítulo, os instrumentos de trabalho como a elaboração de códices, conhecimento do documento e o trabalho do monge. Em virtude da extensão, 448 capítulos em 20 volumes, essa obra pode ser considerada como uma das primeiras enciclopédias do medievo. Nesse momento, a fim de reunir o conhecimento disponível citam-se esforços de Bartholomeus Anglicus, que escreveu *De Rerum proprietatibus* (1240) e Vicente de Beauvais, com *Speculum Majus* (1260).

Ainda em 1260, foi escrito o “primeiro tratado de Biblioteconomia”, de autoria de Domenicano Humberto de Romanis, autor da obra *Instructio officialium*, composta pelo capítulo denominado *Librarius* (VALENZUELA, 1998; PULIDO; MORRILAS, 2006). Richard de Fournival, autor de *Biblionomía* escrita no século XIII, consiste num conjunto de regras à organização de coleções (PULIDO; MORRILAS, 2006). Não obstante, o primeiro registro de um catálogo entre bibliotecas remonta ao medievo, especificamente a 1250-1296 com a obra *Registrum librorum angliae*, que reunia as informações sobre o acervo dos 183 mosteiros franciscanos ingleses (SERRAI, 1975). Nessa mesma linha, foi

escrito durante a baixa Idade Média, *Informatorium bibliothecarii*, de Georgius Carpentarius e publicado por Ludwig Sieber em 1888.

Nesse momento de criação das primeiras bibliotecas das universidades europeias, Richard de Bury estabeleceu em seu livro *Philobiblon* ou “amigo do livro”, regras de acesso à biblioteca de Oxford como, por exemplo: o empréstimo estava condicionado a uma espécie de promissória que era superior ao valor do livro, sendo, apenas, os selecionados que podiam realizar o empréstimo, mediante anotação do título e a data do empréstimo, não podendo sair da cidade ou seus subúrbios com o livro. Quanto aos livros com duplicatas perdidas não era permitida sua saída da sala da biblioteca (BURY, 2007). Além disso, o livro de Bury salienta o amor aos livros, os quais são vistos como mestres dos mestres, tesouro infinito dos homens e riqueza maior que todas as riquezas, inclusive a “biblioteca de sabedoria é mais preciosa do que todas as riquezas e todas as cousas desejáveis não se podem comparar a ela” (BURY, 2007, p. 34). Assim, esta obra sobre “bibliofilia”, escrita em 1345, “trata-se do que pode ser considerada a primeira publicação - desde que os sumérios escreveram cuneiformes nas ancestrais tabuinhas de argila – a abordar exclusivamente a paixão pelos livros” (ROLLEMBERG, 2004, p. 9).

Percebe-se, então, que nesse primeiro momento denominado de Biblioteconomia pré-científica, as produções escritas ainda em número reduzido, se voltavam ao fazer dentro do espaço da biblioteca: como selecionar e montar coleções, como organizar e administrar as bibliotecas e as suas coleções em papiro ou pergaminho. Em síntese, a Biblioteconomia inicia sua trajetória em decorrência das práticas exercidas nas primeiras bibliotecas, as quais eram imbuídas do espírito conservacionista, assim como é vista como uma arte ou ofício pelo menos até o século XV (PULIDO; MORRILAS, 2006).

2.2 Biblioteconomia protocientífica

Com a imprensa, no século XV, a produção de livros assumiu gradativamente o caráter de impresso e de produto mercantil⁷. Ao lado dessa

⁷ Apesar da invenção da imprensa, um marco na Idade Moderna, as consequências são lentas e graduais e não súbitas e revolucionárias, pelo menos num primeiro momento. Nos primeiros

alteração houve também a profissionalização dos tipógrafos e o rompimento do monopólio da produção bibliográfica sob as ordens religiosas, o que levou à produção de livros de assuntos diversos e em quantidade nunca antes imaginada, devido à própria limitação do homem em realizar cópias em escala maiores (ou industrial). Com o Renascimento, o interesse pela produção humana, obras artísticas, filosóficas, científicas, da Antiguidade e do momento moderno levaram a uma procura pelos livros e a confecção de novos, aumentando, inclusive, as ações de colecionadores, bibliógrafos, em suas bibliotecas particulares de caráter enciclopédico. A quantidade excessiva de livros conduziu a uma necessidade de organização desse conhecimento acumulado durante os séculos, de forma que poderia ser nomeado de época dos catálogos e das classificações (ARAÚJO, 2013, 2014).

Ainda nos primeiros cinquenta anos da imprensa, o editor, tipógrafo e livreiro, Aldo Manuzio, em 1458 imprimiu a primeira classificação bibliográfica, formada por uma lista de livros em grego (*libri graeci impressi*) organizada em cinco classes: Gramática, Lógica, Poética, Filosofia, e Escritura Sagrada (VALENZUELA, 1998). Essa autora aponta que Hernando Colón (1488-1539) produziu vários catálogos para a biblioteca de Sevilla, *El registrum A e Compendium librorium*, contendo inclusive índices de autores. Alejo Venegas, também espanhol, publicou em 1540 uma bibliografia geral dividida em quatro ordens: original, natural, racional e revelado. Luis Vives (1490-1540), assim como os outros dois autores espanhóis, publicou *Dialogistica linguae latinae exercitatio*, uma obra sobre normas da biblioteca (VALENZUELA, 1998). Pulido e Morrilas (2006) destacam que advém desse momento o primeiro catálogo dicionário da biblioteca Bodleiana de Oxford e os primeiros catálogos comerciais na feira de Frankfurt.

A primeira bibliografia universal se vincula a Konrad Von Gesner, botânico e bibliófilo, que publicou o catálogo *Bibliotheca Universalis*, em quatro volumes (3 volumes e 1 apêndice) em 1545. Cada uma das doze mil obras listadas aparece indexada sob o autor ou o assunto; contém índice por nome, sobrenome e remissiva com variantes do nome. No suplemento *Pandectaruim*

cinquenta anos depois da imprensa dos tipos móveis na Europa, os incunábulo seguíam ainda os estilos dos livros manuscritos. Sendo, apenas, no século XVII que o livro assume características próprias no sentido de impresso.

sive partitionum universalis, de 1548, Gesner classificou os quinze mil livros por assunto, o que resultou em 21 classes que se subdividiram em seções e subseções; além de conter um índice alfabético e palavras-chaves com 25 mil entradas (SERRAI, 1975; VALENZUELA, 1998). Alonso (2006) aponta, também, que essa obra deveria servir de base à organização sistemática das coleções das bibliotecas, assim como as bibliotecas deveriam usar a sua bibliografia (*catalogus scriptorium*) para a construção de seus catálogos (*catalogus librorum*), formando assim uma “biblioteca ideal”. Em 1574, Gesner publicou outra obra *Bibliotheca Instituta et collecta primvm a Conrado Gesnero* [...], que arrola “títulos de obras e nomes de autores que, segundo o inquisidor anônimo, estariam ‘em danação’, proibidos” (PINHEIRO, 2013).

Seguindo a preocupação com a ordenação dos fundos da biblioteca, Federico Borromeo, cardeal italiano, escreveu a obra *Constitutiones Collegii ac Bibliothecae Ambrosionae*. Em 1584, foi criada a bibliografia nacional da *Bibliothèque Française de La Croix du Maine* e bibliografias organizadas por assunto no campo de teologia, direito, medicina e história como a *Bibliotheca Historica de Boldanus* (1620). Burke (1998) ressalta que algumas bibliografias procuravam ser abrangentes, outras eram deliberadamente seletivas, um ofício para diversos bibliógrafos como: Michel Maittaire, Jacques Charles Brunet e Johann Georg Theodor Grässe. Essas obras (as bibliografias), surgidas no século XVI, eram uma forma de resposta ao problema da explosão de livros, uma forma de se obter conhecimento dos livros produzidos por meio das organizações dessas informações, em especial, das referências dos livros em um outro livro. Essa espécie de controle bibliográfico também foi sentido por meio do depósito legal, que teve início em 1537, quando o rei Francisco I da França ordenou que todos os livros impressos e postos à venda deveriam ser antes depositados na biblioteca real (CAMPELLO, 2006).

Ainda no início do século XVII, em 1605, Francis Bacon na obra *Advancement of Learning*, baseada no *Trivium* e *Quadrivium*, de Cassiodoro, classificou as ciências em três grupos: poesia ou ciências da imaginação; história ou ciência da memória; filosofia ou ciências da razão. Serrai (1975) aponta que os sistemas de classificação bibliográfica de Gesner e o sistema de classificação filosófico de Bacon exerceram influência marcante sobre os esquemas de classificação conceitual e livreira, da *Encyclopédie* de Diderot e

D'Alembert até as categorias adotadas pela *Library of Congress* de Washington e a Classificação Decimal de Dewey, publicada no final do século XIX. Esse autor acrescenta ainda que as publicações de bibliografias eruditas, em particular de Tritheim no fim do século XV e a de Konrad Von Gesner permitiram um “notável impulso para a introdução, a difusão e o aperfeiçoamento das técnicas de indexação aplicadas aos catálogos por assunto” (SERRAI, 1975, p. 149). Essas bibliografias abrem caminho para a configuração de um novo campo do saber, a Bibliografia, e demonstram a relação intrínseca entre as bibliotecas, especialmente os catálogos de bibliotecas e sua organização com essas obras, as bibliografias, que visam à compilação dos saberes registrados, tal qual a biblioteca em seu espaço físico.

Gabriel Naudé, bibliotecário da biblioteca de Mazarino, é considerado o pai da Biblioteconomia moderna, devido a suas ideias expressas no manual publicado em 1627 nomeado de *Advis pour dresser une bibliothèque*⁸. Para Naudé a biblioteca deveria estar a serviço de todos e ter um caráter universal com livros editados em todos os ramos do saber, nas línguas originais e traduzidas, com obras literárias antigas e contemporâneas, obras ortodoxas e heterodoxas. Além dessa visão ampliada de acervo da biblioteca o catálogo deveria sistematizar tais obras, de forma que esse espaço não constituísse um amontoado de livros, mas uma coleção organizada que possibilitasse o acesso ao acervo por todos, tal como eram nas bibliotecas públicas daquele tempo, a biblioteca Bodleiana, Ambrosiana e Angélica de Roma (esta última fundada no século XVI, pelo agostiniano Angelo Rocca).

Morales López (2008) acrescenta que Naudé considerava que a seleção dos melhores títulos para as coleções era o grande desafio dos bibliotecários, focalizando, assim, em seu conteúdo independentemente de o bibliotecário estar de acordo ou não com o assunto, o que reflete uma mudança substancial no papel do bibliotecário, de guardião do saber, sobretudo de cunho religioso,

⁸ Este livro foi traduzido e publicado no Brasil, em 2016, por Antônio Agenor Briquet de Lemos, com o título “**Conselhos para formar uma biblioteca**”, composto dos seguintes capítulos: I. Por que se deve ter interesse em formar bibliotecas; II. De como se informar e saber o que é preciso para formar uma biblioteca; III. A quantidade de livros de que a biblioteca precisa; IV. Da qualidade e estado que os livros devem ter; V. Os métodos para adquirir os livros para a biblioteca; VI. A disposição do lugar onde guardá-los; VII. A ordem que convém dar-lhes. VIII. Ornamentação e decoração a serem aplicadas na biblioteca. IX. Qual deve ser o principal objetivo de uma biblioteca.

imbuindo de um espírito preservacionista para uma atividade racional de seleção dos saberes em prol do outro, e não mais de uma manutenção voltada ao acervo, para à custódia das obras armazenadas nas bibliotecas. A biblioteca ganharia assim o adjetivo moderno, sendo a biblioteca moderna formada pela relação entre o acervo, os leitores e ela, onde os profissionais bibliotecários possibilitavam o encontro entre os livros e os usuários.

Segundo Nelles (2000), Gabriel Naudé foi influenciado pelo livro *De bibliothecis syntagma*, escrito em 1602, com segunda edição em 1607, por Justo Lípsio. Essa obra pode ser considerada como o primeiro estudo monográfico sobre as bibliotecas da Antiguidade, servindo de modelo aos mecenas, aos bibliotecários e aos eruditos de seu tempo (NELLES, 2000). Nos onze capítulos reflete sobre a localização das bibliotecas na Antiguidade, geralmente, nos templos, sobre os mobiliários e a decoração da biblioteca, compostas por esculturas dos autores que ajudavam a ambientar o leitor, e também sobre a questão da meditação nas bibliotecas (lugar de erudição e pesquisa, sem finalidade pedagógica e orientação confessional) (NELLES, 2000). Diferentemente desse espírito, Gabriel Naudé defende que a decoração da biblioteca deve ser desprovida de qualquer ornamento como as estátuas de autores, conforme defendia Lípsio, pois para ele a figura central da biblioteca, o livro, não deve ser ofuscada por outros objetos (ALONSO, 2006).

Ademais, Lípsio apresenta em seu livro três significações do termo *bibliotheca*: um lugar, um armário de livros e livros (NELLES, 2000). Sobre o entendimento do conceito de biblioteca, Furtado (2007) apresenta que, no *Dictionnaire de Furetière*, de 1694, as obras eram entendidas também como bibliotecas por compilar várias outras obras de mesma natureza ou autores que compilaram tudo o que se poderia dizer sobre um assunto. Para Furtado (2007), Furetière propõe ademais da concepção da biblioteca como um lugar, uma coleção, da biblioteca como “os livros que contêm os catálogos dos livros das bibliotecas”. E, estas “bibliotecas sem paredes”, e “as diferentes acepções atribuídas ao termo “biblioteca” manifestam com acuidade uma das tensões cruciais que agitaram as letras da modernidade” (FURTADO, 2007, p. 49).

Em matéria de classificação bibliográfica, para as bibliotecas particulares tem-se o esquema de classificação denominado “sistema de Aroz”, referência ao seu autor, Francisco de Aroz, que publicou *De Bene Disponenda*

Bibliotheca, ad meliorem cognitionem loci & materiae, qualitatesque librorum, litteratis perutile opvscvlvm, em 1631. Em 1635, o livro de Clément Claude, nomeado de *Musei sive Bibliothecae tam privatae quam publicae extractio, instructio, cura, usus libri IV* traz a influência de Lípsio (da biblioteca como templo de sabedoria e da riqueza decorativa do espaço, mas com um novo significado, ajustando ao pensamento contra-reformista) e de Antonio Possevino (jesuíta, contra-reformista, autor de bibliografias com obras que os leitores católicos, norteados pela igreja, deveriam conhecer, constituindo a ideia de biblioteca ideal). Clément Claude se afastava radicalmente das ideias de Naudé, que defendia a biblioteca como espaço para todos, sem a interferência ideológica ou censura. Para Claude desde a entrada na biblioteca o leitor deveria sentir o clima da verdadeira religião, através dos livros, do mobiliário e da decoração pictórica e esculturas, carregadas de efeito moralizante em prol do catolicismo (ALONSO, 2006). Essa obra do jesuíta Claude visava atender às necessidades culturais do homem católico, tendo em vista a instalação da biblioteca do Colégio Imperial pela Companhia de Jesus, ou seja, era um manual dedicado ao monarca espanhol Felipe IV (ALONSO, 2006).

Naudé, em 1643, lança um novo sistema de classificação em *Bibliotheca Cordesiane Catalogus*, que abrangia 12 classes (Teologia, Medicina, Bibliografia, Cronologia, Geografia, História, Arte Militar, Jurisprudência, Direito, Filosofia, Política e Literatura). No ano seguinte, em 1644, Louis Jacob, publicou *Traicté des plus belles bibliothèques publiques et particulières qui ont esté et qui sont à présent dans le monde, divisé en deux parties*, segundo livro que abordava a temática da história das bibliotecas como objeto de estudo, tal qual realizou Justo Lípsio. Na segunda metade do século, exatamente em 1650, o puritano John Dury, nome importante na Revolução Puritana da Inglaterra, escreveu a obra *The reformed Library Keeper*, com o objetivo de preparar para o novo século as reformas do conhecimento; para ele, as bibliotecas, as escolas e as igrejas são componentes fundamentais para um mundo melhor se devidamente reformadas. Em especial, as bibliotecas não devem servir apenas para guardar os livros, mas para torná-los disponíveis para àqueles que procuram o conhecimento universal e a compreensão do

Reino de Deus. Assim, a biblioteca e o guardião da biblioteca podem desempenhar um papel importante na tomada do conhecimento disponível.

Com o já crescente registro do conhecimento, foram criadas no ano de 1660 as resenhas de livros, publicadas nas revistas eruditas, como na *Philosophical Transactions* da Sociedade Real de Londres e no *Journal des Savants* de Paris (a revista científica mais antiga da Europa, criada em 1665, sob a forma de boletim de doze páginas, onde anunciava o objetivo de fazer conhecer o que acontecia na República das Letras). Como forma de inspiração desse primeiro periódico, foi criado duas décadas depois, em 1682, na Alemanha, o seu primeiro periódico científico, *Acta Erudictorum*, tendo como primeiro editor Gottfried Wilhelm Leibniz. E, em 1684, foram lançadas no *Nouvelles de la Republique des Lettres*, de Amsterdã, as primeiras críticas literárias do jornal.

Sobre as bibliografias de bibliografias tem-se a obra *Bibliotheca bibliothecarum curis secundis auctior*, de Philippe Labbé, publicada em 1678, cuja primeira edição data de 1664. Para Pinheiro (2013), essa obra é uma espécie de metabiblioteca, uma biblioteca de bibliotecas que apresenta extraordinária bibliografia de organizadores de catálogos bibliográficos. Nessa direção, Jean de la Caille, publicou em 1689, *Histoire de l'Imprimerie et de la Librairie*, obra que consiste em uma bibliografia de tipógrafos e impressores europeus desde o advento da tipografia até 1689. Cada verbete contém breve biografia do tipógrafo ou impressor e arrola os autores e obras que publicou (PINHEIRO, 2013).

Na Inglaterra, em 1697, Thomas Bray publicou *Essays towards promoting all necessary and useful knowledge, both divine and human, in all parts of his majesty's dominus*, obra que seria uma espécie de precursora de uma preocupação com o uso efetivo dos recursos (no caso apenas livros e documentos impressos) contidos na biblioteca (ARAÚJO, 2013). Na Alemanha, Johann Christian Koch publicou, em 1713, *Schediasma de ordinanda bibliotheca*, em que o funcionamento da biblioteca atende a dois tipos de tarefas, uma de ordem externa, referida à seleção e colocação dos livros, outra de ordem interna, relativa à preparação de índices e catálogos. Para Koch estas últimas atividades são puramente biblioteconômicas, enquanto as primeiras podem ser executadas por alguém que não necessariamente seja um

bibliotecário (PULIDO; MORILLAS, 2006). Valenzuela (1998) cita também as publicações de Giovanni Rhode, *Hypotyposis bibliothecae publicae* (1733), de Giulio Cesare Beccelli, *Bibliotheca instituenda et ordinanda* (1747) e as classificações sistemáticas, em quatorze classes de W. London e cinco de Garnier.

Outra obra que expressa a sistematização do conhecimento é a *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editada por Diderot e D'Alembert, na França. Essa enciclopédia moderna é composta por 33 volumes e mais de 71 mil artigos, os quais foram escritos por mais de 200 colaboradores, entre eles figuras notáveis como Voltaire, Rousseau, Montesquieu, homens que também estavam vinculados ao Iluminismo. O primeiro volume foi publicado em 1750 e o último, em 1772; por questionar o antigo regime e a igreja católica a obra era constantemente interrompida pela censura da época. Tal como demonstrou Burke (2003), ao escrever sobre a reestruturação das bibliotecas, currículos e enciclopédias, passaram a utilizar as classificações como meios de ordenar suas coleções e os conhecimentos, enquanto a Enciclopédia francesa usava o esquema de Bacon, representada por três ramos: Memória/História, Razão/Filosofia e Imaginação/Poesia.

O alemão Daniel Georg Morhof apresenta no livro *Polyhistor, Literarius, Philosophicus et practicus*, de 1732 (4ª edição), a figura do *Bibliothecarius*, como um homem erudito, formado por uma mente crítica devido a leituras extensivas de livros em todos os ramos do saber, o que lhe permite conhecer a coleção e o capacita na indicação de livros aos leitores da biblioteca (MORALES LÓPEZ, 2008). Em 1756, Jean-Henri-Samuel Formey, publica *Conseils pour former une bibliotheque peu nombreuse mais choisie*, direcionada ao colecionador particular, a qual contém conselhos sobre como formar uma coleção. Nesse livro, o autor propõe um catálogo de livros considerados essenciais nas bibliotecas particulares e instituídas sob o Antigo Regime e censura em vigor na época (PINHEIRO, 2013).

Cotton des Houssayes na Assembléia Geral de Sorbonne, em 1780, realizou um discurso em latim intitulado *Oratio habita in Comitibus Generalibus Societatis Sorbonicae*. Neste trabalho ele esboçou o que considerava ser o bibliotecário e quais deveriam ser as suas atribuições e qualificações. Para o

autor, o bibliotecário deveria possuir toda a aprendizagem secular e sagrada; ser um teólogo profissional, e deter uma série de conhecimento de literatura, das artes e das ciências. Ele deveria ser versado em bibliografia, uma vez que é a base de todas as outras ciências; o bibliotecário deveria ter bom senso na aquisição de livros e a capacidade de criar uma coleção abrangente, devendo praticar seleção para alcançar mérito genuíno a sua biblioteca; estar imbuído da necessidade de um bom sistema de classificação e e ter grande memória, pois ele deveria conhecer todos os livros e sua localização; acolheria todos os estudiosos e seria o seu guia amigável e inteligente. Ao introduzir um patrono para a biblioteca ou se um estudioso pedisse para ver um livro, ele deveria ser colocado diante dele. O bibliotecário deveria estar sempre pronto com sugestões de outros livros sobre o mesmo assunto; seria educado, erudito, e oferecendo excelente serviço aos seus leitores, em síntese: um bibliotecário humanista.

Em síntese, esse período protocientífico da Biblioteconomia marcou os traços daquilo que se poderia delinear como conhecimento específico da Biblioteconomia, o que demonstra uma preocupação cada vez mais sistemática e crescente com os conhecimentos da área em contínuo desenvolvimento; as preocupações com o acervo e sua organização (catalogação e classificação) naquele momento se tornaram latentes e cada vez mais complexas, o que demonstra a relação da produção do conhecimento da época com a instituição da biblioteca, assim como os antigos procedimentos de ordenação dos livros que já não eram mais suficientes, ocorrendo a criação de novos procedimentos, novos esquemas de catalogação e classificação mais extensos e complexos. Desse modo, a criação de técnicas mais ou menos sofisticadas diante da necessidade de organizar o resultado de uma exacerbada produção de livros ou de uma produção documental, ou ainda, como disse Cardoso (2013, p. 362) “um ritmo alucinante quando comparado com a lentidão do labor paciente dos monges dos scriptorium medievos” caracteriza, portanto, uma Biblioteconomia protocientífica (PULIDO; MORRILAS, 2006)

O período que compreende os séculos XVI-XVIII foi marcado pela proliferação de livros e periódicos em diversos domínios do conhecimento. No campo da Biblioteconomia houve uma ênfase nos tratados e manuais, voltados às regras de procedimento nas instituições responsáveis pela guarda dos

livros, pelas regras de preservação e conservação física dos materiais, às estratégias de descrição formal das peças e documentos. Momento, também, marcado pelo desenvolvimento de bibliografias e catálogos que buscavam arrolar os acervos das bibliotecas e a produção do conhecimento. Vale a pena destacar que nessa conjuntura da Biblioteconomia protocientífica, as bibliotecas eram marcadas especialmente pelo espírito conservacionista, pois como se sabe “as bibliotecas herdadas do período medieval mantêm na Europa um círculo fechado na corte” (CARDOSO, 2013, p. 364), começando a ser alterado no momento posterior com a Biblioteconomia científica.

2.3 Biblioteconomia científica

Considera-se o século XIX como o momento do estabelecimento da Biblioteconomia científica, pois como prática ou conhecimento empírico a Biblioteconomia é tão antiga quanto a existência das bibliotecas ainda na Antiguidade. Ao longo dos séculos foi possível perceber a constante preocupação com a organização dos saberes refletidos na construção de catálogos de bibliotecas, inventários, listas, repertórios bibliográficos (impressos ou manuscritos), isto é, bibliografias especializadas ou temáticas, gerais, nacionais, internacionais, analíticas, críticas ou descritivas, e organizadas em ordem alfabética, cronológica ou sistemática (MALCLÈS, 1962). Uma vasta criação sobre a produção do conhecimento – registros das atividades tipográficas e intelectuais – foi realizada, gerando um campo chamado Bibliografia, que segundo a etimologia significa *Biblion* = livro e *graphein* = escrever), um estudo dos repertórios bibliográficos. Malclès (1962) defende a origem da bibliografia com a obra de Johann Tritheim, de 1494, sendo visto como “decano dos bibliógrafos”, não devendo ser confundida com a história dos catálogos das primeiras bibliotecas, livrarias ou colecionadores.

Contudo, para Morales Lopez (2008), a bibliografia é o primeiro termo que faz referência ao estudo da informação registrada e organizada, abrindo espaço à inserção posterior dos termos: Bibliologia, Biblioteconomia ou Bibliotecologia, Documentação e Ciência da Informação. Assim, a origem da Bibliografia é discutível, podendo ser referida desde os tempos remotos da Antiguidade, tendo como precursor Calímaco, que produziu o Pinakes (uma

espécie de bibliografia que listava os títulos e autores da biblioteca de Alexandria em 120 volumes), passando pelas produções da Idade Média, com Galeno e Jeronimo, este último autor da obra *Scriptores ecclesiasticorum vitae*, uma lista de obras de autores católicos, e *Illustrium virorum catalogus*, de Genadio de Marsella, entre muitos outros bibliógrafos (MORALES LOPEZ, 2008). Embora, a prática da confecção de bibliografias remonta há séculos, os termos utilizados para as obras eram: *bibliotheca*, *catalogus*, *repertorium*, *inventarium*, *index* (MALCLÈS, 1962). O uso efetivo da palavra bibliografia, sendo o título de uma produção apareceu pela primeira vez na obra *Bibliographia política*, de Naudé, escrita em 1633, demonstrando que aquela obra continha uma lista de títulos de livros. Louis Jacob também publicou duas obras, cujos títulos continham a palavra bibliografia, *Bibliographia pontificia* e a *bibliographia gallica universalis*, ambas no século XVII (MORALES LOPEZ, 2008).

No século seguinte, especificamente em 1704 surge a primeira definição de Bibliografia na obra *Dictionnaire universel François et latin*, que é assinalada como conhecimento e interpretação dos antigos manuscritos, definição que aproxima a Bibliografia do campo das humanidades, já que a maioria dos manuscritos era de Filosofia, Literatura e História, exigindo conhecimentos dessas matérias por parte dos bibliógrafos (MORALES LOPEZ, 2008). O movimento enciclopedista, que teve como materialização a publicação da *Encyclopédie* (conjunto de obras que buscava arrolar todo o conhecimento humano) levou também as bibliografias a publicarem o conhecimento universal, expresso nos “repertórios bibliográficos universais”, ademais da valorização do conteúdo intelectual das obras sobre o valor físico ou material. Segundo Morales Lopez (2008), o enciclopedismo contribuiu para forjar o pensamento que influenciou acontecimentos posteriores, como a Revolução Francesa, que provocou um deslocamento radical no âmbito político, cultural, econômico e também no biblioteconômico.

Contudo, antes de adentrar nas mudanças ocasionadas pela Revolução Francesa, cumpre salientar que o campo da Bibliografia possui estreita relação com o campo da Biblioteconomia, não sendo desejáveis delimitações muito rígidas, pois, em ambas, a preocupação com a organização dos saberes era comum desde a antiguidade, podendo ser percebida através da confecção dos

catálogos para as bibliotecas, bem como pelas bibliografias e atividades que visavam à organização do conhecimento por meio dos repertórios da produção bibliográfica feitos por bibliotecários e bibliógrafos. Moreiro González (2005) demonstra ainda que, no século XVIII, era comum a denominação de *Bibliotheca* nas obras bibliográficas e nas influências entre as classificações das bibliografias e os catálogos das bibliotecas. Nessa direção, compartilha-se da visão de Shera e Egan (1961), os quais abordam a proximidade entre a Bibliografia e Biblioteconomia, “por mais de quatro séculos a Biblioteconomia foi quase sinônimo de Bibliografia”. A separação entre elas se radicaliza no final do século XIX, quando entra em cena a Documentação que tem como uma de suas raízes a Bibliografia e a Biblioteconomia.

Com as revoluções burguesas, sobretudo a Revolução Francesa no final daquele século, o Estado passou a intervir nas questões biblioteconômicas, de modo a avançar nas naquelas técnicas e sociais, relacionadas com este universo⁹. Para Moreiro González (2005), o livro passou a ser sentido como uma necessidade social, a ideia de democracia, implicava justamente o acesso à informação, educação e cultura. Nesse sentido, já não somente se concebia o livro como um instrumento de ornamentação dos ricos ou como ferramenta de trabalho dos eruditos e sim como elemento fundamental da transformação de uma sociedade marcada pelo antigo regime em uma sociedade iluminada pela luz da razão. Outra mudança sensível no modo de pensar foi o deslocamento do ser divino como chefe do universo para a centralidade na razão como elemento vital para ao desenvolvimento humano, em lugar da divindade (MORALES LOPEZ, 2008).

As bibliotecas naquele momento foram abertas aos cidadãos, muitas delas provenientes dos fundos reais, monarquias, e de outros países, que foram saqueados e incorporados durante a Revolução (BURKE, 2012). Assim, as bibliotecas privadas foram transformadas em bibliotecas nacionais, sendo

⁹ Ortega y Gasset (2006) no II Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografias, realizado em 1935, Madrid/Barcelona, declara que a questão da cultura, no século XIX, se tornou um problema do Estado, reconhecendo o livro com uma função pública e como um organismo político fundamental. O bibliotecário juntamente com essa necessidade do livro, torna-se uma necessidade social. Ademais, por conta do crescimento demasiado da produção de livros interpõe-se uma nova missão do bibliotecário, que segundo o autor seria a função de filtro entre a torrente ou selva de livros e o homem, o leitor. Uma extrapolação da visão do livro como coisa à função vital que é o livro.

geridas pelo Estado – principal órgão da administração responsável pela construção de uma memória coletiva e nacional a partir da herança do patrimônio bibliográfico. Morales Lopez (2008) apresenta que, durante o império de Napoleão, houve uma atenção direcionada a estes acervos, com a finalidade de organizá-los racionalmente, conferindo uma centralidade aos conhecimentos bibliográficos, mas que não alcançou cientificidade própria, sendo conhecida como uma disciplina auxiliar da História. Dada essa preocupação com os documentos, foi criado o curso na *École de Chartes* na França, em 1821, para a formação de bibliotecários-arquivistas-paleógrafos, com forte caráter erudito, ensino humanístico e voltado para as questões da Diplomática, Paleografia, Bibliologia, Arquivologia, Sigilografia e outras disciplinas auxiliares da História (SILVA; RIBEIRO, 2004). Na historiografia no ensino da Biblioteconomia este curso é visto como o primeiro do mundo (FONSECA, 1979).

Ainda no contexto francês, com o objetivo de conferir suporte teórico a prática de elaboração das bibliografias, o francês Gabriel Peignot publicou, em 1802, a obra *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, “compreendido como um dos pioneiros discursos epistêmicos gerais na tentativa de afirmação de um campo científico orientado às práticas de preservação, organização e disseminação dos saberes registrados” (SALDANHA, 2015). Outra obra da autoria de Peignot que se destaca é *Traité du choix des livres*, de 1817. A Bibliologia consistiria, portanto, em uma ciência geral que estudaria os princípios da bibliografia e o livro nos mais variados aspectos. Nasceu para ampliar o fazer da Bibliografia e não para suplantá-la; assim, o trabalho da ciência do livro não deveria centrar-se apenas na confecção de listas, e sim voltar-se também para aspectos mais amplos como: edição, leitura, bibliotecas etc. (MORALES LOPEZ, 2008).

Contudo, tanto a Bibliografia como a Bibliologia não alcançaram status de cientificidade ou independência, sendo consideradas auxiliares da Bibliotecologia ou da Documentação (campos que se consolidaram no século XIX) – a retomada pela busca da cientificidade da Bibliologia será retomada com o movimento dos neodocumentalistas no século XX, em especial na Espanha com Jose López Yepes, autor do livro *Teoría de la Documentación*, de 1978, e na França com Robert Estivals. De modo sucinto, expõe que Estivals defende a cientificidade da Bibliologia, no mesmo grau da Ciência da

Informação e Comunicação. Para o autor, a Bibliologia se ocuparia do estudo da comunicação escrita inserida no campo das ciências sociais, devido à relação com o mundo social e o contexto social em que insere (MORALES LOPEZ, 2008).

Com a consolidação e a exaltação da Ciência Moderna a produção científica passou a ser a forma legítima de obtenção de conhecimento mediante o uso de métodos e técnicas advindas da lógica positivista. Esse modelo de ciência comum nas ciências naturais (exatas e biológicas), que privilegiava a busca de regularidades dos fenômenos, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza, por meio de processos técnicos e tecnológicos, expandiu-se às Ciências Sociais e Humanas (ARAÚJO, 2014). Desse modo, a Biblioteconomia de disciplina “auxiliar” de outros campos passou a ser uma “ciência positiva”, voltada para a sua autonomia no rol das ciências e com enfoque específico de desenvolvimento de técnicas de tratamento dos acervos que custodiam.

Além da busca pela demarcação científica desse campo, o positivismo pode ser sentido também na Biblioteconomia, através da preocupação expressa nos procedimentos técnicos de intervenção, catalogação, classificação, ordenação dos acervos. Operações técnicas que objetivam manter a ordem dos acervos e das instituições, sendo, inclusive a ser nomeada de “ciências do acervo, das técnicas e das instituições” (ARAÚJO, 2014). Para esse autor, a obra que marca o surgimento formal e particular da Biblioteconomia é a *Classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library*, de Melvil Dewey, publicada em 1876, conhecida mundialmente como a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Contudo, anterior a essa obra outras publicações foram lançadas, as quais tinham como objetivo o aperfeiçoamento das técnicas bibliotecárias relacionadas à organização da informação. Dentre elas destacam-se as 91 regras de Panizzi, de 1841, as regras de Charles Ammi Cutter, de 1846, o relatório *Smithsonian*, da *Smithsonian Institution* dos Estados Unidos, por Charles C. Jewett, em 1853, contendo 33 regras, baseadas nas regras de Panizzi, com algumas modificações para o contexto norte-americano. Outros livros da época que versam sobre a organização de bibliotecas são: *Exposé succinct d'un nouveau système d'organisation des Bibliothèques Publiques; par*

un bibliothécaire, de 1845, de Félix Danjou; *De l'organisation et de l'administration des bibliothèques publiques et privées*, de Jules Cousin, publicado em 1892.

Em 1900, um século depois da criação da *Library of Congress*, nos Estados Unidos, o bibliotecário Herbert Putnam criou a *Library of Congress Classification* (LCC), de fato, um momento de grandes classificações e dos princípios da catalogação moderna (VALENZUELA, 1998). Ademais, recuando um pouco no tempo, considera-se que o nascimento do campo da Biblioteconomia está associado ao alemão Martin Schrettinger que, em 1808, nomeou a ciência das bibliotecas e defendeu a Bibliotecologia ou *Bibliothekswissenschaft* (significava *Bibliothek* = biblioteca e *wissenschaft* = ciência), como um conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias à gestão de bibliotecas; ressalta-se, ainda, a importância do conhecimento técnico e habilidades específicas. Assim, apesar das outras produções e autores anteriores, pode considerar-se que a manifestação explícita de uma formação científica da Biblioteconomia, independente e relacionada a outras disciplinas se encontra na Alemanha, no início do século XIX (MOLINA CAMPOS, 1990; VALENZUELA, 1998; LINARES COLUMBIE, 2004; PULIDO; MORILLAS, 2006; MORALES LOPES, 2008)¹⁰.

Segundo Pulido e Morillas (2006), Schrettinger, diferente da concepção de atividades práticas confere ao campo um caráter científico, em que deveria colocar à disposição as coleções a serviço de um público determinado. Morales Lopes (2008) acrescenta que aquele autor, defendia a incorporação de metodologias e ferramentas provenientes de outras ciências para melhorar e aprofundar o estudo dos fenômenos que tinham lugar na biblioteca. A inspiração epistemológica de Schrettinger remonta a Kant, que dizia que para um saber ser reconhecido como ciência deveria partir de uma ideia, da qual

¹⁰ Cumpre salientar que há, também, outra corrente historiográfica, que atribui mais tardiamente a cientificidade à Biblioteconomia, na qual começaria efetivamente com a fundação da *Graduate Library School da University of Chicago* na década de 1930 (DIAS, 2000). O que de fato aconteceu, naquele momento, foi o empreendimento de modo sistematizado da pesquisa no campo, a preocupação com o desenvolvimento científico, metodológico e teórico da Biblioteconomia, tendo a partir daí a publicação das ideias de vários autores (inclusive na revista *Library Quarterly*, fundada pelo grupo de Chicago, em 1931) e a constante preocupação com o campo da Biblioteconomia, uma mudança estritamente profissional de atuação para uma atuação profissional e científica do bibliotecário.

seria gerado em um sistema (neste caso, o estudo da biblioteca). Contudo, suas ideias não foram facilmente aceitas, pois na Alemanha as bibliotecas eram vistas como instituições culturais, com forte tradição humanista, e os livros como objetos artísticos e espirituais, e não como objetos de estudos, de valor informacional e intelectual, que poderiam beneficiar os indivíduos e as sociedades (MORALES LOPEZ, 2008).

Diferentemente, os franceses consideravam que o estudo e trabalho com as bibliotecas eram atividades empíricas e no patamar da técnica, reduzindo a Biblioteconomia a uma parte da Bibliografia/Bibliologia, considerada uma ciência geral do livro (como no livro *Cours élémentaires de bibliographie, ou la science du bibliothécaire*, de Claude-François Achard, de 1806). Assim, na França, a ênfase recaía sobre o livro como objeto de estudo e não na instituição biblioteca, o que ocasionou menor desenvolvimento da *Bibliothéconomie* (considerada uma técnica para administrar as bibliotecas). Desse modo, a Biblioteconomia se desenvolveu de modo diferente nesses dois países, a Alemanha continuou desenvolvendo o sistema de conhecimento da *Bibliothekswissenschaft*, o qual era composto pela *bibliothekskund* (bibliotecografia, que trata das notícias históricas das bibliotecas e aprecia o valor das coleções bibliográficas) e *bibliothekshehere* (biblioteconomia, que se refere à organização e administração das bibliotecas), sendo que a França subordinou, posteriormente, a Bibliotecologia a Bibliografia/Bibliologia e, depois, a Documentação.

Estava lançada então a discussão e a produção científica em torno da Biblioteconomia/Bibliotecologia. Diversos foram os autores subsequentes que discutiram a matéria biblioteconômica, seus conteúdos e sua cientificidade, em diferentes regiões e momentos. Ainda na Alemanha, Friedrich Adolf Ebert definiu na Enciclopédia de Ersch e Gruber, em 1818, o verbete de *Bibliothekswissenschaft* como um conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias à gestão de uma biblioteca; apresentou duas partes da disciplina, uma voltada à preocupação com os catálogos e outra na gestão administrativa, que correspondem aos termos, respectivamente, *Einrichtungskunde* e *Verwaltungskunde*. Em 1820, publicou o livro *Die Bildung des Bibliothekars*, no qual expôs sobre o perfil do bibliotecário: homem com boa memória, amor pelos livros, bom julgamento, precisão, honestidade, imparcialidade e polidez.

Diferente de Schrettinger, Ebert defendia uma formação mais erudita e voltada também à prática e técnica da atividade sem, contudo, defender a cientificidade da disciplina. Na retomada do caráter científico, Zoller, em 1846, *Die Bibliothekswissenschaft im Unirise*, aborda-a como ciência da organização sistemática e gestão de bibliotecas, bem como, pela primeira é falado sobre a função social e educativa da biblioteca como serviço público (PULLIDO; MORILLAS, 2006).

Em 1856, Petzholdt, no livro *Katechismus der Bibliothekenlehre*, diferente dos outros autores que usam o termo *Bibliothekswissenschaft*, defende o termo *Bibliothekenlehre* como a “ciência das bibliotecas”, o qual significa uma espécie de ordenamento sistemático de todos os conhecimentos que se referem à biblioteca, dividindo-o em duas partes: arte e doutrina de administrar a biblioteca e introdução histórica das bibliotecas (*Biblioteconomia/Bibliothekenlehre* e *Bibliotecografia/Bibliotheksdunde*, respectivamente) (VALENZUELA, 1990). A proposta de substituição do termo utilizado por Schrettinger também é realizada por Christian Molbech, em defesa de *biblioteksvidenskab* no livro *Om offentlige Biblioteker, Bibliotekarere og det man hat kaldet Biblioteksvidenskab*, de 1829.

Na Itália, em 1832, Doménico Rossetti, no livro *Saggio di bibliotattica y regole di procedura bibliotattica*, cunha o termo *Bibliotattica*, como a ciência da organização da coleção de objetos gráficos, parte da Bibliologia, entendida aquela como ciência da ordenação e classificação dos livros (VALENZUELA, 1990). Em 1894, os autores italianos Guido Biagi e Giuseppe Fumagalli, leitores de Petzholdt, traduzem os termos *Bibliothekenlehre* e *Bibliotheksdunde*, atribuindo, assim, respectivamente *De ordinanda bibliotheca* e *Praecipuis bibliothecis notitia*. Além do *Manuale Del bibliotecario*, que é uma tradução e adaptação da obra daquele autor alemão.

Na França, em 1839, Leopold Auguste Constantin Hesse utilizou o termo *Bibliothèconomie* no título do livro *Bibliothèconomie: inscructions sur l'arrangement, la conservacion et l'administration des bibliothèques*, consolidando o uso do termo *Biblioteconomia* naquele país, o qual foi utilizado dois séculos antes por Gabriel Naudé. Nessa mesma direção, do uso do termo *Biblioteconomia*, vista como a técnica de administração e organização de bibliotecas, levado à Espanha em 1865, devido à tradução da obra de

Constantin Hesse, por Dionisio Hidalgo (PULIDO; MORILLAS, 2006). Na década de 1830, foram publicados outras importantes obras como, por exemplo, o livro de Martin Schrettinger, *Handbuch der Bibliothek-Wissenschaft*, manual de biblioteconomia: voltado ao uso de não bibliotecários que queriam criar as suas próprias coleções particulares de livros - subtítulo do livro: *besonders zum Gebrauche für Nicht-Bibliothekare, welche ihre Privat-Büchersammlungen selbst einrichten wollen*.

Jean Pie Namur, escreveu o *Manuel du bibliothécaire, accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*, em 1834, quatro anos depois o livro *Bibliographie paléographico-diplomatico-bibliologique général, ou Répertoire systématique [...]*, que na primeira parte traz um extenso levantamento bibliográfico das obras consideradas fundamentais para aquele século relacionadas à História do livro, da Escrita e da Biblioteca (PINHEIRO, 2013). Em 1855, Jacob Abbott, escreveu sobre a produção em massa de livros, no século XIX, na obra *The Harper establishment; or, How the story books are made*; o autor conduz os leitores a um passeio pelas enormes instalações da Harper na Cliff Street e Franklin Square, em Nova York que, por essa época, produzia livros "às centenas de milhares" (BATTLES, 2003).

Outro livro que demonstra a quantidade de livros publicados, os quais foram arrolados em uma bibliografia descritiva e analítica, por Reube Aldridge Guild, chama-se *The librarian's manual; a treatise on bibliography, comprising a select and descriptive list of bibliographical works; to which are added, sketches of public libraries*. Seu conteúdo compreende mais de 490 títulos citados, na primeira parte, e na história de grandes bibliotecas públicas da Europa, na segunda parte. Ainda sobre a história das bibliotecas, a mesma foi dividida em três partes: Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna; cita-se o livro *Memoirs of Libraries: including a Handbook of Library Economy*, de 1859, de autoria de Edward Edwards¹¹ (bibliotecário britânico responsável pelo estabelecimento de Bibliotecas Públicas no Reino Unido e do primeiro serviço de referência em uma biblioteca – Reference Library).

¹¹ Para esse autor o bibliotecário deveria ser um amante dos livros, um homem de hábitos metódicos e dotado de uma mentalidade de organização, um homem de temperamento cordial e de comportamento cortês, devendo prestar assistência aos leitores em suas pesquisas diariamente (GROGAN, 1995).

No final do século XIX, foram publicados outros livros como: *L'art de former une bibliothèque*, de Jules Richard, de 1883; *Bibliographie et bibliothéconomie: de la classification des bibliothèques*, de Jules Cousin, 1884; *Manuel pratique du bibliothécaire: bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées*, de Albert Maire; *Manuel de Bibliographie historique*, de Charles-Victor Langlois, ambos publicados em 1896; e, *Manuel de bibliothéconomie*, de Armim Graesel, de 1897. Pode perceber-se, portanto que no século XIX foi publicada uma enorme e crescente quantidade de livros sobre diversos assuntos de interesse do campo da Biblioteconomia, que não se esgotam neste texto, deixando, certamente, muitos outros livros sem a sua devida exposição. Assim, de modo geral, salienta-se a variedade de publicações e de seus conteúdos em torno das matérias e preocupações relacionadas ao campo da Biblioteconomia demonstrando o início de sua trajetória científica naquele momento. O crescimento exponencial dos livros não foi o único protagonista na história da produção do conhecimento, os periódicos também passaram a ser produzidos em grande quantidade, sendo, também, paulatinamente, objetos de estudo da Bibliografia e Biblioteconomia.

Em relação à preocupação dos próprios periódicos como fontes de informação, Grogan (1995) apresenta o primeiro índice de periódicos, de 1848, elaborado pelo bibliotecário William Frederick Poole, intitulado de: *An alphabetical index to subjects, treated in the reviews, and other periodicals, to which no indexes have been published*. Poole publicou outros índices de periódicos e tais obras de referência tornaram-se “uma das pedras angulares do serviço de biblioteca” (GROGAN, 1995). Este autor acrescenta ainda: “o advento dessas novas e eficazes ferramentas também estendeu a esfera de ação do ‘bibliotecário de referência’ ao mundo dos conhecimentos registrados, ultrapassando as fronteiras da biblioteca local com seu acervo limitado” (GROGAN, 1995). Ademais, ao longo do século XIX, houve uma intensificação de discussões e produções de legislações voltadas à propriedade intelectual e o direito autoral, fruto da luta por direitos e liberdades individuais, advinda da Revolução Francesa. Nesse contexto, Martins (2002) cita a implementação da lei de Direito autoral nos seguintes países: Suíça (1829), Noruega (1830), Chile (1834), Venezuela (1837), Prússia (1837), Baviera (1840), Peru (1849), Portugal (1851), entre outros.

Não se poderia deixar de destacar também as invenções tecnológicas, um momento conhecido como segunda Revolução industrial. A busca pela eficiência, aumento da produção em escala industrial, redução de custos a partir do controle do tempo e do aperfeiçoamento das máquinas e equipamentos, os quais estavam imbricados com as pesquisas científicas, são algumas das características centrais desse período, mudanças que extrapolam o chão da fábrica, e passam a modificar a sociedade e a vida das pessoas. Dentre as inovações referentes à indústria do livro, Martins (2002) cita a prensa mecânica movida à energia a vapor, criada por Friedrich Koenig, em 1812, a prensa rotativa de Marioni em 1850, a máquina de linotipo de Ottmar Mergenthaler, em 1886, que permitia a organização dos tipos em blocos, inovações que transformaram a produção e mecanizaram o processo de impressão. Essa produção em grande escala dos livros e jornais proporcionou em certa medida a democratização da cultura, devido aos múltiplos exemplares, o que garantiria maior acesso aos materiais impressos.

Segundo Campbell (2015), os avanços na mecanização forçaram as bibliotecas a responderem a essas mudanças, porém tamanho e capacidade não foram às únicas modificações; esse período também testemunhou novos financiamentos, contratação, mobiliário, iluminação e construção de bibliotecas. A industrialização também tornou possível que um reduzido número de indivíduos, geralmente, de origem modesta, se tornassem riquíssimos, como foi o caso de Andrew Carnegie. O dono da indústria de aço financiou a construção de 2.811 bibliotecas públicas, das quais 1.946 nos Estados Unidos, 600 no Reino Unido e as demais espalhadas pelo mundo anglófono. Contudo, grande parte da população estava afastada dos mecanismos culturais, a pobreza, desemprego e desigualdades imperavam. As bibliotecas públicas financiadas pelos governos por meio dos impostos públicos foram criadas, a fim de atender à demanda de uma classe menos favorecida que, até então, não tivera acesso aos livros e à instituição biblioteca.

As bibliotecas públicas nascem, portanto, para promover o atendimento às classes mais baixas e, sobretudo para a manutenção da ordem e dos valores vigentes. Imbuídas do pensamento positivista, as bibliotecas eram vistas como mecanismos ao progresso da nação, manutenção da democracia, mantendo os homens exaustos e ocupados com a leitura, na verdade, uma boa

leitura; de modo a continuar o trabalho civilizatório iniciado pela escola (SILVEIRA, 2014). Foskett (1969) declara ainda que as bibliotecas públicas colaboravam com a indústria no fornecimento de literatura técnica; o livro como fonte de informação contribuía ao lazer e para a instrução dos operários dentro desse contexto de expansão da indústria e das cidades industriais. O crescimento do volume de publicações exigia a criação de bibliotecas para reunir, armazenar e depois disponibilizar os documentos aos usuários, fazendo surgir os “serviços de informação em bibliotecas”, que visavam atender aos usuários segundo suas demandas por informação, ou melhor, por determinado assunto (FOSKETT, 1969).

Ademais, acrescenta-se que além desse contexto de sociedade industrial, o surgimento das bibliotecas está associado a acontecimentos anteriores como o triunfo da cultura secular frente à religiosa e o triunfo dos livros em língua vernácula frente aos livros em latim, movimentos de transformações iniciados na Renascença (ORERA ORERA, 1995). Essa mudança da biblioteca como um espaço aberto a todos, ao público, e ao cidadão que mantém as bibliotecas é visto por aquela autora, como o momento do aparecimento da Biblioteconomia científica, diferente dos outros autores já citados. É com as bibliotecas públicas que os leitores passam a ter acesso às estantes, pois antes disso o acesso dependia da vinculação a clubes de bibliotecas, os quais cobravam uma taxa de associação (CAMPBELL, 2015). O desenvolvimento das bibliotecas públicas conduziu a uma mudança também na figura do bibliotecário que, com o tempo, possibilitou a abertura da ação de mediação, em lugar daquele profissional que apenas guardava e conservava os livros.

O termo *Library economy* passou a ser amplamente utilizado com o “movimento das bibliotecas públicas”, desenvolvendo também o reconhecimento social e profissional dos bibliotecários, acarretando a abertura de instituições profissionais e programas de formação em grau universitário. Em 1876, foi criada a *American Library Association* (ALA). Na primeira conferência organizada pela ALA, nesse mesmo ano de criação, vem a lume o “serviço de referência”, ainda como uma espécie de “auxílio aos leitores”, abordado pelo bibliotecário Samuel Swett Green no trabalho *The Desirableness of Establishing Personal Intercourse and Relations between Librarians and*

Readers in Popular Libraries. No ano seguinte, em 1877, foi criada a *Library Association* (LA), assim tanto a ALA como a LA foram decisivas à consolidação da Biblioteconomia e fortalecimento do ensino e das bibliotecas e de seus processos mediante as publicações oficiais de tais instituições. Ao lado dessas associações surgiam no cenário internacional os primeiros cursos como, por exemplo: em 1887 na *Columbia School of Library Economy*, criado pelo bibliotecário Melvil Dewey¹². Segundo Orera Orera (1995), as escolas para a formação de bibliotecários se multiplicaram, e, paulatinamente, foram assentando as bases à consolidação da formação destes profissionais.

Contudo, segundo Shera e Egan (1961), a atenção dos bibliotecários pelas bibliotecas públicas, acabou levando a uma cisão entre esses bibliotecários, tidos como tradicionais, *versus* os bibliotecários especializados, que se aproximavam dos documentalistas. Esse embate ocorreu devido à preocupação daqueles bibliotecários com a questão da educação de massa e democratização da cultura, num momento em que havia o crescimento das publicações periódicas e uma demanda por informações atualizadas e especializadas, não mais apenas registradas nos livros e descritas segundo o conceito monográfico, que não cobria a descrição e indexação dos artigos de periódicos. Nascia, assim, na Europa, a Documentação, uma ciência geral que se ocupava dos documentos, vistos como registros de informação, abarcando uma variedade de suportes e formatos.

A fim de ajudar os cientistas nesse contexto de “explosão da informação”, Paul Otlet e La Fontaine fundaram, em 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB)¹³, cujo objetivo era reunir todos os materiais das ciências para apoiar o trabalho dos cientistas. E, foi debatido sobre as questões documentais na I Conferência Internacional de Bibliografia, realizada naquele mesmo ano. O Instituto visava também à criação do Repertório

¹² O curso que Dewey implantou no *Columbia College*, praticamente à revelia da administração da faculdade, só permaneceu ali por um ano. Problemas com a administração de um *college* que não aceitava mulheres (e a primeira turma tinha simplesmente 17 moças matriculadas e três rapazes) levaram-no para a *University of the States of New York*, como bibliotecário e onde o curso seria recebido (BRIQUET DE LEMOS, 2015, p. 356).

¹³ Em 1931, o Instituto Internacional de Bibliografia substituiu o termo bibliografia por Documentação, constituindo no Instituto Internacional de Documentação (IID). Em 1937, passou a ser denominada Federação Internacional de Documentação (FID) e, posteriormente, em 1986, mantendo a mesma sigla, acrescentou o termo informação – Federação Internacional de Informação e Documentação. A FID foi dissolvida em 2002 (ORTEGA, 2009).

Bibliográfico Universal, em que seria centralizada num só lugar, toda a produção do conhecimento do mundo inteiro, por meio do registro em fichas de 12,5/7,5 cm, as quais seriam alimentadas pelo envio de informações pelas bibliotecas nacionais¹⁴, uma constituição do Controle Bibliográfico Universal, e do retorno do sonho da “biblioteca universal”, como fora em Alexandria.

Para a organização e análise mais profunda dos documentos de arquivos, bibliotecas e museus foi desenvolvida pelos belgas, Otlet e La Fontaine, a Classificação Decimal Universal (CDU), publicada em 1904, tendo como base a Classificação Decimal de Dewey. Apesar de a Documentação constituir outro campo de estudos, conforme é exposto no *Traité de Documentation*, de 1934, desde o seu início se pode notar a influência das normas, técnicas e práticas biblioteconômicas e bibliográficas para o seu desenvolvimento. Sobre isso, Shera e Egan (1961) esclarecem que a Biblioteconomia e Documentação podem ser vistas como a mesma coisa até o século XIX, momento em que os bibliotecários afastam das preocupações iniciais, de dar acesso aos assuntos, para centrar na esfera das bibliotecas públicas. Antes disso, havia um desenvolvimento que era inseparável, pois “surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos básicos comuns, tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens” (SHERA; EGAN, 1961, p.24).

É por meio da busca da informação especializada, atualizada, rigorosamente selecionada e apresentada em índices e resumos elaborados por profissionais que a Documentação se estabeleceu, enquanto na outra direção a biblioteca se voltava cada vez mais aos acervos extensos e variados, a fim de atender à crescente demanda da população pela leitura. Outro nome relevante no cenário da Documentação, na França, é o de Suzane Briet, que, em 1951, publicou o livro *Qu'est-ce que la documentation?*¹⁵. Na Inglaterra,

¹⁴ No Brasil, Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional (1900-1915 e de 1919-1921) criou o primeiro curso de Biblioteconomia, em 1911, mas em funcionamento no ano de 1915, e o Serviço de Bibliografia e Documentação, em parceria com IIB, abrindo assim a influência da Documentação no país, e contribuindo à dinamização das atividades bibliográficas (ORTEGA, 2009).

¹⁵ Este livro foi traduzido e publicado pela editora Briquet de Lemos com o nome “O que é a documentação?” em 2016.

destaca-se Bradford, que publicou *Documentarion*, em 1948; ambos eram bibliotecários e atuavam, respectivamente, na Biblioteca Nacional da França e no Museu de Ciência em Londres. No Brasil, a manifestação da Documentação pode ser vista por meio da inclusão do termo em eventos, periódicos, cursos e da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBDD) em 1954 e, desde 1976, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Paulatinamente, o termo documentação passou a ser esquecido, substituído por informação e Ciência da Informação, com exceção de alguns grupos de pesquisa e pesquisadores brasileiros, que buscam resgatar e aprofundar os estudos bibliográficos e da documentação¹⁶.

Os projetos da Documentação com a eclosão das duas guerras mundiais passaram por interrupções e suspensões até que no cenário internacional, a partir de 1950 e início da guerra fria entra em cena outro conceito, o de informação que, gradativamente, passa a substituir o termo documento, assim como o termo Documentação por Ciência da Informação (MORALES LOPEZ, 2008). Mas, anterior a isso, vale a pena aclarar a dissociação entre a classe profissional dos bibliotecários, em tradicionais e especializados, colocada desse modo também na Inglaterra, país em que houve a criação da *Association of Special Libraries and Information Bureaux* (ASLIB) em 1924 e, anos antes, nos Estados Unidos houve a criação da *Special Library Association* (SLA) em 1908 por Cotton Dana. A disseminação das ideias da Documentação nos Estados Unidos levou também, na década de 1930, à criação do *American Documentation Institute* (ADI) com o fim de investigar sobre novos métodos de reprodução fotográfica, especialmente o microfilme. Com o avanço das questões científicas e tecnológicas, o ADI substituiu o nome para *American Society for Information Science* (ASIS) em 1968 e, posteriormente, para *American Society for Information Science and Technology* (ASIS&T) em 2000.

¹⁶ Nessa direção tem ocorrido no país o Seminário Internacional “Arte da Bibliografia”, em sua terceira edição em 2016, com realização em Belo Horizonte, Minas Gerais (as edições anteriores ocorreram na UFRJ, em 2014, e na USP, em 2015). O foco do evento consiste na discussão sobre a dimensão cultural da Bibliografia na perspectiva da história, epistemologia, técnica, tecnologia, ciência, arte, literatura, raridade bibliográfica e do universo digital. Grupos de estudo voltados para a temática da documentação podem ser conferidos no Diretório dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>).

A Ciência da Informação é fruto de um contexto da demanda crescente pela informação científica, de uma informação estratégica devido à disputa entre as nações e o desenvolvimento científico e tecnológico. Uma história marcada pelo uso da tecnologia nos processos de armazenamento, organização, recuperação e disseminação da informação, gerada a partir dos recursos tecnológicos. Assim como, os outros campos já citados, a Ciência da Informação apresenta um somatório de esforços, em particular, os de Vannevar Bush com a máquina Memex, a Teoria da Informação de Shannon e Weaver, a Ciberbenética de Wiener, entre outros. Os eventos e as inúmeras publicações contribuíram para o seu desenvolvimento como, por exemplo, a conferência da *Georgia Institute of Technology* em 1961/1962, que trouxe a proposta de definição daquela ciência. Uma ciência, portanto, que se preocupa com as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para ótimo acesso e uso (BORKO, 1968). Nesse mesmo evento foi posta também a distinção entre o bibliotecário e o cientista da informação, um debate que lembra o ocorrido com a Documentação, em que o primeiro campo se voltaria às informações gerais e o segundo às informações especializadas.

Destarte, não é objetivo realizar uma incursão na história e na trajetória da Ciência da Informação, pois constituiria foco de outra pesquisa, já tendo sido realizada pelos pesquisadores nacionais e internacionais do campo¹⁷. Destacando que esta ciência, cuja origem recente remonta ao pós-guerra e que lida com a informação nas mais diversas facetas: informação como coisa, como conhecimento e como processo (BUCKLAND, 1991), uma informação no sentido restrito, sentido amplo ou sentido ainda mais amplo (SARACEVIC, 1999). Ademais, de modo sucinto, cita-se que a partir dos estudos históricos e epistemológicos, a Ciência da Informação é representada na literatura pelos paradigmas físico, cognitivo e social (CAPURRO, 2003), pelo modelo

¹⁷ Sobre a produção da história da Ciência da Informação: *Bibliography of the history of information science and technology, 1900-2012*, em sua oitava edição e compilado por Robert V. Williams. No Brasil, os estudos sobre a epistemologia da Ciência da Informação podem ser verificados nos periódicos e livros da área, assim como nas produções do principal evento nacional da área da Ciência da Informação - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), especialmente, relacionadas ao grupo de trabalho do GT1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação.

positivista, cognitivo e sociológico (FERNÁNDEZ MOLINA; MOYA-ANEGÓN, 2002) ou, ainda, inserida em um paradigma pós-custodial (SILVA; 2009; ARAÚJO, 2014), constituindo, portanto, outro campo científico e com distintas correntes teóricas.

Oliveira (2005) salienta que, para alguns autores, a Ciência da Informação pode ser interpretada como multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar e apresenta como antecedentes a Bibliografia, a Biblioteconomia, a Documentação ou ainda a Recuperação da Informação (RIBEIRO, 1997). A relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia na literatura é refletida de diferentes maneiras, podendo-se encontrar a Biblioteconomia como subordinada à Ciência da Informação, como um espaço de manifestação daquela ciência ou como uma prática daquele campo; pode ver-se também, a Biblioteconomia como uma ciência que dialoga de modo paralelo com a Ciência da Informação, ambas com caminhos distintos; há posições que desconsideram uma e outra, não estabelecendo relações. Apesar dessas proximidades entre os campos, Biblioteconomia e Ciência da Informação, os quais possibilitam dizer que estabelecem fortes relações interdisciplinares, houve um constante trabalho de distinção entre os campos e entre os profissionais (SARACEVIC, 1996), prejudicial para a Biblioteconomia.

Segundo Dias (2000), a Biblioteconomia se ocuparia de modo tradicional dos livros e da biblioteca, isto é, de uma informação não-especializada, enquanto a Ciência da Informação responsabilizaria pela informação especializada que vai além do ambiente da biblioteca. Em relação a essa bifurcação, os autores Shera e Egan (1961), anteriormente haviam declarado que esse abandono de uma parte importante da responsabilidade profissional não só enfraqueceu o prestígio da profissão de bibliotecários, como também prejudicou o crescimento intelectual da Biblioteconomia que se deteve nos estudos da biblioteca e do livro. Em síntese, a Biblioteconomia estabelece uma discussão com a Ciência da Informação, assim como em outros tempos e com outros campos dialogou mais de perto com a Documentação, a Bibliologia e a Bibliografia.

Contudo, a inserção da Ciência da Informação tem provocado alterações na Biblioteconomia de modo profundo, não somente na literatura do campo, em

sua estrutura do conhecimento, como também na mudança dos nomes dos cursos, periódicos, eventos, isto é, na estrutura institucional, de modo que os termos informação e Ciência da Informação, no mundo, foram amplamente incorporados e seguem sendo utilizados¹⁸. Apesar disso, não se pode dizer que são um único campo do conhecimento; Biblioteconomia e Ciência da Informação possuem histórias de desenvolvimento e trajetórias diferentes, como também autores e marcos teóricos diferenciados devido aos objetos convocados, às problemáticas postas e às soluções propostas.

Além do que o campo científico da Biblioteconomia, desde a formulação das “leis fundamentais”, segue disseminando as cinco leis elaboradas pelo bibliotecário indiano S.R. Ranganathan, na década de 1930, que são: 1) os livros são para usar; 2) a cada leitor seu livro; 3) a cada livro seu leitor; 4) poupe o tempo do leitor; 5) a biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009). A dinamicidade da Biblioteconomia vem sendo expressa por meio das várias denominações encontradas: Biblioteconomia de livros raros (voltada à história das bibliotecas e às obras raras e coleções especiais); Biblioteconomia geral ou pura (conhecimentos teóricos, princípios e elementos comuns), aplicada (envolve a práxis, problemas específicos das bibliotecas), especializada (estuda distintos tipos de bibliotecas, suas funções, as necessidades dos usuários etc.) e internacional ou comparada.

Estes dois últimos termos atribuídos à Biblioteconomia, muitas vezes, são usados como sinônimos objetivam promover a cooperação e o acesso à informação sem que houvesse duplicação de esforços. O conhecimento e a aproximação entre as bibliotecas de diferentes países possibilitariam o compartilhamento de informações, serviços e produtos. A ideia da Biblioteconomia como sistema e redes de bibliotecas é acentuada com a necessidade de atender as mais variadas demandas dos usuários, de reduzir

¹⁸ Dentre os termos que vêm sendo citados estão: *Library and Information Science*, nos Estados Unidos, inicialmente *Library Science*; Ciência da Informação no Brasil, sobretudo para nos nomes dos periódicos, eventos e cursos de pós-graduação ou mesmo em estruturas institucionais (nomes de Faculdades e Escolas de Ciência da Informação), anteriormente nomeadas de Biblioteconomia; no México nota-se a inclusão do termo informação, como em *Bibliotecología y Estudios de Información*; na Espanha e nos países signatários do modelo de Bolonha, adotou-se de modo unificado o nome de *Información y Documentación*; no Reino Unido a Biblioteconomia é chamada de *Librarianship*, na França *Bibliothéconomie et Sciences de l'Information*.

os custos de compras de livros, bases de dados e periódicos por exemplo; bem como facilitar o empréstimo entre bibliotecas, sobretudo, devido às facilidades geradas pelas tecnologias da informação, computador e internet, advindos dos desenvolvimentos desde o século XX (MOLINA CAMPOS, 1990; ORERA ORERA, 1995; VALENZUELA, 1998; LINARES COLUMBIE, 2004; PULIDO; MORILLAS, 2006; MORALES LOPES, 2008).

Nessa direção, Briquet de Lemos (2015) também chama a atenção para as múltiplas biblioteconomias, sugerindo que o futuro não está numa única biblioteconomia. Assim, para ele, pode dizer-se em:

biblioteconomia patrimonial, para organizar e preservar a riqueza de nosso patrimônio bibliográfico. A biblioteconomia digital para nos levar, de forma inteligente e cooperativa, colaborativa e econômica, ao crescente mundo da informação em rede e dos documentos digitais e digitalizados. A biblioteconomia para as novas formas de educação que surgirão com a adoção de novas formas de ensino e aprendizagem. Sem esquecer de estimular a biblioteconomia faça você mesmo: a biblioteconomia como bricolagem (BRIQUET DE LEMOS, 2015, p. 370).

Retomando a concepção de Biblioteconomia internacional, Orera Orera (1995) se refere às normas bibliotecárias como causa e efeito dessa Biblioteconomia dentre as quais se pode citar: o código de descrição norte-americano (*Anglo-American Catalogin Rules – AACR*), o formato de catalogação eletrônico legível por computador (*Machine Readable Cataloging – MARC*), padrão para descrição normalizada de informação bibliográfica (*International Standard Bibliographic Description – ISBD*), esquema de metadados que visa descrever objetos digitais (*Dublin Core*), e o modelo conceitual baseado na relação entidade-relacionamento do item bibliográfico (*Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR*, composto também pela *Extension to Authority Data – FRAD* e *Functional Requirements for Subject Authority Records – FRSAR*) novo padrão de catalogação que substituiria o AACR2 (*Resource Description and Access – RDA*).

Ou, ainda, mais recentemente conforme Civallero (2013) que apresenta uma nova designação à Biblioteconomia, de progressista (cujas origens associam à corrente estadunidense dos anos 1930), para a de Biblioteconomia Social que começa a se difundir como uma versão ampliada daquela, a partir

de 1980. Ambas envolvem práticas socialmente responsáveis inseridas em um contexto social e não afastadas de uma realidade externa, constituindo-se distintas das práticas convencionais e institucionalizadas de um fazer tradicional. Envolvem um exercício consciente, honesto e comprometido com uma profissão que não pode estar distante da construção coletiva de alternativas e propostas de mudanças de ordem social. A biblioteca não mais como um depósito, mas como uma potente ferramenta que pertence a todos igualmente, devendo engajar-se na descolonização do saber, e na luta pela igualdade, justiça, verdade, solidariedade e dignidade. Partindo conhecimento e do compromisso social, os profissionais bibliotecários assumem a tarefa de atuar junto aos usuários, imbuídos, portanto, de um pensamento autônomo, crítico e responsável, reforçando o compromisso e a responsabilidade social da Biblioteconomia.

3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA BIBLIOTECONOMIA

Estudos sobre o campo da Biblioteconomia têm sido desenvolvidos a fim de verificar o estado cognitivo e o estado social da disciplina. Segundo Whitley (1974), um campo pode ser investigado por meio dessas duas variáveis, as quais demonstram os graus de institucionalização e maturação de uma disciplina. Para esse autor, a institucionalização cognitiva se refere ao grau de consenso e clareza dos trabalhos científicos, dos conceitos, à pertinência dos problemas colocados, às formulações utilizadas, à aceitabilidade das soluções, dos métodos, das técnicas ou da instrumentação apropriada, da capacidade comum de distinguir o domínio dentre outros e determinar se um problema tem importância. Já, a institucionalização social diz respeito à criação e manutenção de estruturas formais como, por exemplo, as associações científicas e profissionais, os eventos, periódicos, que caracterizam os membros de uma comunidade e lhes dão as bases de uma identidade social. Relaciona-se, portanto, com o grau de organização interna de uma área e a definição de seus fundamentos, do grau de integração nas estruturas sociais, da legitimação e alocação dos recursos em universidades e programas de pesquisa.

Sob esse aporte teórico, vários estudos têm sido desenvolvidos; entre eles, a pesquisa de Delgado López-Cózar (2002) cujo foco foram os periódicos de investigação durante as décadas de 1970 a 2000, da área da Biblioteconomia e Documentação (ByD). A seleção dos periódicos como instrumento de análise ao estudo da institucionalização decorreu do fato de eles constituírem um meio de divulgação científica e comunicação em constante atualização. O autor analisou, de modo exaustivo, nos artigos desses periódicos, as temáticas, a orientação metodológica e os métodos, dos seguintes países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Alemanha, Espanha, França, Austrália, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, China, Turquia, Índia e África ocidental.

Os resultados apontaram que as temáticas da produção investigativa da área de Biblioteconomia e Documentação estavam concentradas em assuntos práticos, de caráter aplicado, direcionadas à resolução de problemas bibliotecários, como administração, serviços e questões de organização,

armazenamento e recuperação. Temas como: profissão, história das bibliotecas, história dos livros e das edições, hábitos de informação, comunicação e profissional são considerados como irrelevantes. O que leva à consideração de que o campo da Biblioteconomia e Documentação é orientado por problemas práticos do mundo bibliotecário, menos por problemas teóricos, ou seja, são estudos de natureza majoritariamente aplicada, orientados para a ação, com notável afastamento de explicação científica e desenvolvimento de teorias (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2002).

Em relação à orientação metodológica, o autor acima citado, constatou uma variedade metodológica empregada, tal qual ocorre nas Ciências Sociais; essa multiplicidade vai ao encontro do caráter multidisciplinar da ByD. Contudo, apesar da variedade de métodos, detectou-se um predomínio do uso de estratégias empíricas, o que correspondem aos temas das investigações, voltados à prática, aplicação e resolução de problemas. O que reforça o paradigma profissional do campo ao se concentrar em estudos aplicados (empíricos e descritivos), que traduzem uma visão pragmática da realidade, de maior interesse local do que de valor geral (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2002). Esse autor destaca, também, o crescente uso dos métodos bibliométricos, reafirmando o paradigma quantitativo, cuja base matemática induz os resultados quase a um sinônimo de verdade (científica). Não distante desses resultados metodológicos, as técnicas mais empregadas nos estudos correspondem à técnica quantitativa e estatística.

O uso predominante de métodos e metodologias, com base no paradigma quantitativo, tem levado a Biblioteconomia a críticas de sua cientificidade, sendo considerada como a-científica, em virtude do afastamento de outras estratégias de pesquisas utilizadas nas ciências sociais. O que, por sua vez, tem causado a um distanciamento das explicações da realidade social, foco de interesse das Ciências Sociais e Humanas. Esse domínio do paradigma quantitativo constitui uma das etapas iniciais do desenvolvimento das ciências sociais, quando se aproximam das ciências consolidadas para se desenvolverem, contudo essa lógica positivista, segundo o autor pode ser vista como “una enfermedad que hay que pasar” (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2002, p.185). Nessa direção, o fato de a Biblioteconomia e Documentação serem disciplinas jovens dentro do campo das ciências, em processo de

consolidação, contribuíram para que as primeiras preocupações fossem concentradas na determinação das quantidades e as características da investigação produzida, tendo o desenvolvimento de problemas qualitativos uma etapa posterior, especialmente, “cuando se ha abandonado a infancia” (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, 2002, p. 192).

Após a análise do campo da Biblioteconomia, por meio desse extenso estudo em que são analisadas várias pesquisas em diversos países, considera-se que a área está concentrada nos aspectos institucionais (quantidade da produção e suas características: temática, metodologia e métodos). A análise verticalizada dessa produção encontrada, ou seja, uma leitura crítica da produção detectada está marginalizada, assim como as pesquisas teóricas, que representam uma porcentagem ínfima. Sob essa mesma perspectiva, voltada à identificação e mensuração do estado de desenvolvimento da “Bibliotecología y la ciencia de la informacion”, Salazar (2006) apresenta os resultados de sua pesquisa, referentes aos seguintes países da América Latina: Argentina, Brasil, Colômbia e México, durante dois momentos distintos, o primeiro relacionado aos anos de 1980 (início das atividades dos centros de investigação) e, o segundo, nos anos de 2000 (nomeado de momento atual). Em cada um desses momentos são abordados os temas de investigação, as problemáticas apontadas ao seu desenvolvimento e as soluções adotadas para superar tais problemas.

Nesse primeiro momento, os vinte e cinco projetos analisados, da década de 1980, apontaram que quase a metade, 48%, são temas relacionados ao fenômeno da organização, seguidos de 24% com os estudos de usuários e educação, cada um destes temas com 12%. Como já era de se esperar, os temas: fundamentos teóricos, históricos e tecnológicos, somam juntos 24%. E por último, com 4% aparece o tema da leitura, ainda mais marginalizado nos estudos da Biblioteconomia. Com relação aos temas identificados nesses projetos, a autora apontou dezessete temáticas: Bibliografia nacional; Serviços bibliotecários; Processos técnicos; História da Bibliotecologia; Educação; Usuários: estudos; Classificação: coleções, serviços, unidades, desenho, operação; Automação; Seleção; Tipos de bibliotecas; Teoria e estrutura da informação: bibliometria e cientometria; Epistemologia Biblioteconomia e Ciência da Informação; Leitura; Linguagem de

indexação; Sistemas bibliotecários; Transferência de informação; Bibliotecas públicas.

A respeito dos problemas ao desenvolvimento das pesquisas, Salazar (2006) detectou 16 deles, sendo que todos os quatro países investigados (Brasil, México, Argentina e Colômbia) apontaram para o isolamento de investigadores e a falta de recursos, habilidades e atitudes de investigação. Para três países, Argentina, Colômbia e Brasil, a falta de princípios teóricos e metodológicos foi comum. Sendo que, para dois desses países, foram detectados problemas de pressupostos inadequados e mecanismos deficientes sobre resultados de difusão das investigações. E, para um país, a infraestrutura foi considerada ineficiente, referente à equipe, instalações e coleções de bibliotecas (especializada) sobre Biblioteconomia e sobre Biblioteconomia latino-americana. Esses problemas apontados, acima, requerem mais que uma via de solução, entre os quais estão: desenvolver projetos coletivos e trabalho entre pares; formação sobre metodologia, motivar os docentes a realizar trabalhos de pesquisa, criar a formação em investigação; retomar a teoria de outras disciplinas, utilizar métodos adequados; difundir os resultados; formular planos de trabalho definidos, capacitar administradores em investigação; formar coleções sobre bibliotecologia latinoamericana e criar bibliotecas especializadas (SALAZAR, 2006).

Com relação à análise qualitativa desses dados de pesquisa, referentes à década de 1980, apresentam-se algumas considerações tecidas por Salazar (2006): a necessidade de investigar surgiu com o interesse de resolver problemas profissionais e não para desenvolver a disciplina; as investigações eram de caráter quantitativo, o que deu origem a um objeto de estudo com perspectiva paradigmática, focada na organização, serviços, e nos aspectos técnicos/profissionais; pouco interesse em investigar os fenômenos relacionados aos fundamentos teóricos e metodológicos. O que reverbera em estudos predominantemente voltados aos estudos de casos, tendo soluções específicas e poucas discussões mais verticalizadas sobre a história, desenvolvimento e teoria da Biblioteconomia.

No segundo momento da pesquisa, relativo à investigação científica da Argentina, Brasil, Colômbia e México, datada da década de 2000, Salazar (2006) aponta que houve tanto um aumento das temáticas das investigações,

de 17 para 23, quanto da quantidade de projetos, de 25 para 40. O México despontou com quase a metade dos projetos, sendo responsável pelo desenvolvimento de 19 deles, isto é, 47,5%, por outro lado, a Colômbia representa a menor porcentagem - 4 projetos, 10%. Dentre as temáticas coincidentes entre Brasil e México estão as pesquisas de fundamentação, usuários da informação e sistema de classificação. Entre México e Argentina estão os processos de busca, controle bibliográfico e história. México e Colômbia coincidem com o tema da tecnologia da informação, e o Brasil e a Colômbia, com o tema dos sistemas de informação. Os dados revelam que, novamente, a área de organização segue como a mais pesquisada, com 45%, seguida da tecnologia com 20%, usuários com 10%, educação com 7,5%, história com 5% e leitura com 2,5%.

Quanto aos problemas concernentes ao desenvolvimento das pesquisas, este elemento também sofreu um aumento de 16 itens detectados, anteriormente para 19 itens. Sendo oito deles comum a dois países e os demais problemas exclusivos de cada país. Dentre esses problemas compartilhados por mais de um país estão: falta de formação para investigar; falta de aplicação e replicação dos resultados; escassa geração de marcos teóricos e conhecimentos autênticos; mecanismos de difusão deficientes; e, trabalho individual. Todavia, diferente das soluções apontadas pela autora, naquele momento, ela ressalta que, nos documentos revisados não foi possível encontrar soluções que poderiam resolver as dificuldades apontadas, tal como foi feito no momento anterior (SALAZAR, 2006).

A partir da análise qualitativa dos dados descritos acima, Salazar (2006) considera que, atualmente a investigação em Biblioteconomia e Ciência da Informação se apresenta: 1) os objetivos das instituições que realizam as pesquisas na América Latina estão direcionados ao desenvolvimento da disciplina, marcada pela sua vinculação social; 2) não há uma definição clara dos objetos de estudos, contudo as pesquisas estão concentradas na temática da organização, embora tenham aumentado os temas sobre tecnologia, usuários e fundamentação; 3) escassa solução de problemas que sejam generalizáveis, propostas teóricas e metodológicas; 4) falha na formação de professores/investigadores na produção de conhecimento autêntico; 5) falta

vinculação entre os profissionais e pesquisadores, o que gera isolamento dos resultados de pesquisa nos contextos profissionais.

Em comparação com a análise dos anos de 1980 com os dados atuais, da década de 2000, a autora declarou que houve uma mudança nas pesquisas de cunho profissional para pesquisas cujo objetivo é o desenvolvimento da disciplina. Em ambos os momentos, a produção direcionada à fundamentação teórica da disciplina é baixa, o que parece ser contraditório, tendo em vista que o desenvolvimento e a consolidação de uma disciplina devem estar intimamente relacionados aos marcos teóricos do campo de conhecimento. Salazar (2006) aponta que em ambos os momentos não há um objeto de estudo delimitado, inferindo que, dada a prevalência das pesquisas em volta da organização, este seja o objeto de estudo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Outros entraves à consolidação da área, segundo a autora, vêm sendo a formação deficiente em torno dos aspectos metodológicos, a falta de aplicação dos resultados gerados nas investigações, dificuldades relacionadas à produção e sua divulgação, falta de relação entre comunidades de pesquisadores e professores da área.

Não obstante, em pesquisa mais recente, Herrera-Miranda, Arenas, Gómez-Hernandez (2013) demonstraram uma proximidade com os resultados já obtidos em pesquisas anteriores por outros autores. A análise das publicações mexicanas em Biblioteconomia e Documentação/Biblioteconomia e Ciência da Informação, durante o período de 1956-2006, demonstrou que, tradicionalmente, as publicações nestes campos têm sido orientadas por problemas relacionados à prática profissional e de natureza aplicada. Foram tratados, em maior medida, os temas relativos aos “serviços bibliotecários e de informação” (333 trabalhos), e a razão disso pode estar associada à própria origem dela como disciplina, de uma prática a um fazer institucionalizado, demonstrando-se, assim, fortemente conectada aos seus problemas. Em seguida, destacam-se os trabalhos voltados às questões de “armazenamento e recuperação da informação”; “história do livro e da edição”; “história das bibliotecas”, os quais correspondem respectivamente a 324, 223 e 257 trabalhos, sendo que as duas últimas classes demonstram um número elevado de pesquisas, quando comparado com outros resultados de outros países que, revelam menor interesse por estes assuntos.

Especificamente no Brasil, ao ser analisada mais de uma dezena de pesquisas que tratam da institucionalização e da produção científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação, Gomes (2006) detectou o que já havia sido sinalizado na esfera internacional. Assim, a área está concentrada em pesquisas empíricas com abordagens quantitativas, voltadas aos estudos de caso e tendo como principal instrumento de coleta de dados, os questionários. As temáticas das pesquisas também estão direcionadas aos usuários, transferência e uso da informação e da biblioteca, processamento e recuperação da informação (entrada, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação) e gerência de serviços e unidades de informação. Em síntese, esses estudos “revelam que grande parte das pesquisas realizadas são fortemente orientadas para a prática, aplicação ou solução de problemas, tem caráter descritivo e utilizam estratégias empíricas”. Ademais, acrescenta a autora, “o que se questiona nesses estudos não é o ‘pragmatismo’ em si, mas a ênfase nele, em detrimento de abordagens teóricas necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento dessas áreas” (GOMES, 2006, p. 11).

Portanto, as análises sobre a produção da Biblioteconomia, a sistematização das pesquisas que buscam analisar a literatura, apresentaram, de modo geral, que há uma concentração em necessidades práticas, e não de uma reflexão abstrata em que o foco seria a compreensão dos processos ou mesmo a construção de teorias. Apesar disso, não se pode dizer que não houve produções teóricas na área, o que ocorreu foi uma produção crescente de pesquisas, cujo foco era o aspecto pragmático, profissional ou de outras temáticas relacionadas, mas não da Biblioteconomia como objeto de estudo ou de sua história. Ao lado disso, houve também um constante crescimento de pesquisas que visavam ao mapeamento da produção sob o ponto de vista dos aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos¹⁹. Essa abertura deixada

¹⁹ Dentre outras pesquisas que buscaram realizar o mapeamento da produção estão: FEEHAN, P.E. *et al.* Library and information science research: an analysis of the 1984 journal literature. **Library and Information Science Research**, v. 9, p. 173-85, 1987. JARVELIN, K. VAKKARI, P. Content analysis of research articles in library and information science. **Library and Information Science Research**, v. 12 n. 4, p. 95-421, 1990. KOUFOGIANNAKIS, D.; SLATER, L; CRUMLEY, E. A content analysis of librarianship Research. **Journal of Information Science**, v. 30, n. 3, p. 227-39, 2003. KUMPULAINEN, S. Library and information

pela área reforça a importância do desenvolvimento dos estudos teóricos, dos que buscam não somente quantificar a produção, mas sobretudo, ler essa produção, colocando em análise o texto, em processo de desmistificação dos sentidos.

3.1 A relação da Biblioteconomia com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas

Estabrook (1984) com base na análise de citação dos artigos indexados na base do *Institute for Scientific Information* (ISI), correspondente à área *Library and information Science*, identificou quarenta revistas e 16.936 referências. O objetivo foi o de verificar a relação entre os métodos e os autores das ciências sociais citados nas pesquisas da Biblioteconomia, constatando, assim, 1327 referências consideradas das ciências sociais, mas que representam um número insignificante de 8% referências das pesquisas relacionadas às mais diversas temáticas. E um número significativo de pesquisas que utiliza os métodos estatísticos e, por outro lado, uma minoria, 2%, a análise de conteúdo (3 trabalhos dos 113 trabalhos considerados para análise). O autor chama a atenção ao fato que, dentre essas citações apenas oito citam Weber e onze citações são atribuídas a Durkheim e Marx (entretanto, não são apontados os trabalhos que citam e nem as temáticas dos trabalhos). Um dos principais teóricos, frequentemente, citado é Robert K. Merton com vinte citações; dentre os autores mais referenciados estão: Price, D; Garfield, E; Bell, D; Crane, D; Garvey, W; Griffith; Blau, P; Ziman, J. Sendo que tais autores se enquadram não em cientistas sociais, mas em cientistas da informação.

Conforme já esperado, relata-se que na Biblioteconomia não são numerosos os estudos que buscam uma correlação entre aquele campo com as categorias de pensamento das Ciências Sociais e Humanas, quando se

science research in 1975: content analysis of the journal articles. **Libri**, v. 41, n. 1, p. 59-76, 1991. NOUR, M.M. A quantitative analysis of the research articles published in core library journals of 1980. **Library and Information Science Research**, v.7, p. 261-73, 1985. VAKKARI, Pertti. Library and Information Science: Its Content and Scope. **Advances in Librarianship**, v. 18, 1994.

relaciona com a compreensão do próprio campo. Dentre os trabalhos identificados, destacam-se os de: Smith (1973); Mostafa (1986); Serqueira Ortiz (1988); Sander (1989); Mostafa, Lima e Maranon (1992); Lima (1994); Castro (1995); Silva e Silva (2010); e, Araújo (2013, 2014). Busca-se, então, demonstrar a partir desses estudos citados os esforços desses autores em relacionar a Biblioteconomia às correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas. Este último autor depreende o mesmo esforço em estabelecer as correntes teóricas da Ciência da Informação. Contudo, as produções científicas específicas da Ciência da Informação não constituem objeto particular de análise nesta pesquisa, mantendo-se o foco na Biblioteconomia que apresenta uma história de desenvolvimento particular e uma produção científica que assume contornos diferentes daquele campo científico (ARAÚJO, 2013).

Smith (1973) se refere ao Grupo *Aslib Social Sciences*²⁰ criado em 1969 para promover o estudo de duas áreas distintas (Biblioteconomia e Ciências Sociais), tendo como objetivo: a produção de bibliografia das ciências sociais e a aplicação de métodos de ciências sociais na Biblioteconomia e no trabalho de informação (*information work*). Neste texto, a autora chama a atenção para a contribuição da perspectiva sociológica em quatro aspectos: educação, meios de comunicação, sociologia do conhecimento e da própria Biblioteconomia como uma atividade social, requerendo uma “Sociologia da Biblioteconomia”. Outras discussões entre a Sociologia e a Biblioteconomia poderiam ter sido realizadas a partir das seguintes temáticas: família, trabalho, lazer, sociologia urbana, relações raciais etc. Salientando que, os conhecimentos técnicos dos bibliotecários seriam reforçados se fossem fortemente apoiados por uma compreensão detalhada dos ambientes sociais onde eles operam.

Mostafa (1986) traz à discussão junto, da Biblioteconomia duas correntes filosóficas: neokantismo e o neopositivismo, saindo, por fim, em defesa do marxismo. A diferença do neopositivismo para o positivismo é a

²⁰ ASLIB: *managing information* - Associação de Bibliotecas Especiais e Informações Bureau - é uma associação britânica de bibliotecas especiais e centros de documentação fundada em 1924, na Inglaterra. O Grupo relacionado às Ciências Sociais parece ter sido desativado, pois não foi possível encontrar nenhuma informação sobre ele. Outras referências localizadas sobre essa discussão entre Sociologia e Biblioteconomia, mas que não se obteve acesso: RATH, Moortimatee M.; RATH, Pravakar. **Sociology of librarianship**. New Delhi, India: Pratibha Prakashan, 1993. 163p. RAJAM, V. Sociology of library service. **Herald of Library Science**. jul./oct.,v.36, n. 3-4, p. 201–204, 1997.

emergência do policiamento sobre a linguagem e sua significação como expressão da produção científica, enquanto o neokantismo busca diminuir a dicotomia entre o embate da razão como forma de conhecimento dos racionalistas *versus* a experiência advinda dos empiricistas positivistas, que defendiam a experiência e a verificação física de seus enunciados como única forma de produção do conhecimento científico, tal como os fisicalistas do Círculo de Viena. Para a autora, ambas as correntes nascidas em contraposição ao positivismo acabaram por eivar a razão e a experiência sensível de um tempo e espaço definidos e de categorias como totalidade, historicidade e contradição, proposta por Karl Marx. Assim, “concebem o objeto e o sujeito de forma estática e imóvel, fixa, e nem um nem outro passam pelo seu ser-outro. O objeto é entendido enquanto apenas objeto sem nada de subjetivo. Igualmente o sujeito é entendido como uma razão formal sem nada ter de objetivo” (MOSTAFA, 1986, p. 188).

No século XIX, a Biblioteconomia na mesma direção das outras ciências que se inspiram no modelo positivista para a autonomia diante do campo das ciências, constrói seu objeto de estudo de modo positivo e fisicalista, o que a torna reacionária e conservadora de seu próprio objeto (MOSTAFA, 1986). Modelo este que busca ainda a duplicação do real, como, por exemplo, as classificações bibliográficas que ilustram essa aproximação rápida e grosseira do que significa a biblioteconomia positivista. Dessa forma, a autora defende uma mesma postura epistemológica às ciências físicas ou sociais, apoiada na máxima de Marx de que só existe uma ciência: ciência da história. Os conhecimentos distantes da dicotomia razão e experiência passam a ser vistos como resultados da interação dos homens com a natureza e deve por isso mesmo ser sempre remetidos às relações de produção, isto é, as relações de sobrevivência dos homens às relações de trabalho (MOSTAFA, 1986).

Sequeira Ortiz (1988) defende que a Biblioteconomia é diferente daquela exercida nos séculos anteriores, contudo ainda carece de uma teoria do conhecimento que a fundamente e possibilite maior compreensão dos bibliotecários, de suas práticas, bem como das bases epistemológicas da área, do lugar da disciplina e sua relação com outras disciplinas; entender a historicidade da Biblioteconomia é fundamental para a sua projeção diante das mudanças, sobremaneira com o advento dos computadores e das

telecomunicações. Para tanto, a autora relaciona quatro modelos/métodos teóricos das Ciências Sociais e Humanas com a Biblioteconomia, os quais são: positivismo; crítico; estruturalismo; e, teoria geral dos sistemas. Cada um desses modelos ocasionou na Biblioteconomia uma maneira diferente de desenvolvimento da área, inclusive de sua aplicação em bibliotecas e posturas do profissional bibliotecário.

Segundo a autora, já citada, o positivismo foi a primeira teoria científica no campo das Ciências Sociais muito utilizada na Biblioteconomia, pelo menos até começarem as críticas sobre esse modelo, que era visto como o ideal, tanto para às ciências naturais e físicas como para as humanas. Com pretensões de um método universal e único às ciências, a busca constante de objetividade reverberou na concepção da informação como objeto externo ao usuário e no bibliotecário como um ser passivo, neutro diante desse contato do usuário com a informação. Além do mais, o maior impacto do positivismo se revela no desenvolvimento dos instrumentos de classificação bibliográfico, ainda no século XIX, nas figuras de Dewey e Cutter, esquemas que proporcionavam a fixação dos itens em lugares específicos e davam uma visão de conjunto dos acervos (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Outra relação entre o positivismo e a Biblioteconomia fez com que as bibliotecas se distanciassem da ideia de sistemas ou redes, mantendo-se fechadas, cada uma em sua realidade, sendo vistas como pequeno pedaço do mundo (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

Com a introdução das tecnologias, dos computadores e a ação dos documentalistas com os serviços de documentação, a Biblioteconomia começou a incorporar métodos alternativos e novas possibilidades de estudo. A própria visão da informação é deslocada à ideia de dados processados segundo certa estrutura devendo ser interpretados na tomada de decisões. Assim, o método crítico contrapõe-se à teoria tradicional, na medida em que destaca ser a Biblioteconomia não uma ciência descritiva e sim explicativa, assumindo o contexto como elemento fundamental. Por sua vez, a informação é interpretada segundo o arcabouço de conhecimento dos sujeitos, tal como o conhecimento, que é mediado pela experiência e prática de uma dada época, segundo interesses sociais. Sequeira Ortiz (1988) apresenta que na Biblioteconomia essa proximidade com o modelo crítico trouxe o conceito de informação social e histórica, importante à tomada de decisão, por sua vez, a

biblioteca também amplia seus horizontes com a introdução da concepção de ambiente organizacional e de seu papel como instituição transformadora da sociedade. O bibliotecário passou a questionar sobre suas ações informativas, que não são vistas como mais neutras ou puramente objetivas. No plano da organização da informação, o questionamento dos esquemas de classificação abriu espaço aos vocabulários livres, como os unitermos e índices KWIC (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

O estruturalismo constitui também outro modelo diferente do modelo tradicional do pensamento, que rompe com categorias estáveis para discutir os elementos em interação dentro de um sistema. Desse modo, o estruturalismo possibilita a realização de uma análise sistemática dos elementos que, por estarem dentro de uma estrutura, permitem a previsibilidade de mudanças e a explicação de partes e do todo interconectado. A partir da análise do método estruturalista, a realidade é estudada de modo flexível e mais amplo, cujas estruturas estão inseridas em situações localizadas num tempo e espaço. Sequeira Ortiz (1988) diz que, na Biblioteconomia, o estruturalismo tem sido exitoso no âmbito das bibliotecas escolares, porque coloca a biblioteca e o bibliotecário integrados dentro do sistema, rompendo com a visão tradicional de biblioteca para uma visão de centro de recursos de aprendizado e o profissional como orientador de aprendizagem, ambos pertencentes ao currículo integrado. Outra importante contribuição do estruturalismo é a discussão sobre sistemas micro e macro e da função que a biblioteca desempenha dentro do sistema social (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

A teoria geral dos sistemas, que guarda afinidades com o estruturalismo, pode ser vista como outro enfoque científico acolhido por muitas ciências, tanto puras como aplicadas e mais tardiamente, vigorosamente pelas ciências sociais na tentativa de superação do positivismo. A teoria geral dos sistemas considera a totalidade, sem desprezar os elementos que compõem o sistema, os quais não são vistos de modo isolado, mas sim de maneira integrada e interdependente. Nessa direção, uma das maiores contribuições da teoria dos sistemas a todas as ciências foi a de possibilitar a interação entre variáveis a descoberta de que o que afeta uma parte do sistema, também atinge todo ele (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Na Biblioteconomia esta teoria reverbera com a visão de biblioteca pertencente a um sistema maior e ainda dá forma ao

sistema composto de subsistemas de entrada, processamento, armazenamento e saída. Dentre os subsistemas da biblioteca, os quais seguem funções definidas, estão os subsistemas de seleção; aquisição; processos técnicos; circulação e referência; publicações periódicas; audiovisuais; e, administração (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

Além disso, tem-se a biblioteca como um sistema complexo e aberto em constante troca com o meio onde está inserida; os elementos em interação têm como objetivo um fim comum que, para a autora é recuperar, processar, armazenar e disseminar a informação existente, a fim de que a mesma seja útil a alguém em algum momento (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Assim, sob o aporte da teoria dos sistemas, a biblioteca faz parte de um sistema maior, sistema econômico, social, político onde está inserida, bem como é ela mesma um sistema composto por vários subsistemas que, juntos, visam dar acesso à informação ao usuário. Essa visão de biblioteca segundo a autora ampliou a maneira de inserção na biblioteca e seu impacto na sociedade, diferente daquela de biblioteca fechada em si mesma, pois com a análise de sistemas pode avaliar os subsistemas ou mesmo o sistema como um todo, por meio da retroalimentação, mantendo-a sempre em equilíbrio e na direção desejada. Serqueira Ortiz (1988) afirma que a Biblioteconomia vem desenvolvendo *pari a pasu* com o campo das Ciências Sociais, apresentando características comuns a sua grande área, revelando o constante movimento de adaptação às novas teorias, alterando inclusive as visões sobre a biblioteca, o bibliotecário e a Biblioteconomia.

Na mesma direção, Sander (1989) demonstra que a Biblioteconomia fora marcada em um primeiro momento pelo empirismo, pela busca do conhecimento a partir da experiência, notadamente, de caráter positivista. Essa autora se debruça sobre a estrutura teórica da Biblioteconomia, buscando demonstrar o modelo científico por detrás das teorias e a sua conexão com o contexto cultural, político e econômico. Manifesta, então, a forte presença do pensamento de Francis Bacon nos estudos biblioteconômicos, devido ao uso do método experimental e de sua classificação de ciência, que reverbera nos esquemas de classificação no final do século XIX. O método experimental consistiria no caminho à obtenção do conhecimento, sendo a observação e a experiência os pilares à construção científica que, por sua vez, resultaria em

modelos descritivos de interpretação da realidade de modo localizado, advindo da empiria. Tal método experimental acaba por rejeitar as explicações universais e advindas da abstração, do pensamento, assim como as explicações anteriores aos fenômenos. No campo da Biblioteconomia, Sander (1989) aponta que esse método conformou aquela área como uma disciplina técnica formal de caráter aplicado, isto é, em uma “Biblioteconomia burguesa”, que exclui os estudos sobre os efeitos da circulação de livros e seus impactos sociais.

De maneira aplicada, o método experimental transparece nos esquemas de classificação, como os modelos de W.T. Harris e Melvil Dewey, que tinham como objetivo resolver as necessidades estruturais, imediatas e funcionais de bibliotecas específicas (SANDER, 1989). As preocupações com o cumprimento das funções das bibliotecas, de uma Biblioteconomia normativa e utilitária da atividade do bibliotecário, acabaram por gerar pesquisas baseadas nos métodos quantitativos, o que impedia o fortalecimento de uma base teórica integrada e de caráter compreensivo. Na década de 1970, a Biblioteconomia, de modo mais ostensivo, apresentou esforços teóricos, tendo a intenção de fortalecer sua estrutura teórica que, na prática biblioteconômica, mostrava-se mais avançada. Dentre os autores da área está Shera, que busca discutir a partir do funcionalismo a Biblioteconomia, defendendo-a como a atividade que se ocupa da máxima eficiência e utilidade social dos registros gráficos.

Sander (1989) revela que as produções científicas da Biblioteconomia estão imbricadas aos contextos de produções e, naquele primeiro momento, as produções de classificações bibliográficas coadunavam com o pensamento científico da época. Porém essas aplicações e pesquisas voltadas à prática acabaram por gerar uma falha na estrutura teórica da Biblioteconomia que, no século XX, passou a ser produzida de modo mais reflexivo, sistemático e com efeitos mais generalizantes como quer a ciência. Não obstante, um dos obstáculos da Biblioteconomia está relacionado à continuidade de novas produções ou mesmo ao aprofundamento de produções anteriores realizadas, assim como a falta de clareza da teoria da Biblioteconomia como área científica (SANDER, 1989, p. 31).

Mostafa, Lima e Maranon (1992) trabalham com o conceito de paradigma na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, com destaque para

o funcionalismo e behaviorismo, os quais se aproximam, respectivamente, da Sociologia e da Psicologia, constituindo-se em dois aportes teóricos e práticos ao desenvolvimento de pesquisas na área. Essas duas correntes de pensamento são absorvidas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação na sua vertente biológica, que enxerga a sociedade e o homem como um organismo; ambos “se baseiam na noção biológica de equilíbrio, de adaptação do homem ao meio, de interação. Funcionalismo e behaviorismo não se rompem, porque há como que uma passagem contínua do biológico ao social” (MOSTAFA; LIMA; MARANON, 1992, p. 216). Assim, a fim de demonstrar essas manifestações na área, os autores abordam pesquisas com as seguintes temáticas: conceituação, hábitos de leitura, satisfação no trabalho, definição de alvos e autoimagem do bibliotecário.

Em relação ao primeiro tema, duas pesquisas foram analisadas, “O conceito de biblioteca”, de Targino e *Information concepts for information science*, de Belkin. Na primeira pesquisa, a autora analisou o que as crianças pensam da biblioteca, o que os bibliotecários pensam da biblioteca e o que os psicólogos comportamentalistas pensam da biblioteca. E, como era de se esperar houve uma diferença cognitiva nas conceituações das crianças, assim, a autora propõe que as crianças sejam estimuladas no contato com a biblioteca para que a aprendizagem possa se dar de forma sadia e integrada. Essa postura configura, segundo Mostafa, Lima e Maranon (1992) um idealismo, o pensamento frente à coisa como condição de existência, que coloca o usuário separado do objeto, isto é, a biblioteca, um local onde as coisas acontecem e cabe ao sujeito identificá-las. A segunda pesquisa, de Belkin, caminha no mesmo sentido cognitivo, para compreender o conceito de informação consulta, o que foi escrito sobre para depois definir seu conceito de informação, que parte de oito requisitos²¹.

²¹ São oito os requisitos para um conceito de informação útil para a Ciência da Informação: 1) o conceito deve referir-se à informação dentro de um contexto significativo da comunicação; 2) deve referir-se à informação como processo de comunicação social entre seres humanos; 3) deve referir-se à informação desejada ou requerida; 4) deve dar conta do efeito da informação no recipiente; 5) deve dar conta da relação entre informação e estado do conhecimento (do gerador e receptor); 6) deve dar conta dos vários efeitos das mensagens apresentadas em diferentes maneiras; 7) deve ser generalizável além do acesso individual; 8) deve oferecer formas para predição do efeito da informação (MOSTAFA; LIMA; MARANON, 1992, p. 218).

Os estudos de usuários também aparecem seguindo essas correntes; funcionalista e behaviorista. Não estão distantes as pesquisas em que o objetivo é a mensuração dos comportamentos dos usuários, como também são abordadas questões, tais como treinamento, uso, fluxo de informação ou transferência de informação, comunicação científica, relação entre canais formais e informação. Pesquisas que separam o usuário e a instituição como coisas independentes, assim como a realidade, sendo algo externo, não agiria sobre o indivíduo. Quanto à presença do funcionalismo sobre hábitos de leitura há, nestas pesquisas, funcionalidade da leitura, promovendo categorias para compreender esse ato social não cabível em tipologias e categorias que naturalizam esses processos sociais. Nas pesquisas de satisfação no trabalho são usadas, frequentemente, escalas de aferição e medição para apreender as respostas em categorias que vão de “discordo fortemente a concordo fortemente”. Mostafa, Lima e Maranon (1992) apontam ainda que essas pesquisas, sob o aporte teórico do funcionalismo e behaviorismo, reduzem o conceito de trabalho, a execução de tarefas, não questionam o conceito de mais-valia, reduzindo o salário a pagamento, vencimento e remuneração.

Conforme Lima e Maranon (1992), o trabalho analisado sobre os docentes nas universidades em que é investigada a satisfação/insatisfação, novamente, traz as escalas de aferição, que torna superficial e naturaliza os resultados. Apesar de concentrar, na coluna do meio, ou seja, nem no discordo fortemente e nem no concordo fortemente, que vai ao encontro da dialética do sujeito, do ser e não ser, há a tendência de idealizar a realidade e enquadrar o comportamento em categorias, o que acaba legitimando a hegemonia paradigmática. A autoimagem do bibliotecário também é trabalhada por meio de escalas; na pesquisa analisada, foi utilizado também como coleta de dados, o questionário, apontando uma dissonância entre o que os bibliotecários falam e o que pensam sobre o trabalho. Mostafa, Lima e Maranon (1992) apresentam, por meio dessa interação de paradigmas e pesquisas empíricas da área, que o funcionalismo e o behaviorismo tendem a uma “sociologização da realidade” e a uma “psicologização do real”.

Além disso, essas correntes de pensamento, “empírico-analíticas”, detêm inúmeros problemas ao serem utilizadas nas pesquisas de Ciências Sociais e Humanas, como é o caso da Biblioteconomia. Entre esses problemas

estão: 1) historicidade das categorias tidas como naturais e biológicas. 2) questionário, essa “vara curta”. 3) senso comum tomado por concreto. 4) o cognitivismo e o psicologismo têm primazia sobre os processos históricos-sociais; 5) autonomia absoluta (e não relativa) das instituições, dos processos e dos indivíduos. 6) concepção de homem como indivíduo isolado e não como um conjunto de relações sociais (MOSTAFA; LIMA; MARANON,1992). Embora, esse estudo consiga aclarar as limitações dessa abordagem no campo das Ciências Sociais e Humanas, em particular, nos estudos desenvolvidos na Biblioteconomia, Lima (1994, p. 13) aponta que “o silêncio existente na Biblioteconomia impressiona. Inexiste qualquer discussão em Biblioteconomia, onde o autor analisa conceitos como empirismo, funcionalismo e dialético”. Acrescenta ainda: “Na Biblioteconomia não existe sequer, a análise de algumas abordagens em particular”, salvo raríssimas exceções, como os trabalhos de Mostafa, em especial, a tese “Epistemologia da Biblioteconomia” de 1985.

Assim, assumindo uma direção crítica em torno das discussões filosófico-metodológicas dentro do campo da Biblioteconomia, em especial, na área de Usuários da Informação, Lima (1994) desenvolve sua pesquisa de mestrado. Além da escassez de estudos dessa natureza, o autor busca sair da espécie de um “mais do mesmo” dos estudos de usuários, nos quais há a busca da análise de casos específicos, bem como a quantificação os dados em prol de uma pretensa cientificidade, através da exposição de gráficos, tabelas, volumes de informação e generalizações dos resultados. Sua pesquisa foi fundamentada na análise crítica de sete dissertações defendidas por dois programas de pós-graduação, IBICT e PUCCampinas, atingindo usuários das quatro regiões brasileiras: nordeste, sul, centro-oeste e sudeste. Essa amostragem aleatória dos estudos demonstra que os usuários predominantes nos estudos são os de bibliotecas, cientistas e tecnólogos e, uma minoria, apenas dois trabalhos de usuários de empresa, o que configura uma exceção, não só nesse momento, mas da área como um todo (LIMA, 1994).

Nesses trabalhos conhecidos como “estudos de caso” ou “empírico-analíticos” há a visão de que a biblioteca integra um todo maior que, para o cumprimento dos objetivos institucionais, ela deve cumprir sua função. Sendo comum o aparecimento de expressões como função, todo-integrado, sistema aberto, parte integrante de outro mais amplo, grupos, atividades, ou seja,

expressões muito vinculadas à abordagem funcionalista. Tendo em vista que o funcionalismo busca percorrer um caminho científico, nas pesquisas são utilizados, em sua maioria, os questionários, possibilitando a objetivação das respostas e um distanciamento entre usuário e método de pesquisa, tal qual nas ciências naturais e exatas em que há a possibilidade de controle de seus experimentos, o que lhe garante um rigor científico. Dessa forma, as pesquisas de usuários da informação sob a influência do funcionalismo acabam naturalizando o social, ao mesmo tempo que sociologiza o biológico (LIMA, 1994). E essa busca por compreender o funcionamento institucional encerra o processo de construção do objeto e de sua historicidade, assim como inviabiliza a introdução de outros aspectos como o conflito e as contradições, os quais são foco de interesse da abordagem crítica, trabalhada em estudos posteriores dos “estudos de usuários” (ARAÚJO, 2014).

Nessa mesma direção, Castro (1995) critica os estudos realizados na Biblioteconomia, os quais em grande parte seguem o “paradigma da simplificação”, limitando-se a uma descrição e análise de dados quantitativos. Esse modelo influenciado pelas vertentes clássicas das Ciências sociais, como o marxismo ortodoxo, positivismo e funcionalismo reverbera na Biblioteconomia com pesquisas que procuram responder “uso ou não da coleção, grau de (in)satisfação dos leitores, impacto da automação na biblioteca, dentre várias outras que procuram medir graus de eficiência dos serviços ou da necessidade de adaptação/criação de outros” (CASTRO, 1995, p. 81). Logo, pelas pesquisas realizadas demonstrando o visível, o aparente, sendo que o cotidiano das bibliotecas é exposto através de uma racionalidade científica, como se fossem fenômenos naturais, capazes de predizer um futuro a partir de uma realidade estável e coesa.

Assim como uma alternativa ao modelo cartesiano de pesquisa, Castro (1995) defende o uso de uma metodologia nomeada de Teoria do Cotidiano, influenciada pelos campos da Antropologia, Educação e Comunicação. Com esse olhar mais específico, busca-se justamente uma maneira de compreender o social de forma mais ampla, desvelando o “lado da sombra”, isto é, os elementos que não são captados num primeiro momento, o não dizível e não aparente. A biblioteca, a partir desse olhar da Teoria do Cotidiano poderia, então, iluminar as práticas, rotinas, normas do dia a dia que são exercidas

cotidianamente na biblioteca, iluminando também as relações entre leitores e bibliotecários e entre eles mesmos. Essa teoria propiciaria à Biblioteconomia uma abertura na área, tendo em vista a apreensão do social de modo mais amplo, afastando-se dos modelos que buscam um afastamento da essência dos problemas, das ações cotidianas, de ações subjetivas, em vez do aparente e do objetivismo.

O pensamento marxista subsidia a discussão da Biblioteconomia e do comportamento da biblioteca no contexto da luta de classes pelos autores Silva e Silva (2010). Karl Marx desenvolveu este conceito de luta de classes demonstrando a diferença entre elas, uma minoritária que oprime e domina uma classe majoritária. A diferença entre as classes ocorre devido ao antagonismo - proletariado e burguesia -, dentro da sociedade capitalista. A manutenção dessa distinção, do poder da classe dominante se dá por meio de instrumentos, estratégias, como o aparelho ideológico e aparelho repressivo. Os aparelhos ideológicos são desenvolvidos pelo Estado e, dentre eles a biblioteca.

Conforme os autores, o desenvolvimento histórico das bibliotecas no Brasil revela que essa instituição fora notadamente voltada à elite desde seu início, pois a maioria ficava relegada ao plano inferior; configurando a biblioteca como um espaço distante da maioria que realmente precisa de informação e assistência, por isso “a biblioteca brasileira tem atuado como um aparelho ideológico do Estado reproduzindo as ideias da ideologia dominante” (SILVA; SILVA, 2010, p. 210). E, devido a esse distanciamento da biblioteca com a sociedade, acrescentam os autores, não reconhecida como uma instituição socialmente útil.

Para que haja uma mudança, os autores falam da necessidade de uma postura político-social mais atuante no contexto da luta de classes. O posicionamento da Biblioteconomia com relação à biblioteca perpassa por três critérios: formação acadêmica (curso superior); profissional e órgão de classe. Os autores tecem, assim, uma crítica na formação, que tem também servido a uma minoria brasileira, devendo haver uma abertura da área para além do livro e do usuário real, buscando outros suportes e os não-usuários, bem como outras atividades e ações culturais. O uso das tecnologias se insere nesse processo como mecanismo de mudança no trabalho do profissional, de modo

que a Biblioteconomia e as bibliotecas possam atender as necessidades da sociedade, ou melhor, “a biblioteca é um instrumento de grande valor teórico-prático, mas precisa ser identificada em sua essência, tanto em seu caráter funcional, como institucional para se configurar efetivamente como útil a sociedade” (SILVA; SILVA, 2010, p. 204).

Araújo (2013) ao analisar a produção teórica da Biblioteconomia chegou à definição de cinco eixos: Funcionalismo; Crítica; Sujeitos; Representação; e, Contemporâneas, em que se destacam, neste último eixo, três grandes tendências: mediação, competência informacional e bibliotecas eletrônicas ou digitais. A definição desses eixos, em consonância com as correntes teóricas mais amplas das Ciências Sociais e Humanas, deriva da própria análise da produção discursiva da Biblioteconomia produzida a partir do século XX, que se revela complexa e plural. As características sobressalentes possibilitaram esses enquadramentos de autores e ideias dentro dos eixos explicitados, em que cada um desses eixos agrupa os discursos da Biblioteconomia, segundo as afinidades e problemáticas apontadas a local comum.

De modo mais detalhado, a perspectiva funcionalista, do primeiro eixo, embora privilegie “o pensamento voltado ‘para dentro’: para documentos e coleções guardadas nas bibliotecas; para as rotinas e dinâmicas das bibliotecas; e para as regras de catalogação e classificação das coleções”, o foco está concentrado no funcionamento, na melhor maneira de articular as funções das instituições e dispor seus acervos à sociedade onde a biblioteca se insere (ARAÚJO, 2013, p. 44). Desse modo, os estudos são vistos como uma espécie de um todo composto por várias partes, em que cada uma delas deve cumprir sua função para atender as necessidades de seus usuários em diferentes sociedades e épocas. O discurso do funcionalismo compreende também princípios iluministas, de acesso a todos os cidadãos e do conceito de eficácia, de que os investimentos devem reverberar na sociedade, pondo em questão a função das instituições.

Dentro dessa perspectiva, destaca-se o autor Javier Lasso de La Vega que, em 1950, apontou a mudança da biblioteca de espaço de conservação de livros para um espaço ativo, com papel pedagógico, onde o bibliotecário passa a ser o agente propulsor da cultura. Araújo (2013) salienta que com as teorias funcionalistas na Biblioteconomia apresentam-se os adjetivos: “viva”,

“dinâmica” e “ativa”, promovendo uma mudança na visão da biblioteca em contraponto à visão anterior de depositária de livros. Há inclusive uma aproximação com a teoria sistêmica, em que a biblioteca é vista como um sistema composto por subsistemas de entrada (seleção, aquisição, descrição, representação, organização e armazenamento); de saída (análise de questões, busca e recuperação e disseminação) e de avaliação (ARAÚJO, 2013). Anterior a essa produção, o movimento das bibliotecas públicas, no final do século XIX na Inglaterra, foi de suma importância à ampliação do conceito de biblioteca e de sua função, que seria a de atender as necessidades de todos os cidadãos, vinculada à ideia de progresso e função social. Nesse contexto, o serviço de referência, idealizado por Samuel Green, objetivava auxiliar o leitor na utilização da coleção, contribuindo à mudança do conceito de biblioteca que, notadamente, assumia uma dimensão educativa e inclusiva dos serviços tradicionalmente oferecidos (ARAÚJO, 2014). Ademais, autores como Gaston Litton, Pierce Butler, Jesse Shera, Ranganathan, Thompson e Urquhart, em alguma medida, ocuparam-se da relação das instituições e seus acervos com os usuários dentro de contextos sociais.

O segundo eixo, a perspectiva crítica dos estudos, tem sua origem em oposição ao positivismo e ao funcionalismo, que se baseiam na ordem, no bom funcionamento das instituições e da sociedade, bem como na questão dos métodos quantitativos, que são substituídos pela dialética. Os estudos críticos estão fundamentados no conflito e nas tensões que estruturam a vida social, a qual é marcada pela historicidade e pelos contextos socioculturais. Na Biblioteconomia, os estudos críticos além de questionar esse olhar funcionalista passaram, também, a criticar o modelo patrimonialista das bibliotecas, de guarda e conservação dos livros. Essa perspectiva se encontra calcada na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas ‘neutras’, no questionamento sobre as reais necessidades e nos enquadramentos culturais promovidos. A manifestação da área na literatura começou a se tornar mais presente com os processos de redemocratização após as ditaduras militares nos países de terceiro mundo. Os autores passaram a escrever sobre a importância do desenvolvimento do conjunto de práticas voltadas às populações marginalizadas (como extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviço de caixa-estante); ações que

promoveriam o acesso ao livro, e de manifestações como “ação cultural” e “animação cultural” (ARAÚJO, 2013). Ainda nessa perspectiva, conceitos basilares como biblioteca e bibliotecário são reformulados, assumindo denominações como “centros de cultura”, “agente ativo”, assim como as discussões a partir da teoria marxista, que eram realizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre o escrito e o documento na França.

Dentro do terceiro eixo, nomeado de estudos dos sujeitos, estão os estudos sobre os usuários, vistos como sujeitos ativos e não como sujeitos passivos, meros receptáculos de informação, conforme a abordagem funcionalista e a crítica que se centrava na ação das bibliotecas sobre a sociedade (ARAÚJO, 2013). Efetivamente, os estudos direcionados à compreensão da utilização dos recursos informacionais e dos hábitos de leitura datam de 1930, com os “estudos de comunidades”, estudos que privilegiavam determinados grupos sociais tomados em seus conjuntos, realizados pela *University of Chicago*. O aumento dos estudos como meio de avaliação e diagnóstico dos serviços ou mesmo instrumentos para o planejamento de bibliotecas passou a ser conhecido como “estudos de uso”, indo ao encontro do desenvolvimento de treinamentos e educação dos usuários junto aos recursos e instituições. Contudo, a partir da década de 1980 entram em cena os estudos efetivamente de usuários, pois se voltam ao “comportamento informacional” e às necessidades de busca e uso da informação, segundo a lacuna de conhecimento percebida por eles. Ainda mais recentemente, a partir da década de 1990, os estudos se concentram nas práticas informacionais dos sujeitos históricos inseridos em seus diversos contextos. Podem ser encontrados estudos de usuários dirigidos às questões de usabilidade, acessibilidade e ergonomia (ARAÚJO, 2013).

Os estudos sobre representação, quarto eixo, voltados à descrição e organização estão na origem da fundação do campo da Biblioteconomia; as regras de catalogação e classificação despontam sobremaneira no cenário do século XIX, nomeada de época áurea. Dentro desse eixo, diversos foram os trabalhos na área da catalogação como os instrumentos de descrição dos registros bibliográficos, controle de autoridade, pontos de acesso, formato para intercâmbio de informações automatizadas. Na área da classificação, houve também uma variedade de publicações ao longo dos séculos, como as

classificações bibliográficas e as classificações facetadas. Segundo Araújo (2013), a classificação facetada de Ranganathan modificou o processo classificatório ao introduzir o conceito de “faceta”, que garantiu maior flexibilidade e poder de síntese, agrupamento de vários componentes à especificação do assunto. As linguagens de indexação, tesouros e lista de cabeçalhos de assuntos, bem como a teoria do conceito constituíram o foco de desenvolvimento dentro desse eixo.

Portanto, as perspectivas contemporâneas refletem a tentativa de superação dos modelos voltados à compreensão das funções sociais, dos conflitos sociais, das apropriações dos sujeitos e dos efeitos de sentido gerados por seus acervos e técnicas aplicadas (ARAÚJO, 2014). Segundo o autor, na Biblioteconomia, as perspectivas contemporâneas são expressas em três grandes tendências: mediação, competência informacional e tecnologia da informação. Todas essas tendências têm em comum a mudança da biblioteca para uma instituição cada vez mais dinâmica, responsável pela transferência da informação, assim como pelo uso dessa informação pelos usuários, que de sujeitos passivos são vistos como construtores de informação. A mediação não é vista como uma atividade neutra do bibliotecário, mas como uma interferência intencional do profissional. O discurso da competência informacional se estrutura em torno de quatro aspectos: sociedade da informação, teorias construtivistas, tecnologia da informação e no papel do bibliotecário. A tecnologia da informação trouxe para o campo da Biblioteconomia novas bibliotecas, como as eletrônicas e as digitais, que reconfiguram produtos e serviços. Essas abordagens contemporâneas demonstram que a Biblioteconomia se mostrou “dinâmica e flexível em direção a novas abordagens e capaz de se adaptar às condições históricas, culturais, epistemológicas e tecnológicas contemporâneas” (ARAÚJO, 2013, p.56).

Em síntese, a produção desenvolvida ao longo do século XX demonstra um distanciamento do âmbito concreto das instituições (dos acervos, das técnicas e das instituições) e das fronteiras rígidas estabelecidas pelo modelo hegemônico no século anterior, indo na direção de maior abstração e complexidade da análise dos fenômenos biblioteconômicos (ARAÚJO, 2013, 2014). Revela, ainda, que essa sistematização da Biblioteconomia está longe de ser exaustiva, pois muitos autores e perspectivas poderiam ter sido

levantados, analisados e tensionados. Pensando nisso e depois de identificada uma carência de estudos teóricos específicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas, objetiva-se analisar e sistematizar a produção da Biblioteconomia, tendo em vista as irrupções que podem emergir da leitura dos próprios discursos desse campo científico, de modo a ampliar e correlacionar aos conhecimentos que conformam a formação discursiva da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas. E segundo Giddens (1999), as muitas teorias das Ciências Sociais decorrem da “proliferação de tradições teóricas, que é um modo de evitar o dogmatismo alimentado pelo apego único a um esquema único de pensamento”, uma clara crítica à redução das Ciências Sociais aos modelos das Ciências exatas e naturais como queria o positivismo.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O capítulo de um trabalho destinado ao desenvolvimento da metodologia científica pressupõe que, nesse momento, ocorra a sistematização e a explicitação de modo racional e objetivo dos “caminhos do pensamento” da pesquisa, os quais assumem duas direções intrinsecamente relacionadas, o caminho teórico-epistemológico e o prático. E não a preferência de um pelo outro; sobre isso, Minayo (1999, p. 249) esclarece que “[...] todo ‘técnico’ tem como pressuposto uma teoria e que toda teoria e toda técnica estão vinculadas a pressupostos de uma visão social de mundo que as fundamenta”. Acredita-se que ambas, teoria e prática, devem estar em harmonia, uma vez que os caminhos estão inter-relacionados e se complementam não deixando que o trajeto do método e da técnica seja reduzido ao âmbito operacional apenas. Todos os passos desse caminho têm como finalidade chegar ao objetivo determinado, isto é, a uma resposta (conclusiva ou não, positiva ou negativa) do problema proposto como ponto de partida, o qual se insere em um determinado espaço e tempo social.

Também nessa direção, Gil (1994) esclarece que a metodologia abrange os métodos científicos que correspondem ao conjunto de conhecimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento, dividindo-os em métodos gerais e específicos. O primeiro proporcionaria a base lógica para a investigação, por isso, nomeado de método de raciocínio; o segundo diz respeito aos procedimentos técnicos a ser adotados na investigação, o que equivale à técnica de pesquisa. Conforme suas palavras, “os métodos gerais têm como objetivo fundamental oferecer soluções para os problemas epistemológicos da investigação científica” (GIL, 1994, p. 28). E os “os métodos específicos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais” (GIL, 1994, p. 34), referindo-se à obtenção, processamento e validação dos dados coletados pertinentes à problemática que está sendo investigada.

Demo (1995) realiza igualmente a distinção entre os termos metodologia, método e técnica, tendo em vista que os dois últimos envolvem a realidade empírica e o primeiro, a discussão problematizante, a consciência de que a realidade não se reduz à empiria, indo ao encontro de uma discussão

teórica. Dessa mesma forma, compreende-se que a metodologia não pode ser vista como sinônimo de método e técnica, nem se pode reduzi-la à descrição dos caminhos para a confecção da pesquisa. Assim, a metodologia, um termo mais amplo, relaciona-se ao aporte teórico-metodológico da pesquisa, com a visão de mundo, com as correntes de pensamento, com as teorias, as quais o pesquisador convoca para circunscrever a pesquisa e com os métodos e as técnicas que, diferentemente, de um caminho do conhecimento, se relacionam ao caminho racional e operacional de descrição dos processos e etapas que visam chegar ao fim daquela.

Ressalta-se ainda que as escolhas metodológicas, desde o método e técnica ao aporte teórico da pesquisa estão intimamente vinculadas ao problema da pesquisa, de modo que é ele quem guia quais as melhores estratégias e não o contrário, isto é, não se escolheu primeiro o método e depois se partiu para o problema e, por conseguinte, aos objetivos gerais e específicos. Sendo assim, o presente problema de pesquisa convoca o método arqueológico de Michel Foucault, desenvolvido ao longo de seu primeiro momento na década de 1960 em que se concentrou nos discursos e nos saberes. E, também outra proximidade com o pensamento bourdianiano, em particular com o conceito de campo científico, definido por Pierre Bourdieu, e sob o qual se entende a Biblioteconomia, isto é, como um campo científico. Desse modo, ao assumir os saberes e os sujeitos como construções históricas, localizados em determinado tempo e espaço, a visão qualitativa se torna indispensável ao desenvolvimento da investigação, ainda mais quando se tem como objeto de estudo os discursos.

Segundo Flick (2009), o termo pesquisa qualitativa foi cunhado no contexto dos anos de 1960 e 1970, como uma alternativa à pesquisa quantitativa e como uma crítica quanto a esse modelo, que recorre à matemática e à estatística para medir, mensurar, quantificar o conhecimento, isto é, um método ideal ao pensamento positivista, em que a ciência racional seria a forma de obtenção do conhecimento. Contudo, em outra direção as pesquisas qualitativas – não quantitativas e não padronizadas – têm como características o “uso de texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e

em seu conhecimento cotidiano relativo ao estudo” (FLICK, 2009, p. 16). Além da consciência de que a realidade é uma construção coletiva e não algo pronto e externo aos sujeitos, os pesquisadores das pesquisas qualitativas buscam aproximar-se da realidade que nunca se esgota, de uma realidade complexa e inatingível, porque sempre deriva de uma construção. Segundo Minayo (1999), as buscas por esse conhecimento aproximado provêm de esquemas teóricos que, por seu caráter peculiar, projetam luz sobre determinados aspectos e desconhecem outros. Essa busca pelo conhecimento e sua descoberta vai ao encontro das pesquisas exploratórias, que assumem essa nomenclatura em razão de seus objetivos.

As pesquisas do tipo exploratórias são diferentes das pesquisas descritivas e das explicativas, tendo em vista que buscam, respectivamente, descrever os fenômenos sem a interferência do pesquisador, explicando e identificando as causas e ocorrências daqueles. Por outro lado, a pesquisa exploratória como seu próprio nome diz, busca explorar aquilo que ainda não foi investigado; assim, conceitualmente a “pesquisa exploratória objetiva a descoberta, o achado, a elucidação dos fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes” (OLIVEIRA NETTO, 2008, p. 29), indo na direção de processos como: busca, análise, compreensão, interpretação e exposição dos fenômenos e dos discursos. Para tanto, recorre-se como procedimento operacional, a fim de explorar novos achados, à pesquisa bibliográfica que permite a escavação de discursos a partir de material já elaborado, constituído de documentos diversos que servem à formação de um novo trabalho científico, fundamentado na leitura, análise e interpretação daqueles.

Segundo Foucault (2009), a arqueologia rompe com o olhar tradicional do documento como comprovação de fatos ou testemunhos históricos, como se eles fossem inócuos, ingênuos, objetivos, primários, em síntese, documentos puros capazes de atestar um passado. Consideração esta sobre documento que se estende também ao livro, uma produção discursiva realizada pelo homem. A crítica operada sobre o documento ampliou também o que se qualifica como documento, constituindo-se para além do escrito, do documento como sinônimo do texto, conforme queriam os positivistas. O documento é tudo aquilo que o homem pode utilizar para a escritura da história

(preferencialmente descontínua, em oposição à história contínua), de modo que o documento

[...] não é mais, para a história, a matéria inerte através da qual ela procura reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que passou e de que apenas o rastro permanece: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, série, relações (MACHADO, 2006, p. 154).

E são as leituras dos mais variados discursos, que possibilitam uma espécie de crítica local, situada além das teorias unitárias e globais, ou seja, uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada que não se vincula aos regimes comuns para ser validada. Foucault (1999) salienta ainda que a insurreição dos “saberes sujeitados” provoca uma reviravolta dos saberes, os quais podem ser entendidos de duas formas, saberes historicamente apagados, sepultados no interior dos conjuntos funcionais e organizacionais, e saberes menosprezados, por serem singulares, das pessoas, hierarquicamente inferiores aos tidos saberes eruditos ou abaixo do grau do conhecimento ou da cientificidade requerida.

Para lidar com os discursos, Minayo (1999) cita como tecnologia de interpretação dois métodos comumente utilizados nas pesquisas qualitativas, a análise de conteúdo e a análise do discurso; o primeiro, grosso modo, é uma análise que visa à objetividade, sistematização e quantificação do conteúdo manifesto das comunicações. A análise do discurso tem como objetivo básico a realização de uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diversos campos, levando em consideração o contexto sócio-histórico e cultural. Para Gill (2003, p. 265), “uma análise do discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso”; complementa ainda que “a análise do discurso é uma interpretação, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado”.

Todavia, a “análise do discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas” (GILL, 2003, p. 244), não existe, portanto, uma única análise do discurso, mas várias

que compartilham ideias comuns. Dentre essas visões comuns estão: “a rejeição da noção de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2003, p. 244). Ainda sobre a variedade de análises do discurso, Gill (2003) aponta que elas podem ser identificadas por meio de três amplas tradições teóricas.

A primeira tradição está voltada à linguística crítica, semiótica social ou crítica e estudos da linguagem, tendo como base a análise estrutural da língua. Uma segunda tradição foi influenciada pelos atos da fala, etnometodologia e análise da conversação, direcionando-se à ação e função que o discurso possui. E, por último, um terceiro conjunto de trabalhos da análise do discurso está associado ao pós-estruturalismo, que rompe com as visões realistas da linguagem e rejeita a noção de sujeito unificado coerente. Michel Foucault é visto como um dos precursores dessa tradição que, “em contraste com a maioria da análise do discurso, este trabalho está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas em olhar historicamente os discursos” (GILL, 2003, p. 245).

Confome Candiotta (2010, P. 75), “para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca do sentido último ou do sentido das coisas – prática bastante comum quando se fala em fazer o estudo de um discurso”. O autor complementa que o “discurso ultrapassa a simples referência a ‘coisas’, existe para além da mera utilização de letra, palavra e frases, não podendo ser entendido como um fenômeno de mera ‘expressão de algo’: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria” (CANDIOTTO, 2010, p. 75). Torna-se claro, então, que a arqueologia do saber e a análise do discurso não são análises de frases, proposições, palavras, o foco não é a análise gramatical, lógica ou semântica, mas o estudo dos discursos dizíveis e visíveis inseridos em regimes de historicidades. A análise dos discursos não é, portanto, formalista nem interpretativa; a unidade de trabalho das metodologias formalistas é a proposição-significante e a unidade de interpretação é a frase-significado; a arqueologia se ocupa dos enunciados e formações discursivas (CASTRO, 2009).

Assim, a arqueologia descreve as positivities emergentes dos discursos que se ligam às formações discursivas compostas pelos enunciados, que estão localizados em um espaço e tempo definidos. As produções dos enunciados não estão vinculadas a um sujeito específico que o produz, um enunciado não remete a um *cogito* e nem se confunde com frases, preposições e palavras. Os enunciados são derivados das condições históricas que torna possível a sua existência e de outros não. Foucault (2009) elucida que “o punhado de caracteres tipográficos que posso segurar na mão ou ainda as letras que estão indicadas no teclado de uma máquina de escrever não constituem enunciados: são, quando muito, instrumentos com os quais poderemos escrever enunciados”, (2009, p. 96). Assim como, “o teclado de uma máquina de escrever não é um enunciado, mas a mesma série de letras – A, Z, E, R, T – enumeradas em um manual de datilografia é um enunciado, porque se refere ao modo de organização alfabética adotada pelas máquinas francesas” (FOUCAULT, 2009, p. 97).

As análises discursivas possibilitam a definição das *epistemes* que definem, por sua vez, o campo de análise arqueológica, um claro deslocamento na história das ciências ou das ideias, que visava a um progresso, continuidade, uma busca pela racionalidade, objetividade e cientificidade como categorias fundamentais. O conceito *episteme* caracteriza um conjunto de saberes de uma época que, na heterogeneidade dos saberes, encontra uma homogeneidade mais fundamental capaz de ordená-los e definir uma *episteme*. Foucault (2009, p. 214) relaciona esse conceito a uma “visão de mundo”, “uma fatia da história comum a todos os conhecimentos que imporá a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época”. Novamente, explica-se que *episteme* é “o conjunto das relações que se pode descobrir, em determinada época, entre as ciências quando são analisadas no âmbito das regularidades discursivas” (FOUCAULT, 2009), uma análise que deriva de múltiplas formas documentais, de formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos), uma maneira radicalmente diferente da história tradicional, que elege os documentos como elementos estruturantes da verdade e de uma totalidade histórica.

Foucault (2009) apresenta também, de modo original, a definição dos *corpus* de suas pesquisas, não formados a partir da função de frequência ou de constantes linguísticas, nem por conta das qualidades pessoais dos que falam ou escrevem (por exemplo, grandes pensadores, estadistas etc.). A arqueologia do saber trabalha com discursos de ordens variadas, não concentrando na produção de um único autor ou na figura do autor como indivíduo criador, mas de sua função-autor que se constitui como uma "característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade" (FOUCAULT, 1992, p. 46).

Desse mesmo modo, busca-se partindo da irrupção de autores diversos a compreensão dos discursos da Biblioteconomia, mas não dos sujeitos paradigmáticos, recorrentemente, citados nas pesquisas da área, e consagrados pela via tradicional – expressos nos resultados dos estudos bibliométricos²². A intenção é justamente convocar os sujeitos por meio do conteúdo discursivo de suas produções, e não por uma possível representatividade de sua figura no campo, mas pela representatividade do conteúdo discursivo elaborado, constituindo, portanto, no elemento central da escolha dos livros.

4.1 Caminho teórico do conhecimento

O pensamento de Michel Foucault, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa é dividido pelos críticos de forma didática em três momentos distintos: Arqueologia do saber, Genealogia do poder e Genealogia da ética (CANDIOTTO, 2010). Sobre essa divisão do pensamento foucaultiano,

²² Os estudos bibliométricos constituem em instrumentos de medição quantitativa da informação, os quais a partir dos "estudos de citação" verificam a frequência de autores e obras mais citadas (sem questionamento, geralmente, das motivações, razões e tipos de citação). Contudo, Alvarenga (1998), numa outra direção, apresenta o enlace entre a Arqueologia do saber, de Michel Foucault, e a Bibliometria, o que torna possível superar os limites da objetividade com esse aporte teórico-metodológico. Esse encontro permitiria, assim, a abertura dos estudos dos campos do conhecimento ou das formações discursivas rumo a uma via qualitativa, bem como extrapolar os recortes disciplinares e fontes empíricas convencionais, uma contextualização e questionamento crítico dos resultados. Segundo a autora "cumpre também ressaltar que as críticas à bibliometria não se restringem a sua abordagem quantitativa, mas estende-se às suas vinculações com possíveis tendências de pesquisas consideradas legitimadoras de ideologias dominantes, em que se absolutizam meios em detrimento dos fins" (ALVARENGA, 1998).

esclarece-se que “a identificação desses três momentos na sua investigação há muito tempo é um lugar comum, na verdade, constitui uma tentativa aproximada de sistematizar o que não pode ser sistematizado” (CANDIOTTO, 2010, p. 15). Essa delimitação decorre das características comuns, em cada um desses momentos que, de certo modo os une, sendo, portanto, representados, respectivamente, pela preocupação com o saber, o poder e a ética, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

Nesse primeiro momento, estão os livros: *História da loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1963), *As Palavras e as coisas* (1966) e *Arqueologia do saber* (1969); este último livro concentra-se na compreensão metodológica - de seu método arqueológico – trabalhado nos livros anteriores, que caracterizam, justamente, o momento denominado de arqueologia do saber. Vale a pena adentrar, mesmo que em linhas gerais, no terceiro livro de Foucault, pois o autor analisa filosoficamente o surgimento das Ciências Humanas e do homem na cultura ocidental. Este homem como finito e duplo empírico-transcendental nasce no século XIX, dentro de uma *episteme* moderna, em que há uma ruptura com o saber clássico, de uma *episteme* clássica²³, marcada pela figura da representação. O homem se torna, então, o sujeito e objeto do conhecimento, um homem que vive, fala e trabalha e é objeto de análise das ciências empíricas: Biologia, Filologia e Economia (saberes que nascem na esteira da *episteme* moderna, antes nomeadas de história natural, gramática geral e análise das riquezas); que conformam as Ciências Humanas (Psicologia, Análise das literaturas e dos mitos, Sociologia).

Foucault (1999) se opõe à maneira de pensar positivista, da ciência como conhecimento objetivo, de um conhecimento reduzido ao empírico, inserido numa história linear e progressiva, desvelando discontinuidades históricas, subjetividades, processos de interpretação, uma hermenêutica do

²³ O saber clássico está situado na dimensão em que os seres e as coisas são organizados e classificados de acordo com as semelhanças e diferenças. Por isso, no século XVII e XVIII as classificações e representações do conhecimento são marcantes. Nos séculos anteriores, XV e XVI, os saberes são marcados pela *episteme* renascentista, em que os conhecimentos são aproximados por quatro formas de similitude: conveniência, emulação, analogia e simpatia. Enquanto, por outro lado, radicalmente diferente a *episteme* moderna, que tem como marco a História e a estrutura oculta das coisas. E é com o fim da Idade Moderna que ocorrerá a “morte do homem”, “então se pode apostar que o homem se desvaneceria como, na orla do mar, um rosto de areia” (FOUCAULT, 1999, p. 536).

sujeito. O conhecimento escatológico de Marx também é criticado por Foucault, onde o homem aparece como uma verdade ao mesmo tempo reduzida e prometida, uma “ingenuidade pré-crítica” (FOUCAULT, 1999, p. 442). Para Foucault (1990) “as ciências do homem”, ou melhor, as ciências humanas não receberam por herança um certo domínio já delineado²⁴. O domínio das Ciências humanas está relacionado ao “triado dos saberes”: ciências dedutivas (matemáticas e físicas); ciências empíricas (Biologia, Filologia e Economia) e as reflexões filosóficas. Pode-se, portanto, fixar o lugar das ciências do homem nas vizinhanças, nas fronteiras imediatas e em toda a extensão dessas ciências em que se trata da vida, do trabalho e da linguagem. “Contudo, nem a biologia, nem a economia, nem a filologia devem ser tomadas como as primeiras ciências humanas nem como as mais fundamentais” (FOUCAULT, 1999, p. 486).

Foucault (1999) se concentra neste livro nos discursos e saberes, isto é, nos componentes internos das ciências, enquanto que, no momento posterior os componentes externos se sobressaem. Sobre essa passagem, Castro (2009) demonstra que a instauração de um segundo momento de Foucault decorreu da necessidade de analisar para além dos “acontecimentos arqueológicos” e “acontecimentos discursivos”, desvelando dentro dessas categorias as relações de força, de poder, de luta, das estratégias e dos dispositivos que se manifestam de modos diversos nas sociedades e nas instituições. Esse segundo momento de seu pensamento tem como marco de transição a sua aula inaugural *A ordem do discurso*, ministrada em 1970, para assumir a cátedra vagante no *Collège de France*, pela morte do filósofo Hyppolite, e publicada no ano seguinte com o mesmo título, o qual tem como centralidade a questão do poder e dos regimes discursivos.

As obras *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade, 1: vontade de saber* (1976), bem como a obra *Microfísica do poder* (está última constitui numa reunião de outros textos do autor *pós-mortem*) fazem parte desse segundo momento do pensamento foucaultiano em que o poder é analisado a

²⁴ Foucault se coloca contra uma busca pela origem, pelos precursores. Seu foco é em uma arqueologia do presente que, de certa maneira, está sempre no presente, por isso, não faz referência aos “clássicos” das Ciências Sociais e Humanas para a construção e elaboração de seu pensamento, que se torna mais uma vez peculiar.

partir de instituições, prisão e escola, práticas e discursos. O poder é afastado da concepção de posse (propriedade) e da visão do poder centrado na figura do Estado (visão unitária) e das Leis (visão judiciária) e passa a ser visto como prática, o poder se exerce e se encontra disperso na estrutura social.

O terceiro momento de seu pensamento compreende a *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (1984) e *História da sexualidade 3: o cuidado de si* (1984), momento incompleto devido ao falecimento do autor. Foucault discute a questão da ética, do cuidado consigo, das técnicas de si – técnicas pelas quais os indivíduos se compõem como sujeito moral ou sujeito ético. Concentra-se, assim, para além do sujeito-saber e do sujeito-poder, em um sujeito-ético, buscando perceber a hermenêutica dos sujeitos, suas formas de subjetivação, por meio dos sentimentos, valores, das técnicas dos governos de si e dos outros. Esse terceiro momento, igualmente, a passagem do primeiro para o segundo não se forma de uma ruptura de pensamento, mas da ampliação das análises. Se, no primeiro momento, Foucault olhava os saberes e as *epistemes*, no segundo, ele olha para o poder e os dispositivos e, no terceiro, para a ética por meio das práticas; com efeito, “a genealogia não abandonará o estudo das formas de saber, nem a ética abandonará o estudo dos dispositivos de poder, mas cada um desses âmbitos será reenquadrado em um contexto mais amplo” (CASTRO, 2009, p. 189).

A extensão do pensamento foucaultiano não se restringe às obras supracitadas, pois Foucault é conhecido também pela diversidade de outras produções²⁵ – palestras, entrevistas, aulas ministradas, conferências em eventos etc. – algumas delas estão reunidas na coleção *Ditos e Escritos*, composta por mais de dez volumes. Por isso, faz-se necessário restringir a escolha temática de sua obra, sendo que aqui, em especial, está concentrada no momento arqueológico, devido à centralidade dos conceitos de arqueologia, saber, enunciado e discurso trabalhados pelo autor. Os estudos arqueológicos

²⁵ O Projet ANR (2007-2010) "*La bibliothèque foucauldienne*", sob responsabilidade de Philippe Artières e de Jean-Claude Zancarini (EHESS/ENS) possibilitam acesso de outros documentos, relacionados ao *modus operandi*, de Foucault, com várias linhas investigativas baseadas em manuscritos, fichas, colóquios, áudios etc. Site da bibliothèque: <http://bf-ehe-ens-lyon.fr/>. Ademais, este ano de 2016 completam os 50 anos que veio a lume (08/04/1966) o livro "As palavras e as coisas" – sobre essa efeméride destaca-se o texto de Ivan Domingues, de 13 out. 2016 na coluna da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF).

têm como objeto os enunciados e os discursos (práticas discursivas), que podem ser da ordem científica ou não, ou melhor, para a arqueologia do saber o foco é o saber, suspendendo a ciência como objeto principal de sua análise. Assim, para a arqueologia a questão da cientificidade ou não de um discurso não tem importância, sendo a questão da cientificidade do conhecimento científico a própria razão de ser da epistemologia, que percorre o eixo consciência-conhecimento-ciência, enquanto a arqueologia percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência (FOUCAULT, 2009).

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura e sim um emaranhado de interpositividades, cujos limites e pontos de cruzamento não podem ser fixados de imediato. Ademais, Foucault (2009) explicita que a arqueologia não se ocupa dos conhecimentos descritos segundo seu progresso em direção a uma objetividade, que encontraria sua expressão no presente da ciência, mas da *episteme*, em que os conhecimentos são abordados sem fazer referência ao seu valor racional ou à sua objetividade. A arqueologia, então, volta-se às condições de existência/históricas dos discursos, da articulação entre suas regularidades e descontinuidades, fazendo emergir as positividades do discurso. Não se pretende, contudo realizar uma pesquisa arqueológica, mas de desenvolvê-la, imbuída de pressupostos e pensamentos foucaultianos.

Pensou-se nos discursos biblioteconômicos produzidos dentro do campo da Biblioteconomia nomeados de “saberes científicos”, os quais visam à demarcação do saber oriundo do campo científico, pois, conforme demonstrou Foucault em suas análises arqueológicas, os saberes mobilizam outros limiares e outras formações discursivas que não apenas a ciência, porque saber não é sinônimo de ciência, ou melhor, os saberes são independentes das ciências, podendo ser encontrados em outros tipos de discursos, contudo, é certo que toda ciência se localiza num campo de saber (MACHADO, 2006). Para Foucault (2009), o saber é o conjunto assim formado a partir do sistema de positividade e manifestação na unidade de uma formação discursiva. Foucault (2009, p. 111) acrescenta ainda que:

O saber não é a soma de conhecimentos, porque desses se deve poder dizer que são sempre verdadeiros ou falsos, exatos ou não, aproximados ou definidos, que é o conjunto de

elementos (objetos, tipos de formulações conceitos e escolhas teóricas) formado a partir de uma única e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária.

Foucault (2009, p. 200) discorre que a prática discursiva que funda os enunciados não está manifestada apenas em uma disciplina de status científico e de pretensão científica; “encontramo-la igualmente empregada em textos jurídicos, em expressões literárias, em reflexões filosóficas, em decisões de ordem política, em propósitos cotidianos, em opiniões”, não sendo ciência exclusivamente à correspondência de um saber. Outra figura central além do saber dentro da arqueologia são os discursos, os quais são formados pelos signos, mas que não se reduzem a eles; o discurso não é uma unidade objetiva, imediata, que seria da ordem da produção de um sujeito, é pelo contrário, um conjunto que pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo, o discurso é um espaço de exterioridade que se desenvolve em uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2009). O discurso não é irreduzível à língua e ao ato da fala “é esse ‘mais’ que é preciso aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2009, p. 55).

Desse modo, a ampliação do conceito de saber para além do enunciado/discurso científico possibilita o olhar às diversas manifestações dos saberes da Biblioteconomia, praticados ao longo dos séculos, mesmo antes de sua constituição como científica no século XIX. Contudo, diferentemente essa revisão sobre os saberes da Biblioteconomia está concentrada em um dos estratos: o textual, a leitura de textos publicados sobre essa matéria, não operando com outros documentos, que poderiam ser, por exemplo, as práticas, os regulamentos, os documentos de outra ordem. A arqueologia, por trabalhar com camadas sedimentadas que constituem as positivities a serem desenterradas, permite que a análise dos livros seja desvelada, um tipo de discurso materializado, um já dito, e desnudado pelo processo de leitura e interpretação.

A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um *cogito*. Não coloca a questão de quem fala, manifesta-se ou se oculta no que diz, quem exerce, tomando a palavra sua liberdade soberana, “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar, a posição do sujeito lhe

define. É considerado, necessariamente, no jogo de sua exterioridade” (FOUCAULT, 2009, p.139). Em suma, sobre esse ato de interpretar Foucault ainda esclarece que:

é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação de sentido; uma maneira de falar dela e apesar dela. Mas analisar uma formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e lhe determina a forma específica (FOUCAULT, 2009, p. 136).

Para além das contribuições foucaultianas, a denominação da Biblioteconomia como campo científico, assumida ao longo desta pesquisa, deriva do conceito de campo de Pierre Bourdieu, contemporâneo e amigo de Foucault. Ambos foram professores no *Collège de France* e trabalharam com questões diversas; Bourdieu escreveu sobre camponeses, artistas, sistema educacional, clérigos, patrões, classes populares, propondo conceitos como os de produção e violência simbólica, capital cultural, capital científico, campo (literário, político, econômico, religioso e científico), como também o conceito de *habitus*, que mantém estreito contato com o de campo, pois enfatiza a ação do agente dentro da estrutura social, agindo de acordo com as regularidades e condutas, uma espécie internacionalizada das “regras do jogo”, mas não de modo totalmente pré-estabelecido, dando espaço à dimensão individual e simbólica. Adotando a postura de uma sociologia construtivista-estruturalista ou estruturalista-construtivista, em que defende que há estruturas objetivas no mundo social que podem coagir a ação dos indivíduos, todavia essas estruturas são construídas também socialmente (BOURDIEU, 2001).

A obra de Bourdieu não segue um esquema de classificação como ocorre com a obra de Foucault, que é marcada pelos três momentos já citados. Bourdieu tem como fio condutor de suas obras a teoria social e a crítica dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, a partir de conceitos centrais como os de campo, capital e *habitus*. A Sociologia também entra em cena, como uma “Sociologia da Sociologia”, discutindo questões teóricas, práticas e o ofício do sociólogo. Dentre alguns de seus livros estão: *O amor pela arte: museus de arte na Europa e seu público* (1966); *Ofício do Sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia* (1968); *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1970); *A distinção* (1979); *Questões de*

sociologia (1980); *Homo academicus* (1984); *O senso prático* (1980); *Coisas ditas* (1987); *O Poder simbólico* (1989); *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1992); *A miséria do mundo* (1993); *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1994); *Sobre a televisão* (1996); *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (1997); *Contrafogos* (1998); *Para uma sociologia da ciência* (2001), este último livro do autor, publicado em vida, traz os estudos/cursos do *Collège de France*.

Como mostra Callewaert (2003), Foucault nunca escreveu nenhum comentário ou citou Bourdieu, ao passo que depois do falecimento de Foucault, Bourdieu inicia suas referências e críticas as suas obras. Bourdieu, diferentemente de Foucault, trabalhou mais detidamente com as questões empíricas da Sociologia, submetendo as regras do ofício, escrevendo, assim, uma sociologia reflexiva, que se volta para uma “lógica da prática”, cujas ações são estudadas no mundo social. Segundo o autor, “a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (BOURDIEU, 2002, p.59). Enquanto Foucault se deteve mais na Filosofia e na História dos saberes, embora tivesse escrito páginas com contributos numerosos para a Sociologia, mesmo não sendo um sociólogo; Bourdieu, por outro lado, concentra-se em uma história social, das práticas sociais, das ações sociais, consistindo numa dimensão de relações objetivas como numa dimensão de envolvimento subjetivo (CALLEWAET, 2003).

Portanto, acredita-se que ambos os autores se complementam e contribuem para pensar a Biblioteconomia como um campo de saber, que possui uma formação discursiva, composta pelos seus discursos e enunciados, bem como num saber que se localiza num espaço e tempo com suas regras externas e também internas de funcionamento. Assim, a escolha do conceito de campo científico deriva da própria necessidade de extrapolar, de localizar a Biblioteconomia dentro de um território de lutas, de forças, que vai além da discursividade dos saberes. A Biblioteconomia, como qualquer outro campo científico, é moldada pelos agentes, instituições, professores e pesquisadores, localizados dentro do campo de saber específico do conhecimento, dotado de regras internas próprias, bem como, por regras externas, como as condições sociais, econômicas, políticas, culturais - uma relação constante entre esse

microcosmo relativamente autônomo e o macrocosmo, mundo social mais amplo, portanto, é campo científico também (BOURDIEU, 1997).

Desse modo, Bourdieu fornece os subsídios para pensar o campo científico da Biblioteconomia inserida num espaço de força e luta entre os agentes para conservar ou transformar o campo, de acordo com suas posições nele. Bourdieu (2002) esclarece que o “campo científico é um campo social como qualquer outro, com suas relações de forças e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros, mas no qual todas essas invariantes assumem formas específicas”. O conceito de campo científico não se restringe à concepção irenista da ciência, em que seria desenvolvido rumo a um progresso científico em prol do bem comum da ciência, sendo, portanto, visto como lugar de luta política pela dominação e autoridade científica. Essa luta pelo acúmulo de capital científico ocorre entre os pesquisadores, os quais assumem o papel de protagonistas dentro do campo e, segundo a própria acumulação do capital cultural e das posições político-científicas de cada um, demarcam suas posições e seus efeitos de poder dentro do campo. Conceitualmente a busca pelos poderes dentro de um campo fica explícita em sua definição:

Campo científico – sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores – é o lugar e o espaço de uma luta concorrencial. O que está em luta são os monopólios da autoridade científica (capacidade científica e poder social) e da competência científica (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autoritária e com autoridade) que são socialmente outorgadas a um agente (BOURDIEU, 2002).

Um campo científico assume diferentes estruturas segundo as posições e relações de força entre os agentes, as quais são também relações políticas e históricas. O poder de refração do campo está ligado a sua autonomia, quanto mais um campo é homogêneo, maior sua capacidade de refratar as pressões externas; por outro lado, quanto mais um campo é heterogêneo maior é a sua concorrência, o controle sobre os discursos é menor, ou seja, pode vir de vários lados ou ordens para além de um discurso em que a concorrência seria mais fechada, pura ou perfeita. Tais campos menos autônomos no âmbito científico estarão sujeitos também a maior interferência, influência das pressões externas. Bourdieu (1995) propõe que um mecanismo eficiente para

diminuir as pressões externas seria a internacionalização do campo, no sentido de que os embates, as lutas ocorrem, sobretudo no seio de um espaço nacional.

Tal como Foucault, Bourdieu defende que a categoria verdade de um discurso científico deve ser vista de modo relativo, e não totalizante ou globalizante, pois essa produção de conhecimento reside numa espécie particular de condições sociais de produção. “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a apoiam e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”, o que configura um “regime de verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 14). Bourdieu, por sua vez, defende que um alargamento da noção de “verdade”, na qual não é a correspondência expressa da maneira como ela se apresenta imediatamente. Desse modo, tanto para o conceito bourdianiano de campo científico, quanto ao método arqueológico de Michel Foucault, a questão da verdade de um discurso ou a especificidade de um discurso científico é colocada em suspensão. O discurso é uma construção histórica tal como o sujeito, que está imerso na malha do poder que é exercido nos e pelos agentes e instituições.

Para Foucault, que aprofunda essa questão do poder, no momento genealógico, o poder não deve ser mais visto como aquilo que uns têm e outros não, como coisa ou propriedade, ou mesmo o poder configurado na figura do Estado. O poder é, portanto, algo que se disputa e se exerce nas e pelas relações sociais; é uma prática social em que todos podem exercer este poder e sofrer sua ação; “nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 2006, p.183). Bourdieu também analisa o poder não como atributo, mas como relação presente na sociedade, sendo que o poder simbólico é “com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2002, p.8). Diferente de Foucault, Bourdieu considera que há uma distribuição desigual do poder, tendo em vista a apropriação também desigual entre o poder simbólico, econômico, político, entre os agentes, o que gera posições distintas entre os dominados e os dominantes.

No campo científico, essa desigualdade também existe no sentido de que as estruturas do campo são moldadas pelas ações dos agentes, que lutam pelo poder da autoridade e competência científica. E, por possuírem tais poderes, acabam impondo “visões de mundo”, uma espécie de construção da realidade que tende a impor um sentido imediato do mundo. Se para Bourdieu a posição do sujeito é indispensável para se pensar as ações e efeitos estratégicos do campo, Foucault também pontua que a posição do sujeito se define pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios e grupos de objetos. Essas posições são construídas no interior de uma determinada formação social e determinam, assim como são determinadas as práticas discursivas. Desse modo, o sujeito fala de um determinado lugar social, que é afetado pelas relações de poder capaz de constituir o sujeito em sua dispersão e as relações de poder e saber de uma sociedade, de um espaço empírico.

Ademais, Foucault (2006) acrescenta, particularmente, que os intelectuais fazem parte do sistema de poder, pois emerge dessa categoria a ideia de que eles são também agentes da “consciência” e do discurso definidos por um sistema de jogos de poder próprio das práticas discursivas. Sendo assim, poder e saber não se repelem, estão intimamente ligados, pois toda forma de saber produz poder e todo poder pressupõe um campo de saber (FOUCAULT, 2006). Por sua vez, o campo científico da Biblioteconomia não escapa dos mecanismos ou instrumentos estruturantes dos capitais simbólicos e científicos, a essa lógica do campo e do *habitus* de seus agentes, ou mesmo das relações de poder-saber, de uma vontade de verdade dos discursos e seus efeitos, demarcando na *episteme* moderna ou na história os acontecimentos, as continuidades e discontinuidades discursivas do campo.

4.1.1 Seleção dos livros

Conforme já dito, e tendo como base o pensamento foucaultiano em seu momento arqueológico, fez-se necessário ir além do plano comum da continuidade da história, composta por autores esperados numa sequência linear, uma história em que a descontinuidade deve ser apagada, contornada para sobressair uma história homogênea e sem rupturas (FOUCAULT, 1968).

Com a arqueologia Foucault faz emergir os enunciados heterogêneos, as descontinuidades e as rupturas epistêmicas, suspendendo as categorias de livro e obra, que se colocam de uma maneira imediata, mas que não são unidades contínuas irrefletidas, as quais são aceitas como certas, seja por sua individualização material (o livro é uma coisa que ocupa um espaço determinado, com um início e fim), seja por uma relação de atribuição entre os discursos proferidos.

Foucault (1968) ressalta que tanto o livro quanto a obra não são unidades homogêneas, não se estabelece a mesma relação entre diferentes tratados de matemática e diferentes textos de filosofia, assim como o conjunto de textos de um autor sob um nome próprio não pode ser visto da mesma maneira escrita em diferentes momentos. Os limites de um livro não são nítidos, nem rigorosamente distintos, os livros estão em uma relação de apoio e de dependência em relação aos outros, os livros estão imersos em um campo discursivo dentro da dispersão dos acontecimentos. A categoria autor, intimamente ligada ao livro, é também suspensa por Foucault; para ele, o autor como sujeito individual, situado no estado civil dos homens, dono de um discurso próprio é substituído pela imagem da função-autor; “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992). O sujeito da enunciação não é mais visto como figura absoluta criadora de um discurso, mas como em uma “função do discurso” (MUCHAIL, 2002, p. 132). O discurso manifesto reside em um já dito e também num jamais dito, “uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não passa do vazio de seu próprio traço” (FOUCAULT, 1968, p. 95). Supõe-se que tudo que ocorre ao discurso já se encontra articulado nesse meio-silêncio, escapando a busca pela origem dos discursos.

Discursos que, para Foucault (1968), constituem um conjunto de enunciados, unidade elementar do discurso, que possuem uma função de existência que faz aparecer conteúdos concretos no tempo e no espaço. A enunciação não se confunde com o enunciado. Machado (2006) elucida que o processo de emissão de signos por alguém torna esse momento singular, o que impede a repetição que será sempre outra enunciação. O enunciado, por sua vez, está ligado a uma materialidade do que é dito, e a sua regularidade é condicionada dentro de uma formação discursiva, que circunscreve, delimita,

regula o grupo de enunciados. A arqueologia do saber estuda, então, não os possíveis discursos, mas os discursos reais, efetivamente pronunciados, existentes em sua materialidade e possíveis de serem analisados (MACHADO, 2006).

Remontando ao campo da Biblioteconomia e da análise discursiva advinda dos livros, apresenta-se que o *corpus* da pesquisa se constitui de livros, documentos textuais, onde os discursos estão materializados e publicados. A interrogação junto ao texto se encontra no âmbito do já dito, no patamar de sua existência e de autoria diversa. Os autores foram selecionados, em razão de seus livros, do conteúdo discursivo presente nos livros, cuja temática aborda teoricamente a Biblioteconomia e não pelo critério autoria, e sim pelo seu conteúdo discursivo voltado ao próprio discurso do campo da Biblioteconomia; excluindo, portanto, os manuais, que, mesmo sendo livros, são direcionados aos procedimentos operacionais, buscam por meio da extensão dos conteúdos guiar as atividades relacionadas às normas, procedimentos, ou seja, a um fazer no âmbito da prática.

Desse modo, a seleção dos livros (*sobre e da Biblioteconomia*) também se deu em virtude dos momentos e espaços geográficos afins e distintos entre eles. A escolha por títulos brasileiros, mexicanos e norte-americanos está relacionada à condição histórica, cultural e científica. Embora, sejam países diferentes, Brasil, México e Estados Unidos, localizados os dois primeiros na América Latina e o último na América Anglo-saxônica, a intenção não é a de comparar os discursos advindos de países distintos e sim caminhar na direção de um contraponto, de analisar lugares de falas distintos e, portanto, podem fazer emergir compreensões discursivas diferentes sobre a Biblioteconomia. A escolha dos Estados Unidos ocorreu, sobretudo, em decorrência da historicidade do campo da Biblioteconomia que, segundo Delgado López-Cózar (2002), foi naquele país que ocorreu primeiro o desenvolvimento e o fortalecimento científico da Biblioteconomia devido às pesquisas da Escola de Chicago, ainda nas primeiras décadas do século XX.

Ademais, pode constatar-se a constante influência deste país (com seu pragmatismo norte-americano) no desenvolvimento da Biblioteconomia em outros países, especialmente, nos países latinoamericanos, com exceção de Cuba, que se aproximou mais da vertente soviética, de uma Biblioteconomia

marxista-leninista²⁶, sendo pouco explorada nos demais países vizinhos. Essa marca norte-americana pode ser vista pela transposição do modelo na formação dos bibliotecários brasileiros a partir da década de 1930, nas viagens e acordos realizados, bem como nos constantes exemplos das práticas norte-americanas presentes na literatura biblioteconômica (SOUZA, 1990; CASTRO, 2000)²⁷. Sobre o ensino de Biblioteconomia Souza (1990, p. 43) declara que: “O pragmatismo norte-americano embriagava os intelectuais brasileiros que visitavam ou estudavam naquele país. Mesmo os indivíduos mais nacionalistas ou de sólida formação europeia se submetiam aos encantos da América”. Ainda de modo mais geral “essa influência norte-americana sobre a cultura brasileira se grassou progressivamente, em todas as esferas da cultura, a partir do final dos anos vinte, ascendendo, sobretudo a maneira de conduzir a ciência (diferenças de escola, modelos etc.)” (OLIVEIRA; CARVALHO; TANUS, 2009). Ou como reforça Briquet de Lemos (2015, p. 365), “terminada a Segunda Guerra Mundial, a influência das práticas da biblioteconomia norte-americana foi se tornando hegemônica em quase todos os países”.

Essa influência norte-americana pode ser notada também através da seleção dos livros, pois dois dos três selecionados foram traduzidos para o português com o fim de tornar livros de leitura para bibliotecários e estudantes do curso de Biblioteconomia ou demais interessados. O livro do norte-americano mais atual desta análise é o de David Lankes, que também empreendeu um esforço de tradução para o português, bem como tem havido um movimento de inserção de suas ideias no cenário brasileiro²⁸. Embora, o livro selecionado de Shera não tenha tradução para o português, foi traduzido para o espanhol por professores do curso de Biblioteconomia da *Universidad*

²⁶ Os principais autores dessa vertente são: O. S. Chubarián, Emilio Setién e Salvador Gorbea.

²⁷ Anterior a este momento, no Brasil, o ensino da Biblioteconomia ofertado na Biblioteca Nacional fora marcado por uma influência francesa, da *École de Chartes*, mesmo que fosse uma “cópia pálida”, “muito esmaecida” de um curso com duração de três anos e conclusão de uma tese ao final, em contraponto com o curso brasileiro de duração de um ano e voltado para a ordem prática e necessidade institucional da Biblioteca Nacional (BRIQUET DE LEMOS, 2015). Por outro lado, a influência norte-americana encontra-se bem documentada, diferente dos tempos da influência europeia. O “modelo americano”, como apresentado Briquet de Lemos (2015), foi patrocinado por beneméritas e generosas fundações, além do apoio do governo; e “em aproximadamente cinco anos a quantidade de profissionais que foram aos EUA superara a de todos os que haviam visitado em caráter profissional a Europa” (BRIQUET DE LEMOS, 2015, p. 354).

²⁸ Lankes foi convidado para conferir a palestra de abertura do XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBDD, durante os dias 22 a 24 de julho de 2015.

Autónoma do México, mas outras produções suas foram traduzidas e suas ideias são amplamente conhecidas no âmbito biblioteconômico brasileiro – lugar de fala e ponto de partida de olhar a realidade; por isso, não haveria como deixar de contemplar a produção de autores brasileiros.

Em particular, a escolha do México se pautou devido à configuração, nas últimas décadas, de um país latinoamericano com uma intensa produção teórica e epistemológica do campo da Biblioteconomia, o que tem motivado o constante diálogo e parceria entre Brasil e México. Ainda em relação ao México vale destacar as ações da *Universidad Autónoma do México* (UNAM), em especial, do *Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la información*, que mantêm um grupo de investigadores com diversas pesquisas na área, as quais circunscrevem nas seguintes temáticas: organização da informação e do conhecimento; tecnologias da informação e do conhecimento; informação, conhecimento e sociedade; métricas da informação e do conhecimento científico, usuários da informação; leitura; serviços e recursos da informação; educação e história; e, fundamentos da bibliotecologia e estudos da informação.

Além disso, a UNAM tem sido responsável por constantes produções de livros de interesse (disponíveis em: <http://cuib.unam.mx/opLibros.html>), edição da revista *Investigación bibliotecológica*, eventos entre seminários e congressos internacionais, bem como mantêm cursos de graduação e pós-graduação em Bibliotecología, podendo ser vista como uma atual referência latinoamericana para o campo da Biblioteconomia latinoamericana²⁹. A profissionalização da atividade bibliotecária no México inicia-se no século XX, em particular na UNAM começou em 1956 por meio do mestrado ofertado no Colégio de Biblioteconomia e Arquivología, vinculado a Faculdade de Filosofia

²⁹ Ainda na América Latina cumpre destacar a importância do *Centro de Investigaciones en Ciencia de la Información* (CICINF) da *Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia*, Medellín, Colômbia, fundado em 1956. Apesar da extensa produção científica nota-se uma concentração no formato de artigos enquanto os livros publicados concentram-se em torno de bibliotecas específicas, sobretudo, escolares e públicas, e não no campo da Biblioteconomia foco da análise. Dentre as produções sobre epistemologia da Biblioteconomia estão os artigos produzidos por pesquisadores vinculados aquela escola e ao centro de pesquisa: QUINTERO CASTRO, Nathalia. Aproximación a la epistemología de la bibliotecología como estudio regional del conocimiento. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Jul./Dic., v. 30, n. 2, p. 71-87. 2007. QUINTERO CASTRO, Nathalia *et al.* Identificación de las ciencias de la información documental. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Jul./Dic., v. 32, n. 2, p. 195-229. 2009.

e Letras, e, em 1960, a graduação em *Bibliotecología y estudios de la Información* junto ao *Centro Universitario de investigaciones bibliotecológicas* (CUIB – criado em 1981)³⁰.

Para a definição efetiva e intencional destes nove livros, fez-se necessária à leitura de muitos outros anteriormente. Livros que pelo título era sugerida uma abordagem teórica, escopo da seleção, mas ao adentrar no conteúdo, verificou-se uma discussão não aprofundada ou esperada à análise. Dentre os autores brasileiros, cita-se, a título de exemplo, o livro “Introdução à teoria geral da Biblioteconomia”, de Ronaldo Vieira, de 2014, que compila os principais assuntos de modo resumido de seus conteúdos. O livro “Uma análise sobre a identidade da biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo”, de Jonathas Carvalho Silva, de 2010, cujo conteúdo se volta a uma revisão história das bibliotecas, com foco no período colonial e com forte aporte da Ciência da Informação, assim como a discussão realizada por Mariza Russo, no livro “Fundamentos de biblioteconomia e Ciência da Informação”, de 2010; sem, contudo, se aprofundar nos conteúdos teóricos da Biblioteconomia de maneira mais autônoma.

O livro que poderia ter sido tensionado junto com outros livros selecionados é “Biblioteconomia, educação e sociedade”, de Francisco das Chagas de Souza, de 1993, mas devido ao critério quantitativo (três livros), este acabou não sendo contemplado nesta análise. O livro “Biblioteconomia: dimensão social e educativa”, de 1993, de Fátima Portela Cysne, também não foi incluído por ser a publicação de sua dissertação de mestrado. Conseqüentemente, resultados de pesquisas como as dissertações e as teses não formam o objeto de análise que está centrada no discursivo materializado no formato de livro de autoria individual. Cumpre informar que não foi possível ler e selecionar livros que foram lançados posteriormente do momento definitivo da seleção (junho de 2015) como ocorreu com os livros: “De bibliotecas e Biblioteconomias: percurso”, de Antonio Agenor Briquet de Lemos;

³⁰ Para maiores detalhes sobre a trajetória do ensino no México: Licea de Arenas, J. (Ed.), **Cuarenta y cinco años de estudios universitarios en bibliotecología**: visiones empíricas e históricas, 2001. Universidad Nacional Autónoma de México. **La Bibliotecología en el México actual y sus tendencias**. México: Dirección General de Bibliotecas, 1992. BECERRA, Israel MORALES. La profesionalización de la biblioteconomía en México: su historia (1912 - 1948). **Revista General de Información y Documentación**, v. 21, p. 277-289, 2011.

“Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, política e educação”, de Jonathas Carvalho Silva; “O futuro da Biblioteconomia: cinco tons de inquietação”, organizado por Moreno Barros, entre outros livros lançados e, claro, os que ainda estão por vir.

Ademais, antes serem definidos também os países (Estados Unidos, México e Brasil) foi realizada a leitura de outros livros de autores de nacionalidades diversas. Dentre os livros lidos estão: “*Introduccion de la bibliotecologia*”, de Roberto Couture de Troismonts (Argentino); “Arte e ciência da biblioteconomia”, de Gaston Litton (Norte-americano); “*Metodologia en la Bibliotecologia*”, Valentino Morales Lopez (Mexicano); “As cinco leis da biblioteconomia”, de Ranganathan (Indiano). Contudo, a inclusão de outros autores levaria a uma dispersão, quando se pretendia uma leitura mínima de livros e autores de nacionalidades iguais, devido à busca de uma aproximação de um contexto e de uma realidade. Definindo-se, assim, três livros de três países, deixando para outro momento a leitura de outros livros e outros autores, por não ter sido possível incluir nesta pesquisa, a qual requer um recorte (felizmente ou infelizmente). E, se por um lado positivo o recorte viabiliza o desenvolvimento da pesquisa, por outro, ele traz também o lado negativo de perda, da exclusão de outros livros.

Em suma, novamente, cabe salientar que o foco se constitui no próprio campo científico da Biblioteconomia, em vez de livros compostos por aspectos variados, como são, geralmente, os livros organizados ou coordenados, que trazem vários autores e temáticas diversas. O fato dessa seleção em cima da abordagem teórica da Biblioteconomia não significa que não haja outros livros teóricos de outros conteúdos dentro do campo, pelo contrário, sabe-se da importância e do esforço em formar, teoricamente, outros conhecimentos como, por exemplo, tratamento e recuperação da informação, estudos de usuários, desenvolvimento do acervo, entre outros, mas que não fazem parte desta pesquisa. Embora, sejam conteúdos com aportes teóricos que integram o campo da Biblioteconomia e que poderiam ser analisados separadamente ou em conjunto, cumpre novamente definir que a seleção se deu em torno de livros, que abordassem a Biblioteconomia em sua amplitude, sendo objeto de estudo, sem focar num determinado aspecto particular do campo como um todo.

Corrobora-se também com os dizeres de Domingues (2004) quanto à não seleção dos artigos como meios de análise, pois no terreno das humanidades, diferentemente das ciências exatas e biológicas, onde o *paper* é privilegiado, os livros têm mais peso e densidade por conta de seu processo de maturação e seu suposto acabamento, coroando um longo percurso de pesquisa. Fleck (2010) salienta também que os livros expressam a consolidação e a materialização de um pensamento científico, apresentando por si só com muito mais certeza e maior caráter probatório do que a exposição fragmentada dos periódicos. Para esse autor, a ciência dos periódicos traz esse caráter provisório e pessoal, seriação de vários trabalhos com seus resultados parciais ou não, que pode contradizer com outro artigo publicado no mesmo periódico, o que, por sua vez, não se espera que ocorra com a categoria livro de autoria única ou de autores que compartilham das mesmas ideias em um livro organizado.

Acredita-se que a partir da sinopse dos livros selecionados e expostos a seguir, seja possível compreender com mais clareza o conteúdo dos livros selecionados – três livros dos referidos países: Estados Unidos, Brasil e México, escritos no século XX e XXI – antes de seguir com a análise do conteúdo dos livros no próximo capítulo.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

BUTLER, Pierce. **Introdução a ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidor, 1971. 86p. (Título original: *An introduction to library science*, publicado em 1933).

Neste livro, o autor defende o desenvolvimento científico da Biblioteconomia, tendo como direção os métodos científicos da Ciência Moderna. O conhecimento objetivo da Biblioteconomia deve construir-se sob o racional, partindo da elaboração de hipóteses, observação, experiência e avaliação. A biblioteca vista como instituição social, juntamente com o livro, registro do conhecimento, devem atender as necessidades sociais. O bibliotecário é visto como uma espécie de “arquivista da cultura registrada”. Na leitura desse livro pode perceber-se uma aproximação com o pensamento positivista, no sentido

de aproximação da Biblioteconomia, uma ciência social, junto aos métodos e procedimentos das ciências exatas e naturais. A importância das funções para uma máxima eficiência das bibliotecas também pode ser vista como influência do funcionalismo.

SHERA, Jesse H. **Los fundamentos de la educacion bibliotecologica**. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1990. 520p. (Título original: *The foundations of education for librarianship*, publicado em 1972).

Shera defende a importância da comunicação, já que é um elemento de manutenção e perpetuação da cultura; tanto a biblioteca quanto o bibliotecário fazem parte do sistema de comunicação. O conhecimento é materializado e dá origem aos registros gráficos que se configuram nos acervos das instituições sociais, as bibliotecas, as quais são compostas por funções essenciais e responsáveis pelo bom funcionamento da sociedade. Informação e conhecimento são insumos ao desenvolvimento de uma sociedade e do indivíduo. O profissional, visto como o mediador deve, além de se intermediar entre os livros e os usuários, compreender a relação do conhecimento com o ambiente a sociedade em que se insere, maximizar a eficiência e utilidade desses registros gráficos, uma influência marcante do funcionalismo. Aborda em linhas gerais uma nova disciplina nomeada de Epistemologia Social, uma disciplina interdisciplinar, que forneceria subsídios à compreensão do conhecimento, sua natureza, fluxo e utilização.

LANKES, David. **Expect more**: melhores bibliotecas para o mundo complexo. 2015. Tradução de Jorge do Prado. (Título original: *Expect more: demanding better libraries for today's complex word*). Disponível em: <http://quartz.syr.edu/blog/>.

Em defesa de uma “Nova Biblioteconomia”, o autor ressalta a importância da construção do conhecimento a partir da ação dos sujeitos. A biblioteca é vista como espaço de aprendizado, de interação e comunicação, extrapolando a visão tradicional de depósitos de livros e estantes, para abrigar serviços voltados aos membros da comunidade; o foco passa a ser a aprendizagem e o

conhecimento. O bibliotecário é mais que um mediador, ele é visto como um membro dessa comunidade, responsável pelo seu desenvolvimento. A importância da comunidade pode ser vista como elemento central, devendo a biblioteca armazenar também a produção do conhecimento local onde está inserida. A informação contida nos suportes e nos diferentes acervos possibilita a construção do conhecimento que parte do sujeito. Nessa direção, o autor aborda o construtivismo e convoca outras teorias à compreensão do conhecimento e da teoria da Biblioteconomia.

BRASIL

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. 152p. (1ª edição de 1992).

O autor disserta sobre quatro elementos principais que formam o núcleo da Biblioteconomia: livro, biblioteca, leitor/leitura, bibliotecário. Os objetivos da Biblioteconomia se manifestam através das finalidades de cada tipo de biblioteca, tendo todas elas em comum servir o usuário, um “foco antropocêntrico”, o qual, de acordo com seu perfil se torna elemento central na disseminação da informação. As bibliotecas, instituições bem definidas, possuem suas classificações tipológicas (escolar, pública, nacional, infantil etc.), tendo cada uma delas uma função específica diante da sociedade, o que marca uma influência funcionalista. O leitor é entendido como aquele que lê os registros gráficos e a informação como aquela materializada nos documentos. Os livros são inseridos dentro do processo comunicativo, onde emissor e receptor se fazem presentes; a biblioteca, por sua vez, faz parte dos meios de comunicação de massa. A Biblioteconomia, a ciência das ciências, interessa-se pela realidade a partir das coisas e fenômenos, mas não no sentido fenomenológico.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

A partir de uma visão crítica, o autor assume a biblioteca como espaço de manutenção da ordem vigente, ou como Aparelho Ideológico do Estado, termo cunhado por Althusser. Contudo, a biblioteca não deve se configurar como tal, não deve estar a serviço de uma minoria, mas sim da maioria da população. A biblioteca deve promover a desordem, a contestação do discurso dominante, assumindo o papel de centro de informação. A ordem conferida aos acervos, os quais são formados por múltiplos discursos permitem aos usuários, a subversão da ordem dada, por meio do uso da informação. A informação é vista como elemento de poder, um instrumento capaz de distinção das classes, daqueles que a possuem *versus* os que não a possuem, tal como o pensamento marxista. As escolas ao lado das bibliotecas e seus profissionais, professores e bibliotecários, seriam, por conseguinte, instituições com profissionais responsáveis pela emancipação dos sujeitos por meio da conscientização advinda de um pensamento crítico e contestação dos discursos e das ordens postas pelas sociedades como sendo naturais, cumprindo um efeito ideológico, que precisa ser contestado.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129p.

O autor traz a ideia de biblioteca como uma instituição que deve promover o acesso à informação a todos da comunidade, devendo estabelecer um estreito contato com os cidadãos e suas reais necessidades. No entanto, aponta que a biblioteca tem se voltado apenas a uma minoria letrada e alfabetizada, contribuindo para aumentar a distância entre a população, ou melhor, entre as classes dominantes e dominadas. Desse modo, a biblioteca funciona como um Aparelho Ideológico do Estado, promovendo a manutenção da classe dominante no poder. O bibliotecário e a Biblioteconomia para, de fato, cumprirem sua função social devem alterar suas posturas, pois ambos não são atividades neutras e imparciais. O livro traz uma influência do pensamento marxista e do pensamento crítico. A informação se torna um elemento central,

sendo capaz de atingir a todos, não devendo ser entendida apenas a partir do livro; ela é também capaz de transformar o usuário num sujeito mais crítico e consciente. O profissional deve ir além dos muros da biblioteca e a Biblioteconomia para além da biblioteca.

MÉXICO

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2 ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 183p. (1ª edição de 1997).

Estuda a partir da Epistemologia da Ciência os fundamentos filosóficos (ontologia e gnoseologia) e fundamentos teóricos (análise de termos) da Bibliotecologia. Dentre os conceitos analisados e centrais para aquela ciência estão: informação, documento, instituição informativa documental, usuário e profissional da informação. Para o autor, o bibliotecário deve proporcionar acesso aos documentos a fim de que os usuários possam suprir suas necessidades informacionais e também ingressar no mundo da informação, onde o sujeito desobjetiva (sic) a informação, possibilitando a construção do ser, de um ser-autêntico, partindo da interpretação e compreensão da informação. O autor traz a influência da filosofia de Heidegger e do pensamento marxista para a construção de uma teoria da Bibliotecologia. O programa de investigação científica de Imre Lakatos define o núcleo duro e o cinturão protetor da Bibliotecologia.

BROWN CÉSAR, Javier. **Elementos para una teoría bibliotecaria**. México: Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía, 2000.

A base para a construção de uma teoria bibliotecária está fundamentada na Teoria de Sistemas de Niklas Luhmann. A biblioteca vista como um Sistema de Gestão Documental é composta por três funções básicas: integração, representação e disposição, as quais são também compostas por diversos subsistemas. O elemento essencial dos SGD é o documento ou a informação documental, tendo como razão de ser o usuário. O autor, em seu livro, busca

desparadoxar os paradoxos, situando a teoria bibliotecária em um contexto complexo. A informação está relacionada a um evento, o documento como suporte e forma ou registro do pensamento humano utilizado para diversos fins. A comunicação é compreendida como uma operação específica dos sistemas sociais; fora do sistema social não ocorre nenhuma forma de comunicação. Para o estudo do documento sua avaliação ocorre em três tópicos: sintático, semântico e pragmático, trazendo elementos da teoria marxista para a discussão do valor do documento.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. **Estudios epistemológicos de bibliotecología**. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. 133p.

O autor trabalha sob o ponto de vista da epistemologia de Gaston Bachelard, defendendo uma epistemologia da Bibliotecologia. Tal campo tem sua origem atrelada à biblioteca pública, que surgiu no século XIX, em um contexto específico, fruto de uma necessidade social e de uma “vontade de serviço”. Contudo, a biblioteca enquanto instituição física tem se tornado um obstáculo ao desenvolvimento da ciência bibliotecológica, pois se concentra em práticas e num aporte empírico, levando a um esgotamento da sua fase de constituição, notadamente marcada pelo positivismo. Para a demarcação de sua autonomia como uma ciência, ao lado das demais Ciências Sociais e Humanas, o autor defende a investigação como forma de construção de problemas e de conhecimento, que promoveria o avanço de sua base teórica e abstrata, apoiando-se na Epistemologia construtivista e no conceito de representação social, uma construção da realidade a partir dos indivíduos.

4.1.2 Caminho da análise

A fim de operacionalizar a análise discursiva dos livros, adotou-se o método da análise de conteúdo, que objetiva a análise dos sentidos de documentos ou das unidades de sentido. Tal método desenvolvido inicialmente nos Estados Unidos num período de guerras, tinha como objetivo uma análise rigorosa e objetiva dos textos, reportagens, propagandas e artigos em razão de

interesses políticos e estratégicos (BARDIN, 2007). Contudo, este método não corresponde mais apenas a uma análise quantitativa, ampliando seu escopo e sua metodologia, passando a abrigar também as pesquisas qualitativas e com objetivos de compreensão dos significados dos textos, indo rumo a uma hermenêutica (sentido das palavras e de seu contexto), em vez da análise baseada na linguística. Sob o viés qualitativo, a análise de conteúdo possibilita por meio de suas fases a organização e análise sistemática dos textos, ou seja, dos conteúdos discursivos dos livros selecionados para a solução do problema desta pesquisa.

Laville e Dionne (1999) expõem que o processo de seleção dos materiais, de acordo com o problema da pesquisa, não é atividade mecânica, mas uma atividade carregada de intenções e fundamental nos momentos posteriores. A definição, ou melhor, o recorte da unidade de análise ou do registro demonstra a significação de cada fragmento de conteúdo, que deve ser completo em si mesmo e no plano dos sentidos. Dentre as fases da análise de conteúdo, estão os seguintes momentos: 1) Fase de pré-exploração do material; 2) Fase de seleção das unidades de análise; 3) Fase de categorização e subcategorização; 4) Fase de leitura, interpretação e compreensão do texto de modo sistemático. Em relação à definição das categorias, salienta-se pode advir de um processo aberto, fechado ou misto (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Corroborar-se com Moraes (1999) ao dizer que toda leitura depende de uma interpretação, sendo, aqui, uma interpretação pessoal da parte do pesquisador, relacionada à percepção que tem dos dados, não sendo, portanto, neutra e nem objetiva. Vale a pena salientar a importância do contexto para a compreensão do texto e o próprio contexto de feitura dos textos, pois estão imersos em redes e estratégias discursivas localizadas num tempo e espaço demarcados. Sobre as unidades de contexto, Moraes (1999) esclarece que a unidade, de modo geral mais ampla que a unidade de análise, serve-lhe de referência, fixando limites contextuais para interpretá-las. É justamente esse contexto que torna a leitura do texto não como uma unidade estável, como são os estudos de vertente quantitativa, objetiva e positivista.

Dentro da análise do discurso, os textos/discursos são partes constitutivas da história, onde estão inscritos; são portadores do contexto

situacional, de uma determinada realidade, não mais vistos por dados brutos dissociados de uma condição de produção. O discurso, portanto, não é visto como uma mera unidade de análise, mas como um conjunto de regras, o qual é fruto de uma condição social de produção, que corresponde a uma vontade de poder, saber e de verdade. Sendo, portanto, o discurso regulado, controlado, selecionado e redistribuído por certos números e procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004).

Em relação às fases citadas, explicita-se de modo detalhado que, o momento nomeado de pré-exploração do material está relacionado à leitura flutuante, que envolve o contato com o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações, isto é, envolve uma leitura mais fluida, dinâmica, no sentido de que ainda não se pretende ler, tendo como base um quadro de análise. Após esse primeiro contato com os documentos, objetiva-se a eleição do *corpus* para análise, que consiste no conjunto de documentos selecionados, os quais devem ser guiados pelos seguintes princípios: exaustividade; representatividade; homogeneidade; e, pertinência. Bardin (2007) diz que a exaustividade tem em conta todos os elementos do *corpus*; a representatividade envolve a representação significativa da amostra diante do universo; a homogeneidade deve obedecer a critérios precisos de escolha e não devem apresentar demasiada singularidade fora desses critérios; e, pertinência, que se refere à adequação dos documentos aos objetivos da pesquisa.

A próxima fase, que é a de seleção das unidades de análise, em que se definem os elementos a serem submetidos pela análise do discurso, unidades que podem ser palavras, frases ou mesmo textos inteiros, como é o caso desta pesquisa, toda a unidade textual dos livros selecionados no momento anterior. Instante em que foram lidos vários outros livros de outros autores e nacionalidades, chegando-se à seleção definitiva por aqueles títulos já apresentados. A exclusão dos outros livros ocorreu devido a fatores como: conteúdo pouco expressivo dos livros; conteúdos que, de uma certa maneira, impossibilitavam uma leitura mais aprofundada; ou mesmo livros que eram demasiadamente extensos, o que impediria a leitura aprofundada em conjunto com outros livros; a diversidade de autores de nacionalidades distintas também

precisou ser selecionada, a fim de ser garantida a regularidade e homogeneidade dos discursos, em vez da fragmentação de títulos publicados em países diversos, que resultaria numa dispersão do contexto ou da unidade de análise.

A terceira fase, nomeada de categorização ou classificação envolve o agrupamento das unidades por semelhança, de modo que as categorias representem o resultado de um esforço de síntese dos dados. Segundo Moraes (1999), as categorias devem ser definidas tendo em vista os seguintes critérios: validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e consistência. Assim, os aspectos significativos do conteúdo investigado devem estar representados pelas categorias. O conteúdo, por sua vez, deve ser contemplado pelas categorias, enquadrando todo o conteúdo significativo à análise. A homogeneidade envolve a estruturação da dimensão da análise em um mesmo grau, assim como no grau de abstração. Garantida a validade, exaustividade, homogeneidade de suas categorias, Moraes (1999) afirma que cada elemento deve ser classificado em apenas uma categoria, pois “um mesmo dado não pode ser incluído em mais de uma categoria, ou seja, cada elemento ou unidade de conteúdo não pode fazer parte de mais de uma divisão”. Sendo que a consistência ou fidedignidade da categoria está estritamente relacionada ao critério da exclusividade e com a objetividade da criação das categorias, de modo que fique mais claro o conteúdo em cada uma delas (MORAES, 1999).

A última fase de leitura abarca a interpretação e compreensão das unidades discursivas. A descrição, uma operação anterior ainda à efetiva leitura verticalizada do conteúdo, envolve o enquadramento dos textos, das sínteses extraídas dentro das categorias construídas. Vale a pena salientar, que as categorias foram construídas a partir do próprio material e não definidas *a priori*, isto é, antes de proceder à análise, como ocorre no caso do modelo de construção de categorias fechadas, que refletem uma rigidez do processo (LAVILLE; DIONE, 1999). As categorias desta pesquisa são resultantes do processo de leitura dos livros em sua íntegra, buscando extrair os elementos significativos dos textos. Essa construção das categorias analíticas foi dinâmica, no sentido de que, à medida da caminhada houve reajustes, modificações, exclusão ou criação de novas categorias. A construção de

categorias, segundo este modelo aberto, é fruto de um processo de constantes análises discursivas dos conteúdos (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Assim, a definição de categorias advém de uma regularidade enunciativa, na dominância de determinado discurso expresso nos livros. Sobre essa regularidade do enunciado associa-se não a uma média, mas a uma curva. Segundo Deleuze, no livro sobre Foucault, esclarece que: “o enunciado, com efeito não se confunde com a emissão de singularidades que ele supõe, mas com o comportamento da curva que passa na vizinhança delas, e mais geralmente com as regras do campo em que elas se distribuem e se reproduzem” (DELEUZE, 2005, p. 16). Diante disso, apresentam-se as seguintes categorias e as subcategorias definidas através da análise do discurso em sua profundidade/verticalidade:

QUADRO 1 – Categorias e subcategorias definidas

Categorias	Subcategorias
BIBLIOTECA	
BIBLIOTECÁRIO	
BIBLIOTECONOMIA	Interdisciplinaridade Teoria, técnica e prática
USUÁRIO	Leitura
INFORMAÇÃO	Necessidade de informação
CONHECIMENTO	
DOCUMENTO	

A ordem da exposição discursiva do conteúdo de cada categoria ocorreu devido a dois movimentos, um advindo da ordem do concreto ao abstrato, e o outro devido à afinidade e aos desdobramentos das categorias. Quando se fala do concreto ao abstrato, pensa-se na tríade (biblioteca, bibliotecário e Biblioteconomia), que parte da discussão de uma existência anterior da biblioteca até o desenvolvimento conceitual do conhecimento da Biblioteconomia e de suas questões intrínsecas problematizadas pelos autores (interdisciplinaridade; teoria, técnica e prática – as quais correspondem às subcategorias). A apresentação da categoria subsequente, o usuário, decorre do entendimento que se revela ao longo dos próprios textos, os quais passam a conferir um lugar ao usuário/leitor e, com isso, desdobra-se a subcategoria nomeada de Leitura, pois ambos estão intimamente associados. Já as

categorias informação, conhecimento e documento apresentam certo enlace, também aparecendo associados e dissociados nos discursos; são elementos próximos uns dos outros, mas que possuem certa independência, o que não permite tratá-los como iguais, sendo necessária a discussão de cada um em momentos específicos, indo ao encontro do princípio da exclusividade.

Por último, a discussão dos saberes da Biblioteconomia, em relação à discursividade das Ciências Sociais e Humanas, seguiu um modelo de definição de categorias misto. Este modelo se situa entre o modelo fechado, definido *a priori* e o modelo aberto, aquele que o pesquisador constrói ao longo da análise (LAVILLE; DIONNE, 1999). Essa definição prévia das categorias foi, anteriormente, nomeada de abordagem positivista; abordagem compreensiva; abordagem marxista; e, abordagem sistêmica (definições propostas no projeto de pesquisa), que através da tentativa de estabelecer um quadro teórico de referência para o estudo a partir da abordagem proposta por Minayo (2010), que realizou uma discussão dos textos da área da Saúde com as Ciências Sociais e Humanas. Contudo, no decorrer no processo de análise e interpretação dos discursos biblioteconômicos, verificou-se que essas categorias não eram adequadas e nem tal movimento de enquadramento.

Assim, fez-se necessária a reformulação das categorias, de tal modo que refletisse mais adequadamente a discussão das Ciências Sociais e Humanas com relação ao conteúdo dos livros do campo da Biblioteconomia. E, justamente, devido à flexibilidade do modelo misto foi possível rever e modificar, o que vai ao encontro desse processo de construção de categorias:

A operação é, pois, reiniciada às vezes retomada, até que o todo se cristalice em torno de rubricas claramente definidas, deixando cada elemento uma colocação que lhe convém e uma grande em que as regras de inclusão desses elementos em cada uma das categorias sejam bem explicitadas (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.222).

Há uma multiplicidade de quadros teóricos das Ciências Sociais e Humanas que buscam sistematizar as correntes ou escolas de pensamento, configurando-se em característica daquele campo, que se distancia de explicações únicas para os fenômenos sociais. Costa (2005) revela que os diferentes modelos teóricos, cada qual "pondo a luz" determinados aspectos da

realidade social, oferecem diferentes perspectivas que se complementam; de modo mais detalhado, a autora revela:

Quando um espaço contendo muitos objetos é iluminado por luzes de diversas cores vindas de várias fontes, obtemos diferentes imagens, cada uma colocando em destaque certos contornos e formas. De maneira análoga, é isso que acontece com o campo científico: os pressupostos teóricos iluminam de forma peculiar a realidade, resultando daí níveis diferentes de abordagem e modelos teóricos particulares (COSTA, 2005, p. 110).

Segundo Gil (2011), essa variedade de correntes teóricas de pensamento das Ciências Sociais decorre, sobretudo da complexidade de seu objeto – o ser social. Diversos são os autores que trabalham com as correntes das Ciências Sociais e cada um com sua maneira de sistematizar, a saber: Demo (1995); Domingues (1995); Levine (1997); Minayo (1999); Vila Nova (1999); Lincoln; Guba (2006); Giddens (2008); Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009); Collins (2009); Sell (2009); e, Gil (2011). A título de demonstração, apontam-se, de modo breve, os quadros de referências trabalhados pelos autores citados, os quais retomam os clássicos das Ciências Sociais e Humanas, seja de modo explícito ou implícito para discorrer sobre as correntes de pensamento propostas nos livros.

Demo (1995) menciona a dialética; o empirismo e o positivismo; o estruturalismo; a abordagem sistêmica e funcionalista; e, também, abordagens alternativas que são a hermenêutica e a fenomenologia. Domingues (1995) cita os seguintes paradigmas: o positivismo; a hermenêutica; a dialética; e o estruturalismo, os quais formam uma espécie de “círculo matricial” das Ciências Humanas. Levine (1997) aborda sete tradições: a tradição helênica; a britânica; a francesa; a alemã; a marxista; a italiana; e a americana. Minayo (1999) discorre sobre as abordagens: positivista; crítica; compreensiva; e sistêmica. Vila Nova (1999) cita quatro matrizes: a positivista; a materialista-dialética; a neokantiana; e a pragmática. Lincoln; Guba (2006) apontam quatro correntes: positivismo; pós-positivismo; teoria crítica; e construtivismo. Giddens (2008), na esteira dos clássicos: Durkheim, Marx e Weber, apresenta as perspectivas sociológicas mais influentes: o funcionalismo; a perspectiva do conflito; e a perspectiva da ação social. Collins (2009) se refere a quatro

tradições: a tradição do conflito; a tradição racional-utilitarista; a tradição durkheimiana; e, por fim, a tradição microinteracionista.

As autoras Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009) discorrem a partir dos clássicos: Durkheim, Marx e Weber, que são considerados os principais representantes do positivismo, marxismo e da sociologia compreensiva respectivamente. Sell (2009) também elege os clássicos Durkheim, Marx e Weber e define três epistemologias: a epistemologia marxista/dialética; positivista/naturalista; e weberiana/hermenêutica. Gil (2011) apresenta as seguintes correntes de pensamento: a funcionalista; a dialética; a interacionista simbólica; e a construtivista estruturalista.

Lallement (2008) é também um dos autores que trabalham com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e apresenta a seguinte sistematização: Ordenamento do social; Contradição do social; e, Construção do social, as quais possibilitam o diálogo com os discursos da Biblioteconomia, constituindo-se assim no quadro de referência, ou melhor, na sistematização em que se apresenta os discursos da Biblioteconomia em relação às Ciências Sociais e Humanas. A escolha deste autor se deu em virtude do acoplamento de vários modelos teóricos dentro dessas categorias, as quais não se configuram como territórios, rigorosamente, delimitados ou especificados pelas teorias segundo seus nomes próprios. Essa “divisão” permite flexibilidade e maior eficiência, pois admite a sobressalência das características dos fundamentos sociais, que diferenciam umas das outras por sua natureza. Ademais, vale a pena ressaltar que nenhuma dessas correntes de pensamento tem o monopólio total e completo da realidade, refletindo cada uma a sua história, sua visão de mundo, um olhar à complexa realidade social onde foram geradas e que tentam expressar (LALLEMENT, 2008; MINAYO, 2010).

De modo geral, apresenta-se a seguir as características de cada uma das correntes de pensamento em questão:

ORDENAMENTO DO SOCIAL

“Ordenamento do social” é voltado à apreensão de uma realidade que é externa ao sujeito, sendo apreendida por meio da observação ou métodos

empíricos, cuja influência deriva das ciências naturais e exatas. Prevalece a ideia de progresso, evolução, verdade e acumulação do conhecimento. Centralidade na coletividade, na ordem e não no sujeito, nas leis gerais e não em fenômenos isolados, ênfase na totalidade e na generalização. Cientistas devem se livrar das pré-noções, valores e das ideias do senso comum; a ciência é pautada por um método científico que regula as atividades, ideia de neutralidade, imparcialidade e objetividade. Busca por relações de causa e efeito (causalidade). Vertentes de pensamento: Positivismo, Funcionalismo, Neofuncionalismo, Teoria dos Sistemas, Estruturalismo.

CONTRADIÇÃO DO SOCIAL

“Contradição do social” examina o social a partir do ponto de vista macroscópico e na compreensão da realidade e da sociedade por meio dos modos e força de produção, que são históricas e totalizantes. Os interesses das classes sociais são desvelados, expondo questões como contradição, conflito e ideologia. Enfoque na estrutura para análise das relações sociais e da sociedade capitalista. A importância da práxis, da ação e da teoria em conjunto é colocada em foco. É retomado, também, o questionamento da alienação e a superação/libertação do homem. Com a Escola de Frankfurt entra em cena o debate acerca da indústria cultural e seus efeitos, a cultura de massa, a ação à emancipação, comportamento crítico e compromisso histórico e político. Vertentes de pensamento: Marxismo, Neomarxismo, Teoria Crítica.

CONSTRUÇÃO DO SOCIAL

“Construção do social” se concentra nas teorias que enfeixam análises que têm em comum o fato de tomarem os indivíduos como ponto de partida de suas investigações. A realidade é construída pelos sujeitos que estão em interação, não sendo possível apreendê-los em sua totalidade, o foco se desloca do macrossocial para o microssocial. A apreensão da realidade ocorre por meio da compreensão, descrição e interpretação. Ação social é vista como carregada de subjetividade, por isso não se chega à objetividade e à neutralidade da

ciência e do cientista, que é carregado de seus sentimentos, valores e escolhas. O conhecimento é visto a partir de pontos de vista específicos (individualismo metodológico). Sujeito e objeto não estão separados, o sujeito é compreendido a partir de sua consciência e intencionalidade. Vertentes de pensamento: Fenomenologia, Etnometodologia, Interacionismo Simbólico, Construtivismo, Hermenêutica, Pós-estruturalismo.

Assim, após a leitura dos discursos da Biblioteconomia, certificou-se da possibilidade do real enquadramento dos discursos, segundo o olhar de Lallement (2008) que, de modo geral, estrutura a “História das ideias sociológicas” em três grandes modelos supracitados, o que garantiria maior flexibilidade e menor enrijecimento das classificações dos discursos. Correntes de pensamento que se dividem entre aquelas focadas no sistema (na ordem e no conflito) – primeira e segunda corrente – e no ator (indivíduo) – terceira corrente (LALLEMENT, 2008). Com a necessária exortação de que as ordens e as classificações não são naturais, as classificações são arbitrárias, bem como demonstrou Foucault (1999) no prefácio de seu livro, rememorando o texto de Borges, a saber:

Os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo, l) etc, m) que acabam de partir o jarrão, n) que de longe parecem moscas” (Enciclopédia chinesa de Borges citado por Foucault, 1999, p. IX).

E, ainda, como destaca Foucault (1999):

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 1999, p. XVI).

Assim, sob a ordem das coisas, entre as “palavras e as coisas” existe uma ordem, e tal ordem subjacente é necessária ao desvelamento e condução em direção a um solo positivo, a uma positividade discursiva de um saber, que

instaura uma ordem dos saberes; e “de fato, não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio” (FOUCAULT, 1999, p. XV).

5. ANÁLISE DOS DISCURSOS

5.1 Biblioteca

Todos os autores convocados à análise citam a biblioteca e buscam expressar um conceito sobre ela. Dessa forma, pode encontrar-se entendimentos que se aproximam e também se distanciam, como a visão de biblioteca como instituição que, de maneira ampla, apresenta uma correspondência com o “todo social” (com a sociedade) (BUTLER, 1971; SHERA, 1990); ou a biblioteca como instituição voltada às questões específicas (processos), deixando em segundo plano a discussão relacionada ao indivíduo e ao social por se centrar nela mesma, (BROWN CÉSAR, 2000), chegando a ser um obstáculo (ALFARO LÓPEZ, 2010); ou a biblioteca como instituição que se centra no usuário, atendendo suas necessidades no processo de conhecimento, configurando-se como ponto de partida um outro olhar (o indivíduo) (FONSECA, 2007; MILANESI, 1986, ALMEIDA JÚNIOR, 1997, RENDON RÓJAS, 2005; LANKES, 2015).

Para Butler (1971), a biblioteca é a constituição em várias épocas diferentes de coleções, registros gráficos que tinham como objetivo atender os hábitos intelectuais da sociedade. Assim, as bibliotecas são instituições criadas para atender as reais necessidades da civilização moderna, sendo uma peça “indispensável ao mecanismo social”; a biblioteca é, portanto, um aparelho social para transferir isso ao consciente dos indivíduos (BUTLER, 1971, p. IX). De modo que, é a erudição de um grupo específico que determinará o caráter de sua biblioteca e seus serviços; são as necessidades desse grupo que ditarão a formação do acervo, cuja instauração será baseada na seleção, na atividade racional, realizada a partir do estudo sociológico do grupo, sendo um guia bem sucedido à eficiência social das bibliotecas. Desse modo, Butler (1971) advoga a favor de uma cultura letrada, de um grupo erudito e da compreensão das necessidades como um todo, não individualizadas, mas fundamentadas em estudos sociológicos.

Shera (1990) não se distancia de Butler (1971) ao considerar também a biblioteca como um organismo responsável pela coesão social, constituindo-se

em uma “grande força coesiva”. De modo específico, para Shera (1990), a biblioteca é um elemento inserido no sistema de comunicação por meio do qual se mantém unida uma sociedade; ela deve ser uma força unificadora. Centrada nos registros gráficos produzidos pelos homens, a biblioteca tem a função de otimizar o uso destes registros, promovendo o encontro entre os registros e os usuários, beneficiando, assim, a sociedade. O enlace com a sociedade é também estabelecido por meio das necessidades impostas, de modo que as bibliotecas criadas são frutos dessas necessidades, considerando-se que cada época teve a biblioteca que a sociedade aspirava, pois o papel da biblioteca é uma construção social e não algo “natural” ou “lógico”.

Brown César (2000) vai colocar como elemento central, em vez dos “registros gráficos”, os “documentos”, os quais são elementos centrais dos Sistemas de Gestão Documental, outra designação atribuída às bibliotecas, às bibliotecas virtuais, aos centros de documentação e informação, que são vistos como aquelas “unidades administrativas onde se processam diferentes tipos de documentos com técnicas de organização documental que permitem construir meios de acesso para proporcionar serviços de empréstimos de documentos e informação documental” (BROWN CÉSAR, 2000, p. 30).

Para a disponibilização dos documentos aos usuários, Brown César (2000) apresenta outras duas operações essenciais: a integração e a representação, que são responsáveis, respectivamente, pela incorporação, seleção e aquisição e pela distinção dos documentos para que possam ser representados, catalogados e classificados. Como Shera (1990), Rendón Rojas (2005) vai atribuir à atividade de conservação um papel fundamental, pois sem ela o documento não chegaria às mãos dos usuários, comprometendo o êxito da biblioteca. Para este autor, é necessário que o conjunto de documentos satisfaça a necessidade dos usuários, de modo que “o enfoque é permitir que todo o conjunto de documentos constitui uma biblioteca quando há necessidade para satisfazer as necessidades de informação” (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 139). A biblioteca assume outra designação para o autor, sendo nomeada de Instituição Informativa Documental, termo vinculado ao documento, que restringe, justamente, o conceito mais amplo de instituição informativa apenas, já que poderiam ser outras, como a TV, o rádio etc.

Para além dessa necessidade a ser suprida pelos documentos conservados pela biblioteca, Rendón Rojas (2005) acrescenta que a Instituição Informativa Documental é mais que um lugar definido, ela deve ser entendida como um *topos*, capaz de desobjetivar o espírito humano, levando-o a um autoconhecimento, no sentido de existência autêntica através da linguagem, pensamento que demonstra a influência de Heidegger; completa o autor “a biblioteca lugar onde realmente encontra seu ser e o documento, onde pode ser apropriado pelos leitores, não mais um armazém de livros sem esperança de ser consultado” (RENDÓN ROJAS, 2005) e, sem essa desobjetivação do ser, produz-se a sua alienação, uma visão criticada por Brown César (2000), já que o documento pode levar à alienação, no sentido de que “se lê muito e se pensa pouco” e ainda sobre a autenticidade diz que “não se realiza a partir da biblioteca ou de documentos, a tomada de consciência do indivíduo pode ser ocultada por eles, sendo essa saída da inautenticidade a partir da tomada de consciência diante da morte” (BROWN CÉSAR, 2000).

Sem adentrar nas questões da filosofia como fizeram outros autores, Fonseca (2007, p. 50) defende a biblioteca menos como conjunto de livros, registros gráficos e documentos, devidamente classificados e catalogados e advoga a favor de uma “assembleia de usuários da informação”. Usuários com necessidades específicas, devendo a biblioteca fornecer informações a cada um deles por meio de um perfil elaborado pelo serviço de disseminação seletiva. De um modo mais abrangente, Lankes (2015) defende como ponto focal a comunidade, da qual o usuário faz parte. A biblioteca não deve ser mais vista como um edifício ou coleção de livros, a própria comunidade é que constitui a sua coleção, extrapolando também o ambiente físico.

A biblioteca deve ser um espaço à criação de conhecimentos e aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento das sociedades, de forma que ela seja “da comunidade em vez de para a comunidade” (LANKES, 2015). Em síntese, “bibliotecas ruins somente criam acervos. Boas bibliotecas criam serviços. Grandes bibliotecas constroem comunidades” (LANKES, 2015, p. 37). Ainda como forma de superar a divisão tradicional em bibliotecas: serviço de referência e o processamento técnico, uma espécie, grosso modo, de saída e entrada do livro; Lankes (2015) aborda mais outras duas seções: pesquisa e ensino, centrados nos indivíduos que pertencem a uma determinada

comunidade. Além das razões de se criar uma biblioteca, as quais são: poder de compra coletiva; estímulo econômico; centro de ensino; rede de segurança; patrimônio cultural; símbolo das vontades da democracia destaca-se, aqui, a ideia de berço da democracia. As bibliotecas visam, portanto, fortalecimento do acesso à informação, pois um cidadão informado é indispensável à construção de uma sociedade democrática, já que a democracia implica a participação de cidadãos bem informados e proativos.

Milanesi (1986) embora confira destaque ao acervo da biblioteca, a organização desse acervo assume outra lógica, sendo o objetivo da ordem um caminho para que os usuários possam desestabilizá-la, questionar o discurso dominante, promovendo assim o debate, o conflito, as contradições advindas dos múltiplos discursos. Uma biblioteca deve ser construída a partir da diversidade de discursos, conteúdos e registros de informação, pois, por outro lado, “uma sequência de livros iguais não formaria uma biblioteca, pois não seria possível ordená-los. A mudança de lugar em nada alteraria a ordem. Não é possível ordenar quando não há uma diversidade das partes” (MILANESI, 1986, p. 33). Para a biblioteca cumprir seu papel, ela deve ser assumida como um “centro de informação”, um espaço à elaboração de um discurso próprio do sujeito, de pesquisas sem limites, de convivência e afeto.

Ao mostrar a precariedade das bibliotecas e dos acervos no contexto brasileiro e a reduzida atribuída a ela, salienta-se a pouca ou quase nenhuma ameaça representada pela biblioteca na desestabilização da ordem (MILANESI, 1986). O autor a aproxima de outra instituição, a escola, que também visa à reprodução de uma ideologia dominante, instituição a serviço do sistema e da domesticação do sujeito. Assim, para Milanesi (1986), ambas atuam como agentes reprodutores da ideologia do estado, constituindo-se sob o termo althusseriano em “aparelho ideológico do estado (AIE)”. Apesar dessa condição, Milanesi (1986, p. 9) defende a postura de que a educação deve transformar o sujeito, “educação que não transforma, não é”, o qual não deve ser passivo ou receptáculo das informações transmitidas pelo professor, que tem autoridade e legitimidade para repassar os conhecimentos que privilegiam a manutenção da ordem e, por conseguinte, o equilíbrio do Estado.

A biblioteca se forma, portanto, para além dos livros como centro de informação, o qual transcende o espaço de silêncio representado por sua

imagem tradicional, para dar lugar a um espaço dialógico de comunicação interpessoal e trocas de conhecimentos, em que o silêncio em vez de preencher todo o espaço da biblioteca, passa a estar presente em alguns deles. A “informação é algo que deve ser compartilhado e discutido” (MILANESI, 1986, p. 228), permitindo a revisão constante do mundo, o conhecimento de si e do outro, devendo circular nesse espaço de convivência (de estar junto). A biblioteca, portanto, é uma instituição que provoca, questiona, transforma (vai além da forma), busca instigar e desmanchar a ordem que outras forças sociais estabeleceram. Almeida Júnior (1997), igualmente, defende que a biblioteca não deve ser vista como mero depósito de livros, já que não trabalha exclusivamente com livros, sua matéria-prima de trabalho é a informação. A ideia da biblioteca como lugar estático e sem dinamismo urge ser superada, devendo, além de possibilitar acesso à informação, à tecnologia, reduzir a distância entre aqueles que têm acesso a ela e os que não têm.

A biblioteca deve permitir o amplo caminho à produção de informações, fazendo com que o usuário melhore e acresça seus conhecimentos. Somente assim ela poderia deixar de ser um instrumento de dominação, um aparelho reproduzidor da ideologia dominante, servindo de meio de resistência e um caminho à cidadania e construção de sujeitos conscientes. O objetivo da biblioteca para Almeida Júnior (1997) consiste, sobretudo, na democratização da informação, da cultura, possibilitando aos sujeitos o acesso em suas múltiplas formas, através de acervos variados, e oferecendo serviços a todos, sem distinção. A comunicação, a troca de informações não pode ser afastada desse espaço dialógico, pois como ilustra o autor “a vida urbana é pródiga em barulhos, sons” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 62) e a biblioteca não pode permanecer alheia à realidade.

Ainda, segundo o autor, as bibliotecas privilegiam uma minoria e os “carentes de informação”, a maioria, acaba ficando fora desse circuito, contribuindo ao aumento das distinções das classes oprimidas (excluídos) *versus* opressores (dominadores). Sendo assim, para transformar a biblioteca em num espaço democrático, socialmente útil à sociedade, a sua função deve ser a de se aproximar da comunidade, dos indivíduos, atendendo seus anseios, desejos, necessidades, a fim de ser reconhecida, bem como deve acompanhar

as mudanças da sociedade para não se tornar uma instituição marginalizada, do passado (MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Alfaro López (2010) não focaliza as funções, missões e objetivos das bibliotecas; de um modo mais genérico, ele traz à compreensão de que, justamente, a biblioteca tem se constituído em um obstáculo epistemológico, “a biblioteca não nos tem deixado pensar a Biblioteca”. Essa diferença entre a biblioteca e a Biblioteca, escrita com letra minúscula e letra maiúscula, é expressa em razão dos seus domínios; a primeira se manifesta na concretude, é da ordem do imediato e das práticas exercidas nas bibliotecas, em contraste com as Bibliotecas pensadas de modo abstrato, construídas intelectualmente, a baseadas em conceitos e teorias. Essa biblioteca específica, de funções e serviços determinados, guiada pelo empírico, pelo fazer cotidiano e técnico possibilitou grande acúmulo de conhecimentos, mas é vista como obstáculo à construção teórica, tanto da Biblioteca quanto da Biblioteconomia.

5.2 Bibliotecário

A construção discursiva sobre o sujeito, sobre o bibliotecário, é revelada como uma presença constante nos livros, contudo ele não é visto de mesmo modo entre os autores, os quais o veem inclusive em seus extremos: profissional voltado às atividades de modo imparcial diante dos fazeres; ou como uma figura intermediária, o que se coloca entre os acervos e os usuários; ou como um sujeito intencional direcionado à construção do conhecimento possibilitado pela biblioteca e seus acervos. Dentro dessa perspectiva tradicional, de um olhar mais para dentro da instituição do que para fora estão: Butler (1971), Fonseca (2007) e Brown César (2000); por outro lado, há o olhar mais crítico que confronta a sociedade e o bibliotecário: Milanesi (1986) e Almeida Júnior (1997) ou numa visão mais compreensiva despontam os seguintes autores: Shera (1990), Lankes (2015) e Rendón Rojas (2005). Alfaro López (2010) discorre sobre o bibliotecário numa perspectiva histórica: um homem com notável conhecimento e vinculado à figura da biblioteca, chamando a atenção à importância do processo de construção de uma epistemologia da Biblioteconomia e de pensar a biblioteca para além da sua

concretude, reforçando o papel ativo do bibliotecário diante do processo de construção do conhecimento.

De um modo mais conservador, Butler (1971) demonstra que a visão do bibliotecário mantém estreita relação com aquela que é tida da biblioteca, uma coleção de registros gráficos em prol da manutenção social. A tarefa do profissional é justamente colecionar para a comunidade registros de maior importância ao seu bem-estar social e explorá-lo ao máximo em benefício da própria organização e administração do seu cargo para este propósito. E as atividades devem ser examinadas como fenômeno social objetivo e de modo imparcial. Atribui ao bibliotecário o papel de “administrador dos arquivos culturais da sociedade” (BUTLER, 1971, p. 80). Revela, ainda, que a função do bibliotecário está relacionada aos livros que estão sob sua custódia, devendo, num visão clássica, fornecer aos leitores os melhores livros; e a eficiência em explorá-los para o benefício da comunidade dependerá do conhecimento que se tem deles; o bibliotecário é ou deveria ser também, um erudito.

Shera (1990) expõe que o bibliotecário é o mediador entre o homem e os registros gráficos, cujo objetivo é maximizar a utilidade social dos registros gráficos em benefício da sociedade, bem como a missão da biblioteca. E dada essa proximidade, o bibliotecário deve compreender a posição da biblioteca em seu ambiente, em seu contexto e estrutura cultural e social, pois “somente por meio de uma compreensão do ambiente cultural pode o bibliotecário esperar render seu serviço de modo efetivo” (SHERA, 1990). Além desse contexto à efetivação da mediação, o bibliotecário deve compreender o processo de conhecimento vinculado tanto ao contexto mais amplo, chamado de “conhecimento ambiental”, como no conhecimento do sistema de comunicação e de conhecimento no plano individual dos seres humanos.

De modo mais sucinto, Fonseca (2007) cita que o bibliotecário deve centrar-se menos nos livros e mais nos leitores, servindo-os e orientando à leitura de bons livros, considerando que os leitores estão à procura de formação, informação e recreação. Contudo, servir a “assembleia de usuários” da informação requer que o bibliotecário se interponha entre os acervos e os leitores, funcionando como uma espécie de “filtro”, tal qual defendeu Ortega Y Gasset (2006). Alfaro López (2010) sem definir o bibliotecário, escreveu sobre o processo que este profissional vem passando desde a expressa “vontade de

serviço”, posta a partir da instalação da biblioteca pública, no final século XIX. Anterior a este momento, os bibliotecários se restringiam aos afazeres no modelo empírico e técnico da biblioteca e, que desde então, buscam fazer essa passagem à construção teórica e conceitual de suas atividades.

Para Brown César (2000), o bibliotecário coloca o usuário em contato com documento do sistema de gestão documental mediante a atividade de disposição, que é precedida pelas de integração e representação. Nesse caso, o bibliotecário assume a designação de gestor e de um facilitador para o usuário no que se refere aos documentos e não mais apenas do livro, visto que houve uma ampliação da base material de conhecimento, antes restrita ao livro. Em suas palavras: “O bibliotecário é um profissional cujo âmbito de ação se refere àquela parte do universo da documentação que se constitui em um sistema ordenado de documentos, posto a disposição de determinado usuário em um sistema de gestão documental” (BROWN CÉSAR, 2000, p. 10). Rendón Rojas (2005), por outro lado, aborda o bibliotecário com o agente ativo, aquele que “abre portas do mundo da informação”, possibilitando ao usuário o alcance de seu autoconhecimento ou existência autêntica, o que se aproxima daquele autor, ao dizer que para esse alcance são necessárias várias atividades prévias de um profissional que, selecionou, conservou, organizou e ofereceu informação.

Rendón Rojas (2005) fala, ainda, que tais atividades implicam uma intencionalidade, uma direção que é dada pelo sujeito, um sujeito que é livre, consciente e racional, podendo dizer que a atividade é subjetiva, em oposição à atividade objetiva e de imparcialidade defendida por Butler (1971). Cumpre salientar que para aquele autor, o conhecimento é da ordem do sujeito e não do bibliotecário ou profissional da informação, que trabalha com a informação e com os documentos, um caminho para se chegar até ele. Nem sequer é importante para o bibliotecário saber como e por que o usuário utilizará a informação, o profissional não é moralista, nem pedagogo (RENDÓN ROJAS, 2005). Assim, caberia ao bibliotecário fornecer o acesso aos documentos à criação de conhecimentos, sendo que os documentos ao serem indexados pela instituição informativa documental possam adquirir um valor agregado, pois “a ação do bibliotecário dá novo sentido ao documento inicial porque coloca

dentro de um contexto específico que não tinha antes” (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 143).

Lankes (2015) se volta ao conhecimento no sentido de que, a biblioteca e o bibliotecário devem possibilitar por meio do acesso e incentivo à criação do conhecimento, a melhoria da sociedade; os bibliotecários são “facilitadores do conhecimento”, os quais servem as necessidades da comunidade, em que também estão inseridos. Bibliotecários são, antes de tudo, são cidadãos e membros da comunidade. Quanto à facilitação do conhecimento, Lankes (2015) aponta não ser transferida ou ensinada, mas da ordem do usuário, ou melhor, do membro da comunidade. A preocupação com o ensinar cabe aos professores, bem como citou Shera (1990) e Rendón Rojas (2005). Ao bibliotecário cabe, por meio de atitudes próativas, colaborativas e inovadoras, incentivar, treinar, capacitar e motivar o aprendizado e a criação do conhecimento. E diante dessa postura ativa, ele é visto menos como mediador (no sentido tradicional, de estar entre o acervo e o usuário) e mais como participante do processo de mediação, um processo dinâmico e intencional.

Para o bibliotecário alcançar, efetivamente, todos os setores da comunidade, é necessário entender seus costumes e valores sociais, o ambiente maior onde a biblioteca está situada. A variedade dos acervos, a sua criação é importante para atingir a todos da comunidade (LANKES, 2015). Não distante dessa visão, Almeida Júnior (1997) fala da atuação do bibliotecário diante da transformação social, o que lhe confere uma responsabilidade social. Almeida Júnior (1997, p. 102) sinaliza que o bibliotecário deve atuar a favor da sociedade e não contra ela, possibilitando o acesso a todos, sem restrições, tendo como papel “propiciar condições para que os usuários possam exercer sua cidadania, tenham acesso à informação e com ela possam transformar, desenvolvendo senso crítico”.

A visão do profissional está intimamente ligada à missão da biblioteca, no sentido que o bibliotecário é o responsável pelas concretizações das ações e das funções daquele espaço. Assim, o bibliotecário deve trabalhar com a informação para além do livro, agregando outros recursos, suportes e formatos, “bibliotecário trabalha com a informação, matéria-prima e produto das atividades de uma biblioteca”. Assume também a postura de intermediador entre a informação e o usuário, sendo, inclusive nomeado de profissional da

informação (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Termo aceito por Rendón Rojas (2005), mas que Brown César (2000) repudia, pois segundo ele o profissional da informação seria todo aquele que trabalha com os meios de difusão, rádio e televisão, enquanto o bibliotecário trabalha com a informação documental, não tendo a informação um conceito central, mas sim a comunicação entre os documentos, por isso, o termo bibliotecário deve ser conservado.

Retomando a Almeida Júnior (1997), a intermediação de que o autor fala ocorre entre a informação e o usuário, figura própria do sistema de comunicação da biblioteca, age como intérprete/tradutor da linguagem natural à linguagem documentária; intermedia também o processo de busca, agindo entre a pergunta e a resposta. Vale a pena salientar que tal qual a biblioteca, o bibliotecário não é neutro, imparcial ou apolítico; a constituição dos acervos perpassa pelo crivo da indústria cultural e editorial, sendo editados os livros mais vendidos; a ordem dos materiais na estante e o “processamento técnico” implicam um discurso próprio, uma escolha e seleção; a localização da biblioteca e seu horário de funcionamento são delimitados. Acrescenta o autor, “para que fosse viável essa neutralidade, seria necessário que a análise de um fato pudesse ocorrer sem a interferência do sujeito” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 37).

Lankes (2015) também deixa claro que a imparcialidade do bibliotecário não está presente na lista de valores, isto porque não é possível ser imparcial. A identidade do bibliotecário não é baseada no ato de catalogar, mas pela forma como ele vê o mundo, a cosmovisão - seres humanos têm próprias opiniões, visão de mundo e interpretações. A linguagem, sua etnia, o lugar onde cresceu, educação, tudo isso influencia o profissional e sua interação com o mundo (LANKES, 2015). Para Milanese (1986) o bibliotecário não é um técnico neutro, sua intenção é fundamental, sendo que usa a técnica para dar corpo em suas convicções políticas. Ademais, “a forma como se relaciona com os usuários, as prioridades que estabelece nas realizações, o estímulo que oferece a grupos de interesse, a assistência que dá a determinados movimentos da sociedade dão o perfil de atuação profissional” (MILANESI, 1986, p. 256).

Por outro lado, menos centrado no conhecimento e mais no acervo, o bibliotecário, para Milanese (1986), é o principal responsável pela organização,

a qual se torna desorganizada pelo usuário por meio do acesso que dá origem, depois, a outra ordem. O bibliotecário é o especialista nessa ordem, buscando aperfeiçoá-la, avaliando o universo da informação, suas partes, a fim de chegar a um todo coerente, pois “ordenar o caos das informações é a única possibilidade de dar sentido a um determinado universo informativo” (MILANESI, 1986, p. 34). O bibliotecário se coloca entre o acervo e o público, uma espécie de mediador, sendo através do diálogo que se entende as necessidades do usuário. E esse contato é fundamental à definição do bibliotecário como agente social que extrapola as atividades de organizar, classificar e facilitador de empréstimos dos materiais deste estabelecimento estreito com o público, fornecendo informações diversas.

Não se pode deixar de lado a ideia central daquele autor que diz ser a biblioteca espaço de atuação desse profissional, a qual funciona conforme já mencionado como aparelho ideológico do estado; devendo, portanto, o bibliotecário ser infligido de constante crítica de sua atuação. Através da ação pode alterar-se a ordem, deixando de ser agente passivo nesse processo para à constituição ativa, “a consciência da ordem é situação imprescindível para saber perturbá-la” (MILANESI, 1986, p. 165), bem como, a concepção de que o “revolucionário o é na ação, primordialmente” é necessário colocar o discurso em prática (MILANESI, 1986, p. 169).

5.3 Biblioteconomia

A compreensão da Biblioteconomia assume múltiplas faces; longe de ser um conceito fechado e unânime, os autores demonstram múltiplos olhares que podem ou não se entrecruzar, convocando os mesmos conceitos ou não à composição do que é a Biblioteconomia. Um campo do conhecimento, grosso modo, que se volta de maneira mais abstrata de um lado ou ao concreto de outro lado, radicalmente, oposto. Um campo que estuda a sociedade e os processos de conhecimento e sua relação com os registros do conhecimento (BUTLER, 1971; SHERA, 1990); um campo que estuda o social e os processos de informação e comunicação a partir de sistemas (BROWN CÉSAR, 2000); estudo dos procedimentos centrados em entender as funções das bibliotecas (FONSECA, 2007); um campo do conhecimento preocupado com a construção

do conhecimento (sobre si e sobre o outro), bem como voltado aos processos de aprendizagem e sobre a diversidade dos sujeitos envolvidos (ALFARO LÓPEZ, 2010; LANKES, 2015; RENDÓN ROJAS, 2005; MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Butler (1971), seguindo uma vertente mais tradicional, considera a Biblioteconomia um campo do conhecimento que interpreta os fenômenos da vida social de modo objetivo, acompanhando o estudo e o rigor científico. A busca pela relação causal entre os acontecimentos deve ser feita e na sua impossibilidade, o autor defende que ela deve ser determinada pela via quantitativa. A acumulação de conhecimentos científicos possibilitaria a generalização da ciência das bibliotecas e não o estudo individual e isolado dos processos de modo subjetivo, mas sim das funções. Para que esse deslocamento ocorra, o autor advoga a favor dos métodos científicos (observação, experiência e avaliação), isto é, “com o desenvolvimento da ciência da biblioteconomia teremos um dia conhecimentos definitivos sobre questões para as quais atualmente temos de usar a opinião subjetiva” (BUTLER, 1971, p. XVIII).

Além da busca de uma construção científica, baseada nos rigores da ciência moderna, Butler (1971) atribui centralidade aos registros gráficos para o bem-estar social e benefício da organização da biblioteca. Outro autor que dá importância ao registro gráfico é Shera (1990), para ele, a Biblioteconomia tem como objetivo permitir o máximo de eficiência e utilidade social dos registros gráficos humanos, voltando-se também à compreensão do conhecimento de modo mais amplo na sociedade e no âmbito individual. Essa otimização dos registros gráficos se relaciona ao ato de mediação entre o homem, seja individual ou coletivamente a seus registros gráficos, o que leva ao paradigma da Biblioteconomia como o progresso total de comunicações na sociedade. O aporte para se pensar o homem dentro do processo de comunicação e sua relação com o conhecimento é a Epistemologia Social, desenvolvida em outros textos em parceria com Margaret Egan. Embora, os registros gráficos ganhem destaque na construção de seu pensamento a comunicação assume figura central, ao lado da ciência da comunicação, levando à compreensão de que a base do sistema é a comunicação da informação, citando, inclusive, o modelo

linear de comunicação pautado em quatro elementos: transmissor, mensagem, meio de transmissão e receptor.

Além disso, para que a Biblioteconomia cumpra seu objetivo, Shera (1990) acrescenta que é importante um corpo de materiais (coleção de registros gráficos para uso eficiente) e outro de habilidades ou capacidades (selecionar, organizar, disseminar de uma maneira que satisfaça as necessidades sociais contemporâneas), cumprindo a sua finalidade de “servir à cultura”, amparado na tríade - aquisição, organização e disseminação (SHERA, 1990). Na direção da busca pela satisfação das necessidades sociais, Brown César (2000) fala que a Biblioteconomia vem desse processo, de uma necessidade de “organizar bibliotecas”; ela não estuda o livro em si mesmo nem a sua descrição, a “ciência da biblioteca” nasce e se desenvolve atrelada à figura da biblioteca e seus processos, ou seja, da necessidade de ser obtida uma sistematização de organização das bibliotecas. Percebe-se, então, um olhar específico do autor diante da compreensão da Biblioteconomia, enquanto, diferentemente, a Ciência da Informação, uma outra ciência, ocuparia dos meios de comunicação e difusão da informação de maneira mais ampla (BROWN CÉSAR, 2000)

Assim, para Brown César (2000), a ciência da biblioteca, composta pela teoria da biblioteca, busca responder as complexas mudanças da sociedade e seu entorno, postas pelo advento das tecnologias, computador, internet, um mundo interativo e mediado pelo uso de máquinas. O sistema de gestão documental, em relação a outros sistemas, configura-se como o elemento central da ciência das bibliotecas, composto pelos subsistemas: integração, representação, disposição e gestão, que, estabelecem contato com o entorno complexo, marcado pelos usuários e bibliotecários (seres humanos) e por outros sistemas: econômico, político, social, uma clara influência da teoria de sistemas de Niklas Luhmann. Ademais, o autor esclarece que, por convenção, tal como os termos Biblioteconomia e Bibliotecología, Brown César (2000) adota o termo ciência da biblioteca.

Do ponto de vista direcionado às coisas e fenômenos externos está Fonseca (2007), que cita a fenomenologia, mas não aquela da Filosofia e sim a que se refere ao sentido estrito de “pura descrição daquilo que parece”. Apesar de não discutir sob essa perspectiva fenomenológica, Fonseca (2007) muda a

direção da Biblioteconomia, cujo foco era o documento, a informação materializada ao usuário, sujeito com necessidades informacionais, transferindo, portanto, o que era o objeto da Biblioteconomia - a informação - ao usuário. Para Fonseca (2007), a Biblioteconomia manifesta seus objetivos através dos diferentes tipos de documentos e, por conseguinte, a partir das diferentes bibliotecas, considerando que cada uma detém a sua função específica. Assim, de modo geral, a biblioteca nacional tem como objetivo: reunir, preservar, difundir a documentação bibliográfica e audiovisual produzida no território nacional; confecção de bibliografias nacionais e o depósito legal. A biblioteca pública, diferentemente, deve ser para todos e proporcionar educação, informação, cultura e lazer. Em suma, “a biblioteca infantil, escolar, universitária, especializada e a nacional são peças indispensáveis numa rede bibliotecária que sirva de infraestrutura ao sistema nacional de informação” (FONSECA, 2007, p. 56), cada uma com sua função específica, sendo fruto de uma época em que o planejamento se impõe como condição *sine qua non* ao desenvolvimento (FONSECA, 2007).

Assim sendo, Fonseca (2007) interpreta também a Biblioteconomia dentro do quadro de uma “ciência do espírito” e da “ciência das ciências”, isto é, uma ciência dentro das Ciências Documentológicas Aplicadas. Igualmente, Rendón Rojas (2005) aborda a Biblioteconomia como uma “ciência do espírito”, proposta de Dilthey, uma ciência que estuda o homem e suas criações. O homem é visto como ser social, assim como são as construções sociais resultantes de suas ações: documento, informação e bibliotecas e não da ordem da “ciência da natureza”, que estuda os fenômenos externos independentes do homem. Rendón Rojas (2005) acrescenta que é um erro ter como paradigma aquela ciência e adotar seus métodos, pois são de naturezas diferentes. Com presença mais marcante da Filosofia, Rendón Rojas (2005) cita a Biblioteconomia do ponto de vista ontológico e gnosiológico, partindo da realidade que é externa e particular do sujeito, o qual tem a capacidade de conhecê-la. Contudo, o elemento mais marcante da construção de seu pensamento é a hermenêutica filosófica de Heidegger, a qual atribui centralidade ao sujeito. Desse modo, o foco da Biblioteconomia recai sobre a constituição do usuário como um ser, um sujeito autêntico, que se realiza como um ser-no-mundo, um produtor e transformador da realidade.

Ainda para Rendón Rojas (2005), o sistema de informação documental tem por finalidade satisfazer as necessidades de informação documental dos usuários, possibilitando-lhes o acesso ao mundo da informação. Ao discorrer sobre a teoria da informação sintática, teoria da informação semântica e da teoria da informação pragmática, o autor elege esta última teoria como central, pois subsidia a análise da informação em conexão com o usuário e o contexto. Para Rendón Rojas (2005), a Biblioteconomia proporciona os elementos necessários para integrar um projeto existencial a fim de que o homem chegue ao ser autêntico, evitando a alienação do espírito humano e mesmo sua existência.

Ademais, Rendón Rojas (2005) apresenta que, outros sistemas informativos documentais conformam outras disciplinas específicas como a arquivologia e a ciência da informação, que mantêm entre elas uma proximidade dado o núcleo central, o sistema informativo documental. Segundo o autor, tais ciências diferentes compartilham, portanto, da existência de um sistema de informação documental, não apenas com o foco em um dos elementos (informação, usuário, instituição informativa, documento), mas sim em todos e na interação destes elementos. Tais disciplinas têm como interesse em comum a compreensão dos fenômenos informativo-documentais em relação ao usuário, que entra em contato com documentos e com a instituição para satisfazer suas necessidades de informação. Fonseca (2007) também atribui diferença entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da informação, mas que são vistas como conexas umas às outras. De modo geral, o objetivo da Documentação é o apoio documental à pesquisa científica, humanística e tecnológica, através da indexação, tradução e resumos de publicações primárias. A Ciência da Informação tem como objetivos: gênese, transformação, comunicação e utilização da informação (FONSECA, 2007).

Para Lankes (2015), a Biblioteconomia é vista como campo do conhecimento voltado aos processos de conhecimento e aprendizagem dos membros da comunidade. O conhecimento é o elemento central de uma “Nova Biblioteconomia”³¹, que se volta às capacidades individuais dos membros da

³¹ Sobre essa expressão “nova Biblioteconomia” pode questionar-se o uso do “novo”, pois como apontou Campello (2003), o termo *information literacy* surgiu nos Estados Unidos, na

sociedade de criar conhecimentos e fortalecer as comunidades com base nos processos de aprendizagem. Lankes (2015) expõe, claramente, a necessidade do fortalecimento de conceitos e teorias como algo indispensável à Biblioteconomia, pois segundo ele, a ciência da biblioteca na sua forma atual não é rica em teoria forte, sendo que a teoria existente gira em torno de abordagens empíricas e funcionais. Sendo assim, a Biblioteconomia deve voltar-se ao comportamento e aos efeitos dos serviços sobre o indivíduo; categorias como conhecimento e aprendizagem são a tônica da Biblioteconomia e não os elementos materiais tais como livros e bibliotecas.

Milanesi (1986), apesar de concentrar na ordem, pontua que esta atividade serve à desestabilização dessa mesma ordem e não a ordem por si mesma. Para tanto, o autor define a Biblioteconomia como o estudo científico dessa ordem e seus desdobramentos. Esse foco na organização das informações visa tornar acessível ao público e não à organização pela organização, no sentido de a biblioteca ser do bibliotecário. Para Almeida Júnior (1997), o cerne da Biblioteconomia se concentra, na disseminação, recuperação e uso da informação e menos na técnica, sendo a prioridade de seu discurso “o acesso à informação, ou melhor, a determinadas informações, de tal forma que elas possam provocar alterações ou mudanças naquela pessoa – mesmo que indiretas ou superficiais – passa a ser, parece-nos, o objetivo prioritário de nosso trabalho” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 125).

Assim, para que a Biblioteconomia cumpra sua função social é necessária uma “teologia da libertação”, a consolidação de outra Biblioteconomia direcionada ao povo, para todos, sobretudo aos “carentes de informação”, os quais possam fazer uso da informação e reivindicar seus

década de 1970 e representa o esforço da classe bibliotecária americana para ampliar o seu papel dentro das instituições educacionais, expressando uma mudança na própria postura do bibliotecário. Campello (2003) apresenta este movimento histórico e salienta que a teoria construtivista da aprendizagem constituiu a base de fundação de um novo paradigma - "a competência informacional foi a bandeira erguida pela classe bibliotecária americana para tirar a biblioteca do estado de desprezo e desprestígio em que se encontrava" (CAMPELLO, 2003, p. 32). Assim, os bibliotecários são incitados a uma postura proativa, o deslocamento da biblioteca apenas como recurso e acesso às fontes de informação, o foco recai no processo do conhecimento e na "comunidade de aprendizagem". No Brasil, o termo começa a ser introduzido a partir da década de 2000 sob as diversas traduções: alfabetização informacional, letramento informacional, habilidades informacionais, fluência informacional e competência informacional. O desenvolvimento do discurso da competência informacional se assenta em quatro aspectos: sociedade da informação, teorias educacionais construtivistas, tecnologia da informação e bibliotecário.

direitos, aumentar a consciência social e política para transformar a estrutura social. A Biblioteconomia, segundo este autor, assume a denominação de “Biblioteconomia guerrilheira, subversiva, revolucionária”, que subverta a ordem, que de fato seja instrumento transformador, aproximando-se do povo, dos oprimidos, dos interesses populares, com o intuito de que possam se reconhecer como cidadãos (ALMEIDA JÚNIOR, 1997)³².

Alfaro López (2010) assinala, de modo contundente que, a Biblioteconomia precisa progredir a partir de uma epistemologia própria – a da Biblioteconomia – fundada na construção de problemas, conceitos e teorias; a fim de avançar nessa fase de constituição científica e autônoma, deve deixar de lado a epistemologia positivista, orientada funcionalmente e por técnicas, que predominaram desde o nascimento das bibliotecas públicas, com uma “vontade de serviço” no século XIX. A biblioteca nesse processo de constituição do campo tem sido vista como o principal obstáculo, devido ao acúmulo de conhecimentos fechados em si mesmos. Assim, dada as transformações sociais, a partir do século XX, imersa em uma sociedade da informação e devido ao aumento das complexidades tecnológicas, esse modelo fundado no empírico e na técnica não cumpre mais as demandas reais de um contexto devendo, a Biblioteconomia se fortalecer por meio de constantes investigações, levantamentos de problemas e divulgação de seus conhecimentos, sendo amparada pela epistemologia construtivista e “novo espírito científico”, como escreveu Gaston Bachelard.

5.3.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é um elemento presente de modo explícito nas discussões dos seguintes autores: Shera, 1990; Fonseca, 2007; Brown César, 2000; Rendón Rojas, 2005; Lankes, 2015; Almeida Júnior, 1997; Alfaro López,

³² Ambos os autores brasileiros (Milanesi e Almeida Júnior) tem como contexto de produção dos livros aqui analisados, uma vinculação aos processos de redemocratização após ditaduras militares, nos quais houve forte censura à circulação de livros. Assim, num primeiro momento, desenhou-se um conjunto de práticas voltadas para população excluídas ou marginalizadas (extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviços de caixa estante) que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial. Em muitos casos, tais práticas passaram a ser descritas como de “ação cultural” ou de “animação cultural”. Para além do conjunto de iniciativas práticas e linhas de atuação geradas no campo biblioteconômico, houve também uma importante contribuição epistemológica (ARAÚJO, 2013, p. 47).

2010. As mudanças da sociedade e da ciência são a tônica à inclusão desse elemento, o que possibilita uma articulação mais ampla dos saberes, menos parcial e fragmentada. Segundo Brown César (2000) a sociedade dinâmica e globalizada e os valores democráticos, do pluralismo e da liberdade, difundidos no século XXI, entram em choque com a ciência monista, instrumentalista, autocrática, de um saber fechado em si mesmo. Para o autor, a abertura da ciência bibliotecária a outros saberes e a apropriação de novas formas de ver e conceber a realidade bibliotecária, através da interdisciplinaridade, apresenta-se tal uma resposta lógica a um entorno globalizado e a um sistema político que afirma os valores democráticos (BROWN CÉSAR, 2000).

O diálogo com outros saberes não coloca a Biblioteconomia num âmbito inferior, mas de autonomia e reciprocidade com outros campos do conhecimento que são fundamentais à compreensão dos problemas postos pelo sistema de gestão documental, bem como daqueles advindos do entorno desse sistema (BROWN CÉSAR, 2000). Rendón Rojas (2005) aborda também a importância da definição do núcleo duro da Biblioteconomia, a instituição informativa documental e seus elementos, para que o diálogo seja realizado de modo profícuo. Essa delimitação garantiria, assim, a identidade da disciplina e a marcação de suas fronteiras diante dos outros campos do conhecimento e outros sistemas (político, cultural, econômico). Sobre a interdisciplinaridade Fonseca (2007) diz que ela acabou se impondo aos estudiosos de todas as áreas do conhecimento científico, tecnológico e humanístico. O bibliotecário deve apresentar essa capacidade de diálogo com outras áreas, de modo ajudar o homem na recuperação da unidade perdida, a fim de que torne cada vez mais especialista e menos generalista.

Shera (1990) considera a própria natureza da Biblioteconomia como interdisciplinar, sendo a profissão do bibliotecário a mais derivativa e sintética, pois se relaciona e depende de outros campos do conhecimento à formação de sua estrutura teórica e corpo prático (SHERA, 1990). Essa característica tem dado uma posição estratégica de liderança da integração do conhecimento, fazendo da Biblioteconomia “uma força integradora, não só do mundo do saber, mas sim em toda vida humana” (SHERA, 1999, p. 207). Nessa direção, Lankes (2015) coloca a Biblioteconomia como um campo aberto à interdisciplinaridade, pois os bibliotecários com suas habilidades e competências têm o papel-chave

de facilitadores nas equipes interdisciplinares para responder e resolver problemas cada vez mais complexos, os quais demandam fortes relações profissionais e interpessoais com pessoas de outros campos, de modo que, quanto mais diversificada for a equipe, em todos os graus, melhor será o resultado das respostas aos problemas, bem como será melhor sucedido o processo de mediação e facilitação da criação do conhecimento dentro da comunidade.

Igualmente, para Almeida Júnior (1997, p. 27), a complexidade dos problemas coloca a Biblioteconomia em diálogo com outros saberes, pois sozinha não pode solucionar de modo satisfatório, “é necessário buscar contribuições de outras áreas, sem elas as soluções serão anêmicas e inconsistentes”. Esse caráter interdisciplinar deve estar presente também na prática dos bibliotecários, para que os mesmos possam acumular outros conhecimentos e aplicá-los quando necessário, não se restringindo aos conhecimentos técnicos da área. Pode dizer-se, então, que a Biblioteconomia é interdisciplinar, sendo fundamental a troca, o diálogo com outros saberes e outros campos científicos para responder aos problemas que são postos, e que são, cada vez, mais complexos, frutos também de uma realidade em constante processo de mudança. A interdisciplinaridade não comprometeria o próprio campo ao se abrir ao diálogo, tal movimento, pelo contrário, conduz a um reforço e um posicionamento do conhecimento do campo frente a si e ao outro campo do conhecimento, que também é convocado a pensar sobre essa troca mútua de conhecimentos.

5.3.2 Técnica, teoria e prática

O encontro entre a teoria e a prática na Biblioteconomia é uma questão que vem sendo discutida há algum tempo. Alfaro López (2010) sobre a compreensão da formação da Biblioteconomia relata que, ela esteve intensamente em sua fase pré-científica, incluindo a fase de constituição, que tem sua origem com o nascimento das bibliotecas públicas, intimamente ligada a um saber empírico e prático. Esse saber empírico permitiu o desenvolvimento das práticas exercidas nas bibliotecas, como também a consolidação da Biblioteconomia, mas chegou em seu limite devido à complexidade e

transformações postas desde o final do século XX. Assim, o autor defende o caminho da cientificidade por meio da construção teórica e conceitual da Biblioteconomia, uma explicação abstrata dos fenômenos e objetos sobre onde intervém a técnica (ALFARO LÓPEZ, 2010).

Para este autor, a Biblioteconomia se funda sob o conhecimento técnico, voltado à experiência imediata das coisas, de um objeto que pode ser observado e não de um conhecimento científico que se pauta na teoria. Define a técnica como um instrumento de acesso imediato à realidade para intervir em processos de maneira ativa, conduzindo à estabilização cognitiva da Biblioteconomia, uma contribuição negativa de uma epistemologia positivista. A técnica é um conjunto de procedimentos que tem aplicação prática e imediata, sendo uma destreza que, regularmente, tem de levar a cabo (ALFARO LÓPEZ, 2010). E em contato com a prática, a técnica reforça a primeira, e funciona como uma mediação natural entre prática e o objeto do conhecimento, impondo a presença do empírico sobre o conceitual.

Por outro lado, Brown César (2000) critica esse reducionismo das atividades apenas a uma prática, pois considera que a técnica, a prática e a teoria não devem ser dissociadas, elas são complementares. O saber e o fazer conduzem a uma *práxis* do campo, dando forma ao sistema de gestão documental por meio do conhecimento e da ação do bibliotecário. A ênfase no conhecimento técnico limitaria o próprio caminho da ciência, o qual envolve a reflexão sobre a prática e a teoria (BROWN CÉSAR, 2000). Sobre a teoria, o autor expõe que sem sua aplicação, o discurso se torna vazio e utópico, já que “a teoria deve ser constatada empiricamente com os efeitos e demonstrações na prática de seu valor” (BROWN CÉSAR, 2000). Ademais, o autor cita uma variedade de teorias que fundamentam as práticas da Biblioteconomia, presentes no sistema de gestão documental, a saber: teoria do valor do documento; teoria das linguagens; teoria da análise documental; teoria do controle documental; teoria das comunidades de usuários; teoria das necessidades e expectativas de informação; teoria das relações humanas e teoria geral da administração.

Rendón Rojas (2005) supõe que por ser a Biblioteconomia uma disciplina eminentemente prática, tendo fins objetivos, a estrutura teórica se torna um elemento que não é visto claramente. E nessa direção, de uma

proximidade interdependente entre teoria e prática, está também o discurso de Rendón Rojas (2005). O autor declara que, “toda disciplina descansa sobre um corpo teórico”, teorias e conceitos formam o cinturão protetor da Biblioteconomia. Para Shera (1990), a Biblioteconomia como qualquer outra profissão é um composto de teoria e prática, de conhecimentos e atitudes e uma sem a outra é improdutiva e estéril. Milanesi (1986) também declara que, “o perceber, o refletir, o teorizar deve ter como equilíbrio o agir, a prática” (MILANESI, 1986, p. 137). Teoria e prática devem caminhar juntamente, sendo que o discurso necessita de um campo de intervenção, isto é, da ação que concretiza o abstrato do plano teórico, o discurso revolucionário é manifestado por meio da ação que o traduz (MILANESI, 1986).

Ainda sobre a técnica, Milanesi (1986) reforça que ela deve ser revestida de objetivos, quais devem ser identificados para que não sejam engenhosas inutilidades. A técnica não deve estar voltada para si mesma, saber fechado, o que conduziria a um obscurantismo e ao afastamento da função social da biblioteca, do bibliotecário como agente de transformação e da Biblioteconomia como ciência, vista unicamente como técnica centrada nela mesma (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Lankes (2015) acrescenta que a visão de mundo dos bibliotecários não deve estar centrada nas técnicas ou nas funções desempenhadas - abordagens funcionais - mas sim em teorias e conceitos fortes, por isso estabelece uma relação às diversas teorias das Ciências Sociais e Humanas, para a definição de uma “nova Biblioteconomia”, entre elas: teoria da aprendizagem, teoria da motivação, teoria da conversação, teoria *sense-making*, teorias dialéticas e construtivismo. Na esteira dessa discussão é bom reforçar que “não há nada mais prático do que uma boa teoria” (Kurt Lewin); teoria e prática, portanto, são complementares, não devendo ser compreendidas de modo apartado de uma realidade, já que estão interligadas e se completam reciprocamente.

5.4 Usuário

O termo usuário, embora mais utilizado nos livros selecionados, não é unânime e nem trabalhado com a mesma profundidade entre os autores. Percebe-se o uso de outros termos, como, por exemplo, leitor e interagente³³. Entre as definições de usuários, encontram-se ainda: usuário real; atual; virtual; potencial ou ainda usuário segundo os tipos de bibliotecas ou instituições. Butler (1971) utiliza o termo *readers* que, traduzido significa leitores; assim, o leitor é visto como aquele que lê os registros gráficos, sobretudo os livros que estão armazenados nas bibliotecas a partir da ação dos bibliotecários. Shera (1990) coloca o usuário como o receptor da mediação do bibliotecário, pois o encontro dos registros gráficos se dá com o usuário. Por outro lado, Lankes (2015) embora, declare que a missão da biblioteca e do bibliotecário deva recair sobre o usuário, em outros momentos o autor o chama de interagente, colocando-o em processo de interação na comunidade, uma visão mais ativa daquele que faz uso e/ou recebe os serviços de informação.

Fonseca (2007) distingue duas categorias: o usuário e o leitor, sendo o primeiro aquele que usa um ou mais dos serviços oferecidos pela biblioteca, enquanto o segundo é o que lê – leitor – não sendo necessariamente o usuário um leitor. Em síntese, “no campo da informação, poderíamos afirmar com propriedade que todo leitor é, só por este fato, um usuário, mas a recíproca, nem sempre é exata, pois às vezes o usuário dispensa o serviço específico de leitura para servir-se de outros” (FONSECA, 2007, p. 64). Para este autor, usuário tem um conceito mais amplo do que o leitor e ambos se vinculam de alguma maneira aos serviços da biblioteca, de modo que o leitor e a leitura são elementos centrais da Biblioteconomia; e o leitor o elemento central da biblioteca, pois “é para ele que os livros e outros documentos bibliográficos e

³³ A palavra ‘interagente’ tem sido popularizada nos últimos anos através do conceito de ‘interatividade’ que acompanha os estudos mais recentes sobre o uso de ferramentas tecnológicas e dos recursos digitais (CORRÊA, 2014, p. 28). Segundo Saar (2014), Alex Primo propõe o termo ‘interagente’ no intuito de substituir termos como usuário e receptor. Essa opção se dá pelo fato de autor afirmar que esses últimos são termos subordinados. Usuário por estar diretamente associado ao modelo transmissionista-telegráfico e receptor por se relacionar com comunicação mediada por computador (CMC) em que os dados estariam disponíveis para serem usados com menor intensidade de participação, o que não acontece com o termo interagente, pois nessa terminologia, o sujeito é ativo e participante. Sendo um (re)construtor de conteúdos.

audiovisuais são selecionados, adquiridos, classificados, catalogados e colocados nas estantes” (FONSECA, 2007, p. 67).

Este autor estabelece a diferença entre o leitor atual, o que está em ação, e o leitor virtual, que por diferentes motivos não utiliza os serviços de biblioteca, competindo à biblioteca transformar os leitores virtuais em leitores atuais (FONSECA, 2007). Ao lado do serviço de referência encontra-se também o serviço de disseminação seletiva de informações, que fornece aos usuários à informação de acordo com o seu perfil. Destaca-se que o usuário possui um perfil, uma necessidade correspondente ao tipo de biblioteca. Para Brown César (2000), quem assume a figura central é o usuário, não mais o leitor, demarcando-o em atual e potencial, sendo este o usuário que não se colocou em movimento, mas que pode fazer uso da biblioteca e de seus serviços, transformando-o em usuário atual. Pode ainda ser definido segundo as funções do sistema de gestão documental como, por exemplo, usuário de biblioteca pública, usuário de biblioteca universitária, escolar, infantil, nacional, especializada, de modo que cada uma dessas bibliotecas têm seus usuários (BROWN CÉSAR, 2000).

Brown César (2000) chama atenção à prioridade ontológica do usuário na teoria bibliotecária, já que do ponto de vista prático é o usuário o ponto focal, enquanto do ponto de vista teórico, é o documento, o qual assume uma prioridade gnosiológica. Mas, não é todo usuário que faz parte da teoria, pois o termo é amplo demais, cabendo inclusive aos animais que fazem uso de informação. Assim, o usuário que se vincula ao sistema de gestão documental é aquele usuário (atual ou potencial) de documentos, que sabe ler e escrever. O usuário é fim da atividade bibliotecária, todavia não é qualquer usuário; Rendón Rojas (2005) o define como aquele que tem uma necessidade de informação e que recorre a uma instituição informativa documental. As distinções de usuários também estão presentes: usuário real e usuário potencial, sendo o primeiro o sujeito que busca satisfazer suas necessidades e, o segundo, aquele que pode vir a qualquer momento fazer uso dos documentos para suprir sua necessidade de informação.

Não obstante, antes de o usuário ir ao encontro da instituição informativa documental, ele é visto como um sujeito, que não se confunde com o objeto, assim como é, *a priori*, um homem social e racional (RENDÓN ROJAS, 2005).

O sujeito se constitui na relação com o outro, que também fala e responde, um processo dialógico onde há a presença de um interlocutor. Nas palavras do autor, “o mundo bibliotecológico possibilita que o sujeito encontre seus interlocutores e, desta maneira, realiza-se como sujeito” (RENDÓN ROJAS, 2005). Além dessa aproximação com a filosofia de Heidegger, a visão de Karl Marx, também, encontra-se presente. O sujeito, um ser humano racional, que busca a transformação e manipulação do seu meio, a fim de suprir sua necessidade de informação, alcançando esse objetivo de maneira planejada e objetiva. Aproxima-se, então, do homem racional que satisfaz suas necessidades mediante um processo produtivo.

Almeida Júnior (1997, p. 35) salienta que, “os usuários não são iguais”, as pessoas são distintas umas das outras, cada uma tem sua história de vida e de oportunidades, o que sustenta a própria diferença entre as classes. Milanesi (1986) também considera o usuário como um ser pertencente a uma classe, acrescentando que o usuário é um indivíduo, que estabelece uma ordem, uma espécie de construtor do mundo, assim como o bibliotecário, que em sua função estabelece uma ordem, não necessariamente a mesma do usuário. Além disso, o usuário possui um interesse prévio que o leva à ação, não sendo uma abstração, ele é um sujeito que busca satisfazer sua necessidade, “quem entra numa biblioteca quer algo” e mesmo que a biblioteca não tenha o resultado esperado, ela tem que incitar o levantamento permanente de questões e não o conformismo, não atendendo apenas o sujeito letrado que sabe ler e escrever (MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Portanto, para ambos os autores, o usuário é mais que aquele que usa uma biblioteca composta de livros, é um sujeito letrado ou não, que deve ser incluído e ter acesso às várias fontes de informação presentes na biblioteca.

5.4.1 Leitura

A leitura é uma ação, atividade, processo vinculado a um leitor ou a um usuário, conforme a designação de cada autor. Para Butler (1971) a leitura é realizada por um leitor de livros, lembrando que o registro gráfico é o livro. A leitura é um ato solitário, que requer isolamento e silêncio – um momento intimista; “dois leitores na mesma sala estão isolados um do outro. Num certo

sentido são antissociais” (BUTLER, 1971, p. 43). Para superar a inércia em que se encontra o leitor, segundo Butler (1971), é necessária motivação a fim de iniciar tal ação do leitor e essa motivação deriva do meio social e do hábito pessoal, porque alguém que já tenha dedicado algum tempo à leitura poderá fazê-lo novamente e, havendo acesso aos livros e/ou contato com pessoas que leem, facilitaria a saída da rotina e, com isso, seria promovida a ação da leitura. Dentre as motivações pessoais são distinguidas três tipos: desejo de informação; apreciação estética; e prazer puro e simples, salientando que, a motivação psicológica por detrás de cada tipo de leitura é única e distinta.

A leitura produz um efeito na vida mental do leitor, que tanto pode ser positiva, no sentido de obter conhecimento, extrair a experiência humana do outro - no caso do autor do livro - quanto tem também um efeito negativo, “o uso de livros para passatempo pode, por vezes, converter-se no fraco, a uma fuga da realidade. Num mundo de faz de conta, ele se despe de toda a realidade” (BUTLER, 1971, p.51). De modo específico, sobre a compreensão do impacto da leitura na vida do leitor, Butler considera essa atitude inútil, mas salienta que a leitura como fenômeno social deve ser estudada pelos processos dos métodos científicos, que se mostraram válidos em outros setores (BUTLER, 1971). Postura que demonstra um claro apagamento do indivíduo como sujeito, devendo ser estudado a partir das estruturas, do macrossocial onde se insere.

Shera (1990) acrescenta a ideia de que os efeitos da leitura individual e do grupo, antes de serem avaliados, deve ser compreendido o que há para ser lido. O sistema de distribuição dos livros pode ter efeito positivo e negativo; “é negativo quando não facilita o desejo do leitor, é positivo quando junta leitores e publicações compatíveis” (SHERA, 1990, p. 33), ainda diz que o leitor raramente é livre, sua busca está limitada ao mercado, uma espécie de filtro que seleciona o que está publicado e distribuído na sociedade. Shera (1990) compartilha com Butler (1971) ao dizer que há muitas motivações e valores por detrás do ato da leitura, sendo o conteúdo o principal elemento entre o leitor e o próprio livro. O conteúdo produz um efeito, o livro produz um impacto no leitor, ou melhor, “uma mudança dentro do indivíduo, uma profunda contribuição ou enriquecimento da qualidade da vida individual e, por sua vez, é uma contribuição para a sociedade” (BUTLER, 1990, p. 203).

Fonseca (2007) aborda três diferentes tipos de leitura: formativa, informativa e recreativa, porém tal distinção não é rígida, sendo possível colher informação objetiva em leitura formativa e recreativa, tanto quanto enriquecer a personalidade com leitura recreativa e até utilizar leitura informativa e formativa como distração. De modo semelhante, Fonseca (2007) também salienta que a leitura é mais que decifrar os códigos, constituindo uma espécie de acesso à experiência vivida pelo autor do livro, leitura como forma de reconstrução de uma obra nova pelo leitor a partir dessa experiência. Brown César (2000) denomina o ato de ler como “desocultamento do conteúdo do texto”, pois, ao abrir um livro, revelar-se-á um mundo, novos horizontes e, em sentido pleno, apreensão de outra forma de ver, uma espécie de realidade alternativa, partindo da ação de interpretação e compreensão do texto materializado no documento. Assim, o autor classifica a leitura como apropriação cognitiva do texto, um ato de sentido que depende da base de conhecimento do sujeito. A interpretação do texto é imprescindível para o acesso ao “mundo da linguagem”, um mundo vivo e dinâmico, ao qual o leitor se depara frente às ideias dos autores (RENDÓN ROJAS, 2005).

Para Rendón Rojas (2005), a leitura envolve construção de universos de sentido mediante a imaginação, abstração, argumentação, interpretação e, principalmente, diálogo entre o leitor e o autor de diferentes tipos de textos, que cumprem diferentes funções (informativa, recreativa, tomada de decisão etc.). Lankes (2015), ao destacar a biblioteca como espaço de engajamento e aprendizagem apresenta a leitura como mais uma forma de criação do conhecimento, ao lado de outras ações como ver e fazer, estando sujeita a diferentes tipos: poesia, romance, ficção. Não cabe à biblioteca determinar os resultados de cada leitura ou dizer o que as pessoas devem ler, mas sim dispor de leitura variada, visando ao atendimento de todos de modo democrático. Este mesmo autor chama a atenção da potencialidade dos indivíduos de transformarem a leitura em algo social ou orientada a um objetivo maior, uma espécie de retorno social. Interessante, perceber que Butler (1971) sinalizou essa ideia, de que o conhecimento derivado da leitura para cumprir seu significado social, tem de ser inserido na corrente vital da vida comunitária.

Alfaro López (2010) discorre, brevemente, sobre a leitura a partir da compreensão como sendo uma das funções específicas da biblioteca, em

particular, da biblioteca pública, segundo o autor, serviria a sociedade por meio do fomento ou promoção da leitura, constituindo como guia de ação para a missão dos bibliotecários. Almeida Júnior (1997) aponta a leitura como caminho ao alcance da cidadania, devido justamente ao conteúdo registrado no livro que pode ser lido. Contudo, a leitura do livro não deve ficar restrita ao local da biblioteca, pois nem sempre é acessível a todos, ainda mais quando esse suporte do conhecimento é escrito segundo a norma culta da língua, podendo levar a um afastamento da classe já desprovida de recursos. O autor sinaliza a uma leitura para além do livro, uma leitura que contemple outros formatos e suportes, de modo que haja a democratização do saber.

Milanesi (1986) defende, também, a inclusão de outros suportes para além do tradicional livro, incluindo o som e a imagem, que quebram a barreira da leitura da palavra escrita. As interpretações das informações estão vinculadas à bagagem cultural dos indivíduos, vindas de outras leituras, vivências, discursos que conformam uma visão de mundo. “Há uma ação recíproca entre a leitura e a vida, uma interferindo sobre a outra, e dessa relação é que se produzirá o discurso” (MILANESI, 1986, p. 157), sendo papel da biblioteca “propiciar ao leitor da escrita e da imagem a percepção das diferenças do pensamento que elas contêm” (MILANESI, 1986, p. 131); o importante é a diferença, pois à medida que há contradições, questiona-se a ordem. Portanto, a leitura (do texto ou de documentos) é um dos caminhos à “leitura do mundo”, uma abertura ao questionamento, à alteração do pensamento, da saída da rotina, do colocar-se ao encontro de outros pensamentos, formulando ou (re)formulando os conhecimentos já existentes de modo individual ou coletivo.

5.5 Informação

Informação é um termo polissêmico, havendo diferentes sentidos, utilizações e implicações diversificadas segundo os nove autores trabalhados; interessante notar que todos buscam explicar sobre a informação. Sendo apresentada como um elemento registrado e objetivado (Butler, 1971; Fonseca, 2007), vinculada ao conhecimento (Shera, 1990; Lankes, 2015; Rendón Rojas, 2005), podendo ser ou não ser ligada a um registro do conhecimento; ou ainda

a uma capacidade de mudança ou um evento (Brown César, 2000); a questão de transformação do indivíduo, um elemento de poder (Milanesi, 1986; Almeida Júnior, 1997); ou ainda como uma decorrência de uma nova sociedade, sociedade da informação (Alfaro López, 2010).

Nessa direção, Butler (1971), de maneira sucinta, diz que a leitura constitui um caminho para obter informação. Fonseca (2007) se refere à informação como um registro, ou melhor, o conteúdo do livro a ser desvendado pela leitura. Lankes (2015) vai um pouco mais além, ao declarar que a informação não se restringe àquela que está nos textos, nos livros, ela é ampla estando em outros suportes e formatos, bem como representa um insumo à construção de conhecimentos e de outras informações, transformando a biblioteca em um “ambiente rico de informações”. A associação com o conhecimento pode ser vista também em Shera (1990) que, ao lado da informação, torna-se indispensável para manter a sociedade viva, a utilidade é seu principal critério de utilidade social. Ademais, a informação um ente ideal objetivado pode ser comunicada, processada, adquirida, assimilada e disseminada e, sobretudo organizada, de modo que a eficiência dos registros bibliográficos está vinculada a essa atividade.

Tais visões se aproximam da própria etimologia da palavra informação, do latim *informare*, que “dar forma a”, serve para “informar” um indivíduo que a usa para suprir sua necessidade; a informação materializada nos suportes, que deles pode ser extraída. Uma necessidade humana que será requerida após o suprimento de outras necessidades mais importantes do indivíduo (SHERA, 1990). O oposto é citado por Milanesi (1986) e Almeida Júnior (1997), que falam da informação como gênero de primeira necessidade, ao lado da água, luz, alimentação. A informação é posta, portanto, entre as necessidades básicas do indivíduo, um elemento chave ao exercício da cidadania (MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

A informação, na sua acepção, leva à compreensão de “quem não sabe a si mesmo não se transforma e não transforma a forma” (MILANESI, 1986, p. 189) e, devido a esse seu efeito, a “informação é poder”; um indivíduo informado tem maiores condições de fazer prevalecer seus objetivos e os de sua classe. Por isso, a informação fica muitas vezes em um segundo plano, já que não é interessante à classe dominante que todos tenham acesso a ela,

uma prerrogativa do cidadão. Almeida Júnior (1997) também considera a informação como poder, a qual vem sendo usada opressivamente, reproduzindo um sistema que procura a sustentação daqueles que já detêm o poder. A informação possibilita ao usuário a reelaboração de seu discurso, é uma característica do sujeito crítico, permitindo-lhe o confronto, transformações, mudanças, ou melhor, ações, sendo a “informação um elemento básico da ação” (MILANESI, 1986, p. 171).

A informação é capaz de transformar o comportamento do informado, um elemento na biblioteca que permite o “jogo das contradições”, uma nova prática, ou quem sabe uma nova ordem. Essa informação presente na biblioteca, por meio dos acervos e da comunicação interpessoal, torna-a um instrumento de poder, “um serviço que informa, interfere na produção, questiona a reprodução, é essencialmente transformador (MILANESI, 1986). Rendón Rojas (2005), ao estudar a informação, traz três teorias distintas sobre ela: teoria sintática da informação; teoria semântica da informação; e, teoria pragmática da informação. Contudo, as definições anteriores se associam, de alguma maneira, às primeiras duas teorias. A teoria sintática considera a informação como um elemento objetivado, concentrando-se nos signos e nos processos físicos, por exemplo, a transmissão. A teoria semântica tem como enfoque justamente os conteúdos, os significados dos enunciados e a mudança operada sobre o usuário é central, contudo o contexto e a intencionalidade do sujeito são deixados de lado. Esses aspectos são trabalhados pela teoria pragmática e conformam a visão de informação de Rendón Rojas (2005).

Para este autor, a informação, que não se confunde com o conhecimento, é um ente ideal que tem origem a partir dos dados e objetos sensíveis interpretados pelos sujeitos. A informação possibilita a construção do conhecimento, um ente ideal subjetivado, assim como os dados possibilitam a construção da informação, daí a ideia de ciclo da informação. A objetividade dos dados é devido à sua independência em relação aos sujeitos, diferente da informação que requer um sujeito inserido num contexto, imbuído de intencionalidades, motivações e interesses para criar e acessar o “mundo da informação”. É essa informação que permite ao sujeito o afastamento da alienação, bem como se constituir como um sujeito. Além do que, a informação

não é transportada no sentido de um ponto a outro, de um emissor ao receptor, a informação ela é transmitida, pois pode ser encontrada no emissor e no receptor ao mesmo tempo ou pode ser encontrada em vários receptores simultaneamente (RENDÓN ROJAS, 2005).

Não distante da informação como um elemento não objetivado, não como uma coisa nem como próprio sistema, Brown César (2000) a considera como um evento, ou melhor, capacidade de mudança, de promover diferenças dentro de um sistema, também contribuindo à tomada de decisões das pessoas. A informação ocorre quando se dá um evento novo que reestrutura as expectativas, de modo que uma informação repetida, sem alterar algo não é informação. Por outro lado, a informação não é transmitida, é estímulo gerado pela comunicação, o emissor (*alter*) não perde a informação quando se comunica, e o receptor (*ego*) reelabora, autonomamente, suas próprias estruturas, segundo as próprias formas em consequência dos estímulos gerados pela comunicação. Em síntese, informação ou se tem ou não, estando relacionada a um estado, o de estar informado. “A informação implica um evento de novidades capaz de reestruturar as expectativas do sistema”, uma diferença que provoca diferenças (BROWN CÉSAR, 2000, p.8).

Alfaro López (2010) atribui à informação uma conjectura de mudanças, tanto de uma sociedade industrial quanto de uma sociedade da informação. A produção, armazenamento, distribuição e consumo da informação apresentam características distintas, satisfazendo as necessidades de informação em cada um desses momentos. A substituição da sociedade industrial pela sociedade da informação se inicia no século XX, justamente, devido a um esgotamento do modelo anterior, um novo contexto de informação e conhecimentos, ao lado do capitalismo e da globalização que se acentua. As novas tecnologias agem sobre o meio social cada vez mais rapidamente e de múltiplas maneiras; dentre as repercussões do meio eletrônico no campo da Biblioteconomia está a criação do suporte eletrônico, que contribui ao questionamento da informação. A informação passa a apresentar novos atributos como: sem limites (*inespacial*), fluida, torrencial e incontável de tempo e energia. A velocidade das mudanças da sociedade da informação impacta inclusive a vida cotidiana das pessoas, fazendo com que a busca, uso e acesso à informação sejam

transformados, tornando “a informação em uma mercadoria central de primeira magnitude” (ALFARO LÓPEZ, 2010, p.98).

5.5.1 Necessidade de informação

A necessidade³⁴ de informação como o próprio termo demonstra está intrinsecamente ligada à informação, a qual, para Shera (1990), vincula-se ao indivíduo. Assim, por meio da leitura se obtém o acesso à informação, gerando um efeito no leitor, no nível micro e, na comunidade, no nível macro, de modo que o impacto do bibliotecário vai além de colocar o livro na mão do leitor. Contudo, cumpre salientar que essa necessidade, o impulso de buscar essa satisfação por meio da leitura não é vista de primeira ordem, mas apenas quando todas as outras necessidades humanas forem satisfeitas. Lankes (2015) considera também que a necessidade de informação, assim como a motivação à aprendizagem depende de que outras necessidades básicas sejam cumpridas, o que chamou de necessidades psicológicas. O ambiente precisa ser seguro, não apenas referente à segurança física, mas também e, especialmente à segurança intelectual, no caso das bibliotecas.

Esta visão citada acima é diferente da de Milanese (1986) e Almeida Júnior (1997), em que a necessidade de informação é prioridade na vida do sujeito, não estando, todavia vinculada ao suprimento de outras necessidades. Rendón Rojas (2005) também considera que as necessidades de informação são uma constante na vida do sujeito, o qual busca informação para se autoconhecer, à questão ontológica do ser, bem nas atividades cotidianas para um fazer; dentre esses fazeres estão: investigação científica, aprender, realizar uma atividade prática, teórica, estética, recreativa e tomar uma decisão na esfera política, econômica, administrativa etc.

³⁴ A necessidade de forma hierarquizada conhecida como pirâmide de necessidades foi proposta por Abraham Maslow – psicólogo norte-americano, na segunda metade do século XX. Segundo Maslow, as necessidades do nível mais baixo da pirâmide deveriam ser supridas gradativamente antes de se chegar às necessidades mais elevadas. Cinco são o conjunto de necessidades (da base ao topo): fisiologia, segurança, amor/relacionamento, estima e auto-realização. Nessa direção, Barreto (1994) propõe uma pirâmide das necessidades dividida em três tipos de necessidades e que demandam três tipos de informação: necessidades básicas (informação utilitária); necessidade de participação (informação contextual); necessidade de auto-realização (informação seletiva).

Rendón Rojas (2005) acrescenta que as necessidades de informação são necessidades humanas manifestadas pelos indivíduos, estando relacionadas a momentos específicos para que possam cumprir determinados objetivos de modo racional e planejado. Sendo de interesse da Biblioteconomia, os problemas que podem ser satisfeitos mediante a informação registrada nos documentos contidos na instituição informativa documental, os quais por meio das estruturas lógico-formais dos símbolos são apreendidos pelos usuários. Diferentemente dos animais, que também buscam a informação, não através dessa estrutura, mas dos signos-índices.

Para Brown César (2000), as necessidades de informação nascem da própria finitude e da limitação do ser humano, contudo não se tem uma necessidade, sente-se uma necessidade, sendo uma expectativa cognitiva do sujeito. As expectativas são próprias das pessoas, por isso a necessidade de informação origina de um sujeito, as quais são satisfeitas mediante documentos e relações interpessoais, como a comunicação, por exemplo. E quando se deixa de sentir, pode dizer-se que o sujeito está satisfeito (BROWN CÉSAR, 2000). E para que essa necessidade de informação seja suprida, é igualmente importante que as bibliotecas tenham uma diversidade de suportes de informação, a fim de que possam ser utilizados por todos, inclusive para que os sujeitos, a partir do uso, criem outras informações e seus registros (MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997; LANKES, 2015).

5.6 Conhecimento

Ao lado da informação, o termo conhecimento é visto como um elemento fundamental da Biblioteconomia, mas, às vezes, é visto como se ambos fossem sinônimos um do outro (informação = conhecimento). Associado ao leitor, usuário, sujeito, indivíduo ou interagente, para alguns autores, o conhecimento é visto com um ente subjetivo, abstrato, por um lado, ou como ente objetivo associado a uma materialidade, um registro do conhecimento fixado no suporte, por outro lado. Ou mesmo sem maiores problematizações. O conhecimento, assim como a informação parece possuir uma dupla faceta: um lado objetivo e outro subjetivo.

Butler (1971) nomeia os livros de “registros do conhecimento” e também declara que, por meio da leitura, o conhecimento é acessado sendo de suma importância a acumulação dessa experiência registrada em forma de cognição na mente ativa de alguns indivíduos, o que garante inclusive a manutenção e o acúmulo de conhecimentos das sociedades (BUTLER, 1971). O conhecimento, para Brown César (2000), é também expresso em um suporte material e suscetível de ser utilizado a diversos fins. Assim, há tanto o conhecimento como componente do indivíduo, aquilo que faz parte dele “acervo de conhecimentos de cada usuário”, como também o registro do conhecimento, ou seja, um conhecimento materializado nos suportes (MILANESI, 1986; ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Milanesi (1986) acrescenta que, “ao ordenar os registros do conhecimento humano, a biblioteca reúne discursos contraditórios e assim se torna uma fonte de conflitos, um ninho de desordem”, sendo por meio do conhecimento contido no suporte, a possibilidade de transformação, de ação. E a biblioteca como centro de informações passa a questionar o acervo de livros de literatura, que tinha como base o “conhecimento erudito”, a busca e o acesso ao conhecimento extrapola o tradicionalmente oferecido na biblioteca (MILANESI, 1986). Os próprios registros constituem um caminho do conhecimento capaz de mudar os conhecimentos dos sujeitos. Por isso, ambos os autores chamam a atenção à diversidade de acervos “suportes do conhecimento” ou “suportes de informação” que a biblioteca deve integrar e não somente o livro, pois “a palavra impressa, o escrito, representa o conhecimento possível apenas a uma camada da população: a elite, os dominantes” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 32).

Essa postura de privilegiar o livro amplia o fosso entre os que têm e os que não têm informação e conhecimento; novamente, destaca-se que para o autor, “se a biblioteca privilegia o livro como única fonte de absorção de conhecimentos está construindo barreiras e obstáculos para que a maioria da população dela faça uso” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Sendo assim, para atingir o conhecimento, embora o livro seja mais presente nas bibliotecas, ele não deve ser o único, o foco deve recair sobre a informação (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Diferentemente da visão anterior, o pensamento de Shera (1990) e Rendón Rojas (2005) se entrelaçam, pois ambos consideram o conhecimento como um ente subjetivo, vinculado ao sujeito. A informação é o insumo para se chegar ao conhecimento, que é um produto social e uma construção do indivíduo. Como diz Shera (1990), o conhecimento depende do sujeito conhecedor, e de seus conhecimentos, ou seja, conceitos, imagens, relações apreendidas em seu interior. Rendón Rojas (2005) aborda o conhecimento como um processo resultante da informação, a qual deriva dos dados e objetos sensíveis. O conhecimento envolve a uma elaboração, interpretação e relação com a informação no âmbito do sujeito, pois ele só existe no sujeito e, ao ser exteriorizado, passa a ser considerado como informação (ente ideal objetivado, materializado em um suporte).

Lankes (2015) se assemelha aos autores supracitados, quando diz que a informação é registrada e o conhecimento não, sendo da ordem do sujeito. O conhecimento não é uma coisa, algo externo, mas intrinsecamente humano, sendo dinâmico e construído pelos interagentes, afastando-se de concepções como um acúmulo passivo ou passível de ser quantificado. Acrescenta o autor, “as pessoas não são espaços vazios à espera de encher de conhecimentos, o sujeito é ativo, criativo e construtor” (LANKES, 2015). Essa construção do conhecimento ocorre tanto por meio do uso dos artefatos (acervos), quanto por meio das conversas, da troca entre os participantes em um processo comunicativo. A infraestrutura do conhecimento é composta por pessoas, tecnologias, fontes e ações, tendo a biblioteca um papel importante nessa infraestrutura, sobretudo o de possibilitar acesso à informação e à tecnologia. Em síntese, reforça o autor, a “nova Biblioteconomia” tem como papel facilitar a criação de conhecimentos para a transformação da comunidade.

Sob a perspectiva de Alfaro López (2010), o conhecimento é citado frequentemente devido ao seu acúmulo e limitação em responder aos problemas da Biblioteconomia, impostos pelas mudanças sociais e tecnológicas, bem como de outro contexto de informação e de conhecimento, que não mais o da sociedade industrial. O conhecimento positivista, pautado nas práticas e na empiria, tornou-se um obstáculo epistemológico para o alcance científico, uma fase autônoma, de conhecimentos próprios da Biblioteconomia. Assim, para este autor o conhecimento está vinculado ao

saber, conhecimento teórico, das práticas, dos objetos, dos campos de conhecimento. Em especial, o conhecimento avança a partir de questionamentos, de problemas, não sendo linear, acumulativo e contínuo e nem descolado de um espaço social. A influência de Bachelard conduz o autor a um deslocamento do conhecimento do senso comum com o científico, que se pauta na investigação científica, sendo o conhecimento uma construção teórica, assim como o seu objeto é uma construção. O conhecimento não é neutro, já que no momento em que é institucionalizado dentro de um campo, as questões políticas e ideológicas acompanham-no (ALFARO LÓPEZ, 2010).

Outro destaque é atribuído ao conhecimento, a função de divulgação. Como ressalta Alfaro López (2010), a divulgação do conhecimento posterior à fase de investigação – uma produção do conhecimento – possibilita o conhecimento e o acesso delas, não tornando algo distante da sociedade e da vida cotidiana das pessoas. A própria investigação resultante de um processo de conhecimento sustentado teoricamente, e conceitualmente, alcança sua validade na aplicação e na divulgação. O conhecimento destinado a poucos, como foi o caso da biblioteca de Alexandria, levou a um afastamento da população e ao não reconhecimento, ou melhor, um isolamento da importância social dessa instituição. A necessidade institucional deriva justamente do conhecimento que a mesma apresenta e representa e a partir do impacto que o conhecimento gera no âmbito individual e da sociedade. Essa aproximação do conhecimento às necessidades das sociedades contribui para que aquelas sejam satisfeitas, dando espaço a outras perguntas, outras necessidades, ocorrendo uma mudança na direção do discurso de baixo pra cima (ALFARO LÓPEZ, 2010).

5.7 Documento

O termo documento não é trabalhado por todos os autores analisados e não é explorado conceitualmente e teoricamente em sua profundidade como fazem outros autores provenientes da “corrente da documentação ou da neo-documentação”. Num primeiro momento, a partir dos autores lidos, o conceito de documento pode ser aproximado ao conceito de livro – ambos são expressões do registro do conhecimento. Butler (1971) não cita a palavra

documento, mas deixa claramente ser o livro um registro gráfico presente nas bibliotecas. Ainda, segundo Butler (1971), os livros detêm conteúdos de natureza variada, os quais são registros de um indivíduo, trazendo as marcas da sociedade, pois a linguagem e o suporte são convenções e construções sociais, não sendo nenhuma dessas coisas invenção somente sua, mas resultante de um longo processo histórico (BUTLER, 1971). Ademais, Shera (1990), Almeida Júnior (1997), Lankes (2015) não trabalham com o conceito de documento, tais autores parecem preferir trabalhar com os termos: livro; registro gráfico; acervo e artefato, mas, de modo geral, podem ser associados ao documento, a uma materialidade ou a uma informação registrada em um suporte.

Por outro lado, Milanesi (1986) chega a citar o termo documento, mas, de maneira breve, esclarece que é um elemento conferido e posto em ordem pelo bibliotecário, a fim de ser localizado. A função da biblioteca como instituição organizadora de documentos deve permitir esse acesso (MILANESI, 1986). De modo mais sucinto, Fonseca (2007) declara que os documentos são formados pela informação registrada em qualquer tipo de suporte (gráfico, visual, fônico, audiovisual) suscetível de ser utilizado para estudo, consulta ou prova. Documentos são assim considerados registros que podem ser lidos, ouvidos ou vistos. Além disso, este autor ressalta que a diversidade de tipos e natureza dos documentos é foco da Documentação, cujos objetivos são diferentes da Biblioteconomia, lembrando que o escopo desta recai, sobretudo no livro e no usuário. Visão compartilhada por Rendón Rojas (2005), de que a Documentação não se confunde com a Biblioteconomia, tendo ambas objetivos e caminhos diferentes, pois aquela disciplina, designa um campo destinado de modo amplo aos documentos e ao fenômeno documental.

Nessa direção, Brown César (2000) atribui à Documentação o estudo dos vários tipos de documentos e suportes (livros, revistas, estampas, artigos de periódicos, boletins de informação, fotografia, filme, peça de museu). Para ele, o bibliotecário faz parte deste universo da documentação, pois através de sua ação intencional possibilita a ordenação do Sistema de Gestão Documental, além de produzir um valor agregado ao documento. Em particular, Brown César (2000) descreve o documento como um processo de construção e transformação do ser humano a partir de dois elementos essenciais: matéria

e conteúdo. Documentos são objetos reais que fazem parte da vida dos indivíduos, da realidade que os rodeia, estando imersos em documentos de diversos tipos, tanto da matéria ou suporte documental, quanto do conteúdo.

Assim, os documentos são produções em um tempo e espaço definidos, que trazem as marcas das tecnologias disponíveis e dos conhecimentos históricos a partir da materialização das ideias, ou melhor, dos conteúdos registrados nos variados suportes (pedra, madeira, cerâmica, papel etc.). Para o estudo dos documentos o autor cita três teorias: teoria sintática do documento; teoria semântica do documento e teoria pragmática do documento - teorias que se aproximam do pensamento de Rendón Rojas (2005), quando fala de teoria da informação sintática, semântica e pragmática.

De modo mais detalhado, apresenta-se que a teoria sintática do documento, segundo Brown César (2000) está vinculada às relações entre os documentos, as quais envolvem elementos exteriores como, por exemplo, suporte, técnicas de impressão, forma, quantidade. Os documentos podem se aproximar devido às semelhanças, mas serão sempre individualizados, únicos, pois se referem a um tempo e espaço de produção específica. A teoria semântica do documento está voltada ao conteúdo, constituindo-se em uma base de conhecimentos que permite “os mortos falar com os vivos”. A teoria pragmática dos documentos envolve a matéria, o conteúdo e os usuários; os documentos são produzidos e, em algum momento irão satisfazer as necessidades cognitivas daquele que deles se apropriar, interpretando, decifrando o conteúdo. Documentos que podem ser utilizados para diversos fins da vida dos sujeitos como, por exemplo, estratégico, acadêmico, comercial, lazer, entre outros (BROWN CÉSAR, 2000).

A concepção de documento de Brown César (2000) se assemelha à ideia trazida por Rendón Rojas (2005), que também aborda três características do documento: nível sintático, nível semântico e nível pragmático. No primeiro nível há a expressão lógica por meio dos símbolos, no qual é unido à informação e conforma o nível semântico, o segundo nível. A leitura do documento pelo usuário, devido a sua capacidade abstrativa, marca o terceiro nível - da pragmática -, em que localiza a relação (hermenêutica) do usuário com o documento, de modo que: “o documento não tem razão de ser em si mesmo”. Ademais, de uma maneira particular, Rendón Rojas (2005)

problematiza o documento, além de ser uma expressão material, fixado em um suporte, e uma expressão do pensamento, o documento é uma objetivação do espírito, uma construção do ser que comunica as “intenções da alma” e permite o acesso ao mundo da informação, vinculado ao ato de se informar e se formar, de se autoconhecer e de um afastamento da alienação.

O documento é, então, um fenômeno humano que faz parte de um “projeto existencial” como também produto cultural e social. Através da criação de um sujeito histórico localizado num tempo e espaço, pode depreender-se, também, sobre a sociedade em que foi criado, já que o documento traz marcas de seu tempo (RENDÓN ROJAS, 2005), permitindo a perpetuação da memória individual e da memória social, um elemento que tem uma função comunicativa social de manutenção e perpetuação do patrimônio cultural. Todavia, acrescenta o autor, não é somente o criador do documento que dá origem a ele, o profissional bibliotecário também, por meio da atividade intelectual, em especial, ao manipular, manejar o documento com as técnicas de representação e análise, atribui-lhe significado e valor, colocando-o no sistema informativo documental, facilitando a sua localização e acesso diante do caos informativo (RENDÓN ROJAS, 2005).

6. DIÁLOGO DA BIBLIOTECONOMIA COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

“A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade enfraquece o seu poder crítico. A uniformidade, além disso, ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo” (FEYERABEND, 1977, p.10).

6.1 Ordenamento do social

O positivismo é uma das primeiras correntes de pensamento do campo das Ciências Sociais e Humanas que surgiu na Europa, no século XIX, em meio às transformações da época. Um momento de grande industrialização, urbanização, êxodo rural, desemprego, pobreza e conflitos econômicos e, também, de defesa dos direitos do homem e de valores como liberdade, igualdade e fraternidade. Em particular, o contexto se relaciona às transformações da sociedade moderna nos diversos âmbitos da vida social, cultural, econômica e científica, advindos da Revolução Francesa, Revolução Industrial e Revolução Científica (SELL, 2009). Emerge, ainda, o questionamento da autoridade da igreja e a valorização do racionalismo (influência do Iluminismo) e do Empirismo provenientes do método e das ciências experimentais. Ao lado desses desenvolvimentos a influência do iluminismo pode ser percebida pela crença de que a humanidade avança no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a lei do progresso.

A relação com o progresso vinculada ao desenvolvimento de estágios e de um conhecimento crescente e acumulativo está na base no pensamento positivista. O “positivismo” significa “a necessidade de que todo juízo sobre um estado de coisas ou pronunciamento sobre o mundo seja confirmado pela experiência” (DOMINGUES, 2004, p.170), refletindo a tese básica de que “a realidade se constitui essencialmente naquilo que nossos sentidos podem perceber” (MINAYO, 1999, p.36). O francês Augusto Comte (1798-1857) é o responsável pela criação da “Física social”³⁵ e, posteriormente, pelo termo

³⁵ As raízes da “Física social” derivam da “Matemática social” de Condorcet, um enciclopedista que defendeu que o estudo da sociedade deveria ser formulado com o estudo numérico e rigoroso dentro das teorias probabilísticas, e da “Fisiologia social” do socialista utópico Saint-

“Sociologia”, usado no curso de Filosofia positiva, iniciado em 1830-1842, que rendeu seis volumes. Na primeira lição, Comte (1988) expõe que o meio racional, único e verdadeiro para se chegar às evidências lógicas do espírito humano se dá mediante a Filosofia positiva, que tinha como ambição chegar às “leis dos fenômenos”, ou melhor, às “leis naturais invariáveis” a partir da observação dos fatos, o que geraria também as teorias científicas, colocando-se contra explicações dos fenômenos que não fossem de ordem empírica – “somente a experiência pode nos oferecer a medida de nossa força” (COMTE, 1988, p.6).

Segundo Comte (1988), a pluralidade de ideias é vista de inconveniente, podendo inclusive gerar desordem ou um estado constante de revolução, apregoa não as inteligências individuais, mas um “sistema geral de ideais”. Assim, a fixidez é a primeira condição verdadeira da ordem social e não uma anarquia intelectual. A Sociologia buscava compreender a coesão social e o funcionamento da sociedade sob o olhar metodológico e sistemático, tal qual o olhar do cientista das ciências físicas e naturais (ciências positivas). Acrescenta-se, ainda, que o triunfo definitivo da Filosofia positiva estaria vinculado ao estabelecimento da ordem da sociedade. Minayo (1999, p.39) aponta que, a hipótese central do positivismo sociológico é a de que “a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros”. Assim, “as ciências sociais, para analisar determinado grupo ou comunidade, têm que descobrir as leis invariáveis e independentes de seu funcionamento” (MINAYO, 1999, p. 39).

Comte (1988) buscava, com o “espírito positivo”, o rompimento das explicações dos fenômenos sociais da ordem do senso comum ou de caráter teológico, metafísico e ideológico; para ele, a “ciência se ocupa do fato e deve se livrar do valor” (MINAYO, 1999, p. 39). A superação da Filosofia se tornou também a tônica do modelo positivista, em que o conhecimento científico deveria ser verificado por meio de experimentos e da observação e não das

Simon, que defendia o projeto de uma sociedade baseado não na igualdade, mas na pirâmide de classes que elevaria a capacidade produtiva dos homens ao grau máximo de desenvolvimento. Estes dois pensadores traziam “no seu interior uma crítica ao sistema social de seu tempo, às classes dominantes e apelava para mudanças condizentes com a nova sociedade industrial que se instalava” (MINAYO, 1999, p. 41).

especulações de ordem teórica, o que levou a uma “demissão teórica” (DEMO, 1995). A crença na obtenção de enunciados verificáveis conduziu à concepção de uma realidade única, que possibilitava a aplicação de um método também único às ciências, constituindo o positivismo numa extensão da lógica das ciências exatas e naturais no campo social, em que o conhecimento provém da observação metódica e da experiência ordenada. Daí o conhecimento resultante desse método era tido como científico, colocando a Física social/Sociologia sob o mesmo patamar das outras ciências, como a Matemática, Física, Química e Biologia.

Domingues (2004, p. 172) localiza três “ideias-força” que comandam o programa positivista, a saber: 1) Procurar acercar-se dos fenômenos tais como eles se oferecem à observação e à experiência e torná-los tais quais, como fatos ou dados da experiência, sem se apoiar em nenhuma ideia pré-concebida e sem buscar nenhuma essência escondida; 2) procurar estabelecer correlações entre os fenômenos observados, fixar os nexos causais que os envolvem e determinar as leis que os governam; 3) procurar confirmar as correlações, corroborar os nexos causais e comprovar as leis por meio de testes precisos e de experimentos concludentes. Munidos dessa concepção de ciência, os estudos dos fenômenos sociais derivavam de dados concretos objetivos (positivos) e ações imparciais dos cientistas, afastados do senso comum, desprovidos de juízos de valor e da subjetividade, podendo, ambos (ciência e cientista) serem considerados como neutros, imparciais e objetivos. O conhecimento que não puder ser comprovado, cientificamente, é considerado como teológico-metafísico caracterizado por credices e superstições.

Nessa direção, Comte (1988) compreendia a sociedade a partir de um sentido linear e evolucionista, conhecido como três estágios históricos diferentes ou “Teoria dos três Estados”. A sociedade deveria atingir o terceiro patamar, o positivo, porém antes dele estariam os anteriores: teológico e o metafísico, que seriam estados primitivos e que se excluem mutuamente. O primeiro estado, teológico, consiste na explicação da realidade mediante entidades supranaturais (deuses). O segundo estágio, metafísico, é uma espécie de intermediário, no lugar de deuses figuram entidades abstratas, como o “povo” e “mercado financeiro”. Já, o terceiro estágio, etapa final e

definitiva, não se busca mais “os porquês” das coisas, mas o “como”, por meio de descobertas e estudo das leis naturais, em vez de explicações do mundo pela religião e pela filosofia. A origem desse espírito positivo começa com Bacon, Descartes e Galileu, momento de oposição ao espírito teológico e metafísico. O progresso social do estado se daria, portanto, por meio da racionalidade, cientificidade e objetividade das explicações (COMTE, 1988).

A realidade para o pensamento positivista era algo externo aos sujeitos, já se encontrava pronta para ser apreendida, metodicamente partindo da observação e da experiência. Influenciado por esse modelo positivista pautado na força do conhecimento científico, da ciência como método próprio, Émile Durkheim (1858-1917) engendra essas influências ao desenvolvimento dos primeiros estudos no campo das ciências sociais. Em especial, em sua aula inaugural do curso de ciências sociais, em Bordeaux, 1887, Durkheim se volta à consolidação e fortalecimento da Sociologia, buscando defini-la e afastá-la da consciência individual foco da Filosofia, sendo que a Sociologia, por sua vez, liga-se à consciência coletiva, ou melhor: “a Sociologia tem um objeto definido e um método para estudá-lo. O objeto são os fatos sociais; e o método é a observação e a experimentação indireta, em outros termos, o método comparativo” (DURKHEIM, 2008, p. 58).

Durkheim aprofunda, em seu livro, “As regras do método sociológico”, publicado em 1895, a problemática da Sociologia e seu método, a fim de estabelecer como ciência autônoma (ainda na esteira da consolidação dessa ciência, ele funda três anos depois, em 1898, a revista *L'Année Sociologique*, responsável pelas publicações do pensamento sociológico da época). Define, portanto, a Sociologia como a ciência das sociedades, das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento, composta por método rigoroso e distante dos valores e pré-noções, sendo uma ciência positiva, objetiva, neutra e imparcial. A diferenciação do objeto da Sociologia se perfaz por meio da instauração do fato social. Para ele, os fatos sociais devem ser vistos como as maneiras de agir de pensar e sentir, fixamente ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior ou, ainda, é geral no conjunto de uma dada sociedade, tendo, ao mesmo tempo, existência própria, independente das manifestações individuais (DURKHEIM, 1995). Assim, os fatos sociais se caracterizam por serem coercitivos, externos e universais, cabendo à Sociologia os “fatos sociais

como coisa” e explicar a ação das estruturas sociais sobre o comportamento dos agentes individuais com o mesmo espírito de exterioridade dos cientistas das ciências exatas.

Para Durkheim, o foco da Sociologia constitui na coletividade, ou seja, na sociedade como um todo e não nos indivíduos que, de maneira isolada, compõem a cena de uma realidade. Para não se perder em explicações da ordem do senso comum, a aproximação com as ciências exatas e naturais ainda é uma constante nos estudos sobre os fenômenos sociais, com a ressalva de que a Sociologia deveria ter seu método estritamente sociológico. Com base nele, os cientistas sociais investigariam possíveis relações de causa e efeito e regularidades com vistas a descobertas de leis e mesmo de regras de ação para o futuro, observando fenômenos rigorosamente definidos (QUINTANEIRO, 2009). Tal concepção caracteriza o método funcionalista, explicação da função social, pautada em dois níveis: explicação causal e explicação funcional. A primeira consiste na explicação da origem dos fatos sociais no meio social e, a segunda, como os fatos sociais se mantêm, a sua funcionalidade, mostrando como os fenômenos que constituem sua matéria contribuem à harmonia da sociedade (SELL, 2009).

Contudo, diferente de Comte, Durkheim considerava que havia um processo de diferenciação entre as sociedades, voltando-se ao estudo da sociedade tradicional e da sociedade moderna, buscando entender o funcionamento, mecanismos de integração e coesão das sociedades. No livro “A divisão social do trabalho” (1893), ele estabelece que a divisão do trabalho cumpre uma função na sociedade moderna, a qual é diferenciada, marcada pelo aumento da individualização - uma autonomia individual, que não estava presente na sociedade tradicional. Nesta sociedade, o que predominava era a solidariedade mecânica, uma consciência coletiva, de modo que a ideia do grupo predominava sobre o indivíduo, tendo uma diversidade mínima das funções. A passagem dessa sociedade é fruto das mudanças de ordem quantitativa e qualitativa na sociedade, isto é, um aumento da densidade de indivíduos, material e moral, que conduziu um processo de diferenciação social e funcional nas sociedades modernas. Para a manutenção da coesão da solidariedade orgânica, é necessário que os indivíduos dotados de consciência

individual se reconheçam num contexto em que o trabalho depende cada vez mais do outro, sendo repartido, dividido em funções interdependentes.

Ainda, segundo Durkheim, a divisão do trabalho e o “culto ao indivíduo” poderiam ocasionar o enfraquecimento dos laços sociais, contudo essa diferenciação leva a uma forte coesão social. Por outro lado, as anomias ou desregramento - uma patologia da sociedade moderna - seriam fenômenos transitórios serem superados em prol de algo melhor (visão conservadora e utópica). Os conflitos entre as classes, interesses sociais, os antagonismos gerados pelo trabalho e o capital são minimizados, não fazem parte das análises funcionalistas, sendo vistos como fenômenos patológicos, por isso, passageiros. Reside, então, na sociedade moderna um paradoxo social, “se de um lado existe maior autonomia para o indivíduo, por outro lado, existe o risco de que o excesso de liberdade leve a desagregação social” (SELL, 2009, p. 99). Durkheim busca compreender o problema endêmico da sociedade moderna, “O suicídio” (1897). A partir de taxas estatísticas ele explica a relação entre o indivíduo e a integração social, que acaba levando aos quatro tipos de suicídio: egoísta, altruísta, anômico e fatalista, sendo tal ação, embora individual, fruto de um enfraquecimento dos laços sociais. Nessa direção, demonstra o peso das estruturas sociais sobre o comportamento dos indivíduos.

Os valores de uma sociedade também se revelam independentemente do indivíduo particular, porque a realidade objetiva composta por seus valores já está posta. A mudança dos valores da sociedade requer o envolvimento de vários indivíduos, o que levaria a um fato social novo. Com o foco também na análise das estruturas sociais, os estudos funcionalistas referentes às instituições e suas funções, destacam-se os nomes de Robert Merton e Talcott Parsons, os quais se voltam à leitura de um primeiro Durkheim (positivista ou materialista), que valorizava mais o peso das estruturas sociais na explicação dos fenômenos sociais. Enquanto, um segundo Durkheim (idealista ou culturalista), valorizava o peso das representações simbólicas no estudo da vida social (SELL, 2009), marcando a tônica dos estudos da Antropologia social de Malinowski, Radcliffe-Brown e Marcel Mauss. Neste momento, Durkheim, por meio do seu livro “As formas elementares da vida religiosa” (1912) explora a teorias dos rituais, os símbolos, as ideias “representações coletivas”, dotadas

de certa autonomia na sociedade e capaz de manter a coesão e a integração social. Entretanto, não é Durkheim o fundador de uma microsociologia, em que o indivíduo dotado de ação social se torna o elemento central das análises.

O que aqueles pensadores têm em comum é a visão da sociedade fixada numa realidade concreta, regida por leis sociais e que permitem a explicação da sociedade a partir das estruturas sociais, independente da ação dos indivíduos. É a sociedade que age sobre os sujeitos, modelando sua forma de agir, comportamentos, pensamentos, não sendo as estruturas e a força do social que operam a vida humana, o que caracteriza um “holismo metodológico”, apreensão de um todo, isto é, a sociedade tem precedência lógica sobre o indivíduo (SELL, 2009). No século XX, Robert Merton aprofunda os estudos da estrutura social pautado no método funcionalista, especialmente, no livro “Teoria Social e Estrutura social” (1949). Assim, a fim de analisar as instituições e as funções, ele distingue função manifesta de função latente, a primeira é aquela que se revela de modo aberto, consciente, enquanto a segunda se refere às funções produzidas pelo sistema social. No âmbito das instituições, o que não se enquadra no normal é tido como “disfunção”, devendo ser corrigida.

Talcott Parsons, também na esteira do funcionalismo, discorreu sobre a sociedade como um sistema social, defendendo uma linha evolutiva e origem única, o Ocidente. Para ele, o sistema moderno é diferenciado a partir das funções que desempenham os sistemas e subsistemas, que são de origens funcionais. Os sistemas sociais são compostos pelos subsistemas sociais, culturais, personalidade e organismo comportamental que têm as seguintes funções primárias: integração, manutenção do padrão, realização de objetivos e adaptação (PARSONS, 1974). A estrutura dos sistemas sociais é composta ainda de quatro elementos: valores, normas, coletividade e papéis que são institucionalizados e “governados” pelas normas e valores específicos; para o bom funcionamento da sociedade é necessária à internacionalização das estruturas nas personalidades dos indivíduos (PARSONS, 1974). Rememorando o livro póstumo de Durkheim, “Educação e sociologia” (1922), ele aborda o processo de socialização, que por meio das instituições nos conduz à internalização desses modos de pensar, sentir e agir sobre os fatos sociais, distinguidos entre socialização primária e secundária.

Diferente da análise estrutural-funcionalista, o alemão Niklas Luhmann, aluno de Parsons, critica esse funcionalismo de Durkheim e Parsons, considerando-o mecanicista, sem discussão dos processos, estruturas e relações com o entorno (ambiente hipercomplexo), ultrapassando a relação todo-parte, input/output, feedback. Luhmann, por sua vez, vai abordar a relação entorno/sistema como questão central à manutenção do próprio sistema, que precisa se diferenciar para a própria definição de seus limites. A introdução de distinções é a operação fundamental que permite a aproximação da realidade a partir de esquemas diferenciadores. Luhmann defende que os sistemas não recebem nenhum input de materiais do entorno; a relação sistema/entorno se dá mediante um acoplamento estrutural que se renova a cada evento.

Sob a influência da teoria dos sistemas, a sociedade, do ponto de vista de uma teoria universal, é considerada como um sistema capaz de distinguir um lado interior (onde se fazem as operações) e um lado exterior, ou seja, é um sistema autopoético – produz e se reproduz a si mesmo e se reproduzir significa produzir a diferença do sistema e do ambiente (LUHMANN, 2009). Um elemento capaz de regular as relações entre sistema e ambiente é a comunicação, que se distingue do conceito de informação. Na comunicação o emissor pode denominar-se (um pouco usualmente) de alter e o receptor, de ego, enquanto a informação se remete a si mesmo, um esquema autorrefencial. Informação é um acontecimento que seleciona estados do sistema; a comunicação é um conjunto de três unidades: o primeiro designa a própria seletividade da informação, o segundo a seleção do conteúdo, o terceiro a expectativa de êxito, de dizer a expectativa de uma seleção aceita. Comunicação – síntese de três ações, seleções (unidade de informação, ato de comunicar e ato de entender, compreensão).

Luhmann ainda expõe que o sistema social não está constituído por pessoas, são as pessoas que estão no entorno do sistema social. A concepção tradicional dos sistemas colocava o homem dentro do sistema social, fazia parte dele como a engrenagem de uma máquina. Mas, sob a óptica de Luhmann o homem não aparece como uma substância assimilável a um sistema, e sim como um entorno de enorme complexidade, que não pode ser visto como unidade de um sistema particular. E o entorno é sempre mais complexo que o sistema; esta assimetria obriga o sistema a selecionar o seu

entorno. A seleção é resultado de um estabelecimento da diferença, toda seleção pressupõe uma restrição, sendo uma necessidade inerente ao sistema toda vez que o entorno apresentar mais possibilidades que o sistema pode atualizar. A discussão da sociologia luhmanniana e de outros neofuncionalistas é longa e perpassa também pela confluência de outros saberes: biologia, cibernética, teoria da comunicação, teoria dos sistemas entre outros, mostrando-se, assim, uma abertura e maior complexidade dos sistemas sociais.

6.1.1 Relações biblioteconômicas com as CSH

Butler (1971) revela em vários momentos de seu livro uma proximidade com o positivismo e o funcionalismo como, por exemplo, a visão de biblioteca que, para este autor, é como aparelho social, visando ao atendimento das necessidades da civilização moderna, um elemento indispensável ao bom funcionamento da sociedade. Shera (1990) também compartilha da importância do ordenamento do social e da biblioteca como um mecanismo social, pois ela constitui num elemento no sistema total de comunicação, por meio do qual se mantém unida uma sociedade. As bibliotecas otimizam a utilização dos registros gráficos em benefício da sociedade, funcionando como força unificadora capaz de manter a coesão social (SHERA, 1990). Para tanto, cita Talcott Parsons que aborda a importância do sistema de comunicação que atua como força coesiva de uma cultura e veículo que torna possível o desenvolvimento das relações sociais e culturais.

A busca por melhor eficiência social das bibliotecas está vinculada à seleção dos registros gráficos. Assim, essa atividade de seleção dos acervos das bibliotecas deve ser feita com base em estudos sociológicos, estudos das características dos grupos, tornando-se um guia seguro às instituições (BUTLER, 1971). Estes estudos sociológicos marcaram forte presença na Escola de Chicago³⁶ e, por conseguinte, guiaram os caminhos das bibliotecas e

³⁶ “Escola de Chicago” é uma expressão usada para designar um vasto conjunto de pesquisas sociológicas realizadas no âmbito da Universidade de Chicago, entre os anos de 1915-1940. Apesar da diversidade de pensamentos e conceitos existentes em seu interior, o que fez esse conjunto ser amplamente reconhecido foi alguns pontos em comum: a preocupação com a pesquisa empírica; pesquisa qualitativa com métodos inovadores como o uso de documentos

da Biblioteconomia norte-americana, em especial, da *Graduate Library School* (GLS) de Chicago, em que Butler e Shera eram professores. Muitas foram as críticas quanto ao ensino da Biblioteconomia ministrado naquela instituição, conforme Shera (1990) aponta em seu livro. O autor, também, preocupado em estabelecer a Biblioteconomia como ciência se opõe explicitamente ao modelo positivista. Segundo ele, não se pode reduzir a Biblioteconomia a um conjunto de fatos, observações, leis, teorias e técnicas acumuladas em uma série linear de descobrimentos (SHERA, 1990). A ciência como conceito genérico não se reduz a uma acumulação de descobrimentos empíricos ou definida a partir do ponto de vista dos materiais que trabalha ou procedimentos que emprega. A compreensão da Biblioteconomia como ciência envolveria um olhar necessário à sociedade onde a biblioteca está inserida e o diálogo com outras ciências como psicologia, sociologia e ciência do comportamento, cuja base seria a Epistemologia social³⁷.

Retomando Shera (1990), as origens das bibliotecas – instituições sociais – são vistas como criações do homem comprometido com as atividades do grupo, assim, suas funções são determinadas pelo próprio homem, não havendo, portanto, “papeis e funções naturais”. Shera (1990) define as instituições como um conjunto de fenômenos sociais, convenções e estruturas formalizadas por meio dos quais uma sociedade fixa os limites, exerce controle, impõe forma às atividades humanas. As instituições moldam a vontade e o comportamento dos seres humanos, ou seja, exercem controle social sobre o

individuais e o trabalho de campo; a ênfase em problemas concretos e atuais da sociedade da época, tais como a imigração, a criminalidade e os desafios de uma urbanização acelerada da grande metrópole norte-americana.

³⁷ Para Shera (1990) a apreensão da comunicação e do conhecimento na sociedade é central para uma teoria da Biblioteconomia, tendo como base a Epistemologia Social, cujo foco consiste na natureza e utilização do conhecimento, a ênfase se concentra na relação do homem, com o registro gráfico e dessa relação dentro da sociedade. A Biblioteconomia deveria se voltar para a apreensão do problema epistemológico do conhecimento, aproximando-se assim das ciências do comportamento e da comunicação. Contudo, a epistemologia social não foi trabalhada em profundidade neste livro, mas em outras produções com Margaret Egan. Ademais, apesar desse pensamento cuja centralidade é o conhecimento e a sociedade, que poderiam conduzir a teoria de Shera para outra interpretação, a maior parte das ideias deste autor, nesse momento, podem ser relacionados a uma das vertentes do positivismo, o funcionalismo. Sobre esse assunto, Morán (2015) ao analisar a obra de Shera considera que ele acabou desviando da ideia original de Egan, de uma epistemologia social, chegando a reconceituar confusamente, desviando da proposta, e conduzindo-a terrenos difusos; a proposta de Shera parece nem ao menos constituir num esforço de uma filosofia da Biblioteconomia (MORÁN, 2015).

indivíduo. Embora, nessa passagem do livro o autor não cite Durkheim, fica claro ao contrastar aquela definição com a deste autor que, define instituição social como um mecanismo de organização da sociedade, capaz de manter a organização do grupo e a manutenção da ordem vigente e com isso, o ser humano pode se sentir seguro, protegido e respaldado pelas instituições³⁸.

Pode notar-se em Shera (1990) a centralidade atribuída às funções que as bibliotecas devem desempenhar na sociedade, dentre elas a maximização dos registros gráficos. Em cada ambiente que a biblioteca se insere influi em suas funções, de modo que cada uma tem sua função refletida nas funções operativas distintas (SHERA, 1990). Igualmente, Fonseca (2007) deixa claro que cada biblioteca desempenha uma função específica para com a sociedade, como também dentro de seu ambiente. De modo que o processo de catalogação e classificação, por exemplo, em uma biblioteca escolar, certamente, será diferente de uma biblioteca especializada, diferindo-se também de uma biblioteca pública, nacional, universitária, infantil. A definição específica das funções de cada instituição inserida na sociedade e sua compreensão, a partir da análise das funções constitui a tônica defendida por Durkheim e pelo funcionalismo.

Fonseca (2007) ressalta, ainda, que numa época em que o planejamento se impõe, é necessário determinar as funções para cada categoria de biblioteca e de acordo com cada perfil de seus usuários, os quais têm necessidades de informações diferenciadas. O mesmo autor destaca a importância do fato de as bibliotecas não existirem para o bibliotecário ou à aplicação de técnicas, o que seria um “erro biblioteconomizante”; elas existem para servir aos usuários ou leitores, as bibliotecas devem estar a serviço da “assembleia dos usuários”. Divisão das funções também operada por Butler (1971), que decorre da impossibilidade do acúmulo de todo o conhecimento. Faz-se imprescindível a presença da interdisciplinaridade na Biblioteconomia, fruto justamente da necessidade de abertura a outros conhecimentos e saberes científicos numa sociedade que se torna paulatinamente mais complexa,

³⁸ Ao enfraquecimento das normas de uma sociedade, Durkheim nomeou de anomia. E esse estado de desorganização levaria a um enfraquecimento da integração dos indivíduos na sociedade, que não saberiam quais regras e normas seguir.

globalizada, não mais uma sociedade industrial, contexto de desenvolvimento do positivismo³⁹.

Não distante da influência funcionalista, a Biblioteconomia, para Shera (1990), envolve o conhecimento das funções do sistema bibliotecário, em sua totalidade, sendo uma relação entre as partes conectadas, visando ao “progresso total da comunicação na sociedade”. Fonseca (2007) apesar de citar que a Biblioteconomia necessita da Fenomenologia, declara que não seria a Fenomenologia, no sentido filosófico de Edmund Husserl, mas num sentido genérico de “pura descrição daquilo que parece”, de coisas e fenômenos que permeiam a realidade de que fazemos parte. Acaba, então, por inserir a Biblioteconomia dentro do quadro geral das ciências das ciências, particularmente dentro das “ciências documentológicas aplicadas”. Este modelo de ciências das ciências foi proposto pelo físico Bernal, que defende a ciência como fato social e também vinculada à ideia de progresso. Assim, apesar dos embates com outras ciências como a da Documentação e a Ciência da Informação, tais conflitos não retardam os “progressos da ciência que é inexorável” (FONSECA, 2007, p. 8).

Ainda sob uma influência positivista do conhecimento, de um progresso e de um conhecimento verdadeiro, Butler (1971) discorre que o conhecimento válido seria justamente aquele que deriva da observação direta e, para o conhecimento ser científico deve provir da observação. Dentre as etapas do método científico estão: hipótese, observação, explicação e a avaliação, devendo a Biblioteconomia seguir esse caminho racional e objetivo, a fim de que o conhecimento possa ser generalizado. Butler (1971, p. 86) salienta que a Biblioteconomia não deve se voltar ao subjetivo, casos isolados, processos, mas, sobretudo, às funções e “quando isso acontecer, seus fenômenos próprios serão encarados em termos de uma ciência da biblioteca”. Acrescenta-se a busca pela causalidade como uma das características do conhecimento positivo. Butler (1971, p. 19), em relação à Biblioteconomia, diz que “serão formuladas explicações em cadeia das causas imediatas, quando o

³⁹ Comte falava na especialização dos conhecimentos, mas ainda um saber fragmentado sem reciprocidade, tendo como fonte do conhecimento o saber científico. A interdisciplinaridade aparece, portanto, como um elemento de aspiração de outra racionalidade mais aberta e propicia as trocas de conhecimentos não operacionalizadas daquele contexto.

controle da causa for impraticável serão utilizadas relações quantitativas (estatísticas, por exemplo)”.

Quanto ao mecanismo social, o livro, Butler (1971) declara que é imprescindível à preservação da memória social. Esse registro do conhecimento materializado em suporte possibilita a transmissão da experiência acumulada para a sociedade e aos indivíduos. Dessa forma, a sociedade pode fazer uso constante dos registros, o que lhe promove progresso, o qual está justamente vinculado aos estoques do conhecimento. Shera (1990) chama a atenção para os registros do conhecimento e a sua importância diante da manutenção da sociedade; em suas palavras “assim como a necessidade de informação e conhecimento impulsiona o indivíduo, impulsiona também a sociedade”. De modo metafórico, acrescenta: assim como o cérebro se deteriora quando privado de informação, a sociedade também tem que evitar essa decadência, deve tomar constantes disposições à aquisição, acumulação e assimilação de informação e conhecimento (SHERA, 1990).

A informação é descrita comumente como um elemento capaz de ser processado, comunicado, adquirido, assimilado e disseminado (SHERA, 1990) - um ente ideal objetivado, que passa por processos operativos indispensáveis para a sociedade manter-se “viva”, tendo como principal critério de valor social a sua utilidade e a promoção de um comportamento adaptativo no indivíduo. Embora Fonseca (2007), não fale da relação informação, livro e sociedade, o autor explora o livro como um veículo de comunicação, produto de um processo, no qual a informação é vista como uma medida do processo de comunicação, sendo, portanto “a ocasião adequada para medir o grau de originalidade contida na mensagem que se pretende transmitir” (FONSECA, 2007, p.32).

Outro autor que segue a vertente funcionalista é Brown César (2000) que, a partir dos escritos de Niklas Luhmann discorre sobre a teoria dos sistemas e a teoria bibliotecária. No que se refere à construção de uma teoria bibliotecária, Brown César (2000) salienta sob a lógica do sistema, a biblioteca como um sistema de gestão documental, a qual é composta por subsistemas, processos, funções e operações. A atividade bibliotecária estuda a melhor forma de organizar bibliotecas e, para tanto, lança mão de três principais funções: integração, representação e disposição. Para o autor, o sistema de

gestão documental se encontra em um entorno complexo, que impõe assimetrias e a necessidade de manter seus limites, o que leva a um acoplamento estrutural com o entorno, sua própria “condição de existência”.

Para Brown César (2000), a função dos sistemas de gestão documental é a “conformação dos sistemas de documentos”, os quais são meios de difusão e interação com o usuário. A informação documental é o objeto de trabalho do bibliotecário, pois apenas o termo “informação” não é visto como ente objetivado, mas da ordem do fenômeno. Assim, Luhmann define a informação como um evento novo, capaz de reestruturar as expectativas do sistema; Brown César (2000) também discorre sobre a informação como um evento que promove mudanças no sistema de gestão documental, não sendo uma coisa passível de ser manipulada, trabalhada nem transmitida. Cabe destacar que os sistemas de gestão documental ocupam um lugar nas sociedades funcionalmente estratificadas, tal como definiu Luhmann (2009) - as sociedades se diferenciam segundo as funções impostas pela sociedade moderna.

Brown César (2000), sob o olhar funcional das bibliotecas, ou melhor, dos sistemas de gestão documental, chama a atenção ao processo de avaliação, o qual supõe um julgamento de valor sobre determinado aspecto; os sistemas podem ser avaliados e descritos por um observador do próprio sistema, que configuraria tanto uma auto-observação, quanto uma observação e descrição realizada por outros sistemas chamada de hetero-observações. Compreensão de avaliação que se aproxima da visão funcionalista da teoria da comunicação sistêmica, que é retroalimentada a partir do *feedback*, resposta do sistema, a fim de avaliá-lo, corrigir ou refinar os dados de entrada ou o processamento da informação, vista como um elemento manipulável. Esse processo de transmissão da comunicação é também destaque para Shera (1990), atribuindo-lhe papel importante de transmissão do conhecimento e manutenção cultural da sociedade – uma aglomeração de indivíduos que se comunicam.

No caminho de uma teoria da informação ou teoria matemática da comunicação, Shera (1990) discorre sobre o sistema de comunicação e apresenta um modelo composto por quatro elementos: 1. Transmissor; 2. Mensagem; 3. Meio de transmissão; 4. Receptor. O emissor e o transmissor são necessariamente humanos, mas segundo este autor não se pode negar a

realidade da comunicação advinda de outras formas que não humanas; enquanto, a mensagem e o meio de transmissão são produtos da invenção, inteligência e fabricação humana. Ademais, cumpre salientar que o sistema de comunicação não é perfeito, pois está sujeito a algum tipo de ruído – elemento estranho que se interpõe na mensagem. Outro elemento trazido por Shera (1990) é o de entropia, que se assemelha mais uma vez ao modelo de Shannon e Weaver, no qual é definida como entropia como medida ou quantidade de informação contida na mensagem. O modelo citado por Shera (1990) perpetua a compreensão de uma comunicação linear e sem a discussão de intervenções externas como as questões culturais e sociais ou mesmo a questão da linguagem dos signos de comunicação.

6.2 Contradições do social

O desvelamento da realidade social a partir dos conflitos e das contradições das classes sociais, em especial da sociedade capitalista em desenvolvimento foi preocupação de Karl Marx (1818-1883). Este pensador, ao lado de Durkheim e Max Weber, forma a tríade dos autores clássicos da Sociologia, todavia de modo diferente daqueles, o segundo representante do Positivismo Sociológico e o terceiro da Sociologia Compreensiva; Marx e seu companheiro Friedrich Engels (1820-1895) precursores da Sociologia do Conflito, detiveram-se na compreensão das sociedades por meio das forças produtivas, das relações sociais de produção, do materialismo histórico, bem como buscaram compreender a dinâmica do mercado na sociedade capitalista, a relação oferta-demanda, mais-valia, o trabalho e a alienação do trabalhador, entre muitos outros conceitos e aspectos (filosófico, econômico, histórico).

Marx e Engels, no livro “Ideologia Alemã”, escrito entre os anos de 1845-1846, analisaram as sociedades escravocratas, feudais e capitalistas, sob o olhar do materialismo dialético e histórico que parte da concepção materialista da realidade – condição da vida material da sociedade em diferentes momentos da história. As forças materiais são responsáveis pela formação da consciência social através da vida produtiva, do trabalho do homem, determinando as ideias e concepções. Uma trajetória histórica que é resultante da ação do homem, de um sujeito histórico, que constrói a realidade – marcada

pelos confrontos entre as classes sociais, “uma exploração do homem pelo homem”. As estruturas econômicas configuram, num primeiro plano de análise, não as ideias e o plano intelectual trabalhado por Hegel, figura central do idealismo alemão.

Marx e Engels atribuíram à dialética proposta por Hegel uma interpretação materialista, invertendo a análise de caráter idealista. Mas, conservaram o caráter antagônico da dialética, que permite olhar os fenômenos sociais e humanos historicamente produzidos, apontando as contradições constitutivas da vida social que resultam na negação e superação de determinada ordem (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2010). Para Marx, a história é um processo contraditório e efêmero, pois está em constante processo de mudanças, transformações e de luta, que reconfiguram as sociedades, destacando “a história de toda a sociedade até aqui é a história de luta de classes” (MARX, 1997, p. 29), não mais uma visão da sociedade e da história como naturais e “independentes de seu tempo” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2010, p. 29).

A observação da realidade inclui a análise da infraestrutura e da superestrutura, sendo que a primeira se relaciona à base econômica ou material e exerce influência na segunda, que compreende as instituições jurídicas, políticas (leis, Estado), religião, cultura e o plano ideológico. As classes sociais são fundadas sob uma base material de natureza econômica que demarca interesses diferentes, refletindo as circunstâncias sociais e ideologias distintas. O princípio básico do materialismo é o de que a consciência humana repousa sobre condições materiais, sem as quais ela não existiria, sendo a consciência um produto social. Marx e Engels apresentam que, em cada época as ideias das classes dominantes prevaleceram, pois são elas que detêm os mecanismos de controle e de produção – as ideias refletem interesses econômicos das classes de maneira idealizada. Assim, “as ideias, enquanto, ideologia, servem a um duplo propósito, pois, ao mesmo tempo que promovem uma exaltação de quem as proclama, também agem tal um manto que faz os interesses adquirirem forma idealizada, conquistando deferências” (COLLINS, 2009, p. 64).

Se para Ludwig Feuerbach a alienação teria suas raízes no fenômeno religioso, na subjugação do homem às forças divinas para Marx a ideologia

funciona como uma “falsa consciência”, uma concepção invertida da realidade, ou seja, uma visão errônea da sociedade que serve a classe dominante para se manter e perpetuar seus valores aos outros. Essa definição de caráter negativo atende aos interesses de uma minoria, levando os homens a não se perceberem como sujeitos da práxis, também construtores de ideias e valores. No plano da economia, a divisão entre as classes é também reforçada pela diferença entre aquilo que o trabalhador gera com a sua força de trabalho e o real valor que essa força de trabalho é paga, gerando um capital excedente expresso na forma de "mais-valia" e de lucro ao capitalista. Os princípios como liberdade e igualdade só seriam possíveis com a abolição do capital e por meio da revolução do proletariado, o que garantiria a emancipação em relação à dominação capitalista e a instauração de um novo regime, o comunismo – uma superação final da alienação humana; conquista do poder político pelo proletariado; formação do proletariado em classe; derrubamento da dominação burguesa; abolição da relação de propriedade (MARX, 1997).

Marx (1997) deixa claramente que toda a luta de classes é política; o capital não é, portanto, um poder pessoal, mas social, devendo ser transformado em propriedade comum, uma propriedade social que não atenda mais os interesses de uma divisão de classes demarcada pela posse, pela propriedade, pelo capital. O capital exerce papel central na sociedade capitalista, regida pelo mercado, que opera na relação oferta-demanda e pelo próprio sistema instaurado pelo capital, que tem como força central a capacidade de organizar a vida social em torno do mercado, o qual, por sua vez, reestrutura-se em torno da lógica da troca mercantil. Segundo Nobre (2008), o mercado além da função de troca funciona também como mecanismo de aprofundamento das desigualdades e da distribuição de bens de acordo com as classes sociais, que são de duas ordens: a capitalista e o proletariado. Para Marx, os capitalistas detêm os meios de produção, as máquinas e os instrumentos necessários, inclusive o capital, enquanto o proletário por não deter os meios de produção, vende sua força de trabalho em troca de um salário (um salário mínimo, capaz de manter vivo o operário como tal). A propriedade constitui, portanto, um divisor social entre as classes sociais – “a condição essencial à existência e para a dominação da classe burguesa é a

acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é trabalho assalariado” (MARX, 1997, p.49).

Em relação à mercadoria, unidade elementar da sociedade, Marx cita dois tipos de valor que assumem o produto da força de trabalho do homem: valor de uso e valor de troca, ambos trabalhados no seu livro “O capital” (volume 1). O primeiro se relaciona ao que pode ser feito, efetivamente, com a mercadoria, um valor que se efetiva no consumo, enquanto o valor de troca envolve o valor da mercadoria no mercado. Este valor é calculado segundo o tempo e acúmulo de trabalho socialmente necessário para tal produção. O próprio trabalho, atividade essencialmente humana de transformação do mundo natural passa a ser uma mercadoria; é atribuído um valor à força produtiva, sendo regulado pela oferta-demanda, “se a oferta é muito maior do que a demanda, uma parte dos operários mergulha na mendicância ou morre de inanição” (MARX, 1974). Ainda segundo Marx, “o capital, assim, como o trabalho assalariado, é um relação social de produção, é um forma histórica de distribuição das condições de produção, resultante de um processo de expropriação e concentração de propriedade” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2010, p. 47). Outro desdobramento da mercadoria é o fetichismo da mercadoria⁴⁰, que é um ocultamento do trabalho social na aparência material, o que leva a uma incapacidade dos produtores de perceber que, através da troca fruto de seu trabalho no mercado, são eles mesmos que estabelecem uma relação social.

Muitos foram os desdobramentos do pensamento marxista quanto à questão da ideologia e ação do Estado; Althusser (1970) retoma Marx e a psicanálise para ampliar e definir dois tipos de aparelhos do estado: “Aparelho Ideológico do Estado”, que funciona por meio da ideologia ao lado do “Aparelho repressivo do estado”, que atua por meio da força, da violência – pelo menos no limite (porque a repressão administrativa, por exemplo, pode ser revestida de formas não físicas). Aparelhos que não se confundem, o primeiro (na sua

⁴⁰ Sell (2009) aponta que, a obra de Marx, pode ser dividida segundo os críticos, dentre eles Althusser, em dois momentos: “Marx jovem” e o “Marx maduro”, tendo como divisor a obra de 1846, Ideologia Alemã. No primeiro momento, Marx se concentra nos estudos filosóficos, centrados no homem e no conceito de alienação, enquanto no segundo momento, Marx desenvolve a ideia de alienação sob um novo ponto de vista, fundado no conceito de fetichismo da mercadoria, uma centralidade atribuída à mercadoria e às estruturas.

dispersão aparente) se revela, majoritariamente, sendo da ordem do domínio do privado, enquanto o segundo aparelho, ao contrário, é do domínio público. Contudo, diz Althusser (1970, p. 46) “instituições privadas podem perfeitamente funcionar como aparelhos ideológicos do estado”, o que importa é o seu funcionamento. Visão diferente, de Marx, que via o Estado como um aparelho repressivo, um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, uma espécie de “comitê executivo da burguesia” (MARX, 1997).

Às discussões do fetichismo nas artes, na música, no cinema, nas expressões do conhecimento, estão os autores filiados à Escola de Frankfurt, que trazem também outras conceituações como sociedade do consumo, do espetáculo, radicalizando um capitalismo posterior a Marx. Dessa forma, a corrente de pensamento marxista é retomada por vários “seguidores” ao longo do século XX-XXI, sob diversas denominações: marxismo-leninismo, marxismo ortodoxo, marxismo italiano, marxismo austríaco e marxismo-revisionismo. Segundo Collins (2008) a Escola de Frankfurt combina uma inspiração marxista e uma abordagem freudiana, num vasto projeto de pesquisa de campo, para tentar compreender os mecanismos de dominação e da submissão à autoridade a fim de construir uma teoria crítica, que vai além de Marx. Esse conjunto diverso de pesquisadores que compartilhavam do espírito crítico tendo por referência a obra de Marx, divergiam também entre si, “não só por que a própria obra de Marx se presta a interpretação divergentes, mas também pelo fato de que as maneiras de utilizar Marx para compreender o tempo são diversas” (NOBRE, 2008, p. 16).

A expressão “teoria crítica”, em oposição à “teoria tradicional”, está associada ao texto fundador “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, escrito em 1937 por Max Horkheimer e publicado na revista *Zeitschrift für Sozialforschung*, filiada ao Instituto de Pesquisa Social, criado em 1923, que tinha como objetivo promover no âmbito universitário, investigações científicas a partir do marxismo (NOBRE, 2008). Neste texto, Horkheimer (1980) questionou a pretensa neutralidade das ciências humanas e sociais que procurava seguir o modelo das “bem sucedidas” ciências naturais, com apreensões de fatos externos e métodos empíricos e matemáticos, uma clara crítica ao modelo positivista. As teorias tradicionais separavam o sujeito do objeto de pesquisa, não questionando, ao longo do processo científico, a subjetividade inerente e o

caráter histórico da ciência e das relações sociais, promovendo uma desconexão com a realidade e uma mera constatação e previsão segundo probabilidades (HORKHEIMER, 1980a).

Horkheimer (1980) esclarece que a teoria dentro dessa perspectiva tradicional é vista como uma categoria coisificada e a-histórica. O sujeito era também visto pelas teorias tradicionais como isento das relações históricas, de sua base material, que conformam os processos de produção e reprodução de sua vida por meio do trabalho e análises sob as condições econômicas, sociais, políticas e intelectuais. O questionamento do caráter parcial de olhar para a realidade foi objeto de crítica da teoria crítica, colocando no centro das discussões a categoria da totalidade através de análises macrosociológicas. Essa superação, de um lado teoria e de outro a prática, foi demonstrada por Marx que se posicionou contra essa separação clássica entre pensamento e realidade e salientou a importância das categorias contradições e conflitos nas relações sociais, que constitui a base ao método de análise nomeado de dialético. Diferente do modelo positivista, em que o conhecimento estaria intimamente relacionado aos métodos empíricos, como a observação e a experiência.

Em seu texto, Horkheimer traz a concepção da sociedade não como resultado de uma ação espontânea de indivíduos livres, mas sim como uma consequência da totalidade da ação social dos indivíduos, os quais estabelecem relações sociais dentro de uma forma histórica de organização social. Daí a importância de trazer, simultaneamente, categorias como conhecimento/teoria e ação/prática, não dissociando um do outro, afastando-se, portanto, de explicações do funcionamento da sociedade, uma adaptação do pensamento à realidade (NOBRE, 2011). Nesse mesmo caminho, Marx havia definido que a sociedade é um produto da ação recíproca entre os homens, a qual se estrutura em torno das forças produtivas e das relações sociais de produção (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2010).

Segundo esses autores, a força produtiva é definida a partir da relação do homem com a natureza, enquanto o segundo aborda as relações entre os homens e os processos produtivos. Assim, “a ação dos indivíduos sobre a natureza é expressa no conceito de forças produtivas [...]” e “o conceito de relações sociais de produção refere-se às formas estabelecidas de distribuição

dos meios de produção e do produto e o tipo de divisão social do trabalho em uma dada sociedade e em um período histórico determinado” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2010, p. 35).

A teoria crítica retoma o conceito de alienação de Marx para discutir o papel e a ação da indústria cultural, um sistema político e econômico que alienava o sujeito por meio da comunicação dos sistemas de massa. Retornando a Marx, a alienação está vinculada ao trabalho, sendo acentuada a partir da divisão social do trabalho; o homem nesse processo não se percebe no produto de seu trabalho, não é dono de seu trabalho, configurando-se alheio à realidade social e numa clara cisão entre o trabalho e o seu produto, que pertence a outro. Esse estranhamento, separação do homem com o trabalho ocorre, então, em quatro esferas: 1) no produto de seu trabalho e o capital; 2) na própria atividade; 3) no ser genérico do homem; 4) relação com outros homens; residindo uma contradição entre a realização do trabalho e a negação provocada por ele, havendo um distanciamento da realidade e do “eu”; Marx escreve “não é apenas o trabalho que é dividido, subdivido e repartido entre diversos indivíduos. É o indivíduo, ele mesmo, que é retalhado e metamorfoseado em mola automática de uma operação exclusiva”.

O termo Indústria Cultural foi utilizado na obra “Dialética do Esclarecimento”, escrito por Horkheimer e Adorno, publicado em 1947. Estes autores discorrem que a indústria cultural tornava os sujeitos dependentes, tendo gostos padronizados, o que alienava os homens e subsumia a valorização da cultura em detrimento de uma ideologia imposta às pessoas. Freitag (1994) aponta também que esta obra marca a ruptura com a concepção Kantiana da razão como sendo libertadora, a qual é asfixiada pelas relações de produção capitalista. Vale a pena ressaltar que não caberia aqui, enfocar todos os conceitos e temas desenvolvidos pelos membros da Escola de Frankfurt, a qual é marcada por uma série de discussões produzidas por diferentes teóricos como: Horkheimer, Adorno, Marcuse, Pollock, Fromm, Kirchheimer, Gurland, Grossmann, Habermas, Leo Löwenthal, Benjamim, entre outros, que marcaram a primeira, segunda e terceira geração daquela Escola.

Em síntese, Freitag (1994) aponta três eixos temáticos que desde o início dos trabalhos do Instituto estiveram presentes e até hoje não parecem ter sido esgotados: a) a dialética da razão iluminista e a crítica da ciência; b) a

dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural; c) a questão do Estado e suas formas de legitimação. Por outro lado, “a atualidade da teoria crítica se evidencia não pela sua capacidade de preservar uma ‘escola de pensamento’, mas ao contrário, por sua capacidade de renovação, reformulação e autocrítica; mantendo unicamente seu compromisso com a crítica [...]” (FREITAG, 1994, p. 105).

A revolução é inerente às sociedades, a emancipação dos homens constitui um dos pilares fundamentais da teoria crítica, conferindo sentido à teoria em razão da ação da prática transformadora das relações sociais vigentes. Portanto, para a teoria crítica, teoria e prática não devem ser vistas como caminhos opostos; a teoria demonstraria “como as coisas deveriam ser” e a prática “como as coisas são”, não sendo esta uma aplicação daquela, mas um conjunto de ideias que orientam a ação (NOBRE, 2008). No Brasil, na área de educação, Paulo Freire traz o pensamento marxista à tona, desnudando os antagonismos da sociedade e da luta de classes no ambiente escolar, o qual é envolto pelo poder – um arquétipo da reprodução da ideologia dominante, conforme denunciaram Bourdieu e Passaron, referente ao sistema educacional francês. Freire (1967) também exalta a teoria da ação antidialógica, onde está centrada a “ação dos dominadores”, que preferem manter a divisão para poder continuar a opressão e manter a manipulação, deixando as classes menos favorecidas fracas e facilmente manipuladas – uma luta de classe, como descreveu Marx, que Freire nomeia de opressor e oprimido.

Conseqüentemente, a escola acaba funcionando como aparelho ideológico do estado a serviço da manutenção e reprodução dele, por conseguinte, de uma minoria que detém o poder. Althusser (1980) deixa, claramente, que a condição da produção requer condições a sua reprodução, conforme Marx havia escrito também. A escola ensina normas, comportamentos, que asseguram a sujeição do indivíduo à ideologia dominante, age, portanto, massivamente por meio da ideologia, diferente da ação repressiva do estado, que tem como uns dos exemplos o exército, a polícia etc. Contudo, retomando Freire (1967) pode encontrar-se uma saída dessa reprodução, podendo ser através da ação libertadora da educação, de uma “Pedagogia da autonomia”, que conferiria humanização e libertação dos homens, não mais calcada em uma “Pedagogia do oprimido”. Não se pode ver

a educação como um processo neutro e mecanicista; para Freire (1967), a educação é um ato político, que deve estar voltado ao conhecimento do educando, seu universo, para a sua liberdade. A alfabetização deve vir carregada de significados que traduzam a experiência existencial do educando e não do educador. Freire (1967) destaca que, a concepção do mito da neutralidade da educação leva à negação da natureza política do processo educativo como se fosse um quefazer puro; quando a educação está muito além de uma simples prática de transferência de conhecimento, ela envolve a construção do conhecimento, abarcando a problematização das relações do mundo.

Retomando a Marx e Engels, Freire caminha na direção de uma práxis, destacando a importância da reflexão e da ação, do agir como mola propulsora da transformação do homem-objeto em homem-sujeito dotado de liberdade, distanciando-o da ação de domesticação, de uma educação mecânica. É necessário, portanto, a conscientização das massas que são compostas pelo homem simples, alienado, minimizado e sem consciência dessa minimização. Na verdade, Freire (1967) desvela que essa alienação é intencional, pois as classes dominantes querem apoderar-se das camadas mais ingênuas da sociedade. O ato transformador dessa realidade, segundo Freire, ocorre justamente através da consciência da realidade, do homem que vive em relação, estando dentro de um contexto, não apenas no mundo, mas com o mundo, inserido num processo histórico, cuja relação estabelecida é dialógica, de diálogo. Em suma, a “consciência é condicionada pela realidade, a conscientização é um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos” (FREIRE, 2011, p. 139), uma reflexão/conscientização que deve ser acompanhada da ação transformadora do mundo.

6.2.1 Relações biblioteconômicas com as CSH

O conflito e a desordem são, para Milanesi (1986), elementos centrais à formação da biblioteca como centro de informação. A biblioteca em uma visão simplificada se constituiria de uma coleção de livros organizados para aqueles que buscam ler; longe dessa estabilidade, ela tem como função, a partir da

diversidade dos discursos contraditórios e suportes de informação diversificados, desestabilizar a ordem, um discurso homogêneo. Esse trabalho de exploração das contradições da ordem é visto como uma atividade política, na qual juntamente com as categorias ordem/desordem é permeada pela ideologia. Apesar de a biblioteca e a escola se constituírem em instituições capazes de questionar o discurso dominante, as duas acabam sendo reprodutoras da hegemonia, reforçando a reprodução cultural e social, indo ao encontro das teorias de Bourdieu e Passeron (1975)⁴¹ e se tornando, também, em aparelhos ideológicos do estado, termo cunhado por Althusser.

Nessa direção, Almeida Júnior (1997) aborda e critica a biblioteca como sendo um aparelho ideológico do estado, que não age por meio da repressão, mas da ideologia dominante. Uma ideologia que busca incutir os valores de uma classe, no caso, de uma minoria que deseja a perpetuação do poder e da ordem, oprimindo e afastando as classes populares, formadas por maioria “carente de informação”, do acesso à informação e dos bens culturais. Assim, a biblioteca é vista como mais um instrumento de poder, utilizada ideologicamente para manter a situação controlada e, segundo Almeida Júnior (1997), configura-se em obstáculo às classes populares, que exclui também os analfabetos devido ao privilégio concedido apenas ao suporte da informação, o livro. Com vistas à superação desse modelo, de uma “biblioteca opressora e de dominação”, Almeida Júnior (1997) aponta a importância de deslocamento do foco nas letras, na escrita registrada no livro, para outras fontes de informação, bem como a construção de um acervo, ou seja, um outro registro da informação pela via da memória da comunidade onde a biblioteca se insere.

A importância dessa ação como instrumento de resistência e de memória foi trabalhado por Paulo Freire (1982), que apregoa a importância dos registros dos conhecimentos locais, da história que não a oficial à constituição

⁴¹ O livro “**A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino” escrito pelos dois autores franceses analisam o sistema de educação francês. Criticam, assim, o modo de ver e de pensar, constituindo a escola num espaço de reprodução dos valores da classe dominante da sociedade, legitimando as desigualdades. A escola não é neutra e também não é justa. A escola não promove a igualdade, pois “a escola, ao tratar de maneira igual tanto em direitos quanto em deveres aqueles que são diferentes socialmente, acaba privilegiando os que por sua herança cultural já são privilegiados”. O modelo educacional acaba, portanto, reproduzindo uma hierarquia existente, transformando capital econômico em capital simbólico e mantendo as formas de dominação social por meio dos currículos ensinados nas escolas.

dos acervos das bibliotecas populares. Milanesi (1986) também aponta o registro da memória como mecanismo de embate da ordem. Além disso, cita como estratégia para superar a reprodução do sistema, a ação do indivíduo, que faz uso da informação. Essa ação se distancia da ação mecânica, que seria a continuidade da reprodução. Aquela ação desdobraria as possibilidades de problematização ao pensar a reflexão, nomeada de ação educativa, defendida por Paulo Freire. Milanesi (1986) acrescenta a essa visão de ação, que é o insumo da reflexão, de modo que a compreensão da realidade é o primeiro passo para mudá-la. Informação é poder; ela capacita o sujeito do discurso ao questionamento, pois “um indivíduo informado tem maiores condições de fazer prevalecer os seus objetivos e os de sua classe” (MILANESI, 1986, p. 189). A informação é elemento constitutivo do senso crítico, formadora de uma consciência social e política que pode transformar o todo social a partir desse “sujeito crítico” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Essa concepção da informação como diferenciador entre as classes sociais e do poder como posse, que uns possuem e outros não, está associada à concepção marxista de poder⁴². Por sua vez, a biblioteca é fundamental no jogo dialético, na superação de categorias como, por exemplo, opressor/oprimido, informado/desinformado e ordem/desordem. Almeida Júnior (1997) acrescenta - ao lado da informação - as suas tecnologias como mais um divisor entre as classes que detêm informação e daquelas que não acessam à informação e às tecnologias e, por conseguinte, classes que possuem poder e as que não o possuem. Essa desigualdade constitui no reflexo das desigualdades econômicas e dos bens culturais, destarte “os dominados economicamente também são política e culturalmente, e obviamente a informação não foge a esse contexto” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.11), o que coaduna com a visão da sociedade entremeada pelas relações de produção, de força e poder, segundo Marx.

⁴² O poder para Marx é insumo à luta de classes, sempre opressora, assim, o poder é visto de modo negativo, a burguesia, que detinha o poder usava para oprimir, explorar e obter lucros sobre o proletariado. Esse poder estrutural, da ordem econômica, é radicalmente diferente do poder relacional defendido por Foucault, por exemplo, que aborda de modo positivo o poder, pois produz saberes, modos de subjetivação, corpos dóceis, não é algo que se possui, o poder é uma prática social e histórica, logo, o poder são formas díspares, heterogêneas, em constante transformação na sociedade e em suas relações sociais.

A perspectiva da biblioteca como meio de acesso à informação e como possibilidade de questionamento e transformação dos discursos, leva ao entendimento de biblioteca como “instrumento de poder” (MILANESI, 1986). Contudo, o paradoxo da biblioteca reside em ter a informação como instrumento de mudança e não conseguir alterar o processo vigente, que acaba reforçando a ordem e a manutenção do sistema. Segundo Milanese (1986), outro paradoxo da biblioteca se revela ao reunir os elementos da Indústria Cultural, como, por exemplo, os livros, os quais são capazes de propiciar uma reflexão que poderá ser contrária a essa indústria, a qual está direcionada a uma cultura de massa para o sistema econômico e estímulo do consumo dos produtos de modo alienante. Essa indústria produz um discurso compatível à ordem vigente, por isso não vai contra o sistema. Almeida Júnior (1997) acrescenta a questão da produção dos livros que são regidos pelo mercado, pois são editados os que a indústria editorial acha conveniente e que lhe garantam o lucro, isto é, o livro precisa ser vendável para ser editado.

Milanesi (1986) traz também o conceito marxista de práxis para reforçar o caráter terreno do pensamento, aliando o discurso teórico à prática, demonstrando a importância de concretizá-lo no âmbito da ação, ou seja, “o perceber, o refletir, o teorizar, devem ter como equilíbrio o agir, a prática” (MILANESI, 1986, p. 137). Brown César (2000), além de demonstrar a influência do funcionalismo estrutural de Luhmann, mais especificamente da teoria dos sistemas, chama a atenção também ao conceito de práxis e ao valor do documento, trazendo marcas de uma influência marxista. Assim, a construção da teoria bibliotecária deve envolver tanto o saber prático quanto o teórico e não promover a dissociação daqueles.

Rendón Rojas (2005) cita que as bibliotecas se subdividem segundo as suas funções, orientadas pelas necessidades dos usuários, mas critica a análise funcionalista delas. Para o autor, o funcionalismo até permite uma leitura das operações de um sistema, sendo uma relação natural num processo descritivo, no entanto, as atividades desempenhadas pelos sujeitos (bibliotecários) são racionais, livres e conscientes. Assim, sob o viés marxista, a atividade deve ser vista como uma ação que se realiza para um fim, direcionada a um interesse de satisfazer as necessidades reais, as quais são motor de toda a atividade, inclusive as teóricas e filosóficas que são guiadas

por um interesse. Rendón Rojas (2005), ainda sob a influência de Marx, traz o conceito de “relação informacional”, que não deve ser vista diferentemente das relações de produção que, segundo Marx (1983) correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais dos homens, os quais na produção social da vida também contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade.

A relação informacional surge independentemente da vontade do indivíduo, porque no transcurso da vida a fim de garantir a existência dos seres humanos, deve haver produção, armazenamento, distribuição e criação de informações, logo, o homem é um ser informacional. A atividade bibliotecária é considerada também como fenômeno de sobre-estrutura, que descansa sobre as bases das relações informacionais e das formas de comunicação aceitas historicamente. Destaca-se que o homem é um ser que satisfaz suas necessidades mediante um processo de produção, intervindo na natureza, sendo visto como transformador do meio social, material e espiritual. E, sob essa mesma base marxista, Rendón Rojas (2005) vai enfatizar o usuário, ou seja, o homem como construtor do documento e o usuário com necessidades de informação, que são satisfeitas mediante o uso de documentos, os quais são construídos em numa sociedade histórico-concreta e classista.

Retomando a Brown César (2000), o autor aborda os documentos como elementos integrantes do sistema econômico, sendo vistos como mercadorias, pois estão vinculados a um mercado, e possuem dois tipos de valor: um intrínseco e outro extrínseco que correspondem, respectivamente, ao valor do conteúdo e ao suporte do documento. Assim, um documento se faz valioso, ou com valor, devido à quantidade incorporada de horas de trabalho socialmente necessário (BROWN CÉSAR, 2000). Além disso, um documento pode ter seu valor agregado a partir de outros elementos adicionados como, por exemplo, notas, índices, glossários etc. Os sistemas de gestão documental dos quais os documentos fazem parte são também responsáveis por agregar valor, devido à representação que é feita com eles.

Brown César (2000) acrescenta que os documentos não são elementos naturais, são sim resultados de um processo de transformação da natureza, assim como são distribuídos a partir da ação das unidades administrativas que têm a função de fazê-los chegar ao usuário e, por último, são “consumidos”

quando alguém o assimila cognitivamente, um caminho percorrido da produção, distribuição e consumo do documento. Tais como outras mercadorias, os documentos como elementos inseridos num mercado, seguem o fenômeno da “oferta e demanda”, bem como têm seus valores afetados por fatores externos e internos de onde estão localizados, por exemplo, crise econômica, inflação e deflação (BROWN CÉSAR, 2000).

Para Rendón Rojas (2005), o documento a partir da ação do bibliotecário assume valor agregado, já que passa a fazer parte da instituição informativa documental, adquirindo um sentido que não havia anteriormente, e passando a fazer parte de um contexto específico. O documento assume também o valor de uso e de mercado; no primeiro caso, é aquele capaz de satisfazer as necessidades informacionais dos usuários e o segundo está relacionado ao próprio mercado. Outro conceito marxista é trabalhado por Rendón Rojas (2005) referente ao documento e ao usuário, o conceito de alienação. Para Marx, grosso modo, o processo de produção é objetivado pelo homem através do produto de seu trabalho, e a alienação ocorre quando se perde o controle dessa produção, mantendo-se restrito apenas a uma parte. Pensando nisso, Rendón Rojas (2005) vai trabalhar com o sujeito como criador de seus documentos, os quais são produtos sociais; sendo assim, para que não haja alienação, cada homem como parte da humanidade deve “apropriar-se” dessas materializações, mas não materialmente e sim espiritualmente, a fim de se afastar do processo de alienação tanto da produção quanto do conhecimento.

6.3 Construção do social

Nas Ciências Sociais e Humanas é instaurado outro olhar à realidade diante dos fenômenos sociais, diferente daquele baseado na lógica de leis gerais ou universais. Um olhar também diferenciado em relação ao sujeito como um indivíduo não mais resultante da estrutura social e imerso na realidade estável e pronta para ser apreendida pelo pesquisador. Esse deslocamento para a compreensão dos fenômenos do primado do sujeito teve como precursor o filósofo alemão Wilhelm Dilthey, autor do livro “Introdução às ciências do homem”, de 1883. Nessa obra antipositivista Dilthey aborda que as “ciências do espírito” não devem ser analisadas sob o olhar das “ciências da

natureza”, pois o objeto daquela ciência, o homem, é dotado de consciência, agindo em função dos valores, das crenças, de representações e não se limitam a reagir aos estímulos do meio ambiente. As ciências naturais, por outro lado, têm como objeto um elemento que é exterior ao homem, passível de ser descrito e explicado, enquanto que para as ciências humanas o homem é o sujeito e objeto ao mesmo tempo, devendo ser interpretado e compreendido em sua singularidade e a partir das relações entre os indivíduos, que fundam o “mundo humano”, residindo assim à peculiaridade das Ciências Sociais e Humanas.

Na esteira deste pensamento, encontra-se também o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) que estabeleceu as bases teórico-metodológicas da Sociologia Compreensiva, cuja base é o construtivismo social. Ao lado dele, encontra-se também o construtivismo metodológico, que dá origem a conceitos próprios para a investigação objetiva da realidade (MINAYO, 1999; DOMINGUES, 2004). Essa corrente de pensamento está inserida e se desenvolve, inicialmente, em outro contexto, a Alemanha, onde foi constituído um diferencial à construção do pensamento voltado para a diferença, ou seja, para a diversidade e a busca da compreensão qualitativa dos processos históricos e sociais. Segundo Costa (2005), isso ocorreu, porque diferente da França e da Inglaterra, inseridas num pensamento urbano e industrial, sede do pensamento burguês da Europa, a Alemanha apenas mais tardiamente se direcionou para ao social a partir de outras influências das ciências humanas, como o Historicismo e a Filosofia alemã, sobretudo, com o Idealismo de Emmanuel Kant.

Weber, em “A ciência como vocação”, de 1917, considera a sociologia como ciência empírica da ação, focada na compreensão e interpretação da obra humana, uma “ciência da cultura”. A construção do pensamento social se perfaz como ciência essencialmente hermenêutica e distante de explicações metafísicas e da ordem do senso comum, propondo como objeto de estudo e de análise as investigações das condutas humanas ou “ações sociais”, ações individuais dos sujeitos, as quais são carregadas de sentido e influenciam a ação – presente, passada ou futura – de outros indivíduos/agentes. No livro “Economia e Sociedade”, publicado em 1922, Weber esclarece que a seleção dos fenômenos culturais é subjetiva e singular; assim o cientista dotado de

valores e ideias deve ser guiado por uma atividade racional, desvinculando-se da ideologia e interesses, colocando-se do lado oposto ao homem da política, dotado de um apurado julgamento de valor. Sendo necessário o cientista expor os valores e as escolhas, de modo consciente, junto às pesquisas e controlá-los através de procedimentos de análise para um desenvolvimento racional da atividade.

O conhecimento sobre a realidade passa a ser visto de modo relativo, segundo contextos específicos e não mais pelo viés do materialismo histórico e da totalidade ou por meio das estruturas. A Sociologia Compreensiva ciência histórico-cultural fragmenta os contextos de modo a possibilitar várias interpretações sobre os fenômenos sociais e sobre os indivíduos, distanciando-se das generalizações e do efeito coletivo gerado pelas abordagens anteriores que acabavam por apagar a subjetividade dos sujeitos, os quais eram coagidos pelas pressões externas e pelos fatos sociais (LALLEMENT, 2008). Dessa forma, no campo do pensamento sociológico foi Weber quem inseriu definitivamente a Sociologia no rol das Ciências Sociais e Humanas com as suas devidas especificidades e particularidades, sendo, portanto, considerada como uma ciência preocupada com a compreensão interpretativa da ação individual - essencialmente subjetiva - dotada de sentido e significações e fruto das relações entre os atores sociais em suas realidades que são infinitas e vinculadas a múltiplas causalidades (MINAYO, 1999).

Desse modo, é operada a virada do ponto de vista, que antes partia de um todo à assunção do indivíduo não mais determinado pelas regras e normas da sociedade, mas um sujeito social capaz de escolher, de agir e interferir no processo histórico. Com esse deslocamento, o método compreensivo e interpretativo se instaura na Sociologia, o qual visava à reconstrução do sentido atribuído pelos indivíduos às ações sociais, distante das leis do determinismo, das leis gerais, das relações de causa e efeito. Apesar da diferença significativa entre o Positivismo Sociológico e a Sociologia Compreensiva, Weber se preocupou também com a objetividade da ciência, propondo que a aproximação da realidade ocorra de maneira sistemática pela construção do método sociológico dos tipos ideais, os quais são instrumentos (categorias mentais) criados pelos cientistas para ordenar os fenômenos sociais, destituindo-os de juízos de valor; em suma, são conceitos histórico-concretos

que “sintetizam e evidenciam os traços típicos e originais de determinado fenômeno, tornando-o inteligível” (MINAYO, 2010, p. 98).

De tal modo que a realidade organizada de forma lógica pelo pesquisador pode ser apreendida não em sua totalidade ou de modo correspondente, mas por meio de quatro tipos puros, ou ideais de ações, que sintetizam e fazem sobressair às características de cada ação, a qual é direcionada a um fim, um objetivo. Segundo Weber, tais construções mentais são: 1) ação social racional com relação a fins: ação é estritamente racional, a ação se torna num fim buscado racionalmente; 2) ação social racional com relação a valores: é o fim que orienta a ação, dos valores, sejam éticos, religiosos, políticos ou estéticos; 3) ação social afetiva: as ações são conduzidas por sentimentos diversos; 4) ação social tradicional: tem como fonte motivadora os costumes e hábitos. Esses tipos ideais expressam racionalidades distintas do indivíduo e não encontradas de forma pura na realidade. Ainda sobre os tipos ideais, Barbosa e Quintaneiro (2009, p.117) salientam que eles “não passam de modelos conceituais puros, o que quer dizer que em geral as ações sofrem mais de um desses condicionamentos, embora possam ser classificadas com base naqueles, no caso é o predominante”.

Embora, o agente individual e suas ações sejam a unidade de interesse da Sociologia Compreensiva, Weber se ateve em conceituar essas ações dos indivíduos dotadas de sentidos em interação com outras de modo a formar uma ação plural (de vários), reciprocamente orientada, nomeada de relação social. A “relação social é a probabilidade de que uma forma determinada de conduta tenha, em algum momento, seu sentido partilhado pelos diversos agentes numa sociedade qualquer” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2009, p. 117). Essas relações sociais, reciprocamente orientadas e dotadas de sentidos, inseridas em um grupo social que as reconhecem e partilham num determinado espaço e tempo, dão forma às estruturas sociais de uma sociedade que, por sua vez, constituem o objetivo de investigação das Ciências Sociais. Weber também buscou compreender as regularidades das relações sociais, voltando-se aos conceitos: poder, dominação, carisma, burocracia etc.

Em Weber, a possibilidade de entender a sociedade e suas instituições passa pela análise do comportamento dos indivíduos, seus valores e ideias são

figuras centrais de compreensão. Tudo o que existe na sociedade, seus grupos, instituições e comportamentos são expressões e objetivações da atividade dos homens que lhes dá seu sentido e seu significado. É por esta razão que o indivíduo é o fundamento da explicação microsociológica e do individualismo metodológico que tem como princípio a ação do indivíduo, dotada de sentido, de significação e não como uma ação de sentido objetiva ou verdadeira. Outras correntes teóricas têm em comum a apreensão da realidade pelo indivíduo, o sujeito social, em constante processo de construção por meio da interação social com o outro e com o ambiente. Para tanto, lançam mão de uma diversidade de métodos e técnicas de pesquisa, essencialmente, as qualitativas, que possibilitam a imersão do pesquisador nos contextos, dado voz aos sujeitos das pesquisas, afastando-se, assim, das abordagens quantitativas, em que o sujeito é visto objetivamente e diante de uma realidade acabada. Desse modo, as abordagens alternativas revelam uma “necessidade essencial, porque corresponde não só ao cansaço das metodologias tradicionais, como, sobretudo, à busca persistente, de caminhos novos diante da realidade que sempre é nova” (DEMO, 1995, p. 229).

Minayo (2010) salienta que os elementos comuns das teorias compreensivas são: foco na experiência vivencial e o reconhecimento de que as realidades humanas são complexas; o contato com as pessoas se realiza nos contextos sociais; relação entre o investigador e o sujeito se dá de modo intersubjetivo; os resultados buscam explicitar a racionalidade dos contextos e a lógica interna dos diversos autores e grupos; os textos apresentam realidades dinâmicas e evidenciam os pontos de vista dos atores; as conclusões não são universalizáveis, embora as compreensões dos textos permitam inferências mais abrangentes. A abertura da realidade, a micro análise dos fenômenos humanos diante da assunção de múltiplos contextos possibilitou a construção de outras vertentes de pensamento que mantêm, de modo geral, a essência da Sociologia Compreensiva, estando entre elas: interacionismo simbólico, etnometodologia, fenomenologia e construtivismo.

As discussões acerca das relações humanas, as interações dos sujeitos, e a construção do mundo social, a partir da consciência e da ação humana localizadas em uma situação específica assumem a tônica da contribuição norte-americana junto ao pensamento sociológico. O desenvolvimento das

abordagens microssociológicas teve como base inicial o pragmatismo americano e seus principais representantes: William James, Charles Pierce e John Dewey. Segundo Collins (2009, p. 214), “a contribuição mais importante do pragmatismo foi a de estimular os sociólogos a elaborar uma teoria totalmente sobre a natureza da mente e do *self*, com ênfase na ação”. Em relação à teoria dos papéis ou do *self* destaca-se Charles Cooley, autor do livro *Human Nature and Social Order*, de 1902, que pode ser visto como um dos primeiros autores voltados ao pensamento microssociológico e de uma “teoria da mente social”. Segundo este autor, para a compreensão da sociedade o ponto de partida não são os corpos dos indivíduos, mas as ideias que partem da mente humana, que é social e conforma a sociedade. Assim, a sociedade é vista como uma relação entre ideias e processos mentais, os quais devem ser interpretados pelos pesquisadores sociais.

Ernst Cassirer apresenta o homem com um ser simbólico, em contraponto ao ser racional, expandindo a filosofia cultural e a base antropológica dos estudos no âmbito da Filosofia - superou também o pensamento teórico puro da metafísica e do conhecimento empírico da ciência. No livro "Filosofia das formas simbólicas", de 1923, expressa que a cultura humana se funda sob as atividades simbólicas, sendo o sistema simbólico um diferenciador dos outros animais, configurando-se a partir dos símbolos uma situação de existência e uma nova dimensão da realidade. Assim, o homem mais que inserido num mundo físico/orgânico, o homem produz símbolos e cria funções simbólicas (mito, religião, linguagem, arte, religião), as quais constituem em mediações de acesso a realidade - o homem não se encontra mais diretamente diante da realidade, não mais pode vê-la face a face (REALE; ANTISERI, 2004).

Na esteira dessa sociologia do pensamento se encontra George Herbert Mead com os estudos do *self*, que buscou compreender os vários papéis (ou *selves*) que os indivíduos desempenham para si e para o outro. Assim como os papéis são negociados pelos participantes, a realidade é também uma construção social dos indivíduos que negociam as situações. Essa virada comprometida com a fluidez das relações sociais constituiu a pauta do interacionismo simbólico, que se volta à intersubjetividade dos indivíduos e suas relações sociais. Este termo “interacionismo simbólico” foi criado por

Hebert Blumer, que definiu três premissas básicas: 1) os seres humanos agem no mundo em relação aos significados oferecidos; 2) os significados dos elementos são provenientes/ provocados pelas interações; 3) os significados são manipulados por um processo interpretativo. Berger e Luckmann (1991) também retomam ao interacionismo e aos clássicos como Durkheim, Marx e Weber, aliando assim análises da microestrutura à estrutura trabalhada pela macroestrutura, de uma realidade subjetiva e objetiva. Para estes autores a sociedade é uma construção social, o homem é produto dessa realidade mutável, o caráter intrínseco da vida cotidiana com as interações e as relações sociais, bem como a linguagem e socialização dos indivíduos (primária e secundária) são trabalhadas no livro “A construção social da realidade”, publicado em 1966.

A Etnometodologia, criada por H. Garfinkel, autor do livro *Studies in Ethnomethodology* (1967) se opõe às noções explicativas, concentrando-se nas experiências, nos “métodos pessoais”, na vivência do indivíduo, em sua vida cotidiana, em que a realidade é construída socialmente por meio das ações dos agentes sociais, os quais são vistos como reflexos das estruturas sociais. Outro importante autor dentro dessa abordagem microinteracionista está Erving Goffmann, autor do livro “A representação do eu na vida cotidiana” (1959), que retoma o clássico Durkheim com a teoria dos rituais e a teoria do teatro com conceitos “performance”, “ator”, “palco”, “figurino”, entre outros, para discutir sobre a vida cotidiana, o comportamento dos indivíduos e a questão da consciência subjetiva e a estrutura social.

A Fenomenologia social de Alfred Schutz posta já em seu primeiro livro “A construção significativa do mundo social” (1932) atribui particular importância à experiência e à compreensão da ação do sujeito na vida cotidiana e nas relações intersubjetivas estabelecidas pelos indivíduos no mundo social, tendo como referência a ação social de Weber e a questão da consciência e da intencionalidade trabalhadas por Husserl. Schutz (2012) congrega a sociologia e a filosofia na construção de seu pensamento, que parte dos atores sociais à “compreensão subjetivamente significativa” das ações observáveis e do comportamento que levam as ações sociais. Tal ação do indivíduo é “biograficamente determinada” no sentido de que é impossível uma experiência ser vivenciada da mesma forma por sujeitos diferentes, cada

um tem seu “estoque de experiência” e “estoque do conhecimento”, que o coloca no mundo da vida e no mundo social. Um mundo pré-concebido (físico e sociocultural) que existe antes do próprio nascimento do indivíduo, sendo necessário o compartilhamento comum de crenças, valores, signos, de um “espírito comum” e de uma linguagem que permite a “intercomunicação” entre os atores sociais.

Ainda na esteira do pensamento fenomenológico, que busca a compreensão da realidade social por meio dos fenômenos, da essência das coisas, concentra-se na compreensão dos fenômenos de como eles se manifestam e são percebidos no mundo, individualmente, por meio da consciência, nomeando-a de “sociologia da consciência” (COLLINS, 2009). O filósofo Husserl (2005), a fim de captar a essência dos fenômenos “volta às coisas mesmas” e retoma o conceito de intencionalidade “um olhar direcionado a algo”, desvelando as ações do olhar e o encontro entre sujeito e objeto (uma influência de Bolzano e Brentano). De modo que, a fenomenologia em uma direção idealista é vista como a “ciência das essências, isto é, dos modos típicos do aparecer e do manifestar-se dos fenômenos à consciência, cuja característica fundamental é a intencionalidade” (REALE; ANTISERI, 2004, p. 182).

Husserl preocupado em estabelecer um rigor metodológico a este olhar dos fenômenos propõe duas reduções: redução eidética e redução transcendental, colocando convicções, pré-juízo e opiniões em relação à existência do mundo exterior entre parênteses, para que os conteúdos da consciência sejam examinados, fornecidos pela percepção, intuição, recordação e imaginação do sujeito da pesquisa, uma suspensão do julgamento nomeada de *epoché*. A ação intencional da consciência, o conceito de intencionalidade como um olhar direcionado ao objeto desvela a relação entre sujeito e objeto, não mais sendo vistos como apartados um do outro.

A partir de Husserl, a fenomenologia de Heidegger expressa em “Ser e o tempo” (1927) coloca o ser como problema ontológico de compreensão, um “retorno à questão do ser” a partir do processo de interpretação hermenêutico. O homem é um ser-aí (*Dasein*), está sempre em uma situação e enfrenta as situações a partir de seu projetar-se. O homem não é um sujeito isolado do mundo, sendo um ser-no-mundo e um ser-com-os-outros, no mundo o homem

está envolvido, com suas vicissitudes, ele forma e se transforma a si mesmo. O homem não pode ser apreendido pela racionalidade ou pela objetividade, mas por meio de sua essência (relação com o ser e o modo de ser) e seu projeto existencial (possibilidades de vir a ser, do poder-ser); destacando a finitude do homem e a realização de sua existência autêntica diante da compreensão de um ser para a morte, sendo a angústia um sentido essencialmente da existência humana. Segundo Heidegger, o viver-para-a-morte constitui o sentido autêntico de sua existência, pois a consciência da morte é a possibilidade permanente da existência – “apenas a compreensão da possibilidade da morte como impossibilidade da existência faz o homem reencontrar seu ser autêntico” (REALE; ANTISERI, p.201).

O Construtivismo, outra vertente do pensamento, instaurada no século XX desponta devido à suspensão da realidade objetiva ou empírica para lançar à luz o processo de construção dos conhecimentos e da realidade (CHAUI, 1999). Assim, com o construtivismo o conhecimento da realidade é visto não como uma realidade imediata, mas de conhecimento aproximativo e corrigível, diferente dos modelos anteriores cuja visão era racionalista ou empiricista. O homem é visto como o construtor do conhecimento sobre uma realidade ou outro conhecimento e não uma instância pronta que faz uso ou apreende apenas. E esse conhecimento construído se dá a partir da interação do indivíduo com o meio físico e social (GIDDENS, 1999).

No âmbito da Filosofia das ciências, Gaston Bachelard defende que o conhecimento sobre o objeto de estudo da ciência é também uma construção intelectual sujeita às especificidades históricas, podendo as ciências sofrer processos de “rupturas epistemológicas”, que seriam descontinuidades do modelo anterior vigente. Na educação, o construtivismo se desponta por meio de Jean Piaget e Lev Vygotsky, os quais defendem o conhecimento como uma construção vinculada a processos de interação tendo o sujeito papel ativo e central na aprendizagem, que é dinâmica e não estável. Portanto, o construtivismo postula que a construção do conhecimento exige uma elaboração ativa do sujeito, uma relação necessária e recíproca entre sujeito e objeto do conhecimento que, com suas ações e estruturas cognitivas funda o conhecimento e a representação da realidade.

6.3.1 Relações biblioteconômicas com as CSH

Alfaro Lopez (2010), partindo das ideias de Gaston Bachelard, fundamenta a construção de seu pensamento, discorrendo sobre a importância de a Biblioteconomia “libertar-se” da epistemologia positivista indo em direção a epistemologia construtivista. Segundo o autor, o positivismo, no momento de formação da Biblioteconomia possibilitou a sustentação de suas práticas, conformando um campo de conhecimentos centrado nas regularidades dos fenômenos com o foco nos fatos empíricos observáveis. Devido ao nascimento das bibliotecas públicas, no século XIX, do contexto de uma sociedade industrial, as bibliotecas acabaram por se circunscrever em uma necessidade social, numa “vontade de serviço” pautado em experiências, no conhecimento empírico e técnico. Logo, o positivismo, naquele momento, foi uma importante base epistemológica à Biblioteconomia, mas tem se tornado num entrave para o desenvolvimento teórico e conceitual do campo desde as mudanças da sociedade a partir do século XX.

Essa postura da biblioteca da ordem do concreto, do imediato, da atividade cotidiana, arraigado no pensamento positivista e funcionalista e voltado às funções e eficiências dos processos, não tem deixado pensar a biblioteca enquanto conceito abstrato, convertendo-se num obstáculo epistemológico, cuja superação se daria por meio de uma ruptura e conformação de um novo espírito científico. Para Alfaro López (2010), o pensamento de Bachelard se torna central à constituição de uma Biblioteconomia científica e autônoma. Nessa direção, Alfaro López (2010) defende que a Biblioteconomia precisa ser guiada por problemas, no sentido de que deve ser colocado ao campo, sempre, perguntas ao seu próprio desenvolvimento científico. Este autor, seguindo o pensamento de Bachelard da ciência como desdobramento problematizante, também destaca a construção do objeto, visto como uma construção discursiva, rompendo com a ideia do objeto do positivismo, sendo aquele da ordem do observável e advindo de etapas sucessivas: observação, hipótese, experiência, resultado, interpretação e conclusão (ALFARO LÓPEZ, 2010).

A consciência da construção discursiva do objeto, de maneira não neutra ou imparcial, bem como a evidência de possíveis erros é desvelada. Segundo

Alfaro López (2010) a ciência avança retificando os erros, os quais fazem parte da construção do conhecimento, portanto, não são escondidos como queria o positivismo. Outra crítica posta e que fundamenta essa base construtivista da ciência é a defesa da realidade como sendo também um processo de construção. A realidade não é um dado, nem se atém aos fatos empíricos, mostra-se diante dos problemas que são colocados, sendo necessário tecer perguntas, as quais se constituem, segundo Alfaro López (2010), no guia da ação à investigação. Ademais, a questão da “representação social” é colocada pelo autor, seguindo o pensamento de Jean Claude Abric que rompe com a noção de mundo exterior e interior do indivíduo, com a relação sujeito e objeto como sendo separáveis e de uma realidade objetiva. Assim, a realidade é vista pelos autores como representação da qual se apropriam e estruturam os indivíduos, não sendo um reflexo da realidade.

Interessante destacar ainda a concepção de campo, que revela o autor como espaço cognitivo e de construção, a saber: “campo não é uma construção etérea e que se desenvolve no vazio, pelo contrário, é um campo do conhecimento que se encontra imerso no espaço social. E a relação entre campo e espaço social é de caráter dialético” (ALFARO LÓPEZ, 2010). Ao discorrer sobre o campo, este autor cita o sociólogo Pierre Bourdieu que escreveu sobre campo científico como sendo um espaço de luta e de posições. Um jogo marcado por interesses que, segundo Alfaro López (2010) não pode perder de vista o entorno social, isto é, os conhecimentos desenvolvidos precisam ser divulgados à sociedade, para além da comunidade científica. Essa divulgação garantiria, além do desenvolvimento da ciência, considerando a dinâmica do conhecimento, em responder perguntas, que geram mais perguntas e respostas, o reconhecimento da sociedade sobre determinado campo, o isolamento do conhecimento e da sociedade seria prejudicial para ambos.

Na direção de um distanciamento do âmbito concreto, da biblioteca reduzida às práticas, da visão da biblioteca para além dos acervos, dos registros do conhecimento, e do próprio edifício como espaço demarcado é também corroborado por David Lankes. Assim, para este autor, as bibliotecas são uma plataforma para que a comunidade crie e compartilhe conhecimentos, uma biblioteca da comunidade ao invés de para a comunidade. Lankes (2015)

aborda que, a centralidade da ação da biblioteca deve recair sobre os processos de aprendizagem e do conhecimento, tendo como missão “melhorar a comunidade onde está inserida, facilitando a criação de conhecimento”. A biblioteca é vista também como um centro de aprendizagem, um espaço social, um lugar de ideias, de criação e, sobretudo de interação dinâmica entre a própria configuração sócio-cultural e processos psicológicos de cada um.

A conversa assume também importância particular, pois é a partir dessa ação entre duas ou mais pessoas que se comunicam, ouvindo, escutando e falando, que o conhecimento é construído. Sob essa perspectiva da teoria da conversação de Gordon Pask⁴³, as bibliotecas também se tornam num ambiente capaz de moldar os diálogos para um amanhã melhor (LANKES, 2015). O autor destaca o contexto em que a biblioteca está inserida, de modo que ela deve seguir os mesmos objetivos da comunidade como, por exemplo, crescer junto com a comunidade e atender as suas necessidades. Desta maneira, Biblioteconomia não se baseia em livros ou artefatos, mas nos processos de compreensão do comportamento e da aprendizagem, transcende ferramentas e a organização da informação como um fim em si mesmo. Logo, percebe-se que na construção do pensamento biblioteconômico, o conhecimento é figura central, o qual não é registrado, medido, estático, mas intimamente ligado ao sujeito, a uma construção advinda de um processo ativo.

As bibliotecas têm, portanto, como missão facilitar a criação do conhecimento através de quatro modos: fornecer acesso; fornecer capacitação; proporcionar ambiente seguro; motivar para aprender (LANKES, 2015). Infere-se, assim, que essa postura teórica tem como suporte o construtivismo, o qual postula que o conhecimento é criado dentro de uma pessoa e não a partir do exterior, tendo como base a interpretação das experiências dos sujeitos. Em especial, a construção social desempenha um papel importante, já que apresenta o conhecimento vindo de dentro para fora da pessoa, interagindo socialmente com outras pessoas. Nessa direção, convoca-se Lev Vygotsky, um

⁴³ Essa teoria foi citada no livro do autor **The atlas of new librarianship** (2001), embora no livro analisado não tenha identificado a citação explícita dessa teoria, do autor ou do livro **Conversation theory: Applications in education and epistemology** (1976), percebe-se, claramente, que a influência da teoria da conversação se mantém, teoria esta que tem como ideia fundamental o aprendizado como resultante da ação de conversação, tornando possível o conhecimento explícito.

dos fundadores e representantes do construtivismo dentro das teorias educacionais, em especial da aprendizagem, que defendeu sobre o desenvolvimento cognitivo do sujeito. Sendo assim, o sujeito e o processo de construção do conhecimento estão vinculados socialmente, interagindo com outros indivíduos e com o meio. A interação social que requer, pelo menos, duas pessoas para que haja troca de experiências e de conhecimentos; a aprendizagem é uma experiência social, mediada pela utilização de instrumentos e signos.

A motivação é também outro importante elemento vinculado às teorias da aprendizagem. Os bibliotecários, integrantes da comunidade devem além de facilitar, empoderar, advogar, inspirar os integrantes da biblioteca e da comunidade. Ambos (bibliotecários e usuários) são membros da sociedade, de modo que a ação do bibliotecário a beneficiará, tendo em vista que uma sociedade democrática requer cidadãos bem informados, proativos e participativos na vida política. Segundo Lankes (2015) a presença da biblioteca também se faz a partir da ideia do sociólogo Ray Oldenburg, que define três espaços: sendo o primeiro onde você vive, a casa, por exemplo; o segundo espaço, onde você trabalha, seu escritório; e, o terceiro espaço, onde você se sente parte da comunidade, no caso, a biblioteca.

A integração de uma comunidade, segundo Lankes (2015), reflete inclusive na constituição dos acervos das bibliotecas, que devem estar dirigidos à comunidade para a sua construção, criando memórias locais e “acervos vivos”, como os áudios e gravações dos indivíduos, demonstrando o quanto as comunidades são ricas e multifacetadas. Tal perspectiva de criação do conhecimento e outros acervos foram também apontados por Milanesi (1986) e Almeida Júnior (1997). O bibliotecário aciona novos valores às comunidades, sendo membros participantes e não mediadores apenas, trabalhando ativamente ao lado de todos. Ademais, Lankes (2015) ressalta que, a imparcialidade é impossível, pois cada um tem suas próprias opiniões, visão de mundo, interpretações diferenciadas, acrescenta ainda que “a linguagem, sua etnia, o lugar que você cresceu, sua educação, tudo isso influencia como você vê e interage com o mundo” (LANKES, 2015).

Outro autor e sob outras perspectivas, Brown César (2000), salienta que, o usuário do sistema de gestão documental é um sujeito histórico, um ser-aqui

que tem sua história e é considerado pela sua historicidade, tendo como base o pensamento de Heidegger. Por outro lado, Rendón Rojas (2005) que também trabalha com o pensamento deste filósofo vai além ao dizer que a instituição informativa documental seria capaz de promover a autenticidade do sujeito inautêntico⁴⁴, bem como desalienar esse sujeito, por meio da desobjetivação e autoconhecimento do espírito humano, uma postura que Brown César (2000) não considera. Para este autor, livros ruins, por exemplo, são capazes de alienar, considerando que nem sempre os livros são bons, já a autenticidade do sujeito se dará apenas mediante à morte. Ademais, conforme o próprio Heidegger essa existência autêntica é a consciência de um ser-para-a-morte, somente assumindo essa possibilidade o homem encontra seu ser autêntico – a morte é uma possibilidade imanente, uma iminência, que o ser-aí deve assumir, sendo incondicionada e insuperável, caminhando rumo a um ser-para-o-fim (REALE; ANTISERI, 2004).

Todavia, Brown César (2000) tem como modelo central para a construção de sua teoria a influência da teoria dos sistemas, enquanto Rendón Rojas (2005) assume mais detidamente a hermenêutica de Heidegger como base à construção teórica e filosófica da Biblioteconomia. Rendón Rojas (2005) trabalha com a ideia central de que o homem se caracteriza por ser um projeto que se realiza em si mesmo. A biblioteca é uma instituição⁴⁵ informativa documental que se configura como um dos elementos auxiliares no vir a ser do sujeito, pois o ser humano chega a sua existência autêntica a partir da linguagem, e a biblioteca proporciona esse desvelamento através dos documentos. A biblioteca para Rendón Rojas (2005), portanto, é mais que um armazém de livros sem esperança de ser consultado, é um espaço que propõe

⁴⁴ Essa autenticidade segundo Rendón Rojas (2005) não segue o pensamento de Heidegger, pois a existência humana se dá no tempo e sua essência última é o “ser-para-a-morte”. A essência humana é a de que ele não possui nenhuma essência; ele é logicamente infundado; não há qualquer razão para que ele exista em vez de haver somente o nada em seu lugar. A falta de fundamentação lógica da sua existência finalmente chega a seu fim na forma da morte (COLLINS, 2009). Talvez a ligação com Heidegger poderia ocorrer através da compreensão da dejeção, que seria a queda do homem no plano das coisas do mundo, e aí sua inautenticidade.

⁴⁵ Rendón Rojas (2005) considera a biblioteca como uma instituição e não como unidade de informação, porque segundo o autor a ideia de instituição aproxima do instituto social, de uma necessidade social, na qual é criada, devendo, portanto, atender a uma função social. A instituição se insere dentro da estrutura da sociedade para o seu bom funcionamento, mas essa visão acaba limitando as características subjetivas que permeiam os sujeitos. Não devendo a biblioteca se converter em um sistema com existência autônoma e autorreferencial.

condições necessárias à satisfação das necessidades dos usuários (necessidades ontológicas) e permite a desobjetivação da palavra escrita e um autoconhecimento do espírito humano. Ainda, segundo o autor, quando um usuário busca informação ele não o faz para “encher um vazio”, mas sim em um sentido metafórico, “encher-se a si mesmo” (RENDÓN ROJAS, 2005).

Os bibliotecários têm como missão fazer com que os usuários acessem o mundo da informação, sendo vistos como agentes ativos e participantes do processo de desenvolvimento do ser, do sujeito, do usuário (RENDÓN ROJAS, 2005); ele é profissional que desempenha uma atividade dotada de sentido, de vontade, de subjetividade, sendo que sua ação dá vida à instituição. Destarte, é um ator não um elemento passivo dentro do sistema de comunicação social, que faz parte e requer outro sujeito para um diálogo intersubjetivo. Embora, Rendón Rojas (2005) não cite Max Weber, pode relacionar-se a figura do bibliotecário ao do ator, com a ideia do indivíduo como agente social que dá sentido a sua ação. A ação social weberiana é guiada pelo sujeito que age segundo motivos, os quais são dotados de sentidos e efeitos, não existindo imparcialidade ou neutralidade nas ações. O fato de agir levando em consideração o outro dá um caráter social a toda ação humana, o que Rendón Rojas (2005) destaca a partir do diálogo com o outro. Ademais, o sujeito não existe sozinho, já que sua relação com o mundo real e com o mundo da informação se torna indispensável à compreensão do pensamento de Rendón Rojas.

Em particular, o mundo da informação se refere ao mundo em que se encontra o sujeito com sua intencionalidade e contexto, influenciando de maneira determinante na construção do mundo da informação. A informação que está vinculada a este mundo é o conceito de informação pragmática (relação advinda do sujeito com sua intencionalidade mais o contexto), isto é, de uma informação que é construída pelo sujeito a partir do processo de síntese da sua estrutura cognitiva e dos dados que recebe. A materialização da informação se dá pela via dos documentos, que denotam “intenções da alma”, os quais convertem os usuários ao mundo daquela, estabelecendo uma relação íntima com o ser, no sentido de sua formação e da memória social, que proporciona identidade ao ser e à sociedade, o documento como um patrimônio cultural. Em síntese, o mundo bibliotecológico possibilita ao usuário que se encontre como

sujeito, tornando-se um ser autêntico, afastando da alienação, e promovendo um autoconhecimento vindo da relação com os documentos acessados no mundo da informação (RENDÓN ROJAS, 2005).

Em relação à hermenêutica, Brown César (2000) se refere a de Bernard Lonergan que, diferentemente daquela de um olhar filosófico, este autor se detém na leitura de textos e compreensão dos textos; o bibliotecário a partir desse método hermenêutico pode representar um texto a um usuário, mediante a compreensão do seu conteúdo, revelando com isso um mundo, novos horizontes e, no sentido mais pleno, apreendendo com o autor do texto novas possibilidades de vida, uma realidade alternativa ou uma maneira diferente de perceber a realidade (BROWN CÉSAR, 2000).

De fato, acredita-se que não há como não convocar autores das Ciências Sociais e Humanas para se pensar e construir um pensamento biblioteconômico. A Biblioteconomia é uma Ciência Social voltada às categorias interpretativas e de compreensão do ser humano, dos indivíduos que assumem comumente a nomenclatura de usuário (um ser social). Usuários ou sujeitos da informação, das fontes de informação ou “produtos culturais”, dos serviços das “instituições de cultura”, dos “equipamentos culturais”, onde são realizadas ações de mediação, intervenção, ações intencionais. Usuários e bibliotecários que se apropriam, transformam, comunicam e criam significados em uma realidade construída socialmente, num duplo movimento fundante e fundação. Informações e conhecimentos, entes ideais, materializados ou não, são que localizados em um espaço-tempo histórico, trazendo marcas temporais, culturais e sociais dos sujeitos envolvidos e de outros sujeitos, de outros processos, de outras histórias, que colaboram à conformação da sociedade presente, passada e futura.

A Biblioteconomia como Ciência Social está no cerne de sua constituição, já que é social desde a sua origem, embora o compromisso com o social tenha tido vários enfoques; o que houve foi um apagamento do indivíduo em prol das estruturas, centro das abordagens macrossociológicas. Outra questão que se revela é a do social, que, num, primeiro momento estava voltada à manutenção da ordem, o que não vai ao encontro das especificidades do indivíduo, é como se ficasse na superfície dos problemas sociais, escamoteando uma realidade a favor da ideologia das classes sociais

dominantes. A Biblioteconomia Social, como se busca em sua complexidade é aquela dirigida ao desenvolvimento do sujeito e da sociedade onde se inserem, requerendo ações que extrapolem a organização e tratamento do acervo, tais como a necessidade de comunicá-lo, ser manuseado, lido, apropriado, em diversos formatos e suportes, fazendo jus à dimensão social e democrática das bibliotecas. A multiplicidade e a desestabilidade se tornam palavras de ordem; a relação da comunicação e do sistema não é unidirecional, mas multidimensional. Uma Biblioteconomia social que dê conta de desvelar os conflitos, os interesses e minimizá-los, ou melhor, fazer com que diminuam as desigualdades entre os que têm acesso e os que não têm acesso aos espaços e à informação.

Uma Biblioteconomia realizada por profissionais conscientes de suas ações, dotadas de intencionalidades e de efeitos de poder, bibliotecários que não se coloquem como neutros, imparciais ou objetivos. É necessário expor as direções das ações, o questionamento; o pensamento crítico é essencial para não cair no discurso vazio da totalidade, pois a biblioteca não consegue atender a todos, mas o que é o todo ou quem são todos, afinal? Perguntas são fundamentais ao desenvolvimento e compromisso crítico aliado à responsabilidade social. Ações que sejam imbricadas ao pensamento teórico, à práxis (prática aliada à teoria); ações socialmente responsáveis de cada um e afinadas a uma Biblioteconomia social e para o social. Não mais a imagem da biblioteca como depósito, detentora de um saber registrado, mas a biblioteca como um espaço de utopia, de fantasia, de lazer, de imaginação, de trocas simbólicas, de construção e também de desconstrução. A biblioteca menos como espaço concreto e mais como experiência, labirinto ou caminho para outros saberes, uma imagem dinâmica em que usuários mergulhem nas fendas e espaços entre os textos/discursos, formando conexões e descobertas muito mais profundas que, simplesmente, a busca de fatos específicos (RADFORD, 2010).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização da Biblioteconomia em suas fases (pré-científica, protocientífica e científica) revela a existência de uma prática discursiva com uma regularidade e positividade que conformam o campo do saber da Biblioteconomia. Contudo, o que se destaca como produção discursiva da Biblioteconomia a partir dos textos enunciados nos capítulos referentes aos momentos pré, proto e científica, não é todo o campo, mas uma parcela da formação discursiva na qual se teve acesso, também, não constitui num devir da ciência da Biblioteconomia, que se instaura como científica no século XIX. É bom lembrar que as formações discursivas não são um momento anterior das ciências futuras, cujo momento no passado em que elas estavam "inconscientes de si mesmas" não demonstra um estado de subordinação teleológica em relação à origem, "à ortogênese das ciências" (FOUCAULT, 2000, p. 202).

Considera-se, assim, a partir dos conceitos foucaultianos a Biblioteconomia como uma formação discursiva marcada ao longo de sua história por diferentes práticas discursivas que com suas regularidades modelaram cada momento, culminando na instauração de um saber científico devido à própria discussão voltada para seu saber, sobre si, extrapolando as instituições e suas formas de organização, que antes estariam voltadas para um "olhar para dentro". Assim, na esteira da Arqueologia, não se buscou a pretensa objetividade da ciência, não se concentrou em verificar a verdade dos enunciados, não se realizou uma epistemologia ou história das ciências, não se seguiu a rota consciência-conhecimento-ciência, mas o eixo da arqueologia prática discursiva-saber-ciência (FOUCAULT, 2000), o qual obedece a recortes e princípios de organização diferentes, respectivamente, domínios científicos e territórios arqueológicos.

A análise de textos científicos não está fora do campo arqueológico, faz parte também dos saberes; existe entre ambos uma relação específica e intrínseca, como destaca Foucault (2000); a ciência não se opõe ao saber, ela se localiza num campo do saber, "o saber não é o canteiro epistemológico que desapareceria na ciência que o realiza" (FOUCAULT, 2000, p. 206). A análise arqueológica mostra positivamente como uma ciência se inscreve e funciona

no elemento do saber (FOUCAULT, 2000) convocando textos literários, filosóficos, bem como textos científicos ou ainda regulamentos institucionais e decisões políticas.

Foucault (2000) faz pensar sobre os diferentes limiares da formação discursiva, os quais são: limiar da positividade; limiar da epistemologização; limiar da cientificidade e limiar da formalização. Estes limiares não seguem uma sequência regular, linear ou homogênea, podendo a formação discursiva se situar em qualquer um desses patamares sem passar pelo outro ou mesmo atingir a formalização diretamente, como, por exemplo, a Matemática ou a Física teórica, que já se encontram nesse limiar. Por sua vez, as Ciências Sociais e Humanas e a Biblioteconomia se enquadram no limiar da cientificidade⁴⁶; salienta-se essa mesma posição no título desta Tese “Saberes científicos da Biblioteconomia [...]”, estabelecendo, portanto, a correlação entre os saberes e os saberes científicos.

Com a rota da arqueologia é possível ultrapassar discussões relacionadas à “verdade e erro, racional e irracional, obstáculo e fecundidade, pureza e impureza, científico e não científico” de que trata a história da epistemológica das ciências (FOUCAULT, 2000, p. 213). Entretanto, cabe salientar que não se empreendeu uma história da ciência, tampouco uma história da Biblioteconomia, mas sim uma análise dos discursos materializados nos livros, cuja temática possibilitasse justamente a compreensão dos discursos do campo em análise. Com as regularidades desses discursos foi exequível extrair as categorias de análise, demonstrando-se as positivities que emergem e configuram em conceitos e objetos formalizados da Biblioteconomia. Também vale destacar que não se empreendeu uma análise epistêmica da Biblioteconomia ou uma análise das *epistemes* que marcam a ordem do saber, segundo Foucault (1999).

Após essas considerações, cumpre ainda salientar que as classificações e as relações com as Ciências Sociais e Humanas são arbitrarias e acabam reduzindo a complexidade de um todo maior; contudo, para uma apreensão

⁴⁶ Quando a figura epistemológica, assim delineada, obedece a certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção das proposições, diremos que ela transpôs um limiar da cientificidade (FOUCAULT, 2000, p. 205).

sintética ou que se pretenda ser mais didática, foi necessário tal enquadramento. Por isso, mesmo sabendo dos riscos ocorridos ao realizar a operação, esperou-se que ela fosse mais benéfica do que seu contrário pela ousadia de colocar luz em questões que demandavam reflexão, o que poderá possibilitar novas outras relações que possam advir.

A partir das visões sobre a Biblioteconomia, buscou-se relacionar tais saberes às correntes das Ciências Sociais e Humanas, definidas como três: “ordenamento do social”, “contradições do social” e “construção do social”, em que cada uma privilegia um modo particular de olhar aos fenômenos sociais. A leitura, na íntegra, dos discursos dos livros selecionados possibilitou a compreensão de que as ideias não estão exclusivamente encaixadas numa ou noutra vertente de pensamento; às vezes, os pensamentos perpassam uma ou mais correntes teóricas. Dessa forma e de modo geral esses “enquadramentos” – ideias predominantemente identificadas – possibilitaram um olhar multifacetado da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas; uma riqueza que se revela na confluência dos achados de cada um dos discursos provenientes dos livros, dos autores, da realidade social.

Revela-se que na linha de um pensamento voltado ao **ordenamento do social** está Butler (1971), para quem a realidade parece ser vista como algo externo e tendo o desenvolvimento da Biblioteconomia marcado pelo método científico, rigoroso e objetivo, buscando leis gerais, tal qual é estabelecido pelo positivismo em seguir o caminho das ciências exatas e naturais. Para Shera (1990), a centralidade conferida aos registros gráficos deve ser em benefício da sociedade na manutenção da ordem, assim como a visão da biblioteca como uma “instituição social bem definida”, capaz de manter a coesão social. Fonseca (2007) atribui ao usuário um protagonismo ao nomear a “assembleia de usuários” como objeto de estudo da Biblioteconomia, o foco se concentra nas funções e na importância de cada uma das bibliotecas no que tange à administração e aos serviços voltados aos usuários, segundo os seus perfis. Brown César (2000), também, sob um viés centrado no funcionalismo, destaca a importância dos sistemas, especialmente, do sistema de gestão documental, o qual é composto de subsistemas com funções específicas, seguindo também uma vertente funcionalista.

Por outro lado, radicalmente diferente, direcionado à **contradição do social**, destacam-se dois autores: Milanesi (1986) e Almeida Júnior (1997), os quais questionam a biblioteca e a manutenção da ordem a serviço de uma minoria. Tais autores colocam, definitivamente, em cena a sociedade e os problemas sociais causados pelos diferentes interesses das classes sociais. Nesse contexto, de um pensamento marxista e crítico, a Biblioteconomia possui o papel de desvelar as estruturas ideológicas por detrás das instituições, não devendo a biblioteca servir de “aparelho ideológico do estado”. A biblioteca, para ambos os autores, não deve e não pode contribuir à dicotomia (exclusão x inclusão), operada pela sociedade capitalista: aqueles que têm acesso de um lado, e os que não têm de outro (tanto de informação quanto das tecnologias de informação e comunicação). A informação passa a ser vista como instrumento de poder, possibilitando ao usuário o questionamento da realidade e das mudanças. Tais autores assinalam o papel da biblioteca como uma instituição social, devendo, portanto, estar a serviço de todos os usuários e não apenas de uma elite que detém o poder e o controle do discurso dominante.

Em relação à **construção do social**, o deslocamento ocorre das estruturas e dos sistemas, isto é, de uma perspectiva macrossociológica para os sujeitos e suas ações, trazendo à discussão diversas teorias microsociológicas ao entendimento e interpretação do sujeito e do mundo social. Nessa direção, Lankes (2015) convoca o modelo cognitivo e o construtivismo ao atribuir centralidade ao usuário, tendo em vista que é ele o sujeito criador do conhecimento e participante ativo do processo de aprendizagem. Rendón Rojas (2005) também considera o usuário como um sujeito em processo de “vir a ser” que, por meio do acesso ao mundo da informação e do sistema de gestão documental, chega a sua existência autêntica e à satisfação de suas necessidades ontológicas. Alfaro López (2010) se detém na construção da cientificidade da Biblioteconomia, partindo da epistemologia construtivista em oposição à positivista; e chama a atenção à importância das perguntas e respostas postas pelo campo e sua divulgação na sociedade, a fim de manter em movimento e em dinamicidade o conhecimento. A realidade não é um dado, nem se atém aos fatos empíricos ou à ordem do

concreto, ela se mostra diante dos problemas que são colocados, sendo assim é necessário tecer perguntas.

Esclarece-se que a própria interlocução estabelecida entre os discursos da Biblioteconomia com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas não se finda neste momento; outros discursos, outras teorias, outros pontos de vistas podem e devem ser convocados mais constantemente pelos pesquisadores do campo da Biblioteconomia. Com Bourdieu, definiu-se o campo científico, desvelando um espaço de luta, interesses e conflitos, não mais uma visão idealizada de paradigma ou de um modelo compartilhado pelos integrantes de determinado campo. Assim, no “campo científico da Biblioteconomia”, se encontram discursos de diferentes vertentes ou correntes de pensamento, revelando uma pluralidade e variedade, que é própria das Ciências Sociais e Humanas e, por extensão, da Biblioteconomia – uma Ciência Social. Nenhuma das três correntes de pensamento apresentadas: ordenamento do social; contradição do social; e, construção do social tem o privilégio único, total e completo da realidade, refletindo cada uma a sua história, seus modos de ver o mundo, relativos à realidade social complexa onde foram geradas e as correntes tentam expressar, ou melhor, apreender e refletir em um momento da história com e a partir dos sujeitos sociais.

Ademais, ao falar sobre as teorias, Deleuze, em entrevista com Foucault, salientou ser necessário que as teorias funcionem, sirvam, multipliquem-se, não sejam totalizadoras, mas sim instrumentos ou ferramentas. O próprio Foucault retoma a expressão “caixa de ferramentas”⁴⁷ para falar de seus livros (FOUCAULT, 1975, p. 16). E é devido aos “livros-bomba” que é como Foucault (1978) se refere aos seus livros, “quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê”, que foi possível pensar a Biblioteconomia para além dos estudos de Epistemologia, inserindo-a como um saber dentro de um campo científico, de pensar seus discursos a começar da proposta foucaultiana presente no momento arqueológico, distendendo-os através de outras teorias.

⁴⁷ “Todos os meus livros, seja a “História da loucura”, ou seja, este (Vigiar e punir), são, se você quiser, pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas estão dispostas a abri-los, se servir dessa frase, daquela ideia, de uma análise como de uma chave de fenda ou um parafuso solto para provocar um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, eventualmente até os mesmos que inspiraram meus livros...pois tanto melhor!”

Sugere-se como possibilidades a **futuras pesquisas** centradas na análise arqueológica da Biblioteconomia – análise das positivities e regularidades discursivas de uma dada época que fundam figuras epistemológicas – a busca a partir das *epistemes* renascentista, clássica e moderna escritas por Foucault (1999) ou mesmo rever essas categorias à proposição de outras; há um caminho inexplorado que está aberto e precisa ser escavado. Ainda com Foucault, sugerem-se outras pesquisas para o campo da Biblioteconomia, outras arqueologias do saber, partindo de outras direções, outros saberes que não os científicos. Uma análise das práticas, dos saberes exercidos nas instituições que pudessem desvelar regularidades, positivities, rupturas, limiares dos saberes, que são entremeados de poder, desvelados no momento da genealogia.

Pode caminhar-se também na direção de uma ética, de estudos dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas, fazendo revelar-se um saber político da ordem da Biblioteconomia ou mesmo retomando as figuras epistêmicas ao empreendimento de uma análise arqueológica, contendo a análise discursiva dos textos literários, dos regulamentos das instituições, dos espaços e dos sujeitos que são autorizados a falar ou silenciados. Outro autor de fundamental importância à construção desta pesquisa foi Pierre Bourdieu que, com o conceito de campo científico, possibilitou circunscrever a Biblioteconomia como um campo científico. Contudo, aponta-se outro caminho para que possam ser discutidos os embates e as lutas entre os integrantes desse campo e os efeitos gerados pelas disputas, os quais podem ser analisados sob seus diversos ângulos.

Finalmente, a “caixa de ferramentas” foi aberta, sendo retiradas aquelas que seriam necessárias, e foram usadas. Sem tais instrumentos/ferramentas conceituais não teria sido possível olhar para os discursos da Biblioteconomia, com o objetivo de compreendê-los em suas minúcias e relacioná-los às correntes das Ciências Sociais e Humanas. Assim como os livros não são estruturas isoladas no mundo, havendo marcas das relações entre eles, os autores em suas relações discursivas, são modificados pelas diversas correntes de pensamentos daquele campo ao qual a Biblioteconomia se localiza como modalidade específica do pensamento.

Desse modo, o exercício de leitura e a análise discursiva possibilitaram compreender a Biblioteconomia para além da caixa, para além dos procedimentos operacionais, da instrumentalização que é constantemente trabalhada e que acaba reduzindo-a ou a simplificando. Por outro lado, com esse desvelamento, a teoria se multiplica - como também os saberes -, e permite a construção de um pensamento crítico, dá um sentido à vida, às práticas, a interpretações e compreensões dos fenômenos sociais e humanos. Para concluir, e se o primeiro passo da pesquisa é o compartilhamento e o aprender a ouvir, o último é a consciência de que “não há o fim das coisas. O mundo é feito de aberturas que se dão para outras” (HISSA, 2013, p. 18).

8. REFERÊNCIAS

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca y el laberinto. **Investigación. Bibliotecológica**, México, UNAM, v.16, n.32, enero./junio, 2002, p.41-54.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. **Estudios epistemológicos de bibliotecología**. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. 133 p.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. Elogio de la historia de la bibliotecología. **Revista Bibliotecas**, v. 29, n.2, jul./dic, 2011.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129 p.

ALONSO, Aurora Miguel. **La evolución del “systema bibliothecae” de la Compañía de Jesús y su influencia en la historia de la bibliografía española**. 2006. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

AMORIM, Maria José. Em busca de teoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, **Anais...1979**. Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. v.3.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência como forma de conhecimento. **Ciência e cognição**, v.8, 2006, p. 127-142.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)**, v. 9, p. 41-58, 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Ines Lacerda. **Curso de teoria do conhecimento e epistemologia**. Barueri: Minha Editora, 2012.

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.3, p. 253-261, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARBOSA, M. L.; QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

BARRETO, Aldo. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994.

BASTOS, Gustavo Grandini. **Bibliotecas**: uma reflexão histórica acerca da constituição dessas instituições. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao17/art_bastos.php>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BELO, André. **História & livro e leitura**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BLAIR, Ann. **As coletâneas de lugares comuns da renascença tardia**. In: JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BOTTOMORE, T. B. **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: olhos d'água, 2002. cap. 2, p. 112-143.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: 1975.

BRIQUET DE LEMOS, Antonio Agenor. **A biblioteconomia também se faz com homens e livros?** InfoHome, 2008. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=365. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRIQUET DE LEMOS, Antonio Agenor. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Brique de Lemos, 2015.

BRIQUET DE LEMOS, Antonio Agenor. **Palestra de relato de experiência de editor especializado na área da Biblioteconomia**. Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação, 29 de ago. 2016.

BROWN CÉSAR, Javier. **Elementos para una teoría bibliotecaria**. México: Escuela Nacional de Biblioteconomia y Archivonomía, 2000.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science. (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUONOCORE, Domingo. **Diccionario de bibliotecologia**: terminos relativos a la bibliologia, bibliografia, bibliofilia, biblioteconomia, archivologia, documentologia, tipografia y materias afines. Buenos Aires: [s.n], 1976.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos avançados**, v. 44, n. 12, 2002.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II**: da enciclopédia à wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Unesp, 2016.

BURY, Ricardo de. **Philobilon ou o amigo do livro**. Tradução de Marcelo Cid. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BUSCHMAN, John. Transgredir ou estagnar? Desafiando Foucault na teoria da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v.1, n.1, 2010.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971. 86p.

CAMPBELL, James. **A biblioteca**: uma história mundial. São Paulo: SESC, 2015.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003. p.1-28.

CARDOSO, A. **Livrarias e bibliotecas na Europa dos tempos modernos**. 2013. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12350.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2014.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico**. 18. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 252 p.

CASTRO, César Augusto. Teoria do Cotidiano e Biblioteconomia. **Transinformação**, v.7, n.1/2/3, jan./dez., 1995.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu, crítico de Foucault. **Educação, sociedade e culturas**, n.19, p.131-170, 2003.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 12.ed. São Paulo: Ática, 1999.

CHAUI, Marilena. O museu e a biblioteca: as ciências na época helenística. In: CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: as escolas helenísticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.2.

CHAUI, Marilena de Souza. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CIVALLERO, E. Aproximación a la bibliotecologia progresista. **El profesional de la información**, marzo-abril, v.22, n.2, 2013.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 277p.

COMTE, Auguste. **Comte**: Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os pensadores).

CORRÊA, Elisa. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 19, n.41, p. 23-40, set./dez., 2014.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**: uma introdução. São Paulo: Beca, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELGADO LÓPEZ-COZAR, Emilio. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

DEWEY, Scott Hamilton. (Non-)use of Foucault's Archaeology of Knowledge and Order of Things in LIS journal literature, 1990-2015, **Journal of Documentation**, v. 72 n.3, p.454-489, 2016.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. esp., p. 11-15, jan./jun. 2000.

DÍAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ESTABROOK, LEIGH. Sociology and Library Research. **Library Trends**, v.32, n.4, p. 461-476, 1984.

ESTRUGAS RODAS, Gemma. La biblioteca de Alejandría. **Revista TK**, n.17, diciembre, 2005.

FERNÁNDEZ MOLINA, Juan Carlos; MOYA-ANEGÓN, Félix. Perspectivas epistemológicas "humanas" en la documentación. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 25, n. 3, p. 241-253, jul./set. 2002.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FISCHER, Roger Steven. **História da Leitura**. São Paulo: Unesp, 2006.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabreacfactum, 2010.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FLOWER, Derek Adie. **Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antigüidade**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

FONSECA, Edson Nery da (Comp). **Bibliografia brasileira de documentação. 1811-1960**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960. v.1.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007. 152p.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Brasilia: 1979.

FOSKETT, D. J. **Servico de informação em bibliotecas**. [São Paulo]: Poligono, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Des supplices aux cellules** (entretien avec R.-P. Droit), *Le Monde*, n. 9363, 21, février 1975.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Aula de 7 de janeiro de 1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. 2. ed. [Lisboa]: Vega, 1992.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências, resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREITAS, L. S. A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcance epistemológico: uma atualização. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, p. 32-55, 2010.

FURTADO, José Afonso. O mito da biblioteca universal: conceito de biblioteca digital universal. **Cadernos BAD**, n.2, 2007. Disponível em:<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22007/JFurtadoCBAD207.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GILL. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George; GUARESCHI, Pedrinho A. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOMES, Maria Yeda Falcão Soares. Tendências atuais da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. **DataGramZero**, v.7, n.3, 2006.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referencia**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995

HERRERA-MIRANDA, Israel; ARENAS, Judith; GÓMEZ-HERNANDEZ, José Antonio. Publicaciones Periódicas en Biblioteconomía, Bibliotecología, Ciencias de la Información y Documentación en México: Tendencias Temáticas, Productividad y Redes de Coautoría: 1956-2006. **Rev. Interam. Biblioteca**, Medellín (Colômbia), v. 36, n.2, p. 97-108, mayo/ago. 2013.

HISSA, Cássio Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte, 2013.

HOKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

HORKHEIMER, Max. Filosofia e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. São Paulo: nova cultural, 1980a. (Os pensadores).

HUSSEY, Lisa. Social Capital, Symbolic Violence, and Fields of Cultural Production: Pierre Bourdieu and Library and Information Science. In: LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John E. (Ed.). **Critical theory for library and information science: exploring the social from across the disciplines**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2010.

IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 13, v. 5, jun. 1990.

JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.

JEAN, Georges. **A escrita: memória dos homens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOUFOGIANNAKIS, Denise; CRUMLEY, Ellen. Research in librarianship: issues to consider. **Library Hi Tech**, v. 24 n. 3, p. 324 - 340, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. v.1.

LALLEMENT, M. **História das idéias sociológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 2.

LANKES, David. **Expect more**: melhores bibliotecas para o mundo complexo. 2015. Tradução de Jorge do Prado. Título original: *Expect more: demanding better libraries for today's complex world*. Disponível em: <<http://quartz.syr.edu/blog/>>. Acesso em: 08 set 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. p. 525-539.

LEVINE, Donald. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, Dissertações, Teses e Livros). Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

LIMA, Ademir Benedito Alves de. **Aproximação crítica a teoria dos estudos de usuários de biblioteca**. Londrina: EMBRAPA - CNPSO, 1994.

LINARES COLUMBIÉ, Radames. La Bibliotecología y sus orígenes. **Ciencias de la información**, v.35, n.3, diciembre, 2004.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; NETZ, Sandra Regina. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; VARGAS-QUESADA, Benjamin. **Bourdieu do ponto de vista da Library & Information Science na Web of Science**. Disponível em: <<http://edicic2015.org.es/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

MALCLES, Louise Noelle. **La bibliographie**. 2 ed. Paris: 1962 134p.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 2 ed. Lisboa: Avante, 1997.

- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**: e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 410p.
- MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.
- MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOLINA CAMPOS, Enrique. Análisis del concepto de Biblioteconomía. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, n.13, 1990.
- MORALES LÓPEZ, Valentino. **La bibliotecología y estudios de la información**: análisis histórico-conceptual. México, D. F.: El Colegio de México, 2008.
- MORALES LÓPEZ, Valentino. **Metodología en la bibliotecología**. Buenos Aires: Alfagrama, 2005.
- MORÁN, Ariel. Margaret Elizabeth Egan y la genealogía de la filosofía de la Bibliotecología. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p.71-91, set. 2014/fev. 2015.
- MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador, BA.: Ed. EDUFBA, 2005.
- MOSTAFA, Solange Puntel. A produção de conhecimento em Biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 221-229, jul./dez. 1983.
- MOSTAFA, Solange Puntel. Ainda sobre Metodologia. **R.Esc.Bibliotec. UFMG**, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.171-201, set. 1986.
- MOSTAFA, Solange Puntel. Desafio à pesquisa de informação latino-americana; linha temática e linha metodológica. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, **Anais...**, v.1, Salvador, FEBABD, 1980.

MOSTAFA, Solange; LIMA, Admir; MARANON, Eduardo Ismael Murguia. Paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília,DF, v.21, n.3, p. 216-222, set./dez. 1992.

MOTTA, Manoel B. da (Org.). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. **Margem**, São Paulo, n. 16, p. 129-135, Dez. 2002.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Entrevista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p.164-184, set. 2014/fev. 2015.

NELLES, Paul. Justo Lípsio e Alexandria: as origens “arqueológicas” da história das bibliotecas. In: JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 200-216.

NOBRE, Marcos. **Teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. *rev. e atual.* Florianópolis: Visual Books, 2008.

OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 143 p. (Didática).

ORERA ORERA, Luisa. Evolución histórica del concepto de Biblioteconomía. **Revista General de información y Documentación**, v. 5, n. 2, 1995.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, 2004.

ORTEGA, C.D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para a compreensão da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.14, n. esp., p. 59-79, 2009.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974. 189p.

PEREIRA, Ana Maria; SANTOS, Plácida Leopoldina. **Catálogo: breve histórico e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2014.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria?**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros passos, 59).

PETTINATO, Guiovanni. En los Orígenes de la Biblioteconomía y Documentación: Ebla. **Documentación de las ciencias de la información**, Madrid, n. 17, 1994.

PINHEIRO, Ana Virginia (Org.). **Biblioteconomia: a memória científica da Biblioteca Nacional Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013.

PINHEIRO, Lena Vania R. **A Ciência da Informação entre a sombra e a luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1997.

PULIDO, Margarita Pérez; MORILLAS, José Luis Herrera. **Teoría e nuevos escenarios de la Bibliotecología**. 2.ed. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

RADFORD, Gary P. Positivism, Foucault, and the fantasia of the library: conceptions of knowledge and the modern library experience. **Library Quarterly**, v. 62, n. 4, p. 408-424, 1992.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2004. v. 6.

REIMÃO, Sandra. **Observações sobre a história do livro**. 2004. Disponível em: <<http://escritoriadolivro.com.br/historias/sandra.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2 ed. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Biblioteconológicas, 2005. 183p.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos, [SP]: Claraluz, 2005.

SAAR, Cláudia Maria Arantes de Assis. Interagente: Uma reflexão sobre conteúdo colaborativo. **Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science**, n. 3, Ano II, Dezembro, 2014.

SALAZAR, Patricia Hernández. La investigación bibliotecológica en América Latina: análisis de su desarrollo. **Investigación Bibliotecológica**, v. 20, n.41, julio/diciembre, 2006.

SALDANHA, Gustavo. A posição da bibliografia na epistemologia de Peignot no setecentos. **Informação & Informação**, v.20, n.2, 2015.

SANDER, Suzana. Elementos histórico-teóricos para la indagación de la estructura teórica de la Bibliotecología. **Investigación bibliotecológica**, v. 3, n.6, 1989.

SANTOS, Cristian. O Bibliotecário Parresiasta: ética e poder na gestão de bibliotecas. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva et al. (Org.). **Contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, 1996.

SARACEVIC, Tefko. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v.50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 160 p.

SEQUEIRA ORTIZ, D. **La bibliotecología como ciencia**. San José: Publitex, 1988.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **R. Escola de Biblioteconomia, UFMG**, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.141-161, 1975.

SHERA, Jesse H. **Los fundamentos de la educacion bibliotecologica**. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Biblioteconológicas, 1990. 520p.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret. Exame do estado atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: BRADFORD, Samuel Clement. **Documentação**. 2 ed. London: C. Lockwood, 1961.

SILVA, A. S.; PINTO, J. M. Introdução Uma visão global sobre as ciências sociais. In: Silva, A. S. e Pinto, J. M. (Org.). **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p. 9-27.

SILVA, Jonathan L. C.; SILVA, Roosevelt L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em questão**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 203-217, jul./dez. 2010.

SILVA, Márcia Regina da; Hayashi, Maria Cristina. O que Bourdieu tem a dizer à bibliometria? In: SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; SILVA, Marcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel. **Os Pensadores e a ciência da informação**. E-papers, 2012.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa**. 2014. 253f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2014.

SMITH, Gerry M. **Sociology and librarianship**. *Aslib Proceedings*, v. 25, n. 7, p. 234-242, 1973.

SOUZA, Sebastião de. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 14, n.2, jul.dez, 1986.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: 1990.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

THORNTON, John L. **Selected readings in the history of librarianship**. London: 1966.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 2, p. 69-79, maio/ago. 2009.

VALCÁRCEL, José A. Rodríguez. Procurator Bibliothecae Augusti: los Bibliotecarios del emperador en los inicios de las Bibliotecas Públicas en Roma. **Anales de Documentacion**, n. 7, 2004.

VALENZUELA, Hortensia García. Una aportación teórica a la evolución del concepto, término y definición de Biblioteconomía. **Revista General de Información y Documentación**, v. 8, n.1, Servicios de publicaciones Universidad Complutenses, Madrid, 1998.

VASCONCELOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

VILA NOVA, Sebastião. Quantas Sociologias? notas para uma reflexão sobre as tendências do pensamento sociológico na atualidade. **Ciências, humanidades e letras**, Pernambuco, ano 3, número especial, 1999.

WAPLES, D. Librarianship and Social Research in the United States. **Library Review**, v. 3 n. 8, p.387-390, 1932.

WHITLEY, R. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research areas. In: WHITLEY, R. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p.69-95.